UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IP
PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL – EICOS

Samira Lima da Costa

OS SENTIDOS DA COMUNIDADE:
CONSTRUÇÕES INTERGERACIONAIS DE MEMÓRIA COLETIVA NA ILHA DAS CAIEIRAS, EM VITÓRIA – ES

Rio de Janeiro, RJ
2008

Samira Lima da Costa

OS SENTIDOS DA COMUNIDADE:
CONSTRUÇÕES INTERGERACIONAIS DE MEMÓRIA COLETIVA
NA ILHA DAS CAIEIRAS, EM VITÓRIA – ES

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social do Instituto de Psicologia, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Psicologia (Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social).

Orientador: Professora Doutora Tania Maria de Freitas Barros Maciel

Rio de Janeiro, RJ
2008

Costa, Samira Lima da.
Os sentidos da comunidade: construções intergeracionais de memória coletiva na Ilha das Caieiras, em Vitória – ES / Samira Lima da Costa. Rio de Janeiro, 2008.

Tese (Doutorado em Psicossocilogia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, 2008.

Orientador: Tania Maria de Freitas Barros Maciel.

1. Memória Social 2. Estudo de Comunidades 3. Ecologia Social 4. comunicação intergeracional.
I. Maciel, Tania Maria de Freitas Barros (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. III. Título.

Samira Lima da Costa

OS SENTIDOS DA COMUNIDADE:
CONSTRUÇÕES INTERGERACIONAIS DE MEMÓRIA COLETIVA
NA ILHA DAS CAIEIRAS, EM VITÓRIA – ES.

Rio de janeiro, 14 / março / 2008

Banca Examinadora:

Profª. Drª. Tania Maria F. Barros Maciel (orientadora - UFRJ)

Profª. Drª. Maria Inacia D'Ávila Neto (UFRJ)

Profª. Drª. Teresa Cristina Othenio Cordeiro Carreteiro (UERJ)

Profª. Drª. Marise Bezerra Jurberg (UFRJ)

Profª. Drª. Jacyara Carrijo Rochael Nasciutti (UFRJ)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a contribuição de todos aqueles que direta ou indiretamente estiveram presentes em um ou vários momentos de desta pesquisa. Mais especificamente, agradeço:

Às crianças e aos avós participantes desta pesquisa, que se envolveram e continuam se envolvendo com a proposta da pesquisa e, principalmente, criando novas propostas;

À Escola Francisco Lacerda de Aguiar, do bairro Ilha das Caieiras, em Vitória, que abrigou parte do pesquisa;

À Unidade Básica de Saúde do bairro Ilha das Caieiras, em Vitória, que apoiou a pesquisa;

Às Agentes Comunitárias de Saúde do bairro ilha das Caieiras, que carinhosa e dedicadamente ajudaram a identificar, localizar e contatar os entrevistados;

A meus alunos de Iniciação Científica da Faculdade de Saúde e meio Ambiente de Vitória, que contribuiram para o meu crescimento como pesquisadora, como professora e como pessoa;

A meu marido e a minhas filhas, que não desistiram de me ajudar – no movimento cotidiano de nossas vidas – a integrar trabalho e família, em alguns momentos, e separar família e trabalho, em outros, mas estar dedicada a ambos e ser feliz sempre;

A meus pais e a meus irmãos, que à distância se fizeram presentes, apoiando e incentivando cada novo passo;

A minha orientadora, professora Tania Maria de Freitas Barros Maciel, que abriu sua casa, sua biblioteca e, mais importante, seu arcabouço de incrível conhecimento sobre Comunidades, Meio Ambiente e Desenvolvimento;

Às professoras Maria Inácia D'Ávila Neto e Icléia Thiesen Magalhães Costa, que aceitaram meu convite para compor a banca examinadora da qualificação, apontado falhas, dúvidas e possíveis caminhos para a pesquisa;

Ao professor Dr Carlos Frederico Berardo Loureiro, pelas longas conversas, pelo grande incentivo a iniciar mais esta jornada e por ter me apresentado o Programa EICOS;

A meus colegas do Programa EICOS, em especial à Sultane Mussi, à Maria Fernanda Alegria e à Gema Allen, que nos momentos mais confusos – ora alegres, ora desesperadores – estiveram incondicionalmente presentes;

A Marisa Lima, ex-secretária do programa, dona de um humor desconcertante e pessoa boníssima, com quem muito pude contar;

A meu grupo no CNPq de pesquisa em Desenvolvimento, Comunidade e Ambiente, coordenado pela professora Tania Maciel;

Ao programa EICOS pela acolhida e pelas intermináveis oportunidades de questionar e aprimorar aquilo que eu pesquisava;

Ao Ricardo Xavier, funcionário do Programa EICOS, pessoa prestativa e amiga, com quem pude contar muitas vezes.

Dedico este trabalho à minha
deliciosa família: Emílio, meu
grande companheiro;
Aysha, Melissa e Sofia, minhas
queridas meninas;
Sandrinha, Juju, Kim e Tatá, meus
primeiros e eternos mestres.

Dedico também
aos moradores da Ilha das
Caieiras e São Pedro, meus mais
novos mestres.

“Todas as memórias são falsas. O que existe são memórias de memórias, vestígios de outras memórias, memória da memória primordial. Vivemos no meio de nossa memória, como um caleidoscópio, os pedacinhos são os mesmos, mas mudam”.

José Saramago, 1992.

RESUMO

COSTA, Samira Lima da**. Os sentidos da Comunidade: Construções intergeracionais de memória coletiva na Ilha das Caieiras, em Vitória – ES**. Rio de Janeiro, 2008. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Esta pesquisa discute as formas como os moradores da Ilha das Caieiras e entorno — bairros periféricos de Vitória, ES — vivenciam e narram suas memórias acerca das diferentes mudanças ocorridas na região, e como constroem com as novas gerações as memórias do bairro. O registro de comunicações intergeracionais dessa memória se mostrou um recurso bastante interessante, por um lado, por possibilitar que os narradores assumissem posturas de avós-educadores diante dos netos, selecionando falas e histórias a serem contadas às novas gerações e enfatizando *lições* a serem apreendidas por elas — o que possivelmente se diferencia da narrativa da memória feita diretamente ao pesquisador — e por outro lado, favoreceu a valorização do idoso e da memória local, o que pôde ser constatado de diferentes formas no percurso da pesquisa. As narrativas têm roteiros próprios e apresentam recortes escolhidos como relevantes para se dizer às novas gerações. São fatos registrados ora na oficialidade histórica ora na memória afetiva e singular de uma família ou grupo. Os moradores entrevistados apresentaram vários elementos que caracterizaram uma diferenciação exposta desde a primeira entrevista: a existência de dois grupos naquela comunidade — os antigos moradores da Ilha e os moradores da invasão. Na história contada pelos moradores antigos às crianças com as quais convivem, ficaram claras as dificuldades que enfrentaram, como a fome, a tristeza, o desemprego, a miséria. Por este motivo, os dois grupos de narradores apresentaram em suas falas uma convergência de projeções para o futuro: não um futuro apenas *almejado,* mas um futuro cuidadosamente *planejado*. Assim, além da identificação dos dois grupos, da caracterização da memória do bairro e da construção coletiva intergeracional da memória, os resultados também indicam a memória local como uma estratégia efetiva de participação social no planejamento e implantação de ações de promoção de desenvolvimento local.

Palavras-chave: memória social, estudo de comunidades, ecologia social, comunicação intergeracional, Título.

ABSTRACT

COSTA, Samira Lima da. **The senses of the Community:** Construction of intergenerational collective memory in “Ilha das Caieiras”, Vitória – ES (Brazil). Rio de Janeiro, 2008. Thesis (Psicossociology of Communities and Social Ecology Pos Graduation Program) - Institute of Psychology, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

This study discusses the ways in which residents of the “Ilha das Caieiras” and surrounding neighborhoods - peripherals in Vitória, ES - live and tell their memories about the different changes in the region, and do they build together the new generations the memories of the neighborhood. A record of communications that intergenerational memory showed to be a very interesting feature, on the one hand, enable the narrators take positions in front of educators grandparents - grandchildren, selecting words and stories to be told to new generations and emphasizing lessons to be learned by they - which possibly different from the narrative of memory made directly to the search - and on the other hand, favored the appreciation of the elderly and the local memory, which could be seen in different ways in the course of search. The narratives have their own roadmaps and show clippings chosen as relevant to say to new generations. Facts are now registered in the official historic moment in memory and affective natural for a family or group. Residents interviewed had several elements that characterized a differentiation exposed since the first interview, the existence of two groups in that community - the old residents of the island and the residents of the invasion. The story told by former residents with whom the children live, were clear that the difficulties faced, such as hunger, sadness, unemployment, misery. Therefore, the two groups of narrators in their speeches had a convergence of projections for the future: a future not only desired, but a carefully planned future. Thus, in addition to the identification of the two groups, the characterization of the memory of the neighborhood and the building of intergenerational collective memory, the results also indicate the local memory as a strategy for effective social participation in the planning and implementation of activities to promote local development.

Keywords: social memory, study of communities, social ecology, intergenerational communication, Title.

RÉSUMÉ

COSTA, Samira Lima da. **Les sens de la Communauté:** les constructions intergénérationnelles de la mémoire collective dans l'île des « Caieira » à Vitória – ES (Brésil). Rio de Janeiro, 2008. (Thèse en psychosociologie des Communautés et écologie sociale Pos Gradation Programme) - Institut de Psychologie, Université Fédérale de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

-

-

-

Cette étude examine les façons dont les résidents de l'île des « Caieiras » et des alentours - quartiers périphériques de Vitória, ES – vivent et racontent leurs souvenirs sur les différents changements intervenus dans la région, et comment ils construisent avec les nouvelles générations la mémoire du quartier. Le registre de communications intergénérationnelles de cette mémoire s'est montré un recours assez intéressant, d'une part, pour permettre que les narrateurs prennent position d'éducateurs grands-parents face aux petits-enfants, choisissant des mots et des histoires à être racontés aux nouvelles générations et mettant l'accent sur les leçons à tirer par eux - ce qui peut être différent de la narration de la mémoire faite directement au chercheur - et d'autre part, cela a favorisé la valorisation des personnes âgées et de la mémoire locale, ce qui peut être constaté de différentes manières dans le cadre de la recherche. Les textes explicatifs ont leurs propres feuilles de route et montrent des coupures de presse choisies comme pertinentes à dire aux nouvelles générations. Ce sont des faits enregistrés, ou dans l'officialité historique, ou dans la mémoire affective et singulière d'une famille ou d'un groupe. Les résidents interrogés présentent plusieurs éléments qui caractérisent une différenciation exposée dès le premier entretien : l'existence de deux groupes dans cette communauté - les anciens résidents de l'île et les habitants de l'invasion. Dans l'histoire racontée par les anciens habitants aux enfants avec lesquels ils vivent, il est clairement montré les difficultés qu'ils ont affronté, comme la faim, la tristesse, le chômage, la misère. Pour cette raison, les deux groupes de narrateurs présentent dans leurs discours une convergence de projections pour l'avenir : pas un futur juste souhaité, mais un avenir soigneusement planifié. Ainsi, outre l'identification de deux groupes, la caractérisation de la mémoire du quartier et la construction collective intergénérationnelle de la mémoire, les résultats indiquent aussi la mémoire locale comme une stratégie efficace pour la participation sociale dans la planification et l'implantation d'actions de promotion de développement local.

-

-

Mots clés: mémoire sociale, étude de communautés, écologie sociale, communication intergénérationnelle, Titre.

LISTA DE SIGLAS

ACS	Agentes Comunitárias de Saúde
CECAES	Centro Cultural Caieiras
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CMU	Centro de Memórias da Unicamp
CST/ES	Companhia Siderúrgica de Tubarão do Espírito Santo
EICOS	Programa de Pós Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social
EMEF FLA	Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Lacerda de Aguiar
FAESA	Faculdade de Saúde e Meio Ambiente de Vitória
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEMA	Instituto Estadual de Meio Ambiente
MEC	Ministério da Educação
MIC	Moradores da ilha das Caieiras
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MSP	Moradores de São Pedro I e II
ONG	Organização Não Governamental
Rio92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente no Rio de Janeiro
PMV	Prefeitura Municipal de Vitória
SUS	Serviço Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 17

UNIDADE 1: PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS 25

CAPÍTULO 1: SOBRE A TRAJETÓRIA TEÓRICA DA PESQUISA 26

1.1 A QUESTÃO DO TEMPO: ESTUDO DE MEMÓRIA SOCIAL 26

1.1.1 **Estruturas da memória** 28

1.1.2 **Memória de Grupo** 29

1.1.3 **Memória de Bairro** 32

1.2 A QUESTÃO DO ESPAÇO: O ESTUDO DE BAIRRO E DE COMUNIDADE NA PSICOSSOCIOLOGIA 34

1.2.1 **Sobre as limitações da categoria *Comunidade*** 41

1.2.2 **Sobre bairro, memória e relações entre moradores.** 54

1.3 O TEMPO E O ESPAÇO NA RELAÇÃO ENTRE GERAÇÕES 61

CAPÍTULO 2. ENTRE A PESQUISADORA E A PESQUISA: TRAJETÓRIA PESSOAL, *BIASES* E IMPLICAÇÕES COM O TEMA. 66

CAPÍTULO 3. RECURSOS METODOLÓGICOS PARA O TRABALHO DE CAMPO. 77

3.1 CIRCUNSCRIÇÃO DO CAMPO E DO OBJETO 80

3.1.1 **O campo de Pesquisa – breve caracterização** 81

3.1.2 **Diálogo entre pesquisas: o mesmo campo, diferentes olhares.** 83

3.1.3 **O objeto de estudo** 86

3.1.4 **Ferramentas do método** 87

3.2 MÉTODOS DE COLETA 100

3.2.1 **Narrativas Oficiais [ou *oficializadas*]: Levantamento Documental e Bibliográfico** 100

3.2.2 **Entrevistas abertas e história oral: relatos intergeracionais** 101

3.2.3 **História Oral** 105

3.2.4 **Observação Participante e Etnografia** 107

3.3 MÉTODOS DE ANÁLISE 108

3.3.1 **Apresentação dos dados Documentais e Histórico-Bibliográficos** 109

3.3.2 **A Análise de Conteúdo** 109

UNIDADE 2: MEMÓRIAS DA ILHA DAS CAIEIRAS E DE SÃO PEDRO: CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS SOBRE OS DADOS DA PESQUISA 112

CAPÍTULO 4. MEMÓRIAS DA ILHA E DE SÃO PEDRO: NARRATIVA DOCUMENTAL E BIBLIOGRÁFICA SOBRE HISTÓRIA LOCAL E CONTEXTO NACIONAL 116

CAPÍTULO 5. MEMÓRIAS DA ILHA DAS CAIEIRAS E SÃO PEDRO: NARRATIVAS E HISTÓRIAS VIVIDAS. 149

5.1 A CRIANÇA COMO INTERLOCUTOR, NAS NARRATIVAS DAS MEMÓRIAS. 150

5.1.1 **Comparações entre o presente e a época narrada** 155

5.1.2 **Marcos históricos e pontos de tensão** 157

5.1.3 **A vida das crianças na época relatada** 160

5.1.4 **Hábitos e modos de vida** 162

5.1.5 **Sobre a visão da pessoa que narra** 163

5.1.6 **Violência** 166

5.1.7 **Construções das crianças acerca das memórias narradas** 167

5.2 OS NARRADORES E SUAS MEMÓRIAS 174

5.2.1 **Relações de Grupo (s)** 178

5.2.2 **Transformações do espaço** 203

5.3 REFLETINDO... 218

UNIDADE 3: RELAÇÕES DA COMUNIDADE ESTUDADA E ALGUNS TEMAS GERAIS EM ESTUDOS DE COMUNIDADE 220

CAPÍTULO 6. INFERÊNCIAS SOBRE AS MEMÓRIAS FALADAS E NÃO-FALADAS 221

6.1 OS *ANTIGOS* E OS *MAIS ANTIGOS:* O BAIRRO CINDIDO 222

6.2 DESENVOLVIMENTO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA: O BAIRRO CERZIDO 232

6.3 FALAR AOS NETOS 235

CAPÍTULO 7. UM OLHAR PARA O FUTURO: DEMANDAS LOCAIS E PLANEJAMENTO. 245

7.1 DEMANDAS DA REGIÃO, TERCEIRO SETOR E POLÍTICAS PÚBLICAS. 254

7.2 A DIVERSIDADE E AS ARMADILHAS DO MULTICULTURALISMO 264

7.3 DESENVOLVIMENTO PLANEJADO: UMA PROPOSTA TEÓRICA PARA UM SONHO? 274

7.4 UMA FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 282

7.4.1 **Educação ambiental: uma opção política** 283

7.4.2 **Formação para o Desenvolvimento Sustentável** 292

CAPÍTULO 8. RELAÇÕES DA COMUNIDADE ESTUDADA COM A PESQUISA. 294

CONSIDERAÇÕES FINAIS 299

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 318

APÊNDICES 330

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Perfil dos entrevistados 95

Figura 1: Ilha de Vitória com a localização da Grande São Pedro e da Ilha das Caieiras (fonte: GoogleEarth, nov. de 2006). 113

Figura 2 (Imagem de satélite): acima, o Canal de Vitória. Ao centro, área que foi Ilha, cercada de áreas onde o manguezal foi aterrado. Abaixo, o campinho de futebol, primeiro aterro que ligou a Ilha das Caieiras à ilha de Vitória. 114

Figura 3: foto de moradora sendo entrevistada por crianças, na escola. 146

Figura 4: foto de criança filmando entrevista e, ao fundo, outra criança fotografando. 146

Figura 5: foto de Desfiadeira de siri da cooperativa da Ilha das Caieiras. 153

Figura 6: ilustrações que compõem o livro *São Pedro e Ilha das Caieiras: Lugar de toda Magia!* 165/166

Figura 7: foto de uma fábrica de cal em 1900, em Caieiras — São Paulo. 180

Figura 8: foto de um Catador de caranguejo de Vitória. 184

Figura 9: foto das Palafitas de São Pedro 197

Figura 10: foto dos Catadores de lixo em São Pedro. Década de 1980. 204

Figura 11: Vista aérea das ocupações sobre palafitas e aterro do manguezal. Década de 1980. 205

Figura 12: foto de um dos morros vizinhos à região pesquisada. 208

Figura 13: foto de um dos restaurantes na Ilha das Caieiras 209

Figura 14: foto de *Seu* Ricardo contando a história da Ilha das Caieiras na escola. 229

Figura 15: foto da Orla e do Píer, na Ilha das Caieiras. 239

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa proponho discutir as formas como os moradores da Ilha das Caieiras e entorno — bairros periféricos de Vitória, ES — vivenciam e constroem suas memórias acerca das diferentes mudanças ocorridas na região. Sendo assim, tornam-se questões também relevantes de que maneira, a partir dessas transformações, se estabelecem as relações entre os moradores da região pesquisada e como se reconstroem, com as novas gerações, as memórias do bairro.

A Ilha das Caieiras, como muitas outras em Vitória, é uma área de aterro de manguezal. Os aterros tiveram um papel marcante na história do desenvolvimento urbano do município, em conseqüência da situação físico-geográfica da cidade.

A localidade conhecida em Vitória como "Ilha das Caieiras" pertence à região chamada Grande São Pedro, composta por vários bairros: Ilha das Caieiras, São Pedro I, São Pedro II, São Pedro III, São Pedro IV, Nova Palestina, Resistência, Comdusa, Santo André, Redenção e Conquista. Entretanto, qualquer delimitação espacial da região depende da questão envolvida e do órgão responsável, não havendo uma única delimitação definida. Para o Orçamento Participativo de Vitória, por exemplo, a Ilha das Caieiras faz parte da Região 7, composta pelos bairros: Comdusa, Conquista, Ilha das Caieiras, Nova Palestina,

Redenção, Resistência, Santo André, São José, São Pedro e Santos Reis (PMV, 2007). Para o sistema de saúde, a Unidade de Saúde Ilha das Caieiras compreende os bairros Ilha das Caieiras, São Pedro I, II, IV e Comdusa (PMVb, 2005).

Nesta pesquisa, chamo de "Ilha das Caieiras e entorno" os bairros Ilha das Caieiras, São Pedro I e São Pedro II, uma vez que a Ilha das Caieiras foi o primeiro bairro da região e, os outros dois, seus vizinhos geográficos imediatos. Embora tenha selecionado esses três bairros, cabe ressaltar que eles são característicos dos processos de transformação e ocupação ocorridos nas periferias de Vitória, no Espírito Santo, nas décadas de 1970 e 1980, principalmente.

Este estudo reflete sobre como se constroem, entre avós e netos, as memórias sobre as transformações vividas pela região nos últimos 30 anos, ou seja, do final da década de 1970 até a primeira década do século XXI. Este recorte temporal foi delimitado por ser o período no qual a população vivenciou mais intensamente as transformações da região. O principal recurso para a construção da memória do bairro foi o relato oral de histórias de vida e, visando identificar as construções entre as gerações citadas e favorecer situações de relações cotidianas dos entrevistados, essa memória foi narrada por seus antigos moradores às crianças de sua convivência.

Para estudar a memória de bairro parto do pressuposto de que a memória é um acontecimento social que assume um lugar de destaque nas construções e nos movimentos coletivos, podendo inclusive ser um forte fator de coesão de um grupo e de diferenciação deste com relação a outros (ELIAS, 2000).

Assim, a memória de bairro é o estudo de uma coletânea de memórias sobre um espaço coletivo, considerando que as lembranças de um indivíduo e as formas como lembra são construídas coletivamente, e que o coletivo é sempre o resultado de ações de indivíduos na sociedade (HALBWACHS, 2006; ELIAS, 2000).

Como afirma Becker (1999), o objetivo de um pesquisador social é buscar descobrir algo que valha a pena saber, no sentido de que se poderá contar com este conhecimento como uma base para a atuação junto ao grupo estudado. Desta forma, a Pesquisa Social se caracteriza principalmente pela relação entre o sujeito pesquisador e o sujeito pesquisado, de forma que os dados emergem da comunidade com a participação do pesquisador; são tratados a partir de características da comunidade e de implicações do pesquisador; e, espera-se, retornam para a comunidade, como um compromisso ético do pesquisador. E todo este processo se desdobra a partir de construções coletivas, não só endógenas, mas também por influências exógenas permanentes, posto

que uma comunidade urbana, por concepção, não se constitui culturalmente de forma isolada.

Opto, portanto, pela gestão da multiplicidade, que, como afirma Menezes (2000, p. 02) “se desdobra incessantemente pelas contribuições e incorporações dos estoques culturais da diversidade interna e do intercâmbio externo”. Por este motivo a temática será examinada por ângulos que incluem, além dos registros oficiais da história do bairro, suas versões alternativas ou excluídas, reconstruídas através das memórias de seus moradores.

Neste sentido, compreendo que esta pesquisa se justifica por trazer como proposta a utilização de histórias de vida como recurso para se conhecer e a memória do bairro e compreender como moradores vivem e constroem intergeracionalmente as transformações locais, a partir do olhar dos próprios atores que vivenciaram os processos de apropriação e uso do espaço, hoje ressignificados por suas memórias.

Nesta pesquisa, parto de três outras questões, desmembradas da questão central já apresentada. A primeira é como a memória individual contribui na construção da memória do bairro. A segunda indaga se e como o registro de comunicações intergeracionais desta memória intervém nas relações entre estas gerações, sendo um processo de coleta que possibilita compreender como as antigas gerações vivenciam esta

memória e que aspectos ganham mais destaque na fala dos mais velhos aos mais novos. A terceira questão reflete de que forma os novos discursos sobre o Desenvolvimento interferem e atualizam as construções da memória local.

A expectativa é que esta pesquisa favoreça a valorização da memória do bairro, promovendo a pessoa idosa e a criança como sujeitos relevantes a este processo de valorização e permanente reconstrução intergeracional da memória local. Espero que, desta forma, esteja também contribuindo para que o processo de desenvolvimento da região não comprometa a continuidade histórica e social da cultura local.

Inicio este estudo apresentando as perspectivas teórico-conceituais da pesquisa, discutindo aí o estudo do tempo-memória e do espaço-bairro em psicossociologia, e a memória de bairro na relação entre gerações. Em seguida, no segundo capítulo, apresento minha relação e implicações com a comunidade pesquisada.

Logo após, no terceiro capítulo, exponho os recursos metodológicos utilizados para o trabalho de campo. As ferramentas de coleta e de análise se localizam no campo da pesquisa psicossociológica e estão problematizadas neste capítulo, onde são feitas considerações sobre os métodos de observação participante e de registro da memória de bairro, que favorecem a identificação de nuanças, artifícios e percepções

(BECKER, 1999) da história vivida/construída – no passado e no presente – e sua narrativa a novas gerações. Considerando que, para favorecer situações de relações cotidianas dos entrevistados, o registro das memórias dos bairros "Ilha das Caieiras e entorno" foram contados por seus moradores às crianças de sua convivência, este campo e o objeto de pesquisa também são discutidos neste mesmo capítulo.

No capítulo quatro, apresento a história local oficial dentro do contexto nacional. Este capítulo traz uma descrição dos resultados da pesquisa sobre a história oficial do bairro – e sua relação com a história da cidade e do país – que aqui assumem a função de localizar o bairro histórica, geográfica e politicamente para o leitor.

O registro das memórias do bairro contadas por seus moradores às crianças foi material de análise e identificação de percepções individuais e grupais sobre as mudanças vividas no bairro. Durante a pesquisa de campo foram identificados dois grupos dentro da comunidade pesquisada, que assim se constituíram em função da diferença existente entre eles com relação ao período em que ali foram morar.

As narrativas sobre as relações existentes entre esses diferentes grupos e suas construções ao longo dos anos compõem o mosaico daquilo que podemos chamar de memórias do bairro, meu objeto de estudo. As relações entre esses dois grupos de moradores estudados

foram abordadas e analisadas no capítulo cinco, onde discuto a participação das crianças como interlocutoras das narrativas e analiso as falas dos moradores antigos sobre as memórias do bairro. Nessa análise, localizo as divergências entre os grupos dentro da mesma comunidade e destaco as categorias temáticas selecionadas e enfatizadas pelos narradores, durante as entrevistas.

No sexto capítulo teço algumas reflexões e inferências sobre as memórias faladas e não-faladas, onde faço uma análise não por categorias temáticas, mas de forma mais ampla, por movimentos de ruptura e convergência entre os diferentes grupos identificados na comunidade e sua relação com movimentos mais gerais, comuns a comunidades de periferia urbana.

Embora na maior parte do tempo as narrativas, pela própria natureza da pesquisa, tenham se referido a um tempo passado, há também aí uma perspectiva de futuro que se pauta em expectativa de planejamento a partir demandas locais, e se reafirma por posturas intencionalmente educativas, por parte dos narradores. Esta discussão está apresentada no capítulo sete.

No oitavo capítulo faço uma explanação sobre novas relações com a comunidade estudada, ao longo e a partir da pesquisa desenvolvida, inferindo sobre contribuições e trocas de saberes entre o pesquisador e o

campo de pesquisa. A intenção é fazer uma análise global – mas não globalizante – buscando uma reflexão, sobretudo, relacional e interativa, abrindo mão de análises unilaterais e pretensamente imparciais, posto que estas, quase que invariavelmente, tomam por princípio o olhar uniformizante e centralizador, como verdade neutra e marco zero analítico, o que não é a proposta deste estudo.

Levando em conta que a pesquisa social não se conclui, mas sim indica caminhos para sua continuidade, proponho, ao final, considerações sobre as particularidades dos bairros estudados e suas aproximações com contextos gerais. Tais considerações não se propõem conclusivas, mas sugerem um novo começo, como se pode esperar de uma pesquisa social.

UNIDADE 1: PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Diante da proposta de investigar a Memória Social de um Bairro, é preciso definir um apoio teórico-metodológico que, por um lado, se aproxime das referências teóricas que respaldam o estudo de Memória-Tempo e de Bairro-Espaço e, por outro, ofereça ferramentas para a definição, o alcance e a análise dos dados. A metodologia de uma pesquisa é o caminho para a construção do conhecimento, que se propõe a relacionar a informação tanto às referências teóricas quanto às técnicas e instrumentos da investigação (MINAYO, 1994).

Assim, os procedimentos metodológicos não se referem apenas às estratégias mais imediatas de definição do objeto de estudo e de coleta e análise dos dados, mas referem-se também ao respaldo teórico necessário à construção do conhecimento. O referencial teórico e metodológico deste estudo foi se definindo no decorrer da pesquisa. Isto ocorreu porque em mais de um momento novas situações me conduziram em direções não previstas, em princípio, como se pode considerar comum e esperado em uma pesquisa social (BECKER, 1999). Na medida em que o problema foi se delimitando, fui identificando aquilo que seriam questões teóricas na pesquisa. Embora a método de observação participante tenha sido definido *a priori,* também suas utilizações e os recursos adjacentes foram se definindo no decorrer do estudo.

CAPÍTULO 1: SOBRE A TRAJETÓRIA TEÓRICA DA PESQUISA

Desenvolver pesquisa sobre memória de bairro é, *grosso modo,* pesquisar o espaço no tempo, e o tempo no espaço. Essa relação entre o tempo e o espaço me leva a perguntar sobre a delimitação que escolhi. O que é um bairro, e como se constitui sua memória? Como se insere na memória da cidade, e vice-versa? Como seus moradores o percebem? Como acontecem as transformações no espaço, no tempo e nas relações, em um bairro de periferia de capital? De que forma seus moradores mais antigos constroem a memória deste bairro?

Neste sentido, é importante considerar que "a cidade é articulada pelos fluxos de toda ordem. Por ser fragmentado, o espaço urbano reflete as desigualdades sociais e, por ser articulado e dinâmico, é mutável" (RAIMUNDO et alii, 2006, p. 02). Sendo assim, o estudo de memória de bairro implica uma compreensão das questões relativas ao tempo e ao espaço.

1.1 A QUESTÃO DO TEMPO: ESTUDO DE MEMÓRIA SOCIAL

A memória social é tema de discussão entre sociólogos, antropólogos e historiadores desde muito tempo, havendo atualmente diferentes visões sobre o tema, em muitos aspectos contraditórias entre si. Uma destas visões é a de Barrenechea (2003), que revê o tema desde

a Antigüidade e a Idade Média, afirmando que nestes períodos a dimensão temporal era pesquisada com objetivo de desvendar o essencial, o fora do tempo. Este autor comenta que, na contemporaneidade, refletir sobre o tempo caracteriza-se por localizar-se numa época que já não tem mais a eternidade e o intemporal como referenciais (BARRENECHEA, 2003). A contemporaneidade enfrenta o fenômeno da passagem acelerada do tempo e das informações. “Vítimas de uma amnésia coletiva, de um instantaneísmo despótico, é preciso recuperar o chão, algo que permaneça, que nos dê sustento. O passado parece esgotar-se no puro passar, destinado ao esquecimento” (BARRENECHEA, 2003, p. 24).

Como conseqüência desta relação efêmera com o tempo e com o passado, este autor aponta dois sintomas complementares, embora contraditórios. Ao mesmo tempo em que vivemos um grande vácuo da ausência de fundamento, postulamos o culto à memória, como uma espécie de corretivo. Surge assim, segundo este autor, um grande número de *Lugares da Memória*, como museus e outros “baús de rememorização”. Entretanto, esta relação com o passado, constituída a partir do culto à memória, institui um ritual de veneração póstuma a um passado idealizado. Nela, a memória se caracteriza pelo resguardo de um tempo que se perdeu de forma irreversível (BARRENECHEA, 2003).

Fazendo frente a este tipo de abordagem, alguns outros autores sugerem uma compreensão sobre a memória que a caracteriza enquanto evento presente e, portanto, não perdido e recapturado, mas lido e relido permanentemente. Entre esses autores, e sem perder de vista a proposta de compreender o fenômeno coletivo da memória — ou a memória social — busquei noções de memória em Bosi (2004), que trabalha com a *memória contada,* e em Halbwachs (2006), que já na década de 1950 buscava compreender e dar novos sentidos para os estudos da memória, sugerindo o conceito de *memória coletiva*.

1.1.1 **Estruturas da memória**

Para compreender as estruturas da memória, Halbwachs (2006) nos apresenta a noção de *reconstrução do passado*. Para este autor, a lembrança é a sobrevivência do passado. Entretanto, ele abre mão da idéia de que o espírito guarda em si o passado em sua forma pura sendo a memória, portanto, sempre um investimento diacrônico. Ao contrário, o que Halbwachs (2006) ressalta é a iniciativa que a vida atual do sujeito toma ao desencadear o curso da memória (BOSI, 2004, p. 54).

O que Halbwachs (2006) nos propõe é a idéia de que a memória é sempre uma releitura feita a partir de novas vivências, novos conhecimentos adquiridos e novas representações, sendo assim um investimento concomitantemente sincrônico e diacrônico. Desta forma,

não se pode compreender a memória como resgate de informações do passado, mas uma ressignificação de histórias já vividas a partir de uma vivência do presente. Para Halbwachs (2006), a memória está impregnada não só de representações presentes, mas também de representações passadas, anteriores e posteriores ao fato memorizado.

1.1.2 Memória de Grupo

Lembremos, entretanto, que a memória social é mais do que uma ressignificação de histórias já vividas a partir de uma vivência do presente, uma vez que trata da construção permanente de um espaço e de um tempo coletivo.

Assim, parece haver uma íntima relação entre o ato de lembrar e o relevo cultural do fato recordado para o sujeito que conta suas lembranças. Daí a diferença entre *a matéria da recordação* e o *modo da recordação*. Bosi (2004) considera que um dos aspectos mais instigantes do tema *memória* seja a sua construção social. É aí que ela se torna um objeto de estudo em psicossociologia.

Discutindo o espaço social e sua relação com as contruções da memória, Dembicz (2000) discute a noção de "espaço socialmente concebido", proposta por Bisier (1988, *apud* DEMBICZ, 2000, p. 17), considerando que

> (...) hay que tomar en cuenta la concepción del 'espacio como noción social', 'espacio socialmente concebido' [Boisier, 1988] y en cualquiera de sus dos dimensiones possibles: fisica (palpable) o abstracta (imaginativa). Tal interpretación conceptual es obligada en el contexto del complejo estructural 'espacio-memoria-identidad'[1] (DEMBICZ, 2000, p. 17).

Para este autor, tradicionalmente e ao longo da história da ciência moderna até os dias de hoje, os lugares e espaços concretos são compreendidos como locais de posicionamento, linhas de disposição e áreas contenedoras de objetos e de eventos. Em alguns momentos aparece, entretanto, a consciência de determinadas qualidades específicas das coisas contidas nos espaços, como as similaridades e a diversidade entre as diferentes classes; suas inter-relações e sua qualidade processual; os efeitos dos processos provisórios.

Assim, ainda mencionando Dembicz, "cada vez con mayor frecuencia vamos recurriendo a la memoria de los espacios para esclarecer cualquier duda sobre nuestras raíces e identidades" (DEMBICZ, 2000, p. 20).

Para que a memória dos espaços e das outras pessoas venha a reforçar e completar a nossa, segundo Halbwachs (2006), é necessário

---

[1] É preciso levar em conta a concepção do "espaço como noção social", "espaço socialmente concebido" [Boisier, 1988] em todas as suas dimensões possíveis: física (palpável) ou abstrata (imaginativa). Tal interpretação conceitual é forçada no contexto do complexo estrutural "espaço-memória-edentidade" (Tradução Livre da Autora).

que as lembranças deles não deixem de ter alguma relação com os acontecimentos que constituem o nosso passado.

Ainda que a história nacional seja um resumo dos acontecimentos que modificaram a vida do país, ela se distingue das histórias locais e regionais urbanas, pelo fato de guardar apenas os fatos que interessam ao conjunto de cidadãos de forma geral e sem particularidades (HALLBWACHS, 2006).

É nesse contexto que se justifica o estudo de memória de bairro, uma vez que leva em consideração as relações das pessoas entre si e com o espaço comum. “Cada um de nós pertence ao mesmo tempo a muitos grupos, mais ou menos amplos” (HALBWACHS, 2006, p. 99).

Assim, a memória de bairro nos traz possibilidades que a história não oferece. A memória de bairro, antes de tudo, é uma *memória inclusiva,* no sentido de ser uma memória que não seleciona um roteiro oficial e exclui aqueles que se distanciam deste primeiro, mas ao contrário, inclui as memórias em suas particularidades; suas contradições não afetam a idoneidade da informação, mas a enriquece. Ainda que determinadas memórias possam se configurar como individuais, elas não estão descartadas da construção coletiva da memória de bairro.

Muitas destas memórias individuais, além de ganharem espaço na memória coletiva, se cristalizam como "verdadeiramente acontecidas". A essas memórias Guedes chamou de *casos*. "Os 'Casos' são relatos mais ou menos cristalizados de determinados episódios, considerados dignos de ser retidos, ocorridos na vida do narrador ou de pessoas que são classificadas como 'conhecidas'" (GUEDES, 1998, p. 51). Os *casos* são considerados memórias da vida privada, de um grupo pequeno, uma família, uma igreja ou grupamento caracteristicamente reduzido de pessoas que guardam entre si alguma intimidade, mas que passou a ser respeitada e reconhecida pelo coletivo (GUEDES, 1998).

Os *casos* ganham especial importância nas narrativas de memória coletiva, principalmente em suas produções intergeracionais, uma vez que, muitas vezes, ilustram, localizam e criam pontes entre o desconhecido e o conhecido, nas construções da memória sobre um passado não vivido pelas novas gerações (GUEDES, 1998).

1.1.3 Memória de Bairro

A Memória de Bairro é, *grosso modo*, o estudo de uma coletânea de memórias sobre um espaço coletivo reconhecido como bairro. Esse coletivo é sempre o resultado de ações de indivíduos na sociedade, assim como as lembranças de um indivíduo e a forma como lembra são

construídas coletivamente. Por este motivo, os estudos de Memória de Bairro se utilizam, basicamente, de relatos orais de Histórias de Vida.

A História de Vida, segundo Minayo (2004), é um "instrumento privilegiado para se interpretar o processo social a partir das pessoas envolvidas, na medida em que se consideram as experiências subjetivas como dados importantes que falam além e através delas" (MINAYO, 2004, p. 126-127). Esta autora comenta que a História de Vida contada através de relatos orais pode revelar o intangível dos acontecimentos que fazem parte das experiências de um determinado grupo social.

Esta sugestão de se utilizar a História de Vida como recurso para se alcançar, no coletivo, a (s) memória (s) de um grupo, é freqüentemente adotada nos estudos sobre memória de bairro. Um exemplo disso é a pesquisa realizada pela equipe da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNI-RIO ao buscar constituir a memória do Bairro da Urca[2], no Rio de Janeiro. Sobre aquela pesquisa, Costa (1998) comenta que:

> A história oral registra a memória viva, emoções e sentimentos, idéias e percepções de pessoas das mais diversas origens socioculturais. Através de um esforço de pesquisa e do registro de depoimentos, a história oral constrói uma imagem do passado recente, de maneira abrangente e dinâmica (COSTA, 1998, p. 8).

[2] Pesquisa descrita no livro *Fragmentos Discursivos,* dividido em três volumes (História Oral; Entrevistas; Mapas e Fotos). Uni-Rio, Curso de Mestrado em Memória Social e Documento, 1988.

Como lembra essa autora, existem poucos estudos sobre memória de bairro, no Brasil. “Sem dúvidas, a tendência para o geral é característica vulgar na historiografia brasileira, pois, mesmo antes de compor uma história regional, produziu-se uma geral que, recentemente, clama por revisões saudáveis” (COSTA, 1998a, p. 39). Ela sugere que, talvez, a grande lacuna existente com relação aos estudos de bairros urbanos deva-se às dificuldades que cercam a multiplicação da experiência analítica de bairros.

1.2 A QUESTÃO DO ESPAÇO: O ESTUDO DE BAIRRO E DE COMUNIDADE NA PSICOSSOCIOLOGIA

O bairro pode ser compreendido como o espaço físico e afetivo no qual ocorrem as relações sociais cotidianas do sujeito. Halbwachs (2006) explica como as imagens espaciais desempenham um importante papel na memória coletiva:

> O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro-negro no qual se escreve e depois se apaga números e figuras. Como a imagem do quadro-negro poderia recordar o que nele traçamos, se o quadro-negro é indiferente aos números e se podemos reproduzir num mesmo quadro as figuras que bem entendermos? Não. Mas o local recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais, o lugar por ele ocupado é apenas a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua

> sociedade, pelo menos o que nela havia de mais estável (HALBWACHS, 2006, p. 161).

Uma primeira concepção que podemos utilizar para bairro está relacionada aos critérios para delimitação da área pela administração pública, que definem os seus limites podendo ser compreendido como a menor porção da unidade administrativa. Muitas vezes, porém, os limites desenhados pelo poder público não coincidem com o bairro "vivido" pela população. Segundo Raimundo et alii (2006, p. 03), "compreender os limites do bairro é tarefa primária, confrontando e sobrepondo o oficial (delimitado pela Prefeitura) e o vivido (percebidos pelos transeuntes, moradores, usuários do espaço)".

Kevin Lynch (1982) considera que um bairro é como um fragmento de cidade, apresentando características particulares que o diferenciam de outros bairros na cidade. A partir da percepção da disposição física de um dentro do outro, esse autor considera que tais disposições se justificam no cotidiano coletivo quando são representativas ou dotadas de significado para a população. Assim, ele propõe que a subjetividade seja uma categoria central de análise de concepções de um bairro.

Lynch (1982) passa então a enumerar fatores que influenciam a imagem de uma cidade e de seus bairros: o significado social de uma área, sua função, sua história e o seu nome. Assim, para este autor, os

limites geográficos podem funcionar como “referências secundárias”, tendo as relações pessoais e grupais como demarcadores de territórios e papéis (LYNCH,1982. p. 37).

Sendo assim, a memória de bairro não se encerra no campo dos estudos psicológicos somente, nem tampouco no campo de estudos sociais especificamente, mas no encontro e ao mesmo tempo na fronteira entre estes dois: a psicossociologia.

A principal característica da psicossociologia, segundo Moscovici e Hewstone (1985) não é tanto seu objeto de estudo, mas sim o modo com que lida com seu objeto. Moscovici e Hewstone (1985) lembram que, ao contrário da leitura dicotômica entre psicologia e sociologia, que propõe uma relação binária entre sujeito (individual ou social, respectivamente) e objeto, a psicossociologia integra esses elementos. O olhar distintivo e ao mesmo tempo integrativo, que busca a compreensão dos fenômenos em um nível intermediário de diálogo entre o individual e o macrossocial, para este autor, é o que define a atividade do pesquisador em psicossociologia (MOSCOVICI e HEWSTONE, 1985).

Nasciutti (1996), em consonância com o que sugerem esses autores, concorda que a psicossociologia propõe-se a ultrapassar o sectarismo social *versus* psicológico. A este respeito, comenta que superar essa dualidade “... sem anexar ou reduzir um campo teórico a

outro é possível e desejável, através das relações entre processos pertinentes a disciplinas diferentes, reconhecendo suas especificidades, mas procurando uma articulação entre elementos teóricos, já que a realidade é indivisível" (NASCIUTTI, 1996, p. 55).

Essa autora comenta, lembrando Enriquez (1983) que, independentemente da denominação atribuída a cada área e a seus pesquisadores, respeitando-se as especificidades, mantém-se a preocupação com o sujeito psicossocial enquanto objeto complexo e, portanto, também com a relevância dos estudos interdisciplinares deste mesmo sujeito.

Desta forma, para Enriquez (1983), o campo da psicossociologia é o dos grupos, das instituições, dos "conjuntos concretos". O campo da psicossociologia é aquele que mediatiza a vida pessoal do sujeito e sua coletividade.

É neste contexto, e a partir de meu referencial de origem — a terapia ocupacional — que compreendo o presente estudo como uma pesquisa em Terapia Ocupacional Social, realizada a partir da abordagem psicossociológica. Para tanto, cabe ressaltar que neste estudo parto da noção de que a terapia ocupacional social, enquanto ciência, investiga as diferentes construções nas relações do sujeito psicossocial com pessoas, lugares e atividades de seu cotidiano.

Assim como eu, muitos autores na área da saúde, da psicologia e da sociologia, ainda que não usem o nome de "psicossociologia", demonstram uma preocupação com a evidência da complexidade do sujeito psicossocial, o que leva ao reconhecimento também da importância dos estudos interdisciplinares do ser humano em situação social.

Isso ocorre porque o campo da psicossociologia, como afirma Nasciutti (1996), é o dos grupos, instituições, conjuntos concretos, nos quais o indivíduo se encontra e que mediatiza sua vida pessoal e a coletividade. Daí o sentido de se pesquisar bairros, não como delimitação espacial, mas como construção coletiva de *comunidade.*

Cabe aqui refletir também sobre o termo *comunidade,* considerando que este é um conceito com várias vertentes e, por vezes, polêmico, que convém ser problematizado.

Para Giralda Seyferth (2000), é importante discutir os usos contemporâneos desse conceito reapropriado enquanto categoria social. O conceito migrou entre as várias ciências, sendo também utilizado por Organizações Governamentais e Não Governamentais, tornando-se uma noção corrente no vocabulário político de distintos segmentos sociais e no do Estado, assim como do senso comum e intelectual.

> Neste processo de ‘migração’ a noção de comunidade perde seu caráter de unidade em si, de uma forma de relação social, passando a ser utilizada para designar certos fenômenos de cultura, reportável a sistemas de representação e marcadores identitários (SEYFERTH, 2000, p. 03).

Segundo o Dicionário de Sociologia de Oxford (MARSHALL, 1994), o conceito de Comunidade encerra um jogo particularmente constituído dos relacionamentos baseados em algo que os participantes têm em comum — geralmente um sentido comum de identidade. É usado freqüentemente para denotar um relacionamento de solidariedade sobre uma área comum de vida e de interesses.

Surge então uma disputa pela redescoberta do simbolismo da comunidade (em uma linha de pensamento ainda do século XIX), que identifica esta forma de associação social com a ‘sociedade boa’, e com todas as formas de relacionamento que são caracterizados por um grau elevado de intimidade pessoal, da profundidade emocional, do compromisso moral, da coesão social e da continuidade no tempo. Temeu-se que estas fossem precisamente as características que estavam desaparecendo na transição da sociedade basicamente rural para uma sociedade urbano-industrial. Este argumento do desaparecimento da comunidade era central no trabalho de Ferdinand Tönnies (1957), tido como o fundador da teoria da comunidade. Ele apresentou os retratos ideais-típicos desta forma de associação social, oferecendo um estudo de contrastes entre a natureza solidarística de relações sociais na

Comunidade e as relações em grande escala e impessoais nas sociedades industrializadas.

Desta forma, Tönnies (1957) introduziu o dualismo "sociedade (*Gemeinschaft*) / comunidade (*Gessellschaft*)" no discurso científico contemporâneo. Tönnies propõe que o conceito de *sociedade* corresponda à vontade consciente e nascida do arbítrio dos respectivos membros, enquanto o de *comunidade* corresponderia a uma vontade essencial ou orgânica.

D'Ávila Neto, entretanto, entende que esta leitura dicotômica seja insuficiente, uma vez que tanto na "comunidade" quanto na "sociedade", há a presença dos movimentos de unificação e de fragmentação, colocadas por Tönnies (1957) como pólos antagônicos.

> O conceito de comunidade ganha uma importante dimensão. Sua discussão não se restringe a um universo fechado, a uma unidade que engendra iguais ligados pela solidariedade. Comunidade e Sociedade deixam de ser tipologias antagônicas, do mesmo modo que relações macro e microssociais (D'ÁVILA NETO, 2002, p. 01).

É nessa ampliação dos conceitos de Comunidade e de Sociedade proposta por D'Ávila Neto (2002) que o estudo de comunidade realizado nesta pesquisa ganha sentido, uma vez que, por se tratar de uma "comunidade" urbana, sua relação com a "sociedade" é tão íntima e indissociável quanto limitada e fragmentada.

1.2.1 Sobre as limitações da categoria *Comunidade*

Em Lakatos (1995) encontramos o termo Comunidade como sendo:

> (...) essencialmente ligada ao solo, em virtude dos seus componentes viverem de maneira permanente em determinada área, além da consciência de pertencerem, ao mesmo tempo, ao grupo e ao lugar, e de partilharem o que diz respeito aos principais assuntos das suas vidas. Têm consciência das necessidades dos indivíduos, tanto dentro como fora do seu grupo imediato e, por essa razão, apresentam tendência para cooperar estritamente (LAKATOS, 1995, p. 87).

Este conceito vai ao encontro daquele proposto por Marshall (Dicionário de Sociologia de Oxford, 1994. Op. Cit) e traz limitações a esta categoria analítica, uma vez que parece não levar em conta três aspectos que se configuram como essenciais nas relações de grupo: as intersecções entre o local e o não-local; a permanência do individual/privado no corpo do coletivo/público; as divisões, a heterogeneidade e os conflitos inerentes à concepção de grupo.

Alguns autores como Leeds & Leeds (1978) e Souza (2001), ao revisitarem o termo *comunidade* optam por abrir mão de sua utilização, propondo novas construções lingüísticas e conceituais. Desta forma, parece relevante que o conceito de comunidade, embora seja utilizado no presente estudo, seja antes problematizado.

Acerca do primeiro aspecto destacado — sobre as construções Locais e Não-locais nos estudos de *comunidade* — cabe ressaltar que, muito embora a polaridade entre local e global já tenha sido objeto de amplo debate, permanece um lapso nos estudos de comunidade ao ignorarem as ações de um sobre e sobre o outro.

O conceito de *comunidade* aparece como referencial analítico a partir dos anos 1970, para a psicologia. Todavia, a descoberta — ou a invenção — desta categoria não foi um processo específico da psicologia social. Maciel (1998), ao investigar este conceito, vai até o estudo das ciências naturais — teorias sobre as comunidades vegetais e animais — de onde as ciências humanas importam (ou se apropriam) e ressignificam a idéia de *comunidade,* inicialmente pela sociologia e posteriormente por todas aquelas ciências que dela derivam ou se utilizam. Esta autora identifica a Escola de Chicago como pioneira na proposição do estudo de comunidades, populações e grupamentos humanos através da chamada Ecologia Humana.

Na década de 1960 alguns pesquisadores da Escola de Sociologia de Chicago identificaram e descreveram a possibilidade de se fazer pesquisa etnológica sobre dinâmicas sociais em centros urbanos (COULON, 1995).

Segundo Coulon (1995), a partir daí essa Escola passou a considerar a cidade como centro de estudos por excelência da sociologia, "que deveria estudar o homem em seu ambiente natural, à maneira dos escritores naturalistas" (COULON, 1995, p. 84). Com essa proposta, a Escola de Chicago inicia uma série de estudos sobre grupos urbanos, caracterizando-os segundo suas particularidades.

Entretanto, as *comunidades* estudadas cada vez menos apresentam fronteiras explícitas entre o *dentro* e o *fora*, ou entre a *comunidade* e o *outro*. Mesmo os estudos de regionalismos já não podem ignorar as influências — em via dupla — das dinâmicas e acontecimentos globais.

Sabemos que a própria noção de globalismo *versus* regionalismo é limitada. Ao pensarmos em "nações", podemos identificar os movimentos *nacionalistas* como resistência aos movimentos de globalização internacional. Por outro lado, os nacionalismos não deixam de ser propostas de globalização interna, pois caracteriza um englobamento que unifica aspectos intra-nacionais específicos por grupos e regiões. Em um mundo ainda povoado de nacionalismos de todos os tipos, cheio de heranças e mitos presentes na vida sociocultural de povos e coletividades, os grupos sociais não suportam facilmente a força mais ou menos inexorável da globalização do capitalismo (IANNI, 1999).

> No interior da mesma nação há grupos e classes sociais, empresas e corporações, partidos políticos e correntes de opinião pública que se identificam com a nação, o território, a pátria, a reserva de mercado, a moeda, o hino, a bandeira, as tradições, os monumentos, as ruínas, a soberania, o projeto nacional. Esse é o contexto em que se desenvolvem tensões e atritos, simultaneamente aos arranjos e às acomodações. Esses são os três emblemas com os quais se confrontam uns e outros no fim do século XX e quando se anuncia o XXI: nacionalismo, regionalismo e globalismo. São totalidades que se submetem reciprocamente, em termos históricos e teóricos (IANNI, 1999, p. 46-47).

Os movimentos regionalistas são, muitas vezes, ferramentas de vitalização regional que podem levar ao fortalecimento do nacionalismo.

> As ressurgências de localismos, provincianismos, nacionalismos, etnicismos, racismos, fundamentalismos e outras manifestações multiplicam-se no âmbito da globalização em curso no final do século XX. Quando o Estado-Nação se debilita, simultaneamente ao declínio do princípio da soberania e à transformação da sociedade nacional em província da sociedade global, ressurgem uma ou várias daquelas manifestações (IANNI, 1999, p. 38).

Para esse autor, isso ocorre porque a globalização da mídia, juntamente com o *marketing,* o consumismo e a cultura de massa, penetra e recobre as realidades nacionais, constituindo o imaginário das populações e modificando as relações que os grupos têm com eles mesmos e com os outros, com seu passado e seu futuro (IANNI, 1999).

A questão é que, apesar desta globalização das tecnologias de informação e comunicação, a cultura é alvo de adaptações, apropriações

e transformações, mas é também foco de resistência ao movimento de globalização, principalmente cultural.

> Es que también parece ser bastante evidente que sólo muy pocos quieren que nuestro planeta sea una 'aldea global', en sentido cultural, cuyos vecinos vivan privados de diferencias e intimidades. Al contrario, hay suficientes señales de no sólo inconformidad, sino simplemente rechazo a tales sueños de los universalistas tecnócratas (DEMBICZ, 2000, p. 21).

Considerando a necessidade de se discutir amplamente os globalismos e regionalismos existentes nas relações de bairro e as construções das populações locais com estas questões, o conceito de comunidade como proposto por Tönnies (1957), em sociologia, parece ter se tornado limitado.

Para Leeds & Leeds (1978), assim como para Souza (2001) os estudos de comunidade se localizam na pesquisa antropológica como um recurso limitado porque importam os métodos de estudo utilizados em pesquisas de tribos isoladas e os aplicam às comunidades urbanas, desconsiderando as especificidades das relações entre grupos, na cidade. Neste sentido, Leeds & Leeds (1978) propõem como alternativa aos conhecidos "estudos de comunidade" os conceitos de *localidade* e de *instituições supralocais*[3], para caracterizar as construções espaciais e

[3] Nesta pesquisa compreendo estas ferramentas conceituais como complementares para analisar o bairro estudado. Entretanto, entendo que estes conceitos não substituam o de Comunidade, mas sim contribuem para sua análise. Desta forma, compreendo as ferramentas de LEEDS & LEEDS (1978) favorecem a compreensão das relações entre o local, o global e o

relacionais de grupos comunitários urbanos e seu entrelaçamento com instituições que estão presentes em seu cotidiano, mas não são essencialmente locais.

Muito embora a compreensão de comunidade utilizada no presente estudo abarque aquilo que esses autores chamaram de *local* e de *supralocal,* optei por manter a expressão "estudos de comunidade". Acato as sugestões de ampliação do conceito, mas não entendo que seja necessário abrir mão da expressão, que já vem sendo problematizada em estudos sociais.

Com relação ao segundo aspecto — a permanência do individual no corpo do coletivo — proponho uma nova ampliação do conceito de Comunidade. Acrescento ao conceito já citado a discussão sobre a presença e a valorização do individual e a tênue margem entre o privado e o público, tendo como fundamentação as reflexões de Baumann sobre *identidade e comunidade;* de Sawaia (1996) sobre *individual e coletivo;* de Negt (2002) e de Schwarcz (2002) sobre *público e privado;* e de Pratt (1992) sobre *centro e periferia.*

---

supralocal (instituições que atravessam de forma transversal o local e o global, como o Estado e a Igreja, entre outros), mas não descarto a noção de Comunidade, como sugerem os autores.

Bauman (2003) comenta que a palavra “Identidade” significa aparecer, ser diferente — assim a procura da identidade não pode deixar de dividir, separar.

> No entanto a vulnerabilidade das identidades individuais e a precariedade da solitária construção da identidade levam os construtores da identidade a procurar cabides em que possam, em conjunto, pendurar seus medos e ansiedades individualmente experimentados e, depois disso, realizar ritos de exorcismo em companhia de outros indivíduos também assustados e ansiosos (BAUMAN, 2003. p. 21).

Para Bauman (2003), na história moderna, a noção de “Identidade” surge como *substituta da comunidade*. “O paradoxo, contudo, é que para oferecer o mínimo de segurança e assim desempenhar uma espécie de papel tranqüilizante e consolador, a identidade deve trair sua origem; deve negar ser ‘apenas um substituto’ — ela precisa invocar o fantasma da mesmíssima comunidade a que deve substituir” (Bauman, 2003. p. 20).

Sobre este tema, Sawaia (1996) comenta que, atualmente, a comunidade vem sendo estudada como categoria de análise por diferentes áreas dos estudos de sociedade. Com os novos processos de globalização e com a aceleração das comunicações, diminuindo ou relativizando distâncias, é preciso rever este conceito, que retoma aos primórdios no sentido de se compreender enquanto inerentemente

paradoxal, uma vez que se trata, ao mesmo tempo, de categoria de integração e de autonomia.

Para Sawaia (1996), Comunidade é um conceito que está presente de forma intermitente na história das idéias. Esta autora relaciona esta intermitência ao recorrente conflito entre o coletivo e o individual, nos estudos sobre o ser humano. O conceito de Comunidade

> ... aparece e desaparece das reflexões sobre o homem e sociedade em consonância às especificidades do contexto histórico e esse movimento explica a dimensão política do conceito, objetivado no confronto entre valores coletivistas e valores individualistas (SAWAIA, 1996, p. 37).

O movimento individualista surgiu para fazer frente à ordem feudal injusta, que levava para a sociedade iluminista resquícios de dominação e exploração pautados na lógica da interdependência básica do período medieval. Este movimento "anticomunitário" ganhou força principalmente graças às revoluções francesa e industrial. Para aqueles que defendiam o racionalismo econômico, a idéia de comunidade era um inimigo do progresso tão desejado (SAWAIA, 1996).

Assim, o conceito de comunidade proposto por esta autora pressupõe também a individualidade, o que afasta a idéia de um conjunto que só existe enquanto unidade consensual. Essa idéia de homogeneização pode negar a noção de comunidade, pois esta "deve

oferecer um espaço total de atitudes particulares" (SAWAIA, 1996, p. 38).

Os estudos de comunidade de periferia urbana nos remetem, em certo grau, à busca de uma compreensão daquilo que hoje se constitui como *cidade*. A cidade, para Negt (2002), é o lugar onde se ensaia a convivência com o outro que nos é desconhecido.

> Com outras palavras, essas formas de desenvolvimento urbano em que surge também uma espécie de direitos civis estão intimamente ligadas ao lugar em que as pessoas podem encontrar-se sem se estranhar pelo fato de serem estranhos (NEGT, 2002, p. 22).

Para este autor, o que faz com que uma cidade exista como tal é a tolerância para com o estranho, o que pressupõe que os cidadãos entendam sua cidade como sua, como um contexto próprio de vida.

Negt (2002), concordando com Sawaia (1996), lembra que durante a república romana predominou o domínio territorial comunitário, e os Gregos sempre lutaram pela conservação de um pedaço do terreno comunitário. Depois veio a privatização. Ressalta também a origem do termo "privado", derivado do verbo *privare*, que significa "tomar", "retirar", "roubar". Roubar de quem? "Originalmente se rouba da comunidade, suspendendo o seu direito. Na origem não está o privado e sim o comunitário" (NEGT, 2002, p. 22-23).

As noções do privado e do público, ao contrário do que propõe o pensamento moderno, se sobrepõem e se complementam na realidade brasileira, cuja modernidade se constrói cotidianamente de forma ímpar, como afirma Schwarcz (2002, p. 09) ao comentar que além da constatação de que "a afirmação de um depende da realidade do outro, o que se verificou foi a singularidade de sua utilização no Brasil".

Segundo esta autora, grande parte da população de periferia brasileira (urbana e rural) que tem dificuldades no acesso a propriedades e aos meios mais elementares para a sobrevivência, sofreu as decorrências históricas do exercício frágil da cidadania e da fraca representação do Estado. Em seu lugar surgem novas noções do que hoje é "público" e do que cabe, em contraposição, à esfera do privado. O privado não se estabeleceu no Brasil como um modelo fechado, como se esperava dos países modernos. Em nosso país o privado foi se afirmando enquanto um processo histórico mediante um fator complicador: o desconhecimento sistemático da esfera pública (considerando que grande parte da população constrói uma percepção equivocada do Estado e das instituições representativas). Desta forma,

> ...ocorre uma espécie de releitura do privado, desfocado dessa maneira. Além disso, diante da evidência de uma realidade global, a privacidade ficou como que sitiada, já que até dentro de casa não se está mais na "intimidade do lar". Visitantes cujas regras de etiqueta não primam pela discrição, como a televisão, o computador e a Internet, fazem com que o âmbito doméstico esteja conectado com o

> mundo de fora, o que cada vez mais esfumaça as fronteiras entre o público e o privado (SCHWARCZ, 2002, p 09).

Sendo assim, as relações constituídas nessas comunidades de periferia enredam de forma bastante particular as esferas do público e do privado.

Por este motivo, como lembra Pratt (1992[4]), as relações entre o centro e a periferia não se constituem apenas numa construção vertical e unidirecional, como podem sugerir à primeira vista, mas enveredam caminhos em vias de mão dupla, uma vez que as verdades universais, aparentemente impostas pelo centro são, na prática, assimiladas, redimensionadas, apropriadas e transformadas pela periferia, que oferece às propostas iniciais uma nova leitura, como que num movimento de mediação, intérprete entre dois campos. Este fenômeno, que Ortiz (1983[5]) chamou de transculturação, contribui para compreendermos uma outra expressão, também sugerida por esta autora: a noção de Zona de Contato.

A idéia de zona de contato é um conceito que pretende contestar a polaridade centro-periferia ou dominador-dominado. Propõe um olhar para além desta dicotomia, encontrando no espaço das relações entre as partes a elaboração e a reinvenção de sentidos, significados e

[4] A este respeito, cf. PRATT, Mary Louise. *Imperial Eyes*. London; New York: Routledge. 1992.
[5] A este respeito, cf. ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales. 1983.

identidades. A zona de contato está intimamente articulada ao conceito de "transculturação" de Ortiz (1983) segundo o qual “as sociedades em contato não apenas assimilam atitudes, valores e conhecimentos, mas operam processos criativos de seleção daquilo que recebem e utilizam” (ORTIZ, 1983. p 02).

É sob esta perspectiva que proponho aqui estudar uma comunidade da periferia urbana de Vitória, não como dominada pelo centro, mas como produtora de identidades locais, ora agregadora de sentidos, ora propositora de autonomias entre grupos.

O terceiro aspecto a ser levado em conta nesta problematização do conceito de *comunidade* — as divisões, a heterogeneidade e os conflitos inerentes à concepção de grupo — surge como resultado dos dois primeiros. Parte da afirmativa de que realizar pesquisa social em comunidade implica garantir os espaços das diferenças. Essa expressão da diversidade pode, em alguns momentos, ser elemento de identidade comunitária e, em outros, um disparador de conflitos internos, divisões e reconfigurações de redes relacionais.

Retomando o conceito de *comunidade* já apresentado anteriormente, amplio alguns aspectos que considero relevantes para se trabalhar com esta categoria analítica. Assim, na presente pesquisa,

Comunidade “é essencialmente ligada ao solo, em virtude dos seus componentes viverem de maneira permanente em determinada área, além da consciência de pertencerem, ao mesmo tempo, ao grupo e ao lugar, e de partilharem o que diz respeito aos principais assuntos das suas vidas” (SAWAIA, 1996, p. 38). Entretanto, nem sempre têm consciência das necessidades dos indivíduos, tanto dentro como fora do seu grupo imediato e, por essa razão, nem sempre apresentam *tendência para cooperar estritamente*, por ser o tempo-espaço onde co-existem eventos locais e não-locais, em que as esferas do público e do privado se enredam de forma particular, e no qual a afirmação da individualidade pressupõe um coletivo não-consensual.

Com os estudos urbanos é comum encontrar tentativas de “deificar” as visões de grupo dando a esse conjunto o nome de Comunidade. Entretanto, nessa pesquisa o que busquei, assim como Costa (1998) no bairro da Urca, foi “evitar a polarização traiçoeira que ou colocaria o bairro numa redoma ou, pelo reverso, o faria parte neutra, sem explicações específicas, do conjunto” (COSTA, 1998, p. 39-40). O que procurei garantir foram uma escuta e uma percepção dos moradores e de suas falas, sem perder de vista o “diálogo salutar com o geral” (Costa, 1998). Sendo assim, como afirma esta autora, no estudo de comunidades “não se pretende, pois, uma exegese periférica, destituída de malícias” (COSTA, 1998, p. 40).

Neste estudo, o conceito que adoto é aquele proposto por Costa (1998), no qual Comunidade é um conjunto que produz um "...discurso particular, desdobrado em falas localizadas, mas que se reintegram num discurso coletivo (...). Um *ir e vir* dialético, um movimento recíproco de influências" (COSTA, 1998, p. 40).

O Bairro tem sua própria história, mas existe também uma história da cidade de Vitória e de cada uma de suas regiões. São histórias entrelaçadas no conjunto, mas diferentes em suas particularidades. É, pois, com intenção de dialogar com a perspectiva conjuntural que propus realizar o estudo do bairro como forma de releitura e reconstrução coletiva da memória local. Este é o caso da Ilha das Caieiras e entorno, bairros da periferia de Vitória, constituídos historicamente entre o manguezal e as urbanizações.

1.2.2 **Sobre bairro, memória e relações entre moradores.**

As comunidades são complexos que integram as relações entre tempo, espaço e moradores. Frochteigarten (2005) e Sarlo (2007) lembram que, exatamente nas situações em que as pessoas foram ameaçadas de terem suas memórias "apagadas", caindo no esquecimento, o testemunho e o relato oral voltaram a ter valor acadêmico-científico.

> A Shoah e a bomba nuclear, justamente eventos que

> ameaçaram suas vítimas de apagamento e esquecimento, transformaram o testemunho sobre o passado em uma modalidade decisiva de relacionamento dos homens com os acontecimentos (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 06).

Embora a memória e o relato oral tenham recuperado seu *status* no meio acadêmico (FROCHTENGARTEN, 2005; SARLO, 2007), ainda são poucos os trabalhos que investem em dar voz à memória e estudar em profundidade o que dizem moradores antigos de determinada localidade. Raros e recentes também são os investimentos em compreender as relações que se instauram de forma dinâmica entre esses moradores, construindo noções de grupos e sub-grupos e caracterizando seus lugares, dentro da comunidade.

Alguns estudos já realizados neste sentido nos ajudam a identificar diferentes movimentos existentes no interior das comunidades pesquisadas, como nos relatos a seguir.

Em Barão Geraldo, distrito do município de Campinas, no estado de São Paulo, no interior de São Paulo, ao investigar a memória local e as relações entre o bairro Barão Geraldo e a cidade de Campinas, Smith (2002) comenta que a pesquisa mostra “dois lugares diferentes, com características simbólicas diferentes, histórias diferentes, "status" diferentes... configurando dois grupos se relacionando ‘*contrastivamente como complementares’*" (SMITH, 2002, p. 211).

O bairro de Barão Geraldo constrói a memória da ocupação do bairro e as mudanças de condição de vida como parte do processo de formação de um "bairro rural". Esta situação se constituiu a partir da chegada de migrantes e imigrantes que tinham como principal objetivo, com seu deslocamento para a região,

> ... adquirir sua pequena propriedade de terra (perdida ou não) e se possível perto de alguma cidade, onde poderiam viabilizar a vida com sua famílias e talvez mesmo obter algum lucro com a "venda do excedente" na cidade (SMITH, 2002, p. 208).

Posteriormente, com o desejo de crescimento — e a histórica associação da noção de crescimento à de progresso — os moradores de Barão Geraldo participaram de mobilizações para a implantação da Universidade Estadual de Campinas, a UNICAMP, em seu território, circundada por *bairros universitários.* Entretanto, as estratégias de venda de lotes e casas no local garantiam aos novos moradores uma proposta de bairro voltado para a classe média-alta, e com o tempo, os baronenses (moradores de Barão Geraldo) perceberam o significado disso.

> Desde então, baronenses e novos moradores demonstram conviver em conflito, com diferentes modos de vida, diferentes costumes, valores, idéias e gostos, tentando implantar concepções de "cidade" completamente opostas (SMITH, 2002, p. 217).

Já em Acari, conhecida favela do Rio de Janeiro, Souza (2001) identifica como uma de suas primeiras descobertas ao se aproximar daquela comunidade, o fato de ali não haver uma *Favela de Acari*, mas sim quatro localidades: Vila Esperança, Parque Acari, Coroado e Amarelinho. Entre elas, às vezes surgem relações de aproximação, às vezes de distanciamento. Em outras palavras, às vezes essas comunidades falam em nome de "Acari" na primeira pessoa do plural — nós, de Acari — às vezes falam pura e simplesmente em nome de sua localidade, e aí o *resto* de Acari vira *os outros.*

Além disso, em cada uma dessas localidades existem várias "micro-áreas" que representam as diferenças existentes dentro de uma mesma localidade (por exemplo o grupo dos nordestinos, que constituem as microáreas de Barreiras e de Madureira, na localidade de Coroado, nos estudos de Souza, 2001). Entre essas micro-áreas não há intimidade. Há sim fronteiras, não raras vezes consideradas intransponíveis, transformando o geograficamente perto em simbolicamente longe. Ali, "a distância simbólica é muito representativa" (SOUZA, 2001, p. 68).

Em Wiston Parva [nome fictício da localidade estudada], bairro industrial de um distrito do interior, na Inglaterra, Norbert Elias (2001) identificou uma relação de conflito entre os moradores mais antigos e os mais recentes, semelhante às relações entre grupos encontrada na

comunidade pesquisada no presente estudo. Para Elias, o tempo de residência em um mesmo local garantiu um *status de antigo* aos primeiros moradores, mas, mais do que isso, garantiu que entre eles se criassem laços e normas de grupo que tanto serviam para criar coesão no grupo como para afastar os novos moradores das redondezas.

Nas regiões portuárias do Rio de Janeiro (THIESEN, BARROS e SANTANA, 2005; SANTANA E QUEIROZ, 2005) foram realizadas pesquisas referentes à memória de bairro. Na zona portuária as relações entre o grupo e o espaço parecem ter se constituído em torno do imaginário de trabalho no Porto, uma vez que seus primeiros moradores tinham essa característica. Sendo assim, mais tarde, quando os planos de melhoramento e expansão da área fizeram com que várias residências fossem colocadas à venda na região, e conseqüentemente trouxeram pessoas "de fora", que não eram "da estiva", para o bairro, as relações entre os dois grupos se constituíram de forma tensa. A chegada desses novos moradores parecia implicar a "decadência" do bairro (SANTANA e QUEIROZ, 2005).

No bairro da Urca (COSTA, 1998), também no Rio de Janeiro, diferentemente da zona portuária, o imaginário do bairro se constrói em torno da paisagem, que dá à região um ar bucólico, e da história (cuja origem se vincula à construção do forte), que remete à noção de bairro seguro e tranqüilo. Ali, o que se constitui em um *outro* é,

principalmente, o *resto* da cidade do Rio de Janeiro, que parece assumir um ritmo diferente daquele vivido e valorizado no Bairro da Urca.

Em Franca, município do interior de São Paulo, Miranda (2003) identificou a crescente busca espontânea por atividades que promovam o encontro intergeracional. Este autor compreende esses dois grupos como constituintes de uma mesma comunidade, distanciados por mecanismos modernos de segregação etária. Fala da memória dos grupos mais velhos e dos novos saberes, dominados pelos grupos mais jovens. Entretanto, sua análise visa descrever possíveis atividades de aproximação entre gerações promovendo, assim, a valorização da pessoa idosa, constatando mas não se atendo à descrição de conflitos e intensidades nessas relações.

Por outro lado, em sua pesquisa com a comunidade de pescadores da Pedra da Guaratiba, no Rio de Janeiro, Pimentel (2004) descreve diferentes relações dos moradores entre si e com aquilo que é *de fora*. No estudo da memória deste grupo, a autora identifica os conflitos entre os pescadores e *os outros,* caracterizados pela presença dos moradores da ocupação do Rio Piraquê (ocupação desordenada ao longo do Rio Piraquê), pelas novas práticas de pesca (práticas predatórias as quais descaracterizam o ambiente natural, que passa a ser desconhecido para os pescadores) e os projetos de urbanização uniformizada da orla (Projeto Eco-Orla Pedra, do Poder Público).

Na Ilha Grande, no Rio de Janeiro, Prado (2003) identifica interessantes construções de memória coletiva e diferentes relações entre as redes de moradores e freqüentadores da região. As memórias de um certo grupo de moradores sobre o "tempo do presídio" (época em que funcionava um grande presídio na Ilha) remetem à sensação de segurança e paz, provocando sentimentos nostálgicos. Esses se queixam do crescimento desenfreado e temem que a Ilha se transforme em algo semelhante à Angra dos Reis (município vizinho, fortemente explorado pelo turismo). Por outro lado, há moradores que desejam e mitigam o crescimento da região, visando o turismo.

As relações entre os moradores da Ilha Grande e os *de fora* (pesquisadores e turistas, em sua maioria) criaram uma denominação que simboliza essa relação: *nativos* e *não-nativos*. Nesta diferenciação, o grupo *nativo* ganha o status de *exótico* – contraditoriamente ao significado da palavra exótico: "o que é de fora" – ao mesmo tempo sendo "atrativo" do lugar para os turistas e constituindo movimentos de resistência à exploração exacerbada do turismo local (PRADO, 2003).

Esta relação entre diferentes grupos de moradores em uma mesma localidade, em princípio, não se constituiu em objetivo da presente pesquisa, mas surgiu desde a coleta de dados preliminares de campo e se confirmou neste material levantado sobre o estado da arte em estudos de

comunidade, mostrando-se relevante o suficiente para ser discutida em particular, como poderá ser visto na análise dos dados.

1.3 O TEMPO E O ESPAÇO NA RELAÇÃO ENTRE GERAÇÕES

Durante milênios, em diversas culturas, conhecimentos foram transmitidos através de uma longa cadeia de tradição oral. Neste universo, o da palavra falada, surge a figura do contador de histórias: "o homem, ou a mulher, geralmente de idade avançada, que tem a função de passar para as gerações mais novas a sabedoria universal" (ALVES, 2003, p. 03).

Entretanto, em nossa sociedade, esse lugar e esse papel da pessoa idosa vem perdendo relevância. Assim como o idoso, a criança também não tem um lugar garantido de expressão própria dentro da sociedade, como informam Lopes et alii (2001). Para estas autoras, a infância "de parcela significativa da população brasileira encontra-se na indigência, vivendo em situação de vulnerabilidade extrema" (LOPES *et alii*, 2001, p. 49). E, como discutem estas mesmas autoras, é importante que, na pesquisa em comunidades, possamos pensar na criação de um *lugar/papel* para a criança e para o idoso que os coloque enquanto sujeitos de direito, apresentando aos adultos jovens da comunidade a oportunidade para revisitar seus próprios conceitos de infância e de velhice.

Por este motivo, nos estudos de memória de bairro, podemos tomar como possibilidade a reinvenção deste *lugar* da infância e da velhice no interior das comunidades, a partir do diálogo entre essas gerações, em direção à construção da memória coletiva.

A construção da memória coletiva passa pela construção de um espaço coletivo (de convivência, de lutas e divergências); pela vivência de um tempo comum (relacionado aos fatos que marcam esse tempo); pela constituição de um grupo. Esta construção é produto da relação entre o tempo, o espaço e o grupo, que caracteriza uma *geração* de moradores. A partir de um determinado momento, o grupo institui as memórias desta relação.

Segundo Miranda (2003), a infância, a adolescência e a velhice foram socialmente inventadas, e reinventadas a partir da modernidade. Ele comenta que a noção de *gerações* é uma construção social que se concretiza "pelo estabelecimento de valores morais e expectativas de conduta para cada geração em diferentes etapas da história. Como um dos sintomas da modernidade, as gerações são descobertas" (MIRANDA, 2003, p. 01).

Na medida em que novas construções vão sendo propostas, produzem-se também novas memórias. Essa permanente sobreposição e reinvenção de memórias, que embora venham de diferentes gerações e de

tempos diferentes são contemporâneas no presente, se dá no interior das comunidades, em seus núcleos familiares, de trabalho e de negociação, seja no espaço privado seja no espaço coletivo.

A conterraneidade e a contemporaneidade entre duas ou mais gerações promove uma relação entre elas que nem sempre é amigável. "O contato entre gerações é constante e inevitável, estando sempre uma geração sob os cuidados de sua precedente e sendo responsável por sua superação" (MIRANDA, p. 04). Por essa necessidade de superação de uma geração por outra, movimento cada vez mais presente na modernidade, muitos valores e memórias tendem a ser propositalmente deixados de lado, num movimento de criação do novo que nega o velho a partir de sua subestimação ou desvalorização.

Desta forma, as construções de uma geração moderna, ao contrário do que se poderia encontrar em sociedades da Antigüidade, se apóiam na destituição da força, da verdade e das relações construídas pela geração anterior.

Segundo Sarlo (2007):

> Trata-se da crise, também moderna, da autoridade do passado sobre o presente. O novo se impõe ao velho por sua qualidade libertadora intrínseca. Nesse corte entre o novo e o velho, a subjetividade não está em jogo, pelo menos não em primeiro lugar. A crise da idéia de subjetividade vem e outros processos e posições, de

> grande expansividade para além do campo filosófico, a partir dos anos 1970. (...) quando essa guinada do pensamento contemporâneo parecia completamente estabelecida, há duas décadas, produziu-se no campo dos estudos da memória e da memória coletiva um movimento de restauração da primazia desses sujeitos expulsos durante os anos anteriores (SARLO, 2007, p. 31).

Esse investimento de retomada daquilo que já foi valorizado, neste caso o testemunho de velhos, busca os efeitos morais da memória contada, mais do que o resgate do sujeito-testemunha. "É uma dimensão coletiva que, por oposição e imperativo moral, se desprende do que o testemunho transmite" (SARLO, 2007, p. 36).

Temos então, de um lado, a reconquista dos diálogos entre as gerações e de outro a apropriação, pelo narrador, deste papel social. Esses dois pólos, no testemunho, tornam-se indissociáveis.

As construções intergeracionais da memória, como comentam Carreteiro e Freire (2006),

> ... não ocorrem unicamente em momentos privilegiados, mas estão presentes durante todo o processo de vida dos membros de uma família. Elas são fruto de um constante trabalho interpsíquico e intrapsíquico familiar e transgeracional, relacionado às condições sócio-históricas (CARRETEIRO e FREIRE, 2006, p. 03).

A memória, que na sociedade moderna parece ter um valor limitado à geração que a produziu, aqui ganha um tom de desafio: tornar interessante e relevante às novas gerações aquilo que um dia teve

importância para seus idosos. Esse desafio é o desafio da contemporaneidade: vencer as barreiras impostas pela modernidade entre as gerações, permitindo que estas possam ser interlocutoras na construção de um presente e um futuro em comum partindo de uma memória também comum. Para isso, nem tanto o velho precisa se impor ao novo, nem tanto o novo ao velho. Antes, o que se pretende é um diálogo que constrói pontes e redes entre novos e velhos, produzindo respeito à diacronia, reconhecimento da sincronia e, em alguns casos, se licenciando criações anacrônicas.

Vale lembrar que, para Halbwachs (2006), a memória é sempre anacrônica, uma vez que conduz um movimento diacrônico e sincrônico simultaneamente.

CAPÍTULO 2. ENTRE A PESQUISADORA E A PESQUISA: TRAJETÓRIA PESSOAL, *BIASES* E IMPLICAÇÕES COM O TEMA.

Há no espaço da pesquisa uma troca que configura transformações tanto do pesquisador quanto da população pesquisada a respeito daquilo que, inicialmente, se caracterizou como problema.

Para Thiollent (2002, p. 43) "as transformações se difundem através dos discursos, da denúncia, do debate ou da discussão. O que é transformado são as representações das situações em que atuam os interessados e os seus sentimentos de hostilidade ou solidariedade". Esta percepção da pesquisa enquanto atuação transformadora coaduna com a proposição de Desenvolvimento local e sustentável e com a noção de educação ambiental sócio-ambiental apresentada no capítulo anterior.

Sobre as contribuições do pesquisador e da comunidade pesquisada Becker (1999) chama a atenção para a necessidade de se explicitar a relação existente entre o pesquisador, o informante e o grupo observado, uma vez que tal relação certamente terá influência no percurso da pesquisa.

A este respeito, comenta que, na equação grupo-informante-observador, um informante pode, enquanto está sozinho com o

observador, dizer ou fazer coisas que reflitam com exatidão suas perspectivas, mas que seriam inibidas pela presença do grupo. Por outro lado, a presença do grupo pode estimular comportamentos que revelam mais exatamente a perspectiva da pessoa, mas que não seriam verificados exclusivamente na presença do observador. De qualquer forma, é preciso ter claro que a maneira como os sujeitos definem o papel do observador no grupo afeta o que dirão para ele e o que deixarão de dizer.

Além das relações dos sujeitos pesquisados com o tema, o espaço e as outras pessoas envolvidas, também as relações que o pesquisador tem ou constrói com o tema, com os sujeitos e com o espaço pesquisado levam a uma quadro de implicações entre o pesquisador e a pesquisa. No caso da pesquisa social qualitativa, isso não invalida os resultados, mas dá a eles novas nuances (como afirma BECKER, 1999) tanto mais claro tais implicações sejam explicitadas.

O percurso acadêmico que me conduziu à questão deste estudo e, portanto, a esta pesquisa será aqui narrado brevemente, considerando que esta minha trajetória até o momento em que me vi pesquisando a Memória Coletiva na Ilha das Caieiras, em Vitória, contribui para explicitar minhas implicações com a pesquisa desenvolvida. Espero, com esta breve narrativa de minha caminhada acadêmica, facilitar as considerações cabíveis e a compreensão tanto dos caminhos percorridos quanto das lacunas — sempre presentes — deixadas no trabalho.

Segundo Becker (1999), a pesquisa sociológica permite afirmar que as dificuldades inerentes à situação observacional (os *biases* – ou implicações, tendências e interpretações – do pesquisador, das pessoas que ele estuda, e mesmo as restrições da própria comunidade) são variáveis que não invalidam os dados obtidos. Primeiro, porque, em seu cotidiano comunitário, os sujeitos observados já se encontram expostos aos habituais constrangimentos das relações públicas e privadas, tendo pessoas, pressões e julgamentos "mais relevantes para sua vida do que a presença do pesquisador" (Becker, 1999, p. 75); segundo, porque a observação local oferece mais possibilidades para a coleta de dados, garantindo espaço para a sobreposição de dados e reestruturação das hipóteses, incluindo considerações sobre tais implicações.

É importante, portanto, reconhecer na trajetória profissional do pesquisador o caminho que percorreu até chegar à presente questão, identificando suas tendências no que se refere à escolha do grupo pesquisado, à metodologia selecionada e às leituras que propõe dos dados, em sua análise. Esse procedimento, ao contrário do que possa sugerir a primeira vista, não invalida os dados, mas os localiza e às suas análises, tanto mais explicitadas sejam as implicações do pesquisador. Sendo assim, segue-se breve leitura de minha trajetória como pesquisadora.

Sou terapeuta ocupacional sanitarista, tendo desenvolvido minha

pesquisa de especialização com idosos institucionalizados, em 1996, na Universidade Federal de São Carlos, no interior do Estado de São Paulo. Naquele estudo tomei conhecimento de vários diferentes métodos de pesquisa, tendo selecionado a coleta quali-quantitativa de dados referentes à vida de pessoas idosas institucionalizadas. Para a análise dos dados, trabalhei com métodos de estatística tendo como ferramenta de avaliação o teste de X^2 (Qui-Quadrado), usado para análises estatísticas de variáveis qualitativas. Os dados coletados e posterior análise contribuíram para a comprovação de minhas hipóteses a respeito da consciência corporal alterada destes idosos. Porém, mais do que isso, aquela pesquisa contribuiu para meu crescimento como pesquisadora, pois tive minha primeira percepção de limitação do método, uma vez que uma série de dados que pude observar não foram relatados na pesquisa, pois os métodos selecionados não comportavam considerações qualitativas mas amplas.

No início de 1998 eu e mais um colega de trabalho fomos convidados pela Equipe de Pesquisa em Memória, Cultura e Educação do Centro de Memórias da Universidade Estadual de Campinas (CMU/Unicamp) a participar de um programa de educação não-formal, na área de ciências. Esta equipe de pesquisa trabalhava com uma proposta multidisciplinar na qual os profissionais envolvidos apresentaram vários sub-projetos de intervenção nas áreas de ciências, arte-educação, fotografia, áudio-visual, entre outras. Nosso projeto

dentro da equipe era voltada para a Educação Ambiental com crianças e professores. Com a proposta de avaliar esse projeto, em 1999 ingressei no mestrado em Metodologia de Ensino, na UFSCar, onde fui orientada pelo Professor Dr. Nivaldo Nale. Este orientador, embora não tivesse escolhido para si a trajetória da pesquisa social, me permitiu e me incentivou a encontrar meu próprio caminho na academia, apoiando minhas escolhas e me ajudando a fundamentá-las. Também contei com a co-orientação da Professora Dra Léa Beatriz Teixeira Soares, terapeuta ocupacional, que me ajudou a não me perder nem perder de vista meus próprios objetivos pessoais e profissionais nesta pesquisa.

Naquela pesquisa, entre outras atividades, as professoras e crianças envolvidas desenvolveram um estudo da memória do bairro com moradores idosos no entorno da escola. Escolhi trabalhar com a pesquisa qualitativa durante o mestrado, buscando bases teóricas principalmente no referencial de Marli André (1995)[6]. Esta pesquisa me aproximou da metodologia qualitativa, além de reforçar minha tendência em estudar as relações de grupos com a questão do meio ambiente. Também nesta pesquisa pude me envolver e desenvolver questões referentes ao diálogo entre diferentes gerações, aprofundando meus estudos em pesquisa social. Considerando minha formação inicial, escolhi estudar mais sobre a Terapia Ocupacional Social, cujos princípios serviram para fundamentar minha prática profissional, meus ensaios em pesquisa

acadêmica e meu olhar para os sujeitos tanto de minha pesquisa quanto de minha prática terapêutica ocupacional.

Em 2002, tendo me mudado para Vitória, participei do III Seminário de Meio Ambiente e Comunicação da Companhia Siderúrgica de Tubarão do Espírito Santo — CST/ES. A partir deste seminário passei a integrar um grupo de docentes do ensino superior organizado pela CST com objetivo de estudar Educação Ambiental, no qual conheci o Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro, da Faculdade de Educação da UFRJ, durante um mini-curso promovido pela CST. Devido à afinidade teórica, começamos a escrever juntos um artigo que foi publicado em dezembro daquele mesmo ano[7]. Foi esse professor que me ajudou em minhas pesquisas sobre programas de doutorado, falando-me do EICOS — Programa de Mestrado e Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, vinculado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Este programa me interessou bastante, pois trabalha, a partir de uma abordagem psicossociológica e um enfoque interdisciplinar, questões sociais e ambientais.

Visando focar no doutorado, desde 2002 passei a oferecer disciplinas relacionadas com aquilo que seria meu objeto de pesquisa:

---

[6] ANDRÉ, Marli C. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, Papirus, 1995.

[7] LOUREIRO, C. F. B. ; COSTA, S. L. . Educação Ambiental, corpo e sociedade. **Educação em**

grupos sociais. Durante a disciplina de saúde coletiva conheci e aprofundei minha relação com o bairro Ilha das Caieiras, vizinho ao *campus* Universitário da Faculdade de Saúde e Meio Ambiente de Vitória – FAESA, na qual eu era professora.

Quanto mais eu estudava sobre a Terapia Ocupacional Social mais me parecia clara sua conjugação com a abordagem psicossociológica, em pesquisa social. Ao final de 2004 participei do processo seletivo para o curso de doutorado no Programa de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – EICOS/UFRJ, sendo aprovada com o projeto Memória de bairro e representações sociais de saúde, trabalho e ambiente na Ilha das Caieiras, ES, sob orientação da Prof ª Drª Tania Maria de Freitas Barros Maciel.

Em março de 2005 iniciei como aluna regular do curso de doutorado cumprindo todas as disciplinas obrigatórias e toda a carga horária de disciplinas optativas necessária. Quanto mais estudava sobre Ecologia Social e Comunidades, mais me parecia que meu foco caminhava para a educação de forma explícita, e por isso investi cada vez mais em estudar Educação Ambiental, que já havia sido tema de meu mestrado.

Também em março deste ano iniciei a coordenação de um projeto de Iniciação Científica envolvendo alunos dos cursos de terapia ocupacional, psicologia, odontologia, ciências biológicas e comunicação social cujo título era Educação Ambiental na Escola da Ilha das Caieiras, que tangenciava a idéia daquilo que seria minha pesquisa de doutorado.

A pesquisa sobre Educação Ambiental na Escola da Ilha das Caieiras que vinha desenvolvendo com alunos da FAESA foi concluída em novembro de 2006, tendo em vários momentos se entrelaçado com a pesquisa do doutorado e passado por processos de influência mútua. Inevitavelmente as pesquisas se complementaram, de forma que, por um lado, muitas das narrativas sobre memórias do bairro (objeto de estudo da pesquisa de doutorado) ocorreram nas dependências da escola e, por outro lado, os estudos sobre educação ambiental acabaram encontrando nos estudos da memória sua fundamentação teórico-prática.

Curiosamente, na medida em que a Educação Ambiental ficava mais clara para mim e mais delimitada nessa pesquisa de Iniciação Científica, me ajudando a perceber minha profunda ligação com o tema, fui identificando que, em minha pesquisa de doutorado, ela não era um eixo central. Talvez pudesse aparecer como eixo coadjuvante, ou ainda como meta do trabalho com memórias, mas a Educação Ambiental em si

não estava presente em minha pesquisa de campo nem em minhas proposições teóricas de base. Assim, com muita tristeza, fui aos poucos desligando este tema da pesquisa, para poder focar minhas atenções nos estudos de memória e de comunidade a partir do olhar da terapia ocupacional social e da abordagem psicossociológica, passando a aprofundar meus conhecimentos em metodologia da pesquisa social qualitativa. Neste momento, os estudos sociológicos de Norbert Elias (2001), Howard Becker (1999) e Mª Cecília Minayo (1994) tiveram grande importância para minha compreensão e delimitação do problema. Além destes, os autores da psicossociologia e da ecologia social balizaram meus investimentos nos estudos de comunidade (MACIEL, 1998; NASCIUTTI, 1996; DÁVILA NETO, 2005 entre outros). Na medida em que a memória coletiva se delimitou como objeto em meu campo de pesquisa, também os estudos do Programa de Memória e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, assim como de Ecléa Bosi (2004) e de Halbwachs (2006) também se tornaram relevantes.

De forma surpreendente a noção de Educação Ambiental surgiu nas falas dos moradores entrevistados, algumas vezes, quando objetivavam falar da memória do bairro de forma pedagogizante, com as crianças.

Ao final, quando identifiquei os temas que atravessavam os

discursos e se apresentavam como dilemas dos estudos sociais, a questão do desenvolvimento e do planejamento para o futuro, mais uma vez, me remeteu aos discursos de educação ambiental com os quais me coaduno, quais sejam, aqueles que identificam essa prática como um exercício de reflexão e planejamento para a sustentabilidade das relações entre o ser humano e seus espaços, dos mais imediatos aos mais universais (LOUREIRO, 2004). Por este motivo a Educação Ambiental voltou a figurar em meu texto, não mais como base teórica, mas como ferramenta de análise das narrativas sobre as memórias do bairro estudado.

A minha forte relação com o bairro desde 2002, o contato constante e freqüentes caminhadas nos bairros Ilha das Caieiras e São Pedro I e II com as Agentes Comunitárias de Saúde, minha aproximação com professores, pedagogos, diretores e alunos da escola, minha crescente paixão pelos movimentos sociais da região — o Movimento Comunitário, o Projeto Congo na Escola, a Rede de Ações Integradas de São Pedro e muitos outros — me ajudaram a construir, com o tempo, uma implicação com meu objeto que iria —e certamente vai — muito além das fronteiras da neutralidade. Entretanto, o fato de não buscar neutralidade, segundo Becker (1999) não significa abandonar a cientificidade do estudo, pois:

> (...) a observação do campo tem menos probabilidade, em relação aos métodos mais controlados de laboratório e entrevistas de '*surveys*', de permitir que o pesquisador influencie com seus *biases* os resultados que obtém nas

> direções sugeridas por suas próprias expectativas, crenças e desejos (BECKER, 1999, p. 70).

A todo tempo me permiti envolver, sem deixar de perguntar, como sugere Becker (1999). Assim, a questão da pesquisa foi o gume, o corte necessário para definir o caminho que garantiria aos resultados a característica de dados científicos, sem precisar sustentar a falsa ilusão ou pretensão se ostentar o título de “neutralidade científica”.

CAPÍTULO 3. RECURSOS METODOLÓGICOS PARA O TRABALHO DE CAMPO.

Esta pesquisa se caracteriza como psicossociológica, considerando que são os aspectos psicológicos e sociais que, em conjunto, produzem aquilo que apresento aqui como meu objeto de estudo: a memória social. Sendo assim, enquanto pesquisadora, não pretendo buscar fundamentação científica em aspectos de neutralidade que me afastem temporal ou espacialmente deste objeto. Ao contrário, busco uma aproximação deliberda com meu objeto de estudo, uma vez que este estudo se encontra dentro do campo da psicossociologia. Como lembra Pedro (2003), na pesquisa psicossociológica:

> … não podemos tomar a distância que, de certo modo, conforta o historiador clássico — para quem a objetividade do fato estaria garantida pela distância no tempo; e nem tampouco desejamos nos valer da neutralidade científica — delimitando um recorte capaz de garantir a distância entre nós e nosso "objeto". Muito ao contrário, nossos esforços de pesquisa se conduzem na atualidade e se dirigem à compreensão do tecido social que nos envolve, do sujeito que somos e do modo como produzimos conhecimento (PEDRO, 2003. P. 29).

A psicossociologia envolve levantamento, descrição e interpretação de produções coletivas, buscando registrar fenômenos da vida cotidiana.

Nesse sentido, a psicossociologia encontra-se no campo da Pesquisa Social. Como afirma Minayo (2004, p. 20), “entrar no campo da Metodologia da Pesquisa Social é penetrar num mundo polêmico onde há questões não resolvidas e onde o debate tem sido perene e não conclusivo”.

As ciências naturais e exatas tendem ainda hoje a desacreditar as propostas de ciências sociais que não considerem, como elas mesmas, a sistematização numérica e a observação dos fenômenos a partir do critério de replicabilidade. A este respeito, Elias (1970) comenta que “muitas palavras e conceitos cujas formas atuais derivam essencialmente da interpretação de fatos naturais foram transferidos indevidamente para a interpretação dos fenômenos humanos” (ELIAS, 1970, p. 18).

Sendo assim, já em 1950 e anos seguintes, esse autor afirmava que caberia às ciências que estudam os fenômenos humanos e sociais criarem seu próprio arcabouço de conceitos, assim como ferramentas de pesquisa próprias.

Por outra via, Minayo (2004) busca esclarecer algumas daquelas que chamou de *questões não resolvidas* e indicar alguns caminhos, destacando como especificidades da Pesquisa Social: o fato de o objeto da Pesquisa Social ser *histórico* e, portanto, possuir *consciência histórica;* a existência de uma identidade entre o *sujeito e o objeto da*

investigação; o aspecto *intrínseca e extrínsecamente ideológico* da Pesquisa Social*;* o objeto da Pesquisa Social ser *essencialmente qualitativo*.

Considerando os aspectos descritos por Minayo (2004) como específicos de uma Pesquisa Social, o presente estudo, ao se caracterizar como uma Pesquisa Social, também asssume o caráter essencialmente qualitativo proposto por esta autora.

Assim como a Pesquisa Social, a Pesquisa Qualitativa tem sido em certas circunstâncias criticada pelos pesquisadores mais conservadores que a denunciam como *não-científica*, especialmente quando conta com a participação ativa dos sujeitos pesquisados no direcionamento da própria pesquisa, ou quando seus dados se pautam principal ou exclusivamente em informações orais. Entretanto, ao contrário do que sugerem tais críticas, Minayo (2004) defende que o qualitativo e o diálogo não são anti-científicos mas sim propõem uma ciência que não pressupõe a neutralidade do pesquisador nem a objetividade dos resultados.

Para tanto, o pesquisador social lança mão de ferramentas metodológicas que favorecem a delimitação de seu campo de pesquisa e de seu objeto de estudo, assim como contribuem para a condução da coleta de dados e, posteriormente, para sua análise.

3.1 CIRCUNSCRIÇÃO DO CAMPO E DO OBJETO

Nesta pesquisa, proponho trabalhar com a memória de bairro narrada pelos moradores mais antigos dos bairros Ilha das Caieiras e entorno às crianças de sua convivência. Esta escolha deveu-se a uma série de fatores que convergiram para a delimitação desses grupos e dessa estratégia. Em primeiro lugar, a opção de pesquisar não apenas a memória mas também sua construção no diálogo intergeracional vem da intenção de, além de analisar as memórias, analisar também as *formas como são construídas* essas mesmas memórias no encontro com outras gerações. Isso me conduziu a pensar nas construções de memória entre pais e filhos.

Entretanto, o fato de que os filhos dos moradores mais antigos do bairro já são, invariavelmente, adultos, coloca-os também no lugar de trabalhadores e provedores de seus lares, mantendo-os ocupados durante a maior parte do dia e, portanto, pouco disponíveis pra os encontros propostos neste estudo, para registro intergeracional das memórias. Este fator me fez buscar uma outra geração, mais distante talvez e, portanto, menos conhecedora das memórias a serem narradas, porém mais disponível, suponho, para esse diálogo intergeracional.

A distância entre as gerações mostrou-se não um obstáculo, mas um facilitador do processo de construção coletiva da memória do bairro,

uma vez que, por não conhecerem boa parte das histórias contadas, as crianças poderiam apresentar mais interesse nas narrativas. Assim, cheguei aos sujeitos da pesquisa: moradores antigos e crianças da região.

Os moradores mais antigos da região foram denominados aqui como *idosos,* não necessariamente em função de sua idade – que muitas vezes não se encaixava nesta classificação etária. Eles foram assim chamados principalmente a partir do recurso antropológico de respeito à autodenominação e reconhecimento coletivo, o que conferiu legitimidade à utilização do termo *idoso* como adjetivação dos narradores.

3.1.1 O campo de Pesquisa – breve caracterização

O campo desta pesquisa foi definido como sendo a Ilha das Caieiras e alguns bairros de seu entorno. Essa definição de campo *a priori* deveu-se à história bastante peculiar da região, já de conhecimento público na cidade de Vitória, e a meu contato com as Agentes Comunitárias de Saúde do bairro, anterior ao início da pesquisa, como docente universitária. Sendo assim, o bairro foi definido como unidade de estudo.

A Ilha das Caieiras situa-se na Zona Norte/Noroeste de Vitória, junto a um dos canais do estuário do Rio Santa Maria (Canal de Vitória).

É uma área tradicionalmente de pescadores e vem passando por um processo de ocupação desordenada e urbanização que se acelerou a partir de fins da década de 1970.

As transformações inerentes ao desenvolvimento urbano têm provocado mudanças significativas nas características sócio-culturais, ambientais e ocupacionais da região. O manguezal que separava a Ilha das Caieiras do continente foi aterrado; novas famílias foram morar na região, tanto em invasões sobre o manguezal quanto em pequenas casas de alvenaria construídas aos poucos no entorno do manguezal; surgiram comércios locais e instituições do poder público, como unidades de saúde e escolas. O crescimento da população local por um lado criou divisões internas, por outro facilitou a formação de organizações civis como associações e cooperativas.

A região pesquisada é hoje composta por um complexo de instituições públicas, privadas e de terceiro setor que incluem escolas municipais, particulares e estaduais; Unidades Básicas de Saúde; comércios variados (desde pequenas empresas familiares até lojas de grandes redes nacionais); organizações sociais em torno do comércio de mercadoria ilícita; Organizações Não Governamentais de diferentes origens — endógenas, exógenas e mistas — e com diferentes objetivos — ações assistencialistas, educativas e de promoção de cidadania, entre

outras; igrejas de diferentes denominações; uma prefeitura local; um Centro Universitário; várias associações e cooperativas.

Com o desenvolvimento urbano, recentemente uma nova característica desses bairros passou a ser considerada uma vocação da região: o turismo culinário — caracterizado principalmente pela formação de uma cooperativa de desfiadeiras de siri e pela recuperação ambiental do Canal de Vitória, que favoreceram o surgimento de restaurantes com propostas de pratos típicos e vista paisagística para o Canal.

3.1.2 Diálogo entre pesquisas: o mesmo campo, diferentes olhares.

Parte desta pesquisa foi desenvolvida a partir de um projeto de Iniciação Científica com alunos de graduação de diferentes cursos da Faculdade de Saúde e Meio Ambiente de Vitória – FAESA, na qual eu era professora. Essa faculdade se localiza nas imediações da região pesquisada, o que favoreceu minha aproximação com aquela comunidade através de visitas constantes durante minhas aulas práticas.

No decorrer da pesquisa de doutorado, entretanto, a necessidade de selecionar autores, métodos e percursos foi, aos poucos, distanciando-a da pesquisa de Iniciação Científica, mantendo alguns elos, mas não mais o mesmo caminho, como havia previsto inicialmente.

Assim, os encontros entre crianças e idosos que ocorreram na escola constituíram-se no material da pesquisa de Iniciação Científica, que se desenrolava essencialmente no espaço escolar, mas para a presente pesquisa este material era insuficiente, levando-nos a novos encontros, realizados nas residências dos narradores.

A pesquisa de Iniciação Científica propunha a realização de momentos de entrevista feitas pelas crianças com os moradores mais antigos do bairro, indicados por elas mesmas (avós, vizinhos), sobre as memórias do bairro. Os primeiros contatos ocorreram através das Agentes Comunitárias de Saúde do bairro, com as quais eu já mantinha contato, devido às atividades práticas das disciplinas que lecionava, e através da escola, onde se encontrava a maior parte das crianças da região. Essas duas estratégias de indicação e aproximação com os entrevistados foram utilizadas, mas a pesquisa de Iniciação Científica se restringiu às entrevistas indicadas e realizadas na escola. Esta escola é fruto de muita luta da população local, tendo inclusive sido nomeada de "Grito do Povo" pela comunidade, passando a Francisco Lacerda de Aguiar, posteriormente, por intervenção da administração municipal.

Entretanto, no decorrer da pesquisa, fomos identificando que a escola atualmente perdeu um pouco desta característica de "conquista popular", se localizando no bairro como uma instituição alienada das questões locais. Os parâmetros e diretrizes curriculares, o material

didático e o grande rodízio de professores entre as escolas da rede pública eram, entre outros, fatores que favoreciam esse tipo de configuração na relação escola-bairro.

Embora tivesse uma abertura e um desejo da equipe, as professoras desconheciam a história do bairro – mesmo a história oficializada pela mídia e pelos historiadores do estado – e desta forma, distanciavam-se, sem perceber, das produções culturais de suas crianças, conhecendo pouco ou nada de suas realidades cotidianas. Estas professoras demonstram interesse em conhecer e se aprofundar nessas histórias. Porém, o muro da escola ainda parecia, inicialmente, um divisor de mundos: do muro para dentro, era o Estado; do muro para fora, o bairro.

Este processo de realização de entrevistas nas dependências da escola acabou por selecionar os entrevistados, limitando quase que apenas ao grupo de moradores de São Pedro, uma vez que alguns moradores – principalmente aqueles da Ilha das Caieiras – preferiam ficar em suas próprias casas, e deixavam claro seu desconforto na relação com esse *outro* que era a escola.

Por outro lado, o presente estudo já vinha caminhando em paralelo à pesquisa da Iniciação Científica, se beneficiando da proximidade com as Agentes Comunitárias de Saúde para iniciar o contato com algumas

famílias, tanto de São Pedro quanto da Ilha das Caieiras. Neste momento, a pesquisa de Iniciação Científica manteve seus esforços direcionados para a escola e a pesquisa de doutorado caminhou para os outros recantos do bairro: a praça, a marina (chamada pelos moradores de *píer*), as casas, as ruas.

3.1.3 O objeto de estudo

Os métodos de observação participante e de relatos orais de história de vida e de memória do bairro favorecem a identificação de *nuanças,* artifícios e percepções da história vivida/construída, no passado e no presente. Essas memórias e as formas como se constroem suas narrativas com as novas gerações constituem o objeto de estudo desta pesquisa.

A proposta de trabalhar com a construção de memória coletiva a partir do encontro intergeracional entre idosos e crianças proporciona não só a valorização do idoso e da criança, mas também uma revisão do lugar do adulto como parâmetro de Ser Humano, em nossa sociedade.

> … tanto para as crianças, que só têm futuro, quanto para os velhos, que só têm passado, não há presente, são todos marginalizados, privilegiando-se a figura do adulto. Podemos falar sobre o mito do adulto como um ser pleno e acabado, identificado com atributos não alcançados pelos mais jovens, como domínio de si, capacidade de manter compromissos, desempenhar seu ofício e transmitir a vida (MIRANDA, 2003, p. 03).

Sendo assim, cabe aqui ressaltar que a construção intergeracional da memória a partir de narrativas de moradores antigos às suas crianças é ao mesmo tempo objeto de estudo e estratégia de coleta de dados, podendo também se constituir em um mecanismo de transformação social.

Este processo é mais amplo, portanto, do que a caracterização da realidade à luz de conhecimentos prévios: constitui-se em um movimento de construção de conhecimentos (MINAYO, 2004).

Minayo (2004) comenta que os sujeitos da investigação social são construídos teoricamente enquanto parte do *objeto de estudo*, que aqui são representados pelos moradores-narradores e pelas crianças-ouvintes. No campo, estes atores sociais constroem uma relação com a pesquisa e com o pesquisador gerando um produto diferente da realidade observada pela comunidade e igualmente diferente das hipóteses do pesquisador.

3.1.4 Ferramentas do método

Para alcançar o objetivo de identificar as formas de construção da memória do bairro entre gerações, era preciso delimitar mais claramente o campo de pesquisa. Para tanto, tendo como base as sugestões de Costa (1998) para se trabalhar com Memória de Bairro, foram selecionados algumas ferramentas metodológicas.

a) Ponto Zero

O *ponto zero* é uma entrevista de caráter exploratório realizada com um dos sujeitos pesquisados ou um colaborador que conhece o grupo a ser estudado e sua história. Essa entrevista contribui para criar um quadro de referências de pessoas e fatos, além de indicar o caminho a ser percorrido nas entrevistas seguintes e estabelecendo uma linha de análise para as histórias (COSTA, 1998a).

b) Pergunta de corte

A *pergunta de corte* é definida por Costa (1998a) como "a questão que deve perpassar todas as entrevistas e deve fazer referência à comunidade do destino que marca a identidade do grupo estudado" (COSTA, 1998a, p. 9). Esta pergunta ajuda a delimitar o objeto de estudo e a conduzir as narrativas em direção a esse objeto.

c) Colônia ou Comunidade de destino

Uma *comunidade de destino* pode ser descrita como uma reunião de pessoas com características afins, e sua relações com as *redes* das quais faz parte (COSTA, 1998a). A caracterização da *comunidade destino* é um recurso básico no estudo de memória de bairro, uma vez que o bairro não se constitui apenas por sua circunscrição geográfica,

mas principalmente por aqueles que constroem este espaço enquanto bairro.

d) Rede de relações

Uma rede, nesse caso, é constituída por subgrupos da colônia (COSTA, 1998), ou grupos da comunidade. O estudo de comunidades e a compreensão das redes que a integram pode ser um forte recurso de valorização e potencialização de redes sociais.

Para Kadushin (2004), rede social é um conjunto de relações que ligam pessoas, posições sociais, grupos e organizações. Marteleto (2001, p. 72) define rede como um sistema de nodos e elos; uma estrutura com fronteiras; uma comunidade não-geográfica; um sistema de apoio ou um sistema físico.

Nos estudos de Análise de Redes Sociais torna-se importante compreender quem é o ator, qual é a rede da qual se fala e quais são as relações que se estabelecem entre eles. A este respeito, Silva et al (2006) discutem que:

> Um *ator* em Análise de Redes Sociais é uma unidade discreta que pode ser de diferentes tipos: uma pessoa, ou um conjunto discreto de pessoas agregadas em uma unidade social coletiva, como subgrupos, organizações e outras coletividades. O *laço relacional,* também denominado simplesmente laço ou *ligação* (*linkage*), é responsável por estabelecer a ligação entre pares de

> atores. Os tipos mais comuns de laços são: a avaliação individual (por exemplo, amizade ou respeito); a transação e a transferência de recursos materiais (uma transação de compra e venda entre duas empresas); a transferência de recursos não materiais (a troca de mensagens eletrônicas) ou não; a associação ou afiliação que ocorre quando os atores participam de eventos em comum (festas, igreja); a interação (sentar-se próximo a outra pessoa); a movimentação e a conexão física e social (vizinhança); laços entre papéis formais (laço de autoridade chefe-subordinado em uma empresa); e relações biológicas (pai e filho) (SILVA et al, 2006. p. 182).

Neste sentido, o que caracteriza o *ator* são suas características individuais, enquanto que as *relações* se definem por todo o conjunto de laços que respeitam o mesmo critério de relacionamento, a partir de um conjunto de atores (SILVA et al, 2006).

Ao realizarmos estudos de comunidades de periferia urbana, é comum encontrarmos as chamadas *redes multi-relacionais,* que são aquelas nas quais existem mais de um tipo de laço, logo, mais de uma relação (como no exemplo das referências: 'ser parente de' ou 'trabalhar junto com').

Ainda para estes autores, pode-se trabalhar com os conceitos de *grupo* e de *sub-grupo,* onde um *grupo* é "um conjunto finito que engloba todos os atores para os quais os laços de determinado tipo foram mensurados", enquanto que *subgrupo* é um subconjunto de atores e todas as possíveis relações – conjuntos de laços – entre eles. Dentro destes conceitos, portanto, uma rede social se constitui de "um ou mais

conjuntos finitos de atores [e eventos] e todas as relações definidas entre eles" (SILVA et al, 2006, p. 182).

O objetivo da análise de redes seria o de demonstrar como os comportamentos e/ou opiniões dos indivíduos dependem das estruturas às quais eles se inserem (MÂNGIA, 2005, p. 25). As características individuais são ferramentas para analisar o conjunto das relações estabelecidas através das interações de um indivíduo com o outro.

Elias (2000) sugere que, no estudo de um grupo social, as relações entre os integrantes é sempre, em algum momento, uma relação de diferenciação (entre eles mesmos ou entre eles e *os outros*), assim como também é, em algum momento, uma relação de identificação (com eles mesmos ou com *os outros*).

e) Delimitação dos sujeitos

Meu contato com a comunidade pesquisada é anterior ao desenvolvimento deste estudo, uma vez que atuei como professora universitária em uma Instituição de Ensino Superior instalada na região (e ainda atuava no início da pesquisa), promovendo freqüentes visitas de meus alunos aos bairros vizinhos à instituição. As visitas concentram-se principalmente na Unidade Básica de Saúde e na Escola Municipal de Ensino Fundamental.

Assim, o contato com os entrevistados foi feito a partir dessas duas vias: na primeira, procurei alguns dos moradores mais antigos a partir de indicações feitas pelas Agentes Comunitárias de Saúde do bairro. Na segunda via, o contato foi feito com crianças da escola do bairro, que indicaram e convidaram seus avós a participar das entrevistas sobre a história do bairro. Em ambas as vias contei com participação de alunos de Iniciação Científica que se envolveram com algumas etapas da pesquisa, como já foi dito[8].

Os estudos de memória pessoal e de bairro comumente apresentam os nomes originais dos lugares e das pessoas entrevistadas (COSTA, 1998,a; BOSI, 2004). Entretanto, Elias (1980) informa ao seu leitor que, por ter identificado conflitos pessoais entre moradores entrevistados, preserva, em seu texto, os nomes originais, utilizando nomes fictícios.

No presente estudo, considerando que em algumas narrativas os moradores manifestaram desafetos pessoais e grupais, apesar do consentimento para uso de suas falas, alguns destes entrevistados solicitaram que seus nomes não fossem mencionados. Desta forma, os nomes aqui utilizados são fictícios, protegendo a identidade dos narradores. O tratamento dado aos entrevistados ("*Dona"* para as

[8] COSTA et al. Memória da Ilha das Caieiras e de São Pedro: uma ferramenta para a Educação Sócio-Ambiental. Pesquisa de Iniciação Científica. Faculdade de Saúde e meio Ambiente de Vitória – FAESA. 2006.

mulheres e "*Seu*" para os homens) foi o mesmo usado pelas pessoas que me apresentaram a cada um dos narradores.

Visando obter dados prévios sobre a visão dos entrevistados acerca do universo a ser estudado, realizei com *Dona* Eleonora — primeira entrevista, indicada pelas Agentes Comunitárias de Saúde — a entrevista inicial: o *ponto zero*. Essa primeira entrevista ocorreu em agosto de 2005, na escola do bairro, local escolhido pela entrevistada, tendo a participação de seu neto, aluno da quarta série da mesma escola, e outras três crianças de seu círculo de convivência. *Dona* Eleonora é moradora do bairro São Pedro II há 34 anos.

Esta moradora falou sobre sua infância, que não foi no bairro, mas em uma cidade do interior do estado, e de sua mudança para a Ilha das Caieiras, nos anos 70, quando sua mãe veio em busca de emprego. A maior parte de sua fala girou em torno das histórias sobre o *mangue* (manguezal), sobre a *maré* (canal de Santa Maria – parte do mar que se encontra com o manguezal) e sobre o *lixão* (aterro sanitário da Prefeitura Municipal de Vitória que, por muito tempo, funcionava nas imediações da Ilha). Falou com precisão da diferença geográfica e histórica entre os bairros Ilha das Caieiras e São Pedro.

A partir dessa entrevista foi possível caracterizar a colônia — ou a comunidade — a ser estudada, pois pude investigar e constatar a

diferenciação feita entre os bairros. Ao ser perguntada sobre a Ilha das Caieiras, *Dona* Eleonora respondeu:

> *Aqui não é Ilha das Caieiras não! Aqui é São Pedro! A Ilha das Caieiras é só aquele pedacinho dali até a maré* [gesticulando em direção ao manguezal]. *Essa história toda que estou te contando é de São Pedro, foi aqui que começou mesmo o bairro, a gente passou muita luta mesmo. Aqui o pessoal era muito unido.*

Com essa fala, *Dona* Eleonora explicita algo que depois voltou a aparecer em outras narrativas. O bairro é composto de dois grupos de moradores: os moradores que se consideram *moradores tradicionais*, que são os *moradores da Ilha das Caieiras*; e os moradores que se intitulam *moradores da Invasão* (região do aterro do manguezal), que são os moradores de São Pedro. Embora essa caracterização inicial tenha ocorrido ainda de forma incipiente, facilitou o delineamento das *comunidades de destino,* que foram assim definidas: moradores da Ilha das Caieiras e moradores de São Pedro I e II.

Com objetivo de criar uma linha mestra que norteasse as entrevistas estabeleci como *pergunta de corte* "Como ocorreram as principais transformações no bairro, e como você os vivenciou?". A linha central das entrevistas foi a constituição de um discurso de vida cotidiana tendo como cenário o bairro Ilha das Caieiras e adjacências em diferentes momentos de sua história.

Cada pessoa entrevistada indicava um novo narrador a ser consultado. A partir da noção de *redes de relações* foram respeitas essas indicações. Assim, foram feitas as entrevistas com alguns moradores antigos do bairro e, na medida em que se caracterizava a divisão em dois grupos diferentes de moradores (os da Ilha e os de São Pedro), foram feitas novas entrevistas, para garantir a representação de ambos os grupos.

Considerando a *rede de relações* que favoreceu a indicação entre os narradores, é preciso considerar que as narrativas que neste estudo caracterizam os moradores de cada um dos grupos participantes — quais sejam: moradores da Ilha das Caieiras e moradores de São Pedro I e II — são desenhadas a partir do olhar daquele pequeno círculo de relacionamento.

O pequeno número de entrevistados (oito) denota o caráter qualitativo deste estudo. O recurso utilizado para identificar o momento em que poderiam cessar as coletas de novas narrativas foi o da *saturação*, que prevê a possibilidade de coletar memórias coletivas contatando novos narradores até o momento em que as narrativas passam a se repetir, demonstrando que há ali uma construção de memória coletivamente legitimada.

Os participantes dos encontros — idosos e crianças — foram abordados em momentos diferentes pela pesquisadora, visando explicitar a cada um dos grupos o objetivo dos encontros. Assim, a partir de conversas informais sobre sua vida e suas relações com o bairro, eu perguntava aos idosos se gostariam de contar às suas crianças toda essa história. Explanei sobre os objetivos da pesquisa e li o termo de consentimento livre esclarecido para cada um deles, deixando o documento para que fosse analisado mais detidamente por cada idoso e sua família. Uma semana após este primeiro contato retornei à casa de cada um deles para verificar se haveria interesse e disponibilidade para participar da pesquisa.

Todos os moradores contatados (a partir das indicações entre eles mesmos) concordaram em participar, passando então a reunir as crianças às quais narrariam suas memórias. Fiz então um encontro com essas crianças, perguntando se conheciam a história do bairro e se sabiam qual foi o papel do idoso a ser entrevistado naquela história. Perguntei também se gostariam de registrar esta história, que era tão importante, para que outras pessoas pudessem também conhecer.

O outro recurso utilizado fez o trajeto inverso: contatei as crianças na escola, introduzindo o assunto da mesma forma descrita acima. Vinte e uma crianças demonstraram interesse em participar, e

levaram os termos de consentimento livre e esclarecido para casa. Marquei um encontro com cada uma das famílias, indo às usas casas para conversar com os pais daquelas crianças sobre a pesquisa. Nestas famílias, seis crianças não puderam participar da pesquisa por impedimento religioso, segundo informações fornecidas por seus pais. As demais tiveram o consentimento dos pais, que ajudaram também a indicar nomes de moradores antigos.

Foram contatadas ao todo quarenta e duas crianças, das quais seis não obtiveram o consentimento dos pais e duas não participaram do momento da narrativa por não estarem presentes no dias e horários acordados. Sendo assim, trinta e quatro crianças participaram desta pesquisa.

Dona Eleonora (ou *Dona* Nora, como era chamada pelas Agentes e pelas crianças) me indicou conversar com *Dona* Gláucia (*moradora de São Pedro*). Ambas (*Dona* Eleonora e *Dona* Gláucia) trabalham hoje na escola do bairro. Sendo assim, as crianças (e seus pais) repetiram a indicação para entrevistar Dona "Nora" e Dona Gláucia, além de me encaminharem para conversar também com *Dona* Sandra, que indicou *Dona* Inês (*moradoras de São Pedro*). As Agentes Comunitárias de Saúde recomendaram também que eu procurasse *Dona* Márcia, que me indicou seu marido, *Seu* Ricardo. *Seu* Ricardo me levou a conversar com

Dona Edith, que me sugeriu entrevistar também *Seu* Beto (todos moradores da Ilha das Caieiras).

Para a participação na pesquisa de campo, os envolvidos assinaram termos de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE I). Alguns preferiram conceder as entrevistas a pequenos grupos de crianças da escola (incluindo seus netos e/ou vizinhos/conhecidos), outros optaram pela realização das entrevistas em suas casas.

Essa forma de seleção de entrevistados contribui para a compreensão das *redes de relações* que se formam no bairro. Por este motivo é o método indicado por Costa (1998) para a realização de entrevistas sobre Memórias de Bairro. Assim se constituiu o quadro de entrevistados na pesquisa, como pode ser visto no Quadro 1.

Morador	idade	entrevistadores	Bairro	Tempo que mora no bairro	Data/local da entrevista	Indicado por:
D. Eleonora	54 anos	Crianças da vizinhança e pesquisadora	São Pedro	34 anos	2005/02 escola	Agentes Comunitárias de Saúde
Sr. Ricardo	85 anos	Pesquisadora, Netos e Crianças da Vizinhança	Ilha das Caieiras	85 anos	2006/02 casa	D. Márcia
D Márcia	80 anos	Pesquisadora e Filha	Ilha das Caieiras	70 anos	2006/01 casa	Agentes Comunitárias de Saúde
Sr. Beto	87 anos	Pesquisadora e Crianças da vizinhança	Ilha das Caieiras	87 anos	2007/01 praça	D. Edith
D. Gláucia	50 anos	Crianças da vizinhança e pesquisadora	São Pedro	26 anos	2006/02 escola	D. Eleonora
D. Edith	84 anos	Pesquisadora e Netos	Ilha das Caieiras	84 anos	2006/02 casa	Sr. Ricardo
D. Sandra	60 anos	Crianças da vizinhança, netos e pesquisadora	São Pedro	35 anos	2006/02 escola	Cças da escola
D. Inês	45 anos	Crianças da vizinhança e pesquisadora	São Pedro	30 anos	2007/01 casa	D. Sandra

Quadro 1: PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Vemos nesse quadro que as redes parecem, em princípio, não se encontrarem. Os moradores de São Pedro indicaram outros moradores de São Pedro para serem entrevistados. Os moradores da Ilha das Caieiras indicaram outros moradores da Ilha das Caieiras para serem entrevistados. Apenas as Agentes Comunitárias de Saúde indicaram moradores de ambos os grupos. Vale lembrar, entretanto, que o próprio grupo de Agentes é composto por moradores de ambos os grupos.

3.2 MÉTODOS DE COLETA

Considerando a natureza do estudo proposto, entendi que os métodos de coleta de dados devessem constar principalmente de entrevistas abertas através de relatos orais e de observação participante. De forma menos central, entretanto, foi realizado também um levantamento de dados documentais e bibliográficos sobre a história oficial da região pesquisada (narrativas oficializadas sobre a memória do bairro em questão) e as relações desta história com contextos estaduais e nacionais.

3.2.1 Narrativas Oficiais [ou *oficializadas*]: Levantamento Documental e Bibliográfico

A primeira coleta de dados feita foi de natureza documental e bibliográfica, objetivando analisar o modo como a comunidade vem sendo localizada no tempo e no espaço, nos registros oficiais. Entretanto esses dados assumem um papel secundário na pesquisa, uma vez que contribuem para a contextualização do objeto de estudo, mas não se constituem eles mesmos em objetos a serem investigados de forma mais aprofundada.

Esta coleta envolveu principalmente pesquisas históricas realizadas nos âmbitos local, regional, estadual e nacional. Em alguns

momentos foram utilizados também narrativas documentais, como recortes jornalísticos, filmes e livros de depoimentos referentes especificamente à comunidade pesquisada.

Parafraseando Costa (1998a), a Ilha das Caieiras e São Pedro foram o *texto* e a cidade de Vitória o *contexto*. Entretanto, em vários momentos da história oficial do bairro, foi preciso tomar como referência não apenas a cidade, mas contextos mais amplos como o estado e o país.

3.2.2 Entrevistas abertas e história oral: relatos intergeracionais

A memória de bairro circunscreve-se no campo da memória coletiva, caracterizada por Halbwachs como:

> ...a memória de um grupo, na qual se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos próximos, os que estiveram mais frequentemente em contato com ele (Halbwachs, 2006, p. 51).

Os moradores antigos narraram aos seus netos e às crianças de sua vizinhança as memórias do Bairro. Esse recurso promoveu uma situação mais *familiar* do que a narrativa clássica de histórias de vida em que o narrador fala ao pesquisador. Além disso, a escolha desta narrativa entre gerações favoreceu a identificação dos percursos e os temas que esses moradores antigos *selecionam* para contar aos netos.

Lembrando Bosi (2004), uma memória se desenvolve a partir de laços de convivência. Sendo assim, ao pensar em relatos orais de história de vida e de memória coletiva poderíamos inferir que o pesquisador em situação de observação participante não se constitui necessariamente em um agente facilitador de processos relevantes de memória coletiva, ainda que em situação etnográfica.

Por este motivo, foi interessante nesta pesquisa a experiência de trabalhar com a narrativa oral de histórias de vida e memórias coletivas entre avós e netos e outras crianças de sua convivência. No contexto do relato oral, a presença da criança pôde conduzir a lembrança em direção àquilo que o entrevistado acreditava ser importante explicitar para as novas gerações e garantir a narrativa a partir dos laços de convivência. Eram crianças, em sua maioria, entre 7 e 12 anos.

Cabe aqui ressaltar duas situações que se destacaram das demais entrevistas. Em uma das entrevistas a representação da *outra* geração se deu pela presença de uma filha da entrevistada, e não de seus netos. Esta filha, já adulta, manifestou desejo em participar da entrevista, o que foi aceito e comemorado pela narradora, *Dona* Márcia. Os netos, que em princípio participariam também, não se apresentaram para a entrevista, o que foi justificado por *Dona* Márcia e sua filha, que disseram ser aquele um período de intensas atividades escolares para as crianças.

Em outra entrevista a presença dos netos foi silenciosa. As crianças eram pequenas (entre 3 e 6 anos) e, como se sabe, nesta faixa etária as crianças dispersam sua atenção facilmente. Em alguns momentos demonstravam maior interesse na narrativa, mas suas intervenções eram rejeitadas pela narradora, *Dona* Edith, que os olhava com reprovação cada vez que era interrompida.

Na maior parte das vezes não fui interlocutora direto na conversa sobre a memória, mas estive junto com as crianças no lugar de ouvinte e, vez ou outra – quando a situação permitia – me expressei verbalmente, como participante. "O *status* mais interessante, neste caso, é o de participante-como-observador, garantindo uma participação a mais profunda possível, utilizando a observação informal" (MINAYO, 2004).

A construção de memória do bairro a partir de relatos orais intergeracionais, além de contribuir para destacar a pessoa idosa e a criança como elementos valorizados socialmente em seu grupo, contribui para a coletivização da memória, favorecendo a produção de memórias familiares e comunitárias.

Sobre a história de vida contada a crianças, Bosi (2004) comenta que, na narrativa, é a essência da cultura que atinge a criança através da memória. A criança recebe do passado não só os dados da história escrita. Ela recebe também — principalmente de seus avós — as raízes

de sua história vivida. Há dimensões da cultura que, sem os velhos, a educação não alcança plenamente.

Halbwachs (2006) sugere que há uma relação com o tempo que aproxima avós e netos: ambos os grupos não se deixam aprisionar pelas armadilhas do tempo presente.

> A criança também está em contato com seus avós, e através deles remonta a um passado ainda remoto. Os avós se aproximam das crianças, talvez porque, por diferentes razões, uns e outros se desinteressam pelos acontecimentos contemporâneos em que se prendem as atenções dos pais (HALBWACHS, 2006, p. 84).

Entretanto, sabendo que esses escritos de Halbwachs datam de 1968, no momento das análises das narrativas proponho um retorno a essas proposições, considerando o contexto desta pesquisa.

No Brasil, sabemos que tanto as crianças — especialmente aquelas que vivem em situação de marginalização econômica-social — quanto as pessoas mais idosas — ainda que já estejam aposentadas — encontram-se cada vez mais dentro deste universo adulto, qual seja: o da preocupação cotidiana com o trabalho e a renda.

Por este motivo, apesar do comentário feito por Halbwachs a respeito das relações entre avós e netos que os afastam (por diferentes motivos) de questões contemporâneas, neste estudo as preocupações as referências feitas ao *tempo presente* surgiram com grande freqüência,

tanto por um grupo quanto por outro (avós e netos).

As entrevistas não foram realizadas a partir de um roteiro fechado, mas sim a partir das curiosidades apresentadas pelas crianças sobre o bairro. Entretanto, na medida em que as entrevistas se desenrolavam fui pontuando algumas questões que trariam informações voltadas para meu objeto de estudo: as transformações do bairro na memória destes moradores. Isso nem sempre foi necessário, pois eu sempre explicava o objetivo da pesquisa tanto para os entrevistados quanto para as crianças, de forma que, muitas vezes, a entrevista já se conduzia ao encontro do objeto de estudo.

3.2.3 História Oral

Assim, para a coleta de dados utilizo o método de história oral (caracteristicamente relatos sobre a coletividade) muitas vezes entrelaçado com relatos de história de vida (caracteristicamente relatos da vida pessoal). Este recurso vem sendo cada vez mais reconhecido no meio acadêmico, principalmente por sua capacidade de alcançar aspectos de situações vividas que outros métodos de coleta dificilmente alcançariam.

Sarlo (2007) comenta que o método de relatos orais é

> ...reconhecido pela disciplina acadêmica, que, há muitas décadas, considera totalmente legítimas as fontes testemunhais orais. (...) Por sua vez, histórias do passado mais recente, apoiadas quase que apenas em operações da memória, atingem uma circulação extradisciplinar que se estende à esfera pública comunicacional, à política e, ocasionalmente, recebem o impulso do Estado (SARLO, 2007, p. 12).

O relato oral da história de vida e da memória de bairro, nesta pesquisa, é antes um dispositivo de coletivização do que de evocação e resgate de algo perdido, uma vez que se propõe a produzir coletividade, e não a pressupor coletividade.

Este método possibilita a participação de pessoas que, por outras vias, possivelmente não teriam seus relatos ouvidos ou valorizados em uma pesquisa acadêmica, permitindo que:

> ...indivíduos pertencentes a categorias sociais geralmente excluídas da história oficial, possam ser ouvidos, deixando registradas para análises futuras suas próprias visões de mundo, bem como as visões do grupo social a que pertencem. E mais: através da história oral podemos gerar fontes de documentação e pesquisa, por meio do registro, transcrição, edição dos depoimentos e testemunhos colhidos durante a pesquisa (COSTA, 1998, p. 8).

É importante para a compreensão desta pesquisa grifar que o compromisso do estudo aqui apresentado não é buscar uma verdade sobre o que aconteceu, mas sim pensar a produção coletiva, no presente, de uma memória do bairro que atravessa direta e cotidianamente a vida social dos participantes.

3.2.4 Observação Participante e Etnografia

Na pesquisa social qualitativa a observação participante é uma ferramenta permanente, com a qual são tecidas considerações a partir das contribuições do sujeito pesquisado e do pesquisador. Segundo Becker (1999), a observação participante é uma ferramenta com a qual o pesquisador coleta dados "através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou organização que estuda" (BECKER,1999, p. 47). Ao deixar de lado o receio de ser um observador participante, o pesquisador tem a oportunidade de realizar uma pesquisa que o permite acessar informações que não seriam alcançáveis nas circunstâncias da observação dita passiva (MINAYO, 2004; BECKER, 1999).

Com relação à participação do sujeito pesquisado, Becker (1999) comenta que isso enriquece a pesquisa na medida em que as diferentes histórias apresentadas não precisam, necessariamente, ser convergentes ou divergentes. O pesquisador em situação de observação participante tem condições de reunir diferentes informações sobre uma mesma história, com perspectivas diversas. Ao invés de julgar quais situações são mais confiáveis, pode ver cada dado como válido em si mesmo, mas utilizá-los de forma relativizada, indicando diferentes conclusões. O pesquisador não argumenta se uma conclusão é totalmente verdadeira ou totalmente falsa.

Para Becker (1999) e Minayo (2004) o pesquisador em situação de observação participante tem condições de reunir diferentes informações sobre uma mesma história, com perspectivas diversas.

O trabalho etnográfico caracteriza a atitude do observador social científico, que consiste em colocar-se no mundo de seus observados, levando em conta as relevâncias dos atores sociais sem perder de vista os objetivos da pesquisa e as fundamentações teóricas de sua abordagem, "abandonando, na convivência, a postura externa de *cientista"* (MINAYO, 2004, p. 140).

Essa característica etnográfica da pesquisa social ocorre já no primeiro contato com a população pesquisada, a partir da observação participante. Portanto, foi ocorrendo ao longo dos meus quatro anos de trabalho como docente na região, desde o momento anterior à coleta das memórias do bairro.

3.3 MÉTODOS DE ANÁLISE

Os dados alcançados a partir do levantamento de outras pesquisas e documentos são apresentados como ferramentas que favorecem a compreensão das produções sociais *oficializadas*, enquanto que as *histórias não-oficializadas* contidas nas narrativas são analisadas a partir de um olhar no tempo presente sobre o passado vivido.

3.3.1 A apresentação dos dados Documentais e Histórico-Bibliográficos

No levantamento de dados histórico-bibliográficos e documentais os dados visam mapear as *narrativas oficializadas sobre o espaço-tempo passado,* tendo como único intuito garantir a identificação das formas como os bairros em questão são percebidos na cidade de Vitória, e os contextos locais e nacionais que contribuíram para esta percepção contemporânea.

Este levantamento foi respaldado principalmente por pesquisas e documentos gerados nos âmbitos local, regional, estadual e nacional, que se referem à região pesquisada e à sua relação com os acontecimentos nacionais. Essas informações foram acompanhadas de considerações sobre os contextos em que tais pesquisas e documentos se produziram.

3.3.2 A Análise de Conteúdo

A Análise de Conteúdo foi utilizada não como a propõem os teóricos que quantificam freqüências, mas como sugerem os adeptos das técnicas qualitativas, que:

> *(a)* colocam em cheque a minúcia da análise da freqüência como critério de objetividade e cientificidade; *(b)* tentam ultrapassar o alcance meramente descritivo do conteúdo manifesto da mensagem, para atingir, mediante a

> inferência, uma interpretação mais profunda (MINAYO, 2004, p. 203).

Para apresentar estes dados é necessário lançar mão de alguns recursos de análise não só dos relatos orais, mas também da cena de tais relatos: a narração, a descrição e a interpretação.

Para Bosi (2004, p. 88) "a narração é uma forma artesanal de comunicação" que cabe ao contador da História de Vida. "Entre o ouvinte e o narrador nasce uma relação baseada no interesse comum em conservar o narrado, que deve poder ser reproduzido" (Idem, p. 90). Por este motivo, a descrição da entrevista precisa guardar traços detalhados da cena e do dito, verbalmente ou não. A descrição é o trabalho detalhado do observador participante. Enquanto as crianças entrevistam seus avós, o observador participante registra o diálogo para posteriormente descrevê-lo, buscando aí também a fidelidade de percurso e de detalhes.

Mas não se deve ter a pretensão nem a ingenuidade de acreditar que descrevendo fielmente os fatos e as narrações o pesquisador estará livre das interpretações. Ainda citando Bosi (2004, p. 91), o fato narrado possui uma amplitude que falta à informação de massa. No fato narrado, "a situação fica aberta à nossa interpretação".

Cabe ao pesquisador não virar as costas à interpretação, mas

explicitar suas inferências e implicações (BOSI, 2004; BECKER, 1999).

As histórias orais contadas pelos moradores entrevistados permitem diferentes leituras sobre as memórias do bairro, ora complementares ora conflitantes entre si e com a história oficial.

A história oral é, portanto, a principal ferramenta utilizada neste estudo, no qual proponho, a partir de observação participante e fundamentada nas teorias da psicossociologia, coletar e analisar as formas como estas Histórias se constroem no momento da narrativa a gerações mais novas, e como o conjunto destas narrativas pode constituir as memórias do bairro.

UNIDADE 2: MEMÓRIAS DA ILHA DAS CAIEIRAS E DE SÃO PEDRO: CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS SOBRE OS DADOS DA PESQUISA

A despeito da obviedade que possa haver nesta frase, cabe dizer que muitas das referências teórico-históricas encontradas sobre o bairro pesquisado foram produzidas no passado, contemporaneamente aos acontecimentos que citam. São, assim, produções sincrônicas aos fatos e suas leituras de então. Trazer esses documentos para esta pesquisa requereu uma leitura — ainda que breve — diacrônica desses documentos. Este processo, embora relevante, ganha um capítulo mas não recebe aqui grande destaque, por não assumir uma centralidade na proposta desta pesquisa, que prioriza as construções de memória coletiva a partir da vivência de bairro às histórias oficialmente registradas sobre este mesmo grupo e espaço.

Por outro lado, as narrativas de memória falam de fatos já ocorridos, ressignificados no presente, ou seja, são releituras e produções sincrônicas daquela memória diacrônica dos fatos. Nesse movimento, as produções de memória não se reduzem ao sincrônico-diacrônico, mas enriquece-se de algo que está na interseção entre estes dois. Na elaboração desta memória local os acontecimentos e suas releituras, ao serem ressignificados, ganham novas interpretações, não

só do tempo em que foram produzidos nem só do tempo presente, mas do interstício têmporo-espacial que permeia as relações de comunidade ou, mais especificamente, de bairro. Por sua característica intrínseca que vai além da diacronia-sincronia, Halbwachs (2006) reconhece a memória como uma produção sempre anacrônica.

Embora possamos admitir a possibilidade da construção de infinitas nuanças a partir da sobreposição entre diacronia e sincronia, nesta pesquisa prefiro trabalhar com a proposição de Halbwachs (2006, p. 46), na qual a memória se identifica como "um eterno revelador do presente", sendo antes uma produção anacrônica do que sincrônico-diacrônica. No processo de construção da memória coletiva as relações simbólicas com os acontecimentos e com o tempo dos acontecimentos garantem significado à memória e recusam o afastamento ou a desidentificação com a história.

Além disso, ao narrarem suas memórias aos netos e outras crianças, os moradores antigos da Ilha das Caieiras e de São Pedro oferecem aos acontecimentos do passado uma *leitura adaptada* à linguagem e aos conceitos do presente, dando também aos fatos narrados essa condição anacrônica, caracterizando com artifícios contemporâneos uma história que ocorreu em outro momento e, portanto, recebeu outras leituras no passado. Os acontecimentos então passam a ser narrados por

novas estratégias retóricas, que não tinham à época em que aconteceram, mas que ganharam a partir desses relatos.

O diálogo com entre as gerações leva, por um lado (o dos narradores), à criação e utilização de recursos de memória e narrativa e, por outro (o dos ouvintes) a uma compreensão e reorganização dos fatos narrados a partir de suas próprias experiências. Essa reorganização nada mais é do que uma nova ressignificação por parte das crianças-ouvintes de forma a conseguirem, no momento mesmo ou em momentos futuros, revisitarem esses acontecimentos não com recursos de memória apenas, mas de *memória da memória*, a partir e sobre os quais construirão suas próprias impressões e lembranças deste passado, que passa a ser seu também.

Seguem-se, portanto, os capítulos sobre as Memórias da Ilha das Caieiras e São Pedro I e II. O primeiro refere-se aos documentos e pesquisas acessados com intuito de compreender como se construiu oficialmente a memória desse lugar e como se insere nas histórias do país. Este capítulo, como já foi oportunamente comentado, receberá menos foco e ganhou espaço nesta pesquisa visando localizar histórica, política e geograficamente o leitor, tão somente. Os capítulos que o seguem tratam das construções coletivas da memória e da análise das narrativas por categorias semânticas, sendo estes mais aprofundados, uma vez que ocupam o lugar central da questão ora pesquisada.

Durante a pesquisa documental foi identificado um livro escrito por uma moradora do bairro São Pedro que participou de todo o processo da invasão da área, narrando-o neste livro. Identifiquei também dois vídeos produzidos por pesquisadores, que denunciam e comentam as condições sócio-econômicas da região, um produzido na década de 1980 e outro 20 anos depois, em 2000. Este material foi produzido de forma alternativa e marginal à história oficial. Estes documentos foram brevemente descritos e analisados, sendo citados ora no capítulo sobre a história oficial, ora nos capítulos dedicados às narrativas das memórias dos bairros por seus moradores antigos às crianças de sua convivência.

CAPÍTULO 4. MEMÓRIAS DA ILHA E DE SÃO PEDRO: NARRATIVA DOCUMENTAL E BIBLIOGRÁFICA SOBRE HISTÓRIA LOCAL E CONTEXTO NACIONAL.

Nos estudos de comunidade, como critica Elias (2000), é freqüente encontrar pesquisas que analisam a dinâmica e as relações entre as pessoas como se fossem desvinculadas da sua estrutura num dado momento. Concordando com a leitura crítica que este autor propõe com relação à análise descontextualizada da comunidade, nesta pesquisa falarei inicialmente sobre o bairro buscando apresentar referências e explicações para a história local, contextualizadas na história do Brasil e da cidade de Vitória. É preciso lembrar, desde o início, que falarei aqui de uma história ocorrida e registrada a partir da ótica do capitalismo brasileiro, caracterizado por Soares (2003) como tardio e de terceiro mundo, constituído por um estado conservador, com um desenvolvimento tecnológico e urbano tardio, acelerado e desigual.

Os bairros Ilha das Caieiras e São Pedro, onde esta pesquisa foi desenvolvida, ficam na periferia de Vitória, capital do estado do Espírito Santo. A cidade de Vitória é uma região de manguezais e pequenas ilhas. O Bairro chamado “Ilha das Caieiras” hoje não apresenta mais características geográficas de ilha, pois esta condição devia-se à presença do manguezal em torno de seu território, que já não existe

mais, tendo se anexado à ilha de Vitória. Essa macro-região é hoje conhecida como Grande São Pedro. Porém, foi definido como o campo desta pesquisa não todos os bairros da Região da Grande São Pedro, mas apenas a Ilha das Caieiras e os dois primeiros bairros a se constituírem em sua vizinhança imediata: São Pedro I e São Pedro II.

> A Grande São Pedro localiza-se a noroeste da ilha de Vitória, margeando extenso manguezal que se constitui em um dos mais importantes ecossistemas estuarinos da região, o Lameirão. Uma paisagem pouco presente em registros históricos da cidade, situa-se a aproximadamente 5 km do centro da cidade, no lado oposto em relação ao Maciço Central (MARINATO, 2003, p. 26).

A região de São Pedro está localizada junto a um dos canais do estuário do Rio Santa Maria (Canal de Vitória) e é cortada pela Rodovia Serafim Derenzi (PMVa, 2005).

Figura 1: Ilha de Vitória com a localização da Grande São Pedro e da Ilha das Caieiras (fonte: GoogleEarth, nov. de 2006).

O nome "Caieiras" tem sua origem na extração de cal de conchas, inicialmente produzida por índios, o que pode ser constatados em alguns

Figura 2 (Imagem de satélite): acima, o Canal de Vitória. Ao centro, área que foi Ilha, cercada de áreas onde o manguezal foi aterrado. Abaixo, o campinho de futebol, primeiro aterro que ligou a Ilha das Caieiras à ilha de Vitória.

Fonte: GoogleEarth, nov/2006.

sambaquis encontrados na região (MARINATO, 2003; PMVa, 2005).

A Ilha das Caieiras surgiu enquanto bairro a partir do donatário da Capitania do Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho, durante a colonização do Estado.

Neste período, a Ilha foi centro de movimentação comercial para desembarque de mercadorias advindas do interior, principalmente de Santa Leopoldina, de onde vieram também muitas famílias — em sua maioria quilombolas, italianas e alemãs — se juntando a alguns jesuítas e indígenas que ainda moravam no local. O interesse primordial desses migrantes era a pesca, já desenvolvida pelos indígenas, que eram "quase que exclusivamente pescadores que utilizavam terrenos da União para a construção de moradias" (PMVa, 2005, p. 07).

Estes grupos fazem parte de uma população que, de certa forma, caracteriza uma das facetas do estado. O Espírito Santo possui um grande número de remanescentes quilombolas, indígenas e imigrantes italianos e alemães, espalhados em comunidades tradicionais por todo o território do estado. Enquanto os indígenas estão no estado há muitos séculos, os quilombolas se constituíram principalmente a partir do início do século XIX e os imigrantes europeus a partir da segunda metade do século XIX, quando o Espírito Santo recebeu muitos estrangeiros, absorvendo-os nas grandes fazendas no lugar do trabalho dos escravos negros. Com a dispensa em massa de muitos destes escravos e ex-

escravos negros, ocorreu um verdadeiro inchaço nos quilombos existentes no interior do estado, antes mesmo da Lei de Abolição da Escravatura, em 1888.

Segundo Marinato (2003), até o final do século XIX a porção territorial de Vitória onde se localizam os bairros estudados era exclusivamente formada por fazendas e sítios. Nesta mesma época um primeiro povoado surgiu no lado noroeste da Ilha, através da ocupação de uma área em meio ao manguezal, servindo de referência e parada para os remadores que traziam produtos agrícolas da região serrana do estado pelo rio Santa Maria. Essa população formou a comunidade da Ilha das Caieiras, que possuía como atividade econômica principal a exploração do pescado, abundante no estuário. “Somente em 1939 esta área passa a ter seu acesso facilitado quando, em função do desenvolvimento do interior do estado e da necessidade de escoar a produção da lavoura, o poder público abre uma estrada de terra contornando a Ilha de Vitória” (MARINATO, 2003, p. 26). A então denominada Estrada do Contorno — atual Avenida Serafim Derenzi — ligava a porção norte da cidade ao centro.

No início do século XX houve uma retomada da proposta de produção de cal de concha, anteriormente produzida pelos índios, agora produzida pela fábrica de cal instalada na região na década de 1930. A

cal era transportada para o continente em canoas (MARINATO, 2003; PMVa, 2005).

Entre 1930 e 1950, devido ao aumento de indústrias nas capitais e à política meritocrática[9] de Getúlio Vargas, os serviços de assistência social e de saúde no Brasil se encontravam basicamente nos centros urbanos, o que atraiu a população do campo para a periferia desses centros.

> ... a cidade — em contraposição com a roça ou a vila interiorana — é vista como o lugar de realização de um projeto de vida basicamente por meio da possibilidade de emprego estável, aquisição da casa própria, do acesso à escola e aos serviços de saúde. O sucesso dependeria, por um lado, da capacidade individual e, de outro, de condições objetivas que seriam encontradas nos grandes centros urbanos. Entre o que se espera da cidade, contudo, e o que realmente ela oferece, há uma distância que é percebida não apenas sob a forma de carências, mas também de distribuição desigual dos recursos e equipamentos. (MAGNANI, p. 23 e 24).

No caso do Espírito Santo, especificamente, muitos moradores dos antigos quilombos, já enfraquecidos e miseráveis, deslocaram-se para as periferias de Vitória, entre elas a Ilha das Caieiras. Desta forma, a população do bairro era composta basicamente, em meados do século passado, por descendentes indígenas e ex-quilombolas que ali construíram suas casas e viviam da pesca.

[9] "Políticas de merecimento", que vinculavam o direito à assistência em saúde à carteira de trabalho assinada e ao respectivo recolhimento de taxa.

Segundo Oliosa (1999), na segunda metade do século XX, em consonância com o país,

> ...o Espírito Santo passa por profunda transformação urbano-industrial. Nos anos 50, o cultivo do café, principal fonte de recursos até então, viveu grave crise provocada pela superprodução e conseqüente queda nos preços. Em 1967, a fim de minimizar os prejuízos desta crise, foi instituído o programa de Erradicação dos Cafezais. A crise do café provoca, por um lado, a liberação de grande contingente de mão-de-obra do campo para os centros urbanos, e por outro, alavanca o processo de industrialização no estado. Este fato acaba gerando a inversão da economia capixaba que, até fins da década de 60, dependia fortemente do setor primário (65%), seguido do terciário (27%) e secundário (8%) (OLIOSA, 1999, p.02).

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pelo crescimento econômico brasileiro, e nos bairros próximos à Ilha das Caieiras começava um processo de "inchaço". Em 1972 começou a surgir o Bairro Estrelinha numa área próxima a São Pedro, com cerca de 500 famílias.

Assim, onde hoje é a Grande São Pedro, até o ano de 1977 havia apenas

> ... a localidade denominada Ilha das Caieiras, comunidade de pescadores (...) que tinha como principais atividades econômicas: a catação de moluscos e mariscos, a pesca e a produção de cal a partir das conchas. Daí a origem do nome Ilha das Caieiras (PMVa, 2005, p. 02).

Durante a década de 1970 a Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST, localizada no município da Serra, vizinho a Vitória, abriu cerca de

10.000 empregos para a construção de suas futuras instalações, sendo uma grande parte dos trabalhadores contratados advindos do interior do Espírito Santo, de Minas Gerais e da Bahia. Entretanto, assim que iniciou suas atividades, absorveu apenas cerca de 5% dessa população, ficando uma grande parte desses trabalhadores sem emprego e sem moradia. Essa população passou a viver em áreas da periferia da cidade de Vitória, principalmente no entorno da Ilha das Caieiras, até então caracterizado pela presença do manguezal que separava a Ilha do continente.

> O local se caracterizou, em fins da década de 70, como alternativa habitacional para migrantes pobres, desempregados, subempregados e trabalhadores de baixa remuneração dos setores público e privado. Esta época coincidiu com desativação do canteiro de obras da Companhia Siderúrgica do Tubarão (PMVa, 2005, p. 02).

A nova população da cidade que havia ficado excluída do mercado de trabalho buscava um local de moradia e uma fonte de renda.

Assim as primeiras ocupações da área de manguezal próxima à Ilha das Caieiras que se tem notícia datam do início da década de 1970, quando foram erguidos por pescadores sem moradia poucos barracos de madeira e papelão sob palafitas. Logo em seguida, novos casebres foram erguidos por diferentes moradores, muitos deles operários desempregados, vindos do interior do estado e de estados vizinhos.

Essa nova configuração do bairro caracterizou a região, nessa época, como uma favela. Segundo Guimarães (1953):

> A conceituação oficial considerou como favelas os aglomerados que possuíssem, total ou parcialmente, as seguintes características:
>
> • *Proporções mínimas* — agrupamentos prediais ou residenciais formados com número geralmente superior a cinqüenta;
>
> • *Tipo de habitação* — predominância de casebres ou barracões de aspecto rústico, construídos principalmente com folha de flandres, chapas zincadas ou materiais similares;
>
> • *Condição jurídica da ocupação* — construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida;
>
> • *Melhoramentos públicos* — ausência, no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada;
>
> • *Urbanização* — área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento (GUIMARÃES, 1953, p. 253).

Em meados da década de 1970 surgiu nessa área outra ocupação, de caráter popular, o atual bairro Comdusa, constituído de 72 famílias que viviam no antigo bairro Miramar, próximo ao centro da cidade, removidas com a finalidade de localizar, nesta área, a rodoviária, o que só veio a acontecer em meados dos anos 1980 (MARINATO, 2003; PMVa, 2005).

No Espírito Santo, este período caracterizou-se pela chegada de grandes indústrias de extração. Ao expandirem suas zonas de extração vegetal e mineral expulsaram de "suas" terras cada vez mais grupos de quilombolas e indígenas que, em sua maioria, vieram engrossar as populações da periferia da capital, principalmente nessas áreas de invasão. Como afirmam Leeds & Leeds (1978),

> ...o único critério uniforme que distingue as áreas invadidas dos outros tipos de moradia na cidade é o fato de constituírem uma ocupação 'ilegal' da terra, já que sua ocupação não se baseia nem na propriedade da terra nem no seu aluguel aos proprietários legais (LEEDS & LEEDS, 1978, p. 152).

Essa ocupação desordenada dos manguezais — local impróprio para moradia — gerou problemas urbanísticos, principalmente na dotação de infra-estrutura e na construção de habitações.

Em 1977 já existiam aproximadamente 40 famílias vivendo em casebres sobre o manguezal – as chamadas *palafitas* – construídos pelos próprios moradores, que ali permaneciam em precárias condições de habitação. Nesta época a área de manguezal começou a sofrer as primeiras grandes intervenções humanas.

> A senhora Judith Gonçalves Rodrigues, uma das primeiras ocupantes da área, em entrevista concedida ao professor José Francisco Bernardino Freitas, em 17 de dezembro de 1992, relata que os barracos eram erguidos sobre a lama pelos próprios moradores e acessados através de pinguelas (MARINATO, 2003, p. 27).

Desta forma, o desenvolvimento econômico promoveu um grande crescimento da desigualdade. Com o aumento do número de moradores em pouco tempo, a quantidade de palafitas sobre o manguezal também aumentou muito, ficando a maioria delas sem acesso direto ao continente, de forma que foram construídos caminhos de tábuas suspensas, ou "pinguelas", ligando-as umas às outras e à "terra firme". A periculosidade da situação para as crianças e velhos denunciava a insustentabilidade da situação. Assim, os moradores da região passaram a solicitar à administração local que urbanizasse o manguezal.

Ao aprofundarmos essa análise, identificamos que esta população, quando se dirigiu para as periferias da capital, já tinha como objetivo viver na cidade. Entretanto, por fazer parte da classe economicamente desfavorecida, ocupou a periferia, o manguezal. Por outro lado, grande parte da população de Vitória vivia — e vive ainda hoje — em áreas extensas de antigos manguezais, já completamente aterrados e urbanizados. As expectativas de ambos os grupos refletiam um processo internacional de enraizamento do capitalismo, pois apontavam para a necessidade de urbanização imediata.

Segundo Marinato (2003), as primeiras lideranças comunitárias surgiram nesse período, criando mobilizações populares em prol de melhores condições de vida. As solicitações de melhorias incluíam

abertura de ruas, melhoria no transporte público, a urbanização da área e a chegada de equipamentos fundamentais como escola e postos de saúde.

Ainda em 1977 a prefeitura executou o aterro de uma rua após a reivindicação dos moradores, tornando-se marco da fundação do bairro São Pedro I.

Na década de 1980 ainda aconteciam grandes deslocamentos de famílias para essa região. Em 1982, a COMDUSA — Empresa de Construção Civil — aterrou uma área próxima ao Morro Caboré, aos arredores da região da Grande São Pedro, criando mais 14 lotes (PMVa, 2005). Nessa mesma época ocorreram invasões em massa na região.

Rapidamente a região da Ilha das Caieiras e de São Pedro passou a ser considerada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE como uma favela que, de acordo com o conceito de Guimarães (1953, Op. Cit.) se caracteriza, entre outros aspectos, por ser um aglomerado de domicílios localizados em terrenos não pertencentes aos moradores.

Poucos desses novos moradores eram pescadores, também. Muitos vieram com a intenção de conseguir emprego, e desempenhavam funções de pedreiro, marceneiro, faxineiro etc. Outros tantos não conheciam a prática da pesca, e iniciaram uma nova atividade até então pouco

explorada na região: a cata do caranguejo para consumo e venda, a preços mais baixos do que o pescado.

O aumento repentino da população na região da Ilha das Caieiras e seu entorno descaracterizou o local enquanto colônia de pescadores, como era até então conhecido. Houve uma ampliação no número de pescadores e diversificação nas formas de pesca, levando a uma desunião da categoria. Essa desarticulação foi decisiva para a pesca. Os pescadores não conseguiram se organizar para fazer frente ás grandes embarcações que vinham do Sul da Bahia e faziam pesca predatória – com uso de *arrasto* e de *bomba* – em alto mar, diminuindo rápida e consideravelmente o pescado na região.

Alguns pescadores passaram, inclusive, a realizar a cata e venda do siri e do caranguejo, prática considerada por eles de menor valor. Apesar de possíveis atividades em comum, ainda hoje esses moradores diferenciam radicalmente os moradores da colônia de pescadores dos moradores das invasões, sugerindo um status mais baixo, desqualificando aqueles que vieram morar na região por causa das invasões.

Entre os anos 1970 e 1980, com a expansão industrial no Brasil e com as políticas de relações internacionais, a noção de desenvolvimento estava diretamente ligada à idéia de desenvolvimento econômico

(MACIEL et al, 2003). Esteticamente, a expressão deste desenvolvimento se configurava na "europeização" das cidades, criando um padrão homogêneo do que se chama ocidente.

Segundo Soares (2001), no início dos anos 1980 o Brasil "já havia se tornado o caso mais avançado de industrialização da América Latina, tanto pelo porte de sua indústria como pelo grau de articulação interindustrial e por sua inserção internacional" (p.153).

Com o crescimento industrial e o aumento do marketing de consumo ("*The American Way Of Life")*, os centros urbanos brasileiros passaram a apresentar um novo problema: os resíduos urbanos, líquidos e sólidos. Na maioria das capitais este problema foi "*resolvido*" — apenas temporariamente — com o descarte de resíduos líquidos em rios e mares e a criação de zonas de descarte dos resíduos sólidos em áreas do entorno das capitais, ou seja, na periferia. No Brasil de 1980, ainda segundo Soares (2001, p. 165) apenas 19% dos resíduos coletados pelos sistemas de esgoto eram tratados. Com relação aos resíduos sólidos, 76,3 % do total eram lançados aos vazadouros, 22,1% em aterros sanitários e 1,7% tratados em usinas de lixo. Os serviços de coleta e tratamento tiveram um aumento heterogêneo, priorizando as áreas urbanas em detrimento das rurais. Entretanto,

> ...no interior dessas áreas urbanas também se verifica uma extrema heterogeneidade, na cobertura desses serviços. A

> persistência de problemas de saneamento é diretamente proporcional ao crescimento das favelas e loteamentos clandestinos ou irregulares, indicando também a desigualdade entre grupos sociais no acesso a serviços públicos (SOARES, 2001, p. 165-166).

Em finais da década de 1980, apesar de algumas melhorias ocorridas — principalmente nos centros urbanos — o esgotamento sanitário não cobria nem metade dos domicílios brasileiros, o que era um *déficit* grave acumulado, sobretudo, junto à população de baixa renda. Neste período o Brasil figurou entre os países da América Latina que menos investiram no setor Habitação, com uma participação orçamentária inferior a 1% do Produto Interno Bruto – PIB (SOARES, 2001).

> Os baixos investimentos em habitação e em saneamento básico explicam os altos índices de mortalidade relacionada a doenças infecciosas e parasitárias, sensíveis a fatores sócio-ambientais, e diretamente relacionadas às condições de vida (SOARES, 2001, p. 168).

Essas informações ajudam a compreender a baixíssima qualidade de vida em que se encontravam os moradores da região estudada, durante toda essa década.

Os serviços oferecidos, tanto pelo Estado como pelo terceiro setor, eram (e alguns ainda são), na maioria das vezes, voltados para a questão social OU para a questão ambiental, não caracterizando com clareza as reais necessidades e muito menos demonstrando preocupação

com as aspirações daquela população, que integravam demandas sociais e ambientais.

Assim, permaneceu o aumento do número de moradores e de palafitas somado ao descarte de lixo no manguezal, levando a uma diminuição da quantidade e do tamanho dos caranguejos, siris e peixes ali encontrados. Isto fez com que os homens saíssem para alto mar ou para manguezais cada vez mais distantes de casa. Muitas mulheres, velhos e crianças — principalmente originários das famílias que faziam parte do grupo da invasão — iniciaram, então, a cata e venda do lixo como atividade de renda informal.

A este respeito, Soares (2001) comenta que a participação de mulheres e crianças no mercado de trabalho aparece, em sua maioria, em ocupações de baixa renda e baixa qualificação, não sendo, geralmente, dignificante e significando, na maioria dos casos, um aviltamento das suas condições de vida.

> A elevação da participação econômica das mulheres, que passam a representar 35,6% da população ocupada total em 1990, também se deu de forma heterogênea. Boa parte dessa força de trabalho estaria também inserida no contexto de terceirização, na medida em que mais da metade (51,8%) do incremento absoluto de mulheres, observado no mercado urbano na década, se deu a custas de ocupações manuais de menor qualificação. (...) Quanto à participação dos menores (entre 10 e 17 anos) no mercado de trabalho, embora ela tenha decrescido em termos proporcionais no conjunto das pessoas ocupadas (de 14,2% para 11,6% entre 1981 e 1990) em termos absolutos essa participação permanece em patamares

> elevados (2.873.523 crianças na faixa de 10 a 14 anos e 4.425.822 adolescentes na faixa de 15 a 17 anos em 1990) (SOARES, 2001, p. 161).

Na região da Ilha das Caieiras e São Pedro, graças à mobilização entre os moradores de São Pedro, a Prefeitura foi pressionada a realizar novos aterros no bairro, consolidando assim as ocupações. Salienta-se a importância do movimento popular local na ocupação dessa região e, principalmente, na consolidação das invasões.

Unindo essa demanda ao problema do lixo doméstico na cidade, a administração local "resolveu" dois problemas de uma só vez promovendo o aterro do mangue na região da Ilha das Caieiras — reivindicação dos moradores locais — com o lixo da cidade, incluindo lixo hospitalar.

> Com o lançamento do lixo no manguezal, promovido pela municipalidade no intuito de dar uma destinação final ao lixo urbano residencial, comercial, hospitalar e industrial, a área foi aterrada, iniciando-se, assim, a subdivisão formal em lotes e ruas (PMVa, 2005, p. 03).

Desta forma, além dos sérios problemas ambientais provocados pelo depósito de lixo no manguezal, os problemas de habitação e de saúde permaneceram e pioraram, uma vez que as casas continuavam sobre palafitas, agora sobre o lixo.

> Os aterros sanitários ocorridos a partir de 1978 precedem as repercussões sociais, econômicas, físicas e paisagísticas que esta prática viria ocasionar. Os

> constantes despejos de lixo no manguezal, visando aterrar a área, passam a garantir alguma fonte de renda à população desempregada, que catava no material despejado algo que pudesse ser vendido. Segundo depoimento do morador de São Pedro I e atual prefeito da Região Administrativa VII — São Pedro, senhor Elizeu Moreira dos Santos, em entrevista no dia 16 de janeiro de 2003, a prefeitura, naquela época, fez um acordo com os moradores estabelecendo que o lixo para execução do aterro sanitário fosse despejado durante a noite, seguido do despejo da terra e compactação durante o dia. Contudo, os atrasos na compactação eram constantes, gerando no bairro depósitos de lixo a céu aberto (MARINATO, 2003, p. 28).

No caso de Vitória, além do lixo, todo o esgoto era depositado diretamente nos manguezais e no mar.

> Já em 1983, há uma saturação populacional nos bairros São Pedro III e IV. A paisagem demonstra a intensidade dessas ocupações, sendo o verde da vegetação de manguezal substituído pelas cores dos barracos sobre as palafitas e o lixo. A precária condição de vida desse assentamento humano torna-se foco principal da sociedade salientada pela repercussão do vídeo-denúncia "Lugar de Toda Pobreza", produzido pelo jornalista e cineasta Amylton de Almeida (MARINATO, 2003, p. 05).

Esse parece ser um momento importante na história da Ilha, uma vez que oficializou a interdependência entre questões sociais e ambientais.

Nesta década dois documentários foram produzidos na região, denunciando as dificuldades de negociação com a administração local e as precárias condições de vida em que viviam os moradores de São Pedro: o vídeo "Lugar de Toda Pobreza", dirigido por Amylton de Almeida (1983), e o livro "Na lama prometida a redenção", escrito por

Graça Andreatta (1987), moradora de São Pedro desde o início da invasão.

Ambos os documentários abordam de forma incisiva as condições de vida da região e denunciam politicamente a situação. Entretanto, é curioso ressaltar que o vídeo-denúncia dirigido por Almeida, produzido em 1983, conta a história do aterro da região com o lixo, e apresenta uma população vítima da administração local, sem condições de luta e, portanto, submetida a esta. Por outro lado, no livro escrito por Andreatta (1987) as situações registradas em forma de memórias são semelhantes, mas o contexto é outro: a autora retrata uma população mobilizada, organizada e em movimento de luta e reivindicação política constante, aprendendo cotidianamente o exercício da cidadania.

É igualmente curioso ressaltar que, se entre o vídeo e o livro citados há uma grande diferença na caracterização dos moradores da região, em um ponto estes dois documentários convergem: ambos referem-se quase que exclusivamente à população de São Pedro, ou seja, às pessoas que ali chegaram a partir dos movimentos de ocupação e luta pela moradia. Deixam em um segundo plano a população que já residia no local: os moradores da Ilha das Caieiras, em sua maioria pescadores. Isso talvez se justifique por terem sido as ocupações o grande cenário das lutas, em toda a cidade de Vitória.

Neste período a prefeitura de Vitória passou a receber apoio do Programa Nacional de Erradicação de Subhabitações — PROMORAR, de iniciativa do Governo Federal, através do Ministério do Interior, que tinha como objetivo o saneamento de áreas alagadiças nas grandes cidades; através desse programa foi projetado e executado o aterro do bairro São Pedro I.

Esta área era de propriedade da Marinha, sendo então solicitado ao Governo Federal que fosse transferida ao município para posterior transferência aos moradores, como constata Marinato (2003):

> Na administração compreendida entre 1979 e 1981 a prefeitura passou a receber apoio do Programa Nacional de Erradicação de Subhabitações — PROMORAR, de iniciativa do Governo Federal, através do Ministério do Interior, visando o saneamento de áreas alagadiças nas grandes cidades, conforme descrição da própria Prefeitura em relatório de governo de 1981. Ainda de acordo com o mesmo relatório, através desse programa foi projetado e executado o aterro do bairro São Pedro I. Essa área era de propriedade da Marinha, sendo então solicitado ao Governo Federal que fosse transferida ao município, o que de fato ocorre através da portaria 130, de 11 de abril de 1980, permitindo assim que as propriedades pudessem ser transmitidas a cada morador, sob regime de aforamento perpétuo. De acordo com o atual prefeito da Região Administrativa VII, contudo, a prefeitura ainda não concluiu a transferência e regularização dos moradores (MARINATO, 2003, p 03).

Com a transferência dos terrenos aos seus moradores, uma parte das moradias da região deixou de ser considerada como *invasão* e a outra parte teve esse processo ao menos iniciado, o que descaracteriza a

qualificação da região como *favela,* que em princípio seria "um setor especial do aglomerado urbano formada por pelo menos 50 domicílios, na sua maioria carentes de infra-estrutura e localizados em terrenos não pertencentes aos moradores[10]" (GUIMARÃES, 1953, p. 254), de acordo com o conceito utilizado pelo IBGE.

Porém, a cada novo assentamento, ocorrido de forma populista e pouco planejada, seguiam-se novas invasões, uma vez que a notícia rapidamente se espalhava e novas famílias não paravam de chegar.

> A fim de eliminar os constantes conflitos entre os invasores e o proprietário, e visando assentar essas famílias, o prefeito Carlito von Schilgen libera, em 22 de dezembro de 1980, através do PROMORAR, uma área de 150.000m² para construção de habitações populares. Essa medida desencadeou a ocupação de uma área de manguezal adjacente à já consolidada, pois a área prevista para assentarem 90 famílias recebeu 300 outras que vieram em busca de moradia. Estas últimas, não encontrando terra para assentamento, iniciaram nova ocupação em manguezal, correspondendo atualmente aos bairros Santo André, São José e Redenção (São Pedro III) e Conquista (São Pedro IV) (MARINATO, 2003, p. 30).

Segundo a Prefeitura Municipal de Vitória:

> A última grande ocupação coletiva das famílias pobres e grileiros profissionais aconteceu em maio de 1983, inicialmente, no loteamento "Floresta da Ilha" e, em seguida, no manguezal na outra margem da Rodovia Serafim Derenzi. Desta ocupação participaram, preliminarmente, cerca de 400 famílias. Com a conclusão das obras do "Programa Promorar" em fins de 1983, aumentou consideravelmente a procura dos manguezais restantes do contorno do bairro, pela população

[10] Grifo meu.

> desempregada, de baixa renda da Grande Vitória e, principalmente, migrantes paupérrimos como alternativa de habitação (PMVa, 2005, p. 03).

Ainda na década de 1980, a partir do movimento de redemocratização — que colocava em foco a realidade de sofrimento e miséria do povo brasileiro — e do movimento da Reforma Sanitária — que propunha uma ampla transformação nos discursos, nas práticas e nas políticas públicas em saúde — emergem em todo o Brasil inúmeras denúncias de condições de vida e trabalho insalubres. A região da Ilha das Caieiras foi também foco de denúncias documentárias e criação de movimentos caritativos-assitencialistas, também surgidos nesta época. A atividade de cata e venda de lixo foi considerada prática insalubre, acarretando sua proibição. A população da região permaneceu morando nas palafitas sobre o lixo, e pouco a pouco os tão esperados aterro e urbanização começaram, finalmente, a sair do papel.

Nos anos 1990 o Brasil viveu a euforia das eleições diretas, após um longo período de cooptação dos direitos civis e cidadãos pela política ditatorial do governo militar, que durou vinte anos. Emergia no cenário político brasileiro a imagem do alagoano Fernando Collor de Melo, um candidato jovem, apresentando ao país uma plataforma de governo que oferecia bases sólidas para o crescimento econômico voltado para o mercado internacional. Acenava com uma promessa de

moralização pautada na lógica de identidade de grupo: uma pessoa nova, da nova geração, com propostas novas para um novo Brasil, indo perfeitamente ao encontro das idéias da resistência e oposição ao governo militar — então recentemente encerrado — que tinha como mote "*não acredite em ninguém com mais de trinta anos*", referindo-se à necessidade de mobilização dos jovens e de sua inserção efetiva nos cenários políticos brasileiros.

O governo de Fernando Collor provocou o desmonte das políticas públicas brasileiras já existentes, como comenta Soares (2001). Este governo, além de não implementar as mudanças inscritas na Constituição, desvirtuou-as trazendo retrocessos inclusive com relação ao "padrão anterior" sem, no entanto, substituí-lo por um "novo padrão", ao contrário das expectativas populares (SOARES, 2001).

Também nesta década, em 1992, aconteceu no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente — Rio92[11].

Em Vitória, seguindo a "lógica do novo" somada às propostas da Constituição Federal para a Saúde (que incluía como necessidade e direito básico da população a oferta de serviços de saneamento) e às

[11] Com o objetivo de desvincular o nome da conferência do nome da cidade — e, portanto, de seu então prefeito Leonel Brizola — a imprensa nacional, aliada à política de direita, passou a veicular o nome da Conferência como Eco92, contrariando a tradição internacional de conferir ao evento o nome da cidade que o sedia).

deliberações da Rio92 a respeito da proteção ambiental e social, a prefeitura municipal criou em um bairro vizinho à Ilha das Caieiras uma usina de lixo.

A prefeitura de Vitória deixou a administração dessa usina vinculada a uma Organização Não-Governamental — o que seria já uma manifestação precoce do que viria a ser a política nacional dentro de poucos anos: a desvinculação do Estado e a concessão de deveres públicos a outras entidades e/ou à sociedade civil.

Assim, na região estudada isso se refletiu na nova política municipal: o chamado Projeto São Pedro — Desenvolvimento Urbano Integrado e Preservação do Manguezal em Vitória. Esse Projeto se caracterizava por três eixos norteadores:

> 1- a conscientização dos moradores para preservação do mangue, 2- a participação das comunidades na implantação dos critérios para uso e ocupação do solo na urbanização das áreas, incluindo ainda 3 - melhorias habitacionais para as famílias assentadas (MARINATO, 2003, p. 30).

Como medidas para melhoria da qualidade de vida destacam-se a conclusão, em 1990, da Usina de Lixo e a organização dos catadores em sindicatos de classe. Essa usina, embora fosse proposta pela prefeitura, era — e ainda é — administrada por uma Organização Não-governamental.

Neste momento, alguns dos ex-catadores de lixo foram contratados na usina de lixo: o recém-formado Sindicato dos Catadores de Lixo de Vitória. Porém, como a maioria dos catadores era de mulheres, velhos e crianças, uma grande parte deste contingente não foi absorvida pela usina, ficando desempregada. Isto ia de encontro à expectativa deste grupo, que era ter uma carteira de trabalho assinada, com garantia de direitos trabalhistas e com estabilidade de emprego público.

A cidade de Vitória, que já havia apresentado um grande crescimento nas décadas de 1970 e 1980 — período em que suas praias ganharam visibilidade nacional como locais turísticos — potencializou sua vocação turística a partir da Conferência Rio92, que teve em suas pautas constantes as noções de ecoturismo, fortalecendo a idéia de exploração sustentável das belezas naturais.

Com o crescimento do turismo em Vitória houve uma ampliação na oferta de serviços de hotelaria e restaurantes destinados a este público. Somado a este novo perfil da cidade, o desemprego crescente fez com que as mulheres dos pescadores e catadores da Ilha das Caieiras e região passassem então a vender siri desfiado para restaurantes, o que passava a se apresentar como uma grande demanda.

Em 1995, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso para presidente da república, as políticas neoliberais inauguradas por

Fernando Collor se consolidaram, a partir de um forte investimento em políticas de mercado e de uma paulatina retirada do Estado das políticas sociais (SOARES, 2001).

A desvinculação do Estado das políticas básicas de assistência e saúde ganhou amplas proporções. Respondendo cada vez mais explicitamente à lógica mercadológica, este governo foi marcado pela estabilização da moeda à custa de um alargamento das demandas sociais e descobertura dos serviços e ações compensatórias estatais já existentes. Nas palavras de Soares (2001),

> O impacto do ajuste sobre as Políticas Sociais se dá de duas formas. A primeira delas está relacionada às transformações sociais provocadas pelo ajuste: agravamento da pobreza e surgimento de novas formas de exclusão social. Isto faz com que aumente a pressão social sobre os serviços públicos em quantidade e em complexidade. A segunda forma de impacto se dá diretamente sobre as Políticas Sociais, desmontando políticas já existentes, mudando a sua configuração e a sua cobertura; cortando linearmente recursos e modificando seu padrão de financiamento. O desmonte das políticas sociais se deu tanto na direção de desestruturar políticas já consolidadas (Educação Pública, Previdência Social), ou em vias de consolidação dentro de um novo padrão (Saúde); como na direção de desmantelar programas frágeis e dispersos (como os de Assistência Social, Alimentação e Nutrição) (SOARES, 2001, p. 154).

Essa retirada do setor público e exacerbação do setor privado fazem surgir, cada vez com mais força, um terceiro setor, que se propõe a atender as populações de baixa renda. Em um acordo direto com o Governo Federal e administrações locais, o Serviço Brasileiro de Apoio

a Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE investiu pesadamente em um movimento de interiorização de seus serviços no país, criando "balcões" em várias cidades, com objetivo de orientar e incentivar a criação de cooperativas e Organizações Não-Governamentais - ONGs, transferindo para o terceiro setor responsabilidades competentes ao setor público. Desta forma, oficializava a retirada do estado da oferta de serviços básicos, que passavam a ser oferecidos por ONGs, e ao mesmo tempo destituía o trabalhador — agora empregado do terceiro setor — de seus direitos trabalhistas, uma vez que a filiação a trabalhos cooperativos e de grupos civis organizados não passava pelo processo legal de registro de vínculos empregatícios. Ainda segundo Soares,

> (...) a retirada do Estado ou a sua renúncia enquanto agente econômico produtivo e empresarial foi outra das propostas integrantes do projeto. Daqui se derivaram a proposta de privatização das empresas estatais, o que contribuiria para redução (estratégica) do setor público. Um dos componentes ideológicos por trás desse tipo de resposta era a idéia de que o setor público caracterizava-se, em princípio, em qualquer circunstância, como ineficiente e ineficaz, ao contrário do setor privado, o único a possuir uma "racionalidade" e uma "vocação" capazes de levar ao crescimento econômico. As possibilidades de sucesso da proposta privatizante estariam assim garantidas desde que o Estado não interferisse (SOARES, 2001, p. 154).

Assimilando a nova configuração do Estado em função das leis do mercado, a Ilha das Caieiras tornou-se mais um espaço de constituição do Terceiro Setor. A nova atividade das mulheres da Ilha das Caieiras — desfiarem siri e vender para mercados, hotéis e restaurantes — de caráter autônomo, encaixou-se perfeitamente nesta proposta do

SEBRAE. Assim, apesar de preferirem ser contratadas, as mulheres acabaram por aceitar a proposta do SEBRAE e, com o apoio da Prefeitura, montaram em 1999 uma cooperativa de desfiadeiras de siri. Este tipo de iniciativa ocorreu em ampla escala em todo o país e provocou uma diminuição massiva dos empregos formais no Brasil.

Além desta cooperativa, ocorreu também a criação de várias outras ONGs na região com objetivos diversos (assistencialismo caritativo, clientelismo, mobilização popular). Na região estudada existiam, em 2000, 1965 famílias (QUEIROZ, 2006), que eram então atendidas diretamente por aproximadamente vinte ONGs, além daquelas que têm sobre essa população uma ação indireta. Destas, algumas são endógenas, outras são exógenas e outras mistas.

A situação de "super-atendimento" — o que não implica como já dito, o atendimento integral — do bairro por estas instituições vem provocando uma relação de *vantagem* deste sobre outros bairros da região, criando um movimento de reprodução local do modelo de relação hierárquica centro-periferia, (relação esta que não assume simplesmente a imposição unidirecional de condições, mas transforma-se um uma relação de aculturação e transculturação, como proposto por PRATT, 1992[12]), já vivenciado pelos moradores da região e explicitado em tantas outras situações. Esta relação iniciou-se desde a invasão do manguezal,

quando os moradores da Ilha das Caieiras percebiam os novos moradores como "outros" periféricos, e realçou-se a partir do já descrito super-atendimento à Ilha das Caieiras, em detrimento de seus bairros vizinhos.

Outra reprodução local de relações macro explica o grande número de ONGs ambientais exógenas ao bairro. A maioria das práticas de proteção ambiental que se deseja impor às periferias é referente a práticas de degradação realizadas em larga escala pelos centros urbanos. Por não desejarem "retroceder" no processo de desenvolvimento urbano e social de seus próprios bairros, por um lado, mas pretenderem investir e participar de ações de proteção ambiental e "redistribuição" de renda, por outro, muitos moradores de áreas nobres da capital acabam participando de atividades em bairros de periferia. Esta relação entre periferia-centro se repete em diferentes esferas: produção de lixo por uns, consumo de lixo por outros; desmatamento e aterro para urbanização, por uns e imposição de proteção ambiental a outros; consumo de energia por uns e práticas alternativas de energia para outros etc. Repetem as relações globais no que diz respeito às questões ambientais.

Durante toda a década de 1990, ainda como resposta às decisões e repercussões da Conferência Rio92, mas principalmente respondendo à lógica internacional de Preservação Ambiental, o Brasil aprofundou a

---

[12] A este respeito, cf. NR nº 4.

discussão acerca do meio ambiente natural, gerando leis de proteção ambiental que constituem, hoje, um dos protocolos mais completos e protetores do mundo. Isso levou ao início de um movimento de fiscalização, controle e punição rígida, respaldada por uma legislação forte e por políticas acirradas de fiscalização e proteção ambiental.

A partir da constatação de que a captura do caranguejo tem sido realizada de forma "indiscriminada e usando técnicas predatórias", as quais causam prejuízo não só para a espécie como também para todo o ecossistema manguezal, se criaram, no âmbito legislativo, leis federais específicas. "Para minimizar esses problemas o IBAMA publicou em 1998 a primeira portaria para a Região Sudeste e Sul (Portaria nº 104, de 237 de julho de 1998), na qual implantou o período de "defeso" para o caranguejo, sob pena de prisão e apreensão, e deu outras providências" (SILVA, 2004). O impacto dessa legislação sobre os moradores da Ilha das Caieiras foi direto e intenso, uma vez que uma boa parte dessa população vive — direta ou indiretamente — da exploração do manguezal, incluindo aí o caranguejo, o siri e o pescado.

Tais políticas de proteção ambiental, muito embora se afastem substancialmente daquilo que acredito poder se chamar de Educação, têm sido constantemente associadas à Educação Ambiental. Na região, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA vem investindo pesadamente na fiscalização

acompanhada da elaboração de cartilhas que levam o nome de educação ambiental.

A partir do aumento da população e da urbanização, nas décadas de 1980 e 1990, essa região foi marcada por movimentos comunitários organizados que favoreceram a conquista de duas escolas municipais de ensino fundamental, uma unidade básica de saúde e, recentemente, uma creche municipal. Paralelo a isso, houve também a formação paulatina e o fortalecimento de um comércio local, levando a uma diversificação das atividades dos moradores da região, hoje distribuídas basicamente em pesca, cata de caranguejo, desfiação (ou *desencarnação,* como prefere MARTINS, 2005[13]), de siri, comércio local, serviços públicos locais e serviços domésticos e industriais em outros bairros, sem descartar o trafico de drogas que também é intenso na região, constituindo-se em forte contribuinte para a geração de renda de muitas famílias da região.

Atualmente a região, mais especificamente o bairro Ilha das Caieiras, tem sido alvo de investimentos, tendo recentemente se transformado em um local procurado pelo turismo culinário.

Para aumentar o turismo na Ilha das Caieiras, o SEBRAE contratou a ONG CECAES — Centro Cultural Caieiras –, que ajudou a

[13] A este respeito, cf. MARTINS, M. C. *Partilhando saberes na Ilha de Itaoca: a roda de siri – entre o mundo do trabalho e as memórias da infância.* Niterói, RJ: PPGE-UFF. 2005. (tese de doutorado). 263 fls.

criar o projeto social e econômico para qualificar o serviço nos 11 restaurantes da ilha. Em matéria apresentada ao programa *Pequenas Empresas, Grandes Negócios* em abril de 2005 e veiculado por uma rede televisiva de alcance nacional, foi dito que:

> … na Ilha das Caieiras, periferia de Vitória, as crianças brincam na rua e as casas dos pescadores são humildes. Mas, no bairro, os adultos são especialistas num prato típico da região: a moqueca capixaba de siri, que faz muito sucesso entre os turistas. Além da culinária, os visitantes vão atrás da atmosfera descontraída do bairro. Eles chegam por terra e pelo mar (PEGN, 2005, p. 01).

Nessa matéria, um morador da Ilha das Caieiras comenta: "*O lucro está na vinda deles para cá. Nós conhecemos muitas pessoas e acabamos ficando conhecidos através dos turistas que vêm de fora*", referindo-se ao grande fluxo de turistas que tem modificado a paisagem da região (PEGN, 2005, p. 01).

O que foi dito até aqui sobre a Grande São Pedro e particularmente sobre a Ilha das Caieiras e seu entorno imediato, São Pedro I e São Pedro II, pode facilmente ser confundido com uma "introdução histórica", como acréscimo "puramente descritivo" e desnecessário à investigação da memória dessa comunidade no momento da pesquisa. Segundo Elias (2000),

> … a separação conceitual e metodológica entre dois tipos de pesquisa — a que investiga a estrutura dos agrupamentos humanos num dado momento e a que investiga a estrutura dos processos durante os quais eles se transformam naquilo que são — mostrou-se inteiramente artificial (ELIAS, 2000, p. 68).

O levantamento e a análise dessa história oficial foi parte integrante do estudo sobre os processos de transformação da comunidade pesquisada sendo, portanto, parte indissociável da investigação sobre a configuração da comunidade num dado momento e sobre sua relação com a memória desta mesma comunidade. Dito em outras palavras, a identificação de uma narrativa que foi historicamente oficializada sobre a história do bairro nos leva a olhar para outras narrativas: aquelas que falam de um cotidiano local e que, muitas vezes, passaram despercebidas ou sufocadas pelos processos oficiais de construção da história e que ganham, aqui, a possibilidade de se tornarem elas mesmas também oficiais.

CAPÍTULO 5. MEMÓRIAS DA ILHA DAS CAIEIRAS E SÃO PEDRO: NARRATIVAS E HISTÓRIAS VIVIDAS.

Como em toda situação de narrativa, o elo que ocorre — ou não — entre o narrador e seu (s) ouvinte (s) é que define o tempo e os percursos que o irá utilizar em sua *performance*.

Falar às crianças de sua convivência foi, em princípio, um desafio curioso para a maioria dos entrevistados. Mas todos eles desejaram, em algum momento, que esta narrativa à nova geração ocorresse e explicitaram esse desejo.

Da mesma forma, as crianças que participaram como ouvintes e entrevistadoras, nos momentos de narrativa, também manifestaram interesse nesse processo, embora talvez não pelos mesmos motivos que os narradores.

Enquanto os narradores diziam, em sua maioria, que esta seria uma boa oportunidade de *ensinar* algumas coisas às crianças, estas pareciam inicialmente mobilizadas pela presença dos equipamentos, expressando seu interesse pelo gravador, pela máquina fotográfica e pela filmadora, que puderam ser manuseados e operados pelas crianças (o que

foi uma estratégia para despertar seu desejo de envolvimento na proposta)[14].

No decorrer das entrevistas, o interesse pelas narrativas das memórias passou a ser manifestado verbalmente pelas crianças, de forma que a partir da primeira meia hora, em média, de narração, as crianças já se colocavam mais receptivas e perceptivas com relação às memórias narradas e menos envolvidas com o manuseio dos equipamentos, passando a fazer intervenções e perguntas bastante pertinentes.

5.1 A CRIANÇA COMO INTERLOCUTOR, NAS NARRATIVAS DAS MEMÓRIAS.

As entrevistas foram, em sua maioria, conduzidas pelas crianças e tiveram duração média de uma hora e meia a duas horas cada uma. As perguntas giraram em torno da história do bairro e foram formuladas pelas próprias crianças, que também filmaram, fotografaram e gravaram, como pode ser visto nas fotos 1 e2 (a imagem das crianças e dos narradores foram preservadas).

[14] As gravações, fotografias e filmagens produzidas pelas crianças se tornaram posteriormente material para a elaboração de um vídeo sobre a história do bairro, feito pelas crianças como parte da pesquisa de Iniciação Científica orientada por mim, já mencionada (Cf.Costa e Alvarenga, 2006b).

Figura 3: foto de moradora sendo entrevistada por crianças, na escola.
Foto: Bernardo Coutinho[15]

Figura 4: foto de criança filmando entrevista e, ao fundo, outra criança fotografando.
Foto: Bernardo Coutinho[16]

Como já foi dito, embora no circuito acadêmico a narrativa de histórias orais esteja atualmente em um momento de retomada e revalorização enquanto técnica de coleta de dados (cf.

[15] Acervo particular.

FROCHTENGARTEN, 2005; SARLO, 2007), no cotidiano a atividade de ouvir histórias, assim como a de contá-las, vem sendo sistemática e paulatinamente relegada a um segundo plano. As veiculações midiáticas de contos e notícias substituem com larga vantagem, em certos aspectos, a proposta de passagem oral de histórias, uma vez que oferecem uma gama de informações áudio-visuais que superam em muito aquelas fornecidas pelo contador de histórias. Entretanto, se por um lado podemos afirmar que essa quantidade é realmente superior, não se pode dizer o mesmo da qualidade da informação, da possibilidade criativa e da interatividade, que são os principais aspectos constitutivos da narrativa oral.

Ao ouvirem os relatos de seus avós, ou das pessoas mais velhas com as quais convivem, as crianças que participaram desta pesquisa apresentaram expressões que flutuavam, ora com espanto e interesse, ora com ar de enfado, ora com intervenções que colocavam em questão os depoimentos dos narradores.

Quanto mais antigas eram as etapas da memória que estavam em cena, tanto mais distantes se colocavam as crianças. Para evitar essa distância, não raras vezes os narradores ilustravam suas falas com exemplos contemporâneos. Outras vezes, faziam pontes longínquas entre o momento narrado e pessoas ou situações do cotidiano vivido pelas

[16] Acervo particular.

crianças. Em vários outros momentos eram as crianças que utilizavam deste mesmo artifício, perguntando claramente sobre pessoas, lugares e fatos que conhecessem, buscando referências entre suas próprias memórias e as memórias dos narradores.

A este respeito, Guedes (1998) comenta que, ao contar um caso, este ganha maior idoneidade quanto mais consiga reunir a distância temporal (fatos antigos) à condição de proximidade relacional.

> Quanto maior a proximidade dos atores e a possibilidade de qualificá-los – sendo a moradia no local e/ou a existência de relações de parentesco próximas os seus mais importantes atributos – maior veracidade lhe é concedida. (...) Sob este aspecto, podem ser considerados tanto mais representativos ou maleáveis (no sentido de abertura a novas interpretações) quanto mais se refiram a acontecimentos ocorridos há muitos anos, atestando a continuidade do interesse que apresentam (GUEDES, 1998, p. 51-52).

Muito embora os narradores tenham feito uso da palavra com objetivo, às vezes explícito às vezes não, de atuar como educador (como poderá ser visto no próximo capítulo), essa postura em certos momentos pareceu provocar reações diversas nas crianças, levando-as a assumir lugares que, parece, já conhecem, ora mostrando-se como alunos co-produtores de conhecimento, ora como alunos reprodutores de informações. Nesses momentos, foi possível identificar com freqüência uma *encenação* das relações professor-aluno, nas quais às vezes se estabelecem diálogos construtivos, onde as falas se somam e se

implicam mutuamente, promovendo reflexões e aprendizados em todos os envolvidos; às vezes se instituem cenários dramatúrgicos onde um diz o que acha que o outro precisa saber e o outro responde o que o primeiro quer ouvir, numa proposta implícita de dramatizar, de forma caricata, esta relação.

Entretanto, essa caricatura dramatizada da relação professor-aluno não aparecia na situação inversa: quando eram as crianças que se colocavam no lugar do aluno, antes mesmo de o narrador propor, e solicitavam não a memória, mas um conhecimento dos velhos, ambos os grupos pareciam investir na de construção coletiva daquilo que seria, de certa forma, a memória comum, a partir de uma relação educador-educando, não necessariamente a partir dos lugares de professor e de aluno, mas muitas vezes investindo de propriedade os lugares de avós e netos.

Curiosamente, muito embora os narradores tenham apresentado uma série de diferenças entre os grupos aqui chamados de *moradores de São Pedro* e os *moradores da Ilha* em suas memórias, como poderá ser constatado em discussão apresentada posteriormente, as crianças não apresentaram em suas participações essa mesma marca de fronteira. As perguntas, as observações e mesmo as posturas de ouvinte foram bastante semelhantes entre os dois grupos, de forma que o que demarca aqui a diferença entre um grupo e outro são antes as construções da

memória de cada um dos moradores do que a forma como foram "entrevistados" por suas crianças.

Os temas que as crianças traziam com mais freqüência à conversa eram aqueles que têm estado em voga na mídia e, original ou conseqüentemente, nos livros e projetos didático-pedagógicos das escolas contemporâneas. As perguntas feitas pelas crianças passearam por várias possibilidades de enfoque na memória do bairro, expressando desde a curiosidade com relação às crianças de *antigamente* até questões sobre posições pessoais da pessoa entrevistada.

Essas perguntas podem ser agrupadas de acordo com as seguintes categorias: comparações entre o presente e a época narrada; marcos históricos referentes à região; a vida das crianças na época relatada; hábitos e modos de vida; sobre a pessoa que narra.

5.1.1 **Comparações entre o presente e a época narrada**

Entre as perguntas feitas pelas crianças, a categoria que surgiu com mais freqüência foi a referente a comparações entre o bairro no presente e o bairro no passado, às vezes de forma explicitada na pergunta, às vezes de forma implícita na condução da questão. Nestas perguntas, as crianças expressavam um tom de curiosidade que incitava

os narradores a responderem detalhadamente o que foi perguntado. Entre as principais perguntas destacam-se:

- *Como era tudo aqui, antigamente?*

- *E aqui tinha hospital? Tinha o posto?*

- *Tinha muito mosquito, que nem hoje?*

- *Tinha muito desmatamento aqui?*

- *Como que era o morro da Ilha, antigamente?*

- *Tinha pouco emprego, como hoje?*

- *Já tinha o caminhão de lixo?*

- *E quando não tinha água, onde vocês arrumavam água pra beber?*

- *Onde eles jogavam o lixo?*

- *Existia muita gente que roubava, que nem hoje?*

- *Tinha muitos catadores de caranguejo?*

- *Tinha muita gente que passava fome?*

- *A violência de hoje é igual a que tinha antigamente?*

- *A maré antes era assim, muito poluída?*

- *Antes de ter o ponto, como vocês pegavam ônibus?*

- *É verdade que aqui era um lixão, no FLA* [Escola Municipal de Ensino Fundamental do bairro]*?*

- *Como que era o píer* [a marina], *antes?*

Nestas perguntas, aparece com freqüência a alusão ao bairro no presente, em trechos como "*... que nem hoje*" ou "*a violência de hoje*". Esse parece ser um recurso através do qual, ao mesmo tempo em que vai

construindo imagens de um passado não vivido, a criança acessa suas próprias memórias elegendo-as como parâmetros comparativos.

5.1.2 **Marcos históricos e pontos de tensão**

Algumas características da região são hoje consideradas como marcos da região, sejam eles referentes às lutas, às conquistas ou às perdas vividas pelos moradores. Entre eles se destacam a constituição da cooperativa das desfiadeiras de siri, uma conquista feminina na região; a construção da igreja católica de São Pedro, marco de uma luta dos moradores de São Pedro; a morte do manguezal, uma perda que vem mobilizando muitos investimentos para recuperá-lo.

- *Como começou a cooperativa das desfiadeiras?*
- *Como foram feitas as igrejas?*
- *Como que era o mangue e a maré, antes do lixo?*

No discurso sobre a origem da cooperativa das desfiadeiras de siri as crianças perceberam as divergências existentes quanto à autoria da idéia deste trabalho na Ilha, que se explicitam nas falas dos narradores. Muitas mulheres da Ilha desfiam siri para vender, havendo inclusive um grupo delas se organizado em forma de cooperativa. Tanto as cooperadas quanto as não-cooperadas têm uma grande procura pelo siri desfiado, e vendem com freqüência e boa saída, o produto.

Figura 5: foto de Desfiadeira de siri da cooperativa da Ilha das Caieiras.[17]

A tensão com relação à atividade de desfiadeira é estritamente referente ao mérito autoral, e circunscreve-se entre os moradores da Ilha das Caieiras, uma vez que os moradores de São Pedro não participaram e não participam desta proposta laboral. Alguns citam o nome de uma moradora antiga como sendo a primeira desfiadeira, outros citam outro nome, outros ainda pedem para evitar esse assunto — principalmente os moradores de São Pedro —, o que demonstra ser este um nódulo de tensão no interior desta comunidade. Nesta discussão a participação das crianças parece levantar um tema *non grato,* provocando expressões de desconforto nos narradores. O assunto muda antes de resolver a curiosidade das crianças, que não procuram ali as *memórias* de um e de outro morador, mas a *verdade* sobre essa história.

[17] Foto realizada pelos alunos do curso de Iniciação Escolar para o Turismo (UFES/SEME-Vitória). Disponível no site http://www.iia.com.br/guias/manif_cult.asp

Sobre a história da Igreja, novas questões aparecem. Embora as crianças não façam diferenciação entre si referente aos moradores tradicionais e aos moradores de São Pedro, nas narrativas essas diferenças aparecem. O grupo de moradores de São Pedro responde, quase que em uníssono, que a construção da Igreja em São Pedro foi resultado de muita luta, após muitas missas celebradas sobre as pinguelas. Isso porque, segundo esses narradores, a Igreja mais próxima ficava em Santo André, bairro vizinho, porém distante para uma caminhada a pé. Nessas narrativas, os moradores de São Pedro não citam os moradores da Ilha das Caieiras.

Por outro lado, os moradores da Ilha das Caieiras comentam, num tom mais de incompreensão do que de reprovação, que não entendem o motivo de o bairro São Pedro, "colado" na Ilha das Caieiras, ter feito missas sobre as pinguelas, não freqüentando a Igreja já existente na Ilha, mais antiga que seus avós. Neste ponto, as crianças demonstraram certa surpresa, e este pareceu ser um tema novo entre elas. Comentaram desconhecer a antiguidade da igreja, como também desconheciam o fato de ter havido missa sobre as pinguelas.

Ao se referirem ao "*mangue e à maré, antes do lixo*", na fala das crianças, aparece um tom nostálgico, um tanto tristonho talvez. Um saudosismo de um período não vivido, que se constitui a partir de várias

contribuições diferentes. Por um lado, essas crianças vivem, hoje, a época da descoberta e dos investimentos em "preservação/conservação ambiental", o que faz com que certamente tenham acesso a informações na escola e na mídia sobre este aspecto da vida humana: o meio ambiente.

Por outro lado, o fato de tanto os moradores da Ilha quanto os moradores de São Pedro terem relações com o manguezal, um grupo porque retirava dele seus sustento, outro porque encontrou nele seu maior obstáculo, faz com que este seja, provavelmente, um dos aspectos desta memória sobre o qual estas crianças ouvem falar com maior freqüência.

Assim, a memória de seus avós passa, em certo grau, a fazer parte também de suas próprias memórias. Constituem-se, na memória das crianças, uma *memória da memória,* que fala de um *mangue* e de uma *maré* que já não existem mais.

5.1.3 **A vida das crianças na época relatada**

Uma curiosidade das crianças que surgiu também com certa freqüência referia-se à vida das crianças na região, na época que estava sendo narrada. Aqui, as crianças se aliam a um discurso de cidadania da

criança que defende moralmente o estudo, o lazer, a moradia, a segurança, o esporte e a saúde como direitos da infância.

> - *O FLA* [Francisco Lacerda de Aguiar, escola municipal de ensino fundamental da região] *existe desde quando? E antes do FLA, como que as crianças estudavam?*
> *- Na sua época tinha muitas crianças no meio do lixo?*
> *- Quando a maré enchia, alguma casa chegou a inundar? E quando a maré enchia, o lixo subia? E as crianças ficavam doentes?*
> *- Morria muita criança naquela época?*
> *- Como que eram as brincadeiras das crianças, na época do mangue?*
> *- Tinha esporte pras crianças?*

As crianças expressaram, nestas perguntas, suas preocupações com os aspectos relacionados aos *direitos* da infância, imprimindo gravidade e indignação à elaboração da pergunta.

Assim, a cada resposta às suas perguntas ("não, não tinha esporte; muitas crianças não estudavam, só trabalhavam; não dava pra deixar as crianças brincarem fora de casa, porque era *palafita*; podia cair na maré...") as crianças produziam demonstrações de insatisfação com a forma como era tratada a infância.

> *Eu, hein! As crianças não podiam nada! Nem sair de casa não podiam! Ainda bem que agora já dá pra ir na rua, na escola, né? (Rodrigo, neto de Dona Márcia).*

Comunicavam sua insatisfação por gestos, expressões faciais e corporais e também por frases curtas que sugeriam certo alívio por não terem vivido naquele tempo.

5.1.4 **Hábitos e modos de vida**

Outras dúvidas das crianças diziam respeito aos modos de vida, na época narrada. Queriam saber sobre a lama, sobre o lixo, o trabalho, sobre os barracos e as pinguelas.

> *- Como que as pessoas andavam, quando era lama? E como que andava nas pinguelas, se a senhora falou que sempre caía?*
>
> *- Quando os catadores iam pegar caranguejo e siri, já que tava tudo cheio de lixo, o siri não vinha podre, não?*
>
> *- Como que faziam os barracos?*
>
> *- Na época do mangue, as pessoas tomavam banho na maré?*
>
> *- Os moradores gostavam de catar lixo?*
>
> *- Tem gente aqui que era daquela época, que ainda cata siri e caranguejo?*

Este núcleo de perguntas encerra, talvez, aquele que mais mobilizou as crianças, e tratava de questões para as quais os ouvintes pareciam realmente não ter nem respostas nem questões.

Assim, cada resposta desencadeava novas perguntas, passando o processo de narrativas por um momento de argüição direta, como ocorre também na observação participante. Os narradores, por sua vez, assumiram o lugar central e conduziram as respostas em direção àquilo que parecia chamar mais a atenção das crianças: o que elas realmente não sabiam.

Nesses momentos os narradores passaram receitas caseiras, ensinaram a construir casa de palafita, contaram sobre a chegada do lixo no período do aterro e contaram experiências pessoais com a lama e com o lixo. As crianças faziam perguntas bastante semelhantes, nas diferentes "entrevistas", mas os moradores respondiam de forma diferente às perguntas, de acordo com o grupo com o qual se identificavam (tradicionais ou da invasão).

5.1.5 **Sobre a visão da pessoa que narra**

> *- Há quanto tempo você mora aqui?*
>
> *-Você desfiava siri?*
>
> *- Você morava aqui no tempo que era tudo lama?*
>
> *- E agora como você se sente com essa Ilha das Caieiras diferente?*
>
> *- Você gostava mais de antes ou você está gostando mais de agora?*

A essas perguntas seguiam-se com freqüência respostas que indicavam um processo comparativo entre "o antes" e "o agora", em suas vidas pessoais e na vida de seus familiares.

Os moradores da Ilha das Caieiras, por responderem constantemente que sentem falta do bairro como era antes, faziam crer às suas crianças que atualmente a Ilha deixa muito a desejar. Com freqüência esse tipo de resposta suscitava certas posturas de indignação nas crianças, principalmente por considerarem que, com relação à infância, a Ilha das Caieiras melhorou muito. Explicitaram esse fato várias vezes, o que levou muitos dos narradores a explicar que os aspectos nos quais a Ilha "piorou" são principalmente aqueles referentes à *vida em comunidade*, e não os que se referem a conquistas de cidadania onde — em suas falas — certamente a Ilha melhorou.

Por outro lado, algumas vezes os moradores de São Pedro falaram da "Ilha de hoje" como um ideal alcançado, expressando de formas diferentes o sentimento de que "*hoje está uma beleza*" (*Dona* Inês, moradora entrevistada). A este tipo de fala seguiam-se igualmente manifestações de indignação por parte das crianças, que imediatamente passavam a questionar sobre uma série de aspectos que são, atualmente, considerados problemáticos na região e que, na memória narrada, não parecia ter sido problema, no passado. São exemplos desses problemas

atuais citados pelas crianças o consumo e o tráfico de drogas, a gravidez na adolescência e a violência.

Os manifestos das crianças levaram os narradores a se dividir entre aqueles que, ainda assim, consideravam que a região é hoje um ótimo lugar par se viver, e aqueles que, reconsiderando suas falas, diziam que, "vendo por esse lado", houve mesmo um momento em que a Ilha começou a piorar. Esse grupo de narradores credita essa piora à chegada tardia de outros moradores, também invasores, com comportamento e intenções socialmente duvidosas.

Apesar das diferentes respostas dos idosos, é possível identificar nessa categoria de perguntas das crianças que há ali um projeto de vida que parece valorizar uma série de conquistas, por um lado, mas que, diferentemente dos idosos — que compreendem a melhoria como um objetivo já alcançado — identifica transformações que ainda se fazem necessárias. Essas crianças, em vários momentos, ensaiavam protestos por um bairro melhor. Nos momentos das narrativas essa postura de reivindicação ia, aos poucos, caracterizando essa geração que agora, talvez mobilizada pelas narrativas de memórias – que falavam de união e de lutas – inicia sua trajetória em busca de suas próprias lutas.

5.1.6 **Violência**

> *- Você tem vontade de ir embora daqui por causa da violência?*
>
> *- Você tem medo que algum filho seu entre nessas coisas assim, que mata as pessoas? Que rouba ou que fuma...?*

Essas perguntas surgiram em todas as "entrevistas". As crianças demonstravam uma grande familiaridade com o tema *violência,* o que deve-se tanto ao fato de morarem na região mais violenta de uma das capitais mais violentas do Brasil (GAZETA, 2007), quanto à veiculação constante desse tema na mídia e à inclusão desse tema no conteúdo escolar.

A temática da violência uniu os grupos de moradores da Ilha das Caieiras e de São Pedro em uma única resposta: esse problema chegou com os *novos* moradores (posteriores aos primeiros grupos de invasão). Neste aspecto, era comum que os narradores lembrassem *casos* (no sentido proposto por Guedes, 1998, apresentado anteriormente) da região, com intuito de ilustrar as narrativas.

Guedes (1998) lembra que o conjunto de casos em uma determinada rede de relações sociais "é atualizado pelo simples abandono e esquecimento de alguns e incorporação de outros e, muito possivelmente, por alterações sutis de significados nos signos que

incorporam" (GUEDES, 1998, p. 52). Sendo assim, podemos compreender a reação das crianças ouvintes, no momento das narrativas destes casos: a maioria delas demonstrava compreensão e acordo com o que vinha sendo dito, como que num ritual que encenava o domínio público sobre os casos narrados. Provavelmente muitos vinham sendo mantidos em conhecimento de todos pela oralidade há longo tempo (outra característica dos casos, segundo Guedes, 1998[18]), assim como muitos também, dentro de algum tempo, terão sido extintos ou transformados.

Outra resposta comum encontrada era "esse problema não é só aqui, está em todo lugar", que procura amenizar a diferenciação do bairro com relação aos outros, no que se refere à violência. A essas respostas as crianças não apresentavam muitas falas ou novas perguntas, assentindo algumas vezes com a cabeça, outras vezes mudando de assunto e, em alguns casos, tecendo comentários vagos, que apenas reafirmavam retoricamente seu conhecimento acerca dos casos narrados. Esse ritual conferia um *status* de "verdade consensuada" às narrativas.

5.1.7 **Construções das crianças acerca das memórias narradas**

As crianças demonstraram bastante interesse nas falas dos entrevistados, conduzindo o diálogo, em sua maioria, com facilidade. Os

entrevistados, por sua vez, apresentaram-se muito satisfeitos com a possibilidade de ter suas memórias valorizadas e de poder contar as histórias, que eram do bairro, mas eram também deles próprios.

Em um momento posterior às coletas dessas construções coletivas da memória, as crianças foram novamente reunidas em pequenos grupos para, através das fotos, filmagens e gravações que fizeram durante as entrevistas, revisitarem os momentos das narrativas e, por meio de textos e ilustrações, registrarem tais memórias. Este processo ocorreu como parte da Pesquisa de Iniciação Científica já oportunamente citada.

A partir de um diálogo com as crianças que participaram das entrevistas, perguntamos o quê lembravam da história do bairro, e quais momentos elas percebiam como "mais marcantes". Em seguida, quando perguntadas sobre o que desejariam fazer com essas memórias, elas responderam que pretendiam contar a outras pessoas. Alguns sugeriram a elaboração de um vídeo, outros propuseram a confecção de um livro.

A partir desta abordagem, as crianças selecionaram os momentos que caracterizavam a memória do bairro, enumerando-os em itens no quadro-negro da escola. Esses itens foram dispostos como "capítulos" a serem detalhados em um livro que elas mesmas fariam. O vídeo, que

---

[18] A este respeito, cf. GUEDES, S. L. Os casos de cura divina e a construção da diferença. In: *Horizontes Antropológios.* Porto Alegre, v. 4, n. 9. 1998. P. 47 – 62.

também foi proposto, seria feito a partir do material produzido para o livro.

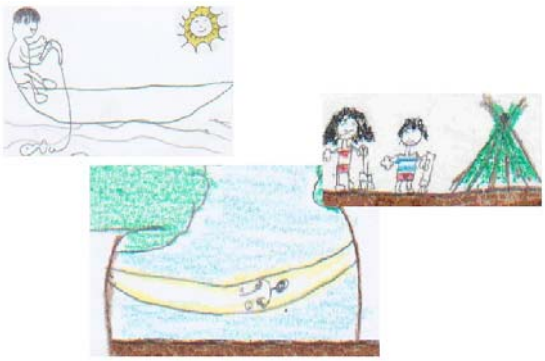
Para cada "capítulo" as crianças — junto com a pesquisadora e os alunos de Iniciação Científica — selecionaram alguns trechos das falas dos narradores. Em seguida, solicitamos às crianças que fizessem elaborassem pequenos textos sobre aqueles capítulos, considerados por elas mesmas como os principais momentos das memórias do bairro. Os textos foram reunidos pelas próprias crianças, ganhando a seguinte forma:

> *Tudo começou com os índios. Os índios antigamente já moraram no meu bairro. Aqui era o lugar deles. Eles pescavam, e o mangue era lindo, limpinho.*
> *Veio gente de muitos lugares pra morar aqui. Nessa época não tinha mais índio. Vinha gente dos quilombos, veio italiano, alemão... A maioria trabalhava com pesca. "Eu conheço um pescador, o nome dele é Tião, e ele é o pai da minha melhor amiga".*
> *Antes o bairro era só de pescador. Tinha pouca gente, aqui. Era a fábrica e a pesca, só. Tinha muita união, e muita dificuldade também.*
> *E foi assim que começou a formar o bairro.*
> *Depois construíram aqui uma fábrica de cal. Fazia a cal das conchas do mar. Por isso surgiu o nome da Ilha das Caieiras, que foi o primeiro bairro daqui.*
> *Antes era tudo mangue, então teve muitas invasões e eles construíram várias casas. Mas não eram como as casas de hoje em dia, eram barracos em cima do mangue, chamados palafitas.*
> *Muitas dessas pessoas começaram a catar caranguejo pra vender.*
> *Morar nas palafitas era perigoso pras crianças. O povo era muito unido, aí os moradores pediram à prefeitura para aterrar ali para eles morarem. A prefeitura tinha lixo pra jogar fora e não tinha onde, então jogou todos os lixos aqui.*
> *Quando jogavam lixo as pessoas e as crianças iam procurar comida no lixão. Eles moravam no lixão e sofriam muito.*

Depois jogaram terra pra tampar o manguezal e o lixão.
O FLA (Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Lacerda de Aguiar) começou em um barraco, e tem muita história.
A comunidade se uniu, e construiu a escola, que se chamava "O Grito do Povo". Depois foi melhorando, temos os professores, a diretora e a coordenadora. Hoje o FLA é a escola que todo mundo desejou!
A comunidade aumentou e construiu muita coisa. O meu bairro mudou muito, pra melhor. É um lugar legal de se morar. Hoje tem muita coisa nova no bairro, e continua tendo também os pescadores, os catadores de caranguejo e as desfiadeiras de siri.
Com o peixe, o caranguejo e o siri eles fazem moqueca. E vem gente para comer. Vem gente pra ver, pra passear... Aqui agora é o lugar de toda magia!

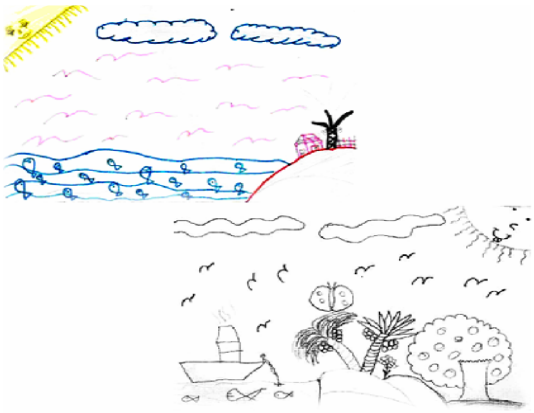
As crianças participaram de oficinas de ilustração, quando então solicitamos que desenhassem sobre os "capítulos" selecionados por elas. Assim, através de desenhos as crianças também lembraram aqueles que consideraram ser os principais momentos da memória da região:

1. Os índios:

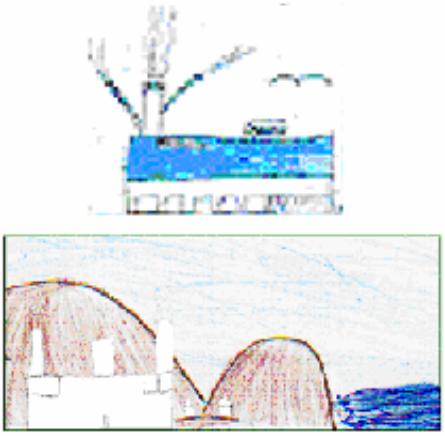


2. Os povos e os pescadores

3. O bairro, no começo .
(A Ilha das Caieras):

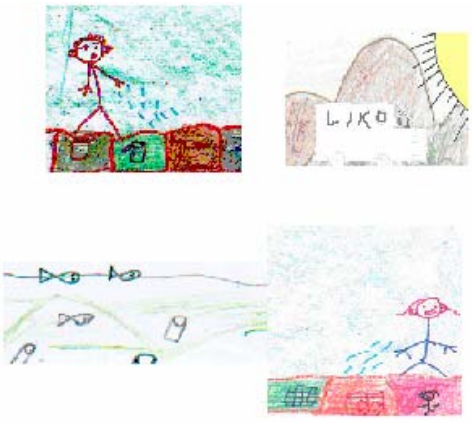


4. A fábrica de cal:



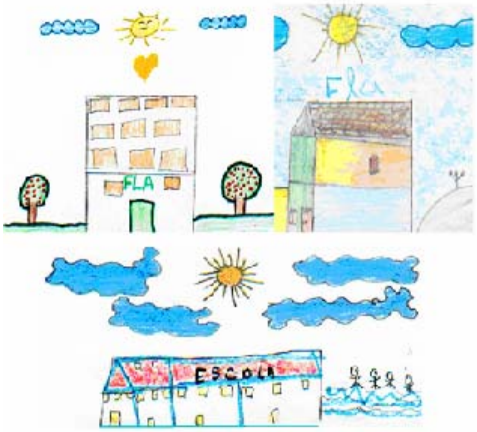
5. As palafitas e os catadores de caranguejo.
(O começo de São Pedro):

6. O lixão:

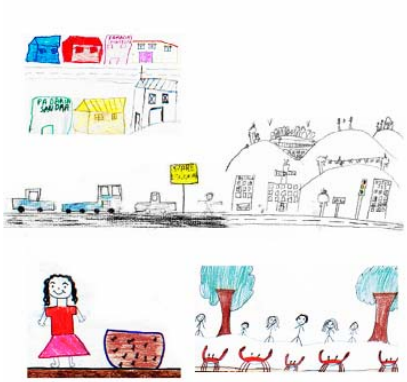


7. Aterro e urbanização:

8. O FLA (Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Lacerda de Aguiar):



9. Nosso bairro, hoje em dia:



10. Lugar turístico:

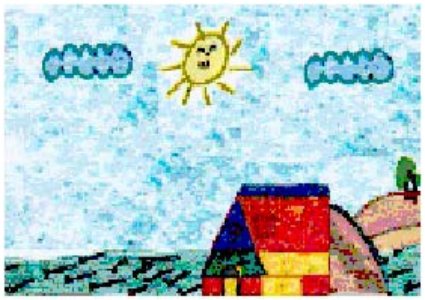


Figura 6: ilustrações que compõem o livro *São Pedro e Ilha das Caieiras: Lugar de toda Magia!*

É interessante notar que, embora as crianças tenham sido reunidas para esta construção da memória através de textos e desenhos, o encontro entre as crianças que entrevistaram moradores de São Pedro

com crianças que entrevistaram moradores da Ilha das Caieiras não produziu um confronto de informações, de forma que as memórias de ambos os bairros aparecem contempladas nas produções das crianças.

Os textos e as ilustrações produzidos pelas crianças a respeito das memórias do bairro, somados a algumas falas dos narradores entrevistados, deram origem a um pequeno livro produzido na escola, chamado *Ilha das Caieiras e São Pedro: Lugar de Toda magia!* O título do livro, escolhido pelas próprias crianças, ilustra um forte investimento de desconstruir a imagem antiga que ainda permanece, de quando a região abrigava um aterro sanitário, originando o vídeo documentário intitulado *São Pedro: Lugar de toda Pobreza* (ALMEIDA, 1983), uma produção de denúncia que foi premiada e que obteve alcance nacional[19].

O encontro intergeracional levou as crianças a uma reorganização dos fatos narrados a partir de suas próprias compreensões, leituras e experiências. Essa reorganização é um movimento de ressignificação, feito pelas crianças, das memórias narradas.

Desta forma, estas crianças podem, no momento mesmo em que registram seus desenhos e textos ou em momentos futuros, revisitar esses acontecimentos utilizando-se de recursos de *memória da memória*. Com este recurso, esta nova geração poderá construir suas próprias

[19] Cf. COSTA e ALVARENGA (2006a).

memórias sobre aquele passado que não vivenciou diretamente, mas que recebeu como legado. Assim, a memória dos narradores passa a fazer parte também das memórias das crianças.

5.2 OS NARRADORES E SUAS MEMÓRIAS

Foram abordados vários temas pelos narradores — aqui agrupados em categorias, como sugerem Becker (1999) e Minayo (2004) — com o objetivo de facilitar a organização e análise dos dados. Os temas principais foram: ascendência, moradias, trabalho, relações de grupo e paisagem.

As respostas vinham aos poucos, mas as narrativas dos moradores nem sempre seguiam linearmente às questões colocadas pelas crianças. Esse processo disparava uma postura às vezes de desinteresse, às vezes de intolerância e ansiedade por parte das crianças. Muitas das perguntas feitas iam sendo respondidas no decorrer das narrativas da memória, o que foi, com o tempo, favorecendo o "aprendizado" da escuta, pelas crianças.

Considerando que o tema tratado era a memória do bairro, durante as narrativas as histórias pessoais e familiares surgiam e desapareciam, de acordo com a maior ou menor relação que tinham com a história coletiva. Esta relação entre a memória individual e de grupo, segundo

André Lévy (1995) não significa que elas sejam identificadas uma com a outra; pode-se dizer que existem algumas correspondências, o que não quer dizer que sejam idênticas. Para este autor, isto ocorre porque o processo de civilização de certa forma é um processo de individualização.

> Minha idéia é que, quanto mais avançado está o processo de civilização, mais o desenvolvimento das organizações está adiantado, ou seja, mais ele se distancia de uma organização comunitária, que supõe uma homogeneidade — comunidade significa que somos iguais, que nascemos na mesma terra, que temos a mesma ideologia, o mesmo passado, — e maior a diferenciação entre a história do indivíduo e a história da coletividade (LÉVY, 1995, p. 8-9).

Sendo assim, Lévy (1995, p. 12) reflete que a ligação entre a história individual e coletiva parece ser mais sensível nos grupos comunitários, uma vez que "os relatos de vida que são publicados habitualmente são histórias de pessoas que pertencem à comunidade e contam as mutações que estão vivendo estas comunidades, em vias de desaparecer como comunidade".

> Se há ocasiões em que a aprovação social assenta as lembranças sobre a operação de ideologias e estereótipos (Bosi, 2003, pp. 113-126), há momentos outros em que os apoios comunitários são articulados de modo original pela memória individual, desde então participando de um ponto de vista particular sobre o passado. (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 03).

Entre as narrativas dos moradores encontram-se alguns recursos de construção de memória coletiva e alguns recursos de memória particular.

Com relação ao primeiro — memória coletiva — trata-se das memórias que se referem a situações, acontecimentos, fatos e eventos que, de certa forma, foram vividos por um grande contingente, sendo uma memória do *domínio público*. Sobre o segundo — memória particular — faço referência principalmente aos "casos", como conceituados por Guedes (1998). Os casos têm como uma de suas características mais marcantes o fato de seus principais atores serem necessariamente nomeados e situados o que, segundo Guedes (2998), constitui um critério importante para a valorização do "acontecido".

> Contados, em geral, na primeira pessoa, nunca são relatos anônimos ou referentes a acontecimentos sociais que afetaram muitas pessoas simultaneamente, distinguindo-se assim de uma memória social, no seu sentido mais estrito. Ao contrário, versam sobre acontecimentos singulares na vida das pessoas como, por exemplo, a história de uma improvável conjugação de eventos que permitiu ao narrador conseguir um determinado emprego, uma incomum ida ao teatro, mortes inesperadas, viagens insólitas, "traição" de noivas ou namoradas e assim por diante. Na verdade tudo pode se transformar num "caso", desde que contenha os elementos extraordinários que o tornem destacável, pois sua matéria-prima são as vicissitudes do viver (GUEDES, 1998, p. 51).

Muito embora sejam as memórias da coletividade que estejam aqui sendo tratadas na construção de uma memória de bairro, foram os "casos" que conseguiram provocar o interesse das crianças e serviram de amálgama entre um evento coletivo e outro, delineando com características e olhares particulares as memórias do bairro. Ao citarem lugares, pessoas e histórias já conhecidas do grupo familiar ou de vizinhança próxima, os narradores construíram aí a ponte que parecia

invisível diante do abismo entre as memórias que queriam contar e as vivências das crianças.

Nas categorias apresentadas nas falas dos entrevistados, as diferenças entre *moradores da Ilha das Caieiras* e os *moradores de São Pedro* se explicitaram, muito embora este não seja o único viés que povoou as narrativas. Se por um lado esta cisão entre moradores "da Ilha das Caieiras" – "de São Pedro I e II" ganhou corpo nas memórias dos dois grupos, por outro lado, quanto mais estas mesmas memórias se aproximavam das histórias e relações presentes mais a cisão se perdia atrás de um tecido social costurado a mão, que une em torno de questões comuns aqueles dois grupos como um só.

Optei por apresentar, inicialmente, as narrativas e as cisões acima referidas para, posteriormente, discutir as redes em que estas relações ocorrem entre os diferentes grupos ou colônias na região.

Além das características de grupos cindidos (ou *"partidos"*) e "*cerzidos"*[20], uma outra temática bastante presente nas narrativas foi *o futuro do bairro*, que apareceu ora em forma de explicitação de demandas do bairro, ora em forma de expectativas de planejamento para a continuidade do desenvolvimento da região. Essas discussões estão

[20] Os destaques no texto fazem referência às obras intituladas "Cidade Partida" (VENTURA, Z. São Paulo, Companhia das Letras. 1994) e "Cidade Cerzida" (ROCHA, A. Rio de Janeiro, Relume-Dumará. 2000), estudos antropológicos sobre relações entre grupos urbanos.

apresentadas em um capítulo à parte, uma vez que surgiram nos momentos posteriores às narrativas da memória, muitas vezes realmente como caracterização de *um novo capítulo* da narrativa. Provavelmente essa separação entre os temas se deve à compreensão por parte dos entrevistados de que, até determinado momento, falavam do *passado* e a partir dessa nova temática estavam mudando o foco da conversa e falando do *futuro*.

5.2.1 Relações de Grupo (s)

As falas foram aqui agrupadas por categorias semânticas seguindo sugestão de Minayo (2004), ao se referir à Análise do Conteúdo em pesquisa social qualitativa, e de Becker (1999), ao sugerir formas de análise para os dados de observação participante em comunidades. Estas categorias foram analisadas a partir das formas como se constroem as relações entre esses moradores e seus grupos, bem como entre um grupo e outro, caracterizando assim as *redes sociais locais*. Os grupos a serem tratados serão apresentados por suas iniciais (moradores da Ilha das Caieiras – MIC e moradores de São Pedro I e II – MSP), evitando assim a repetição constante das expressões que os definem.

a) <u>Ascendência, Família e Parentesco</u>

A literatura sobre a região informa sobre a presença de índios e sambaquis (MARINATO, 2003; SEBRAE, 2007): "Os homens e mulheres da Ilha das Caieiras vivem num espaço pequeno com cultura e hábitos próprios. (...) e muitos são descendentes diretos dos índios que primeiro povoaram o local" (SEBRAE, 2007, p 02).

Apesar disto, os moradores entrevistados — mesmo os mais antigos — comentaram que não conheceram índios pessoalmente. Quando os quilombolas e outros povos chegaram, os índios não mais se encontravam na região da Ilha das Caieiras restando apenas os sinais de que ali estiveram, como conchas enterradas em locais onde não havia mar:

> *Na minha época não tinha mais índio, mas todo mundo diz que antes tinha (D. Márcia, MIC).*

> *A gente não chegou a conhecer, mas sabe que tinha índio aqui, sim. Onde não tinha maré, lá pro lado de lá do campinho, a gente cavava e encontrava aquele monte de marisco enterrado. Então eram eles que tinham enterrado ali, né?(Sr. Ricardo, MIC).*

Assim como Costa (1998) constatou em suas pesquisas com moradores dos bairros portuários do Rio de Janeiro, também na Ilha das Caieiras muitos *moradores da Ilha das Caieiras* são descendentes de quilombolas e escravos, como conta *Dona* Márcia.

> *Quando eu morava lá na roça com a minha avó, eu tinha minha bisavó que foi escrava ali em Jacuí. Ela era escrava mesmo. Aí ela contava, né, como é que era lá, os apertos que ela passou... Ela teve um filho do patrão. Do Senhor, né? Só teve um filho só. Aí ela criou esse filho, né. Aí depois eles roubaram o filho dela. Porque naquele tempo eles apanhavam. Eles não venderam, não. Roubaram e trouxeram aqui pra... Como é o nome daquela igreja? São Ricardo do Rosário. A primeira vez que ela parou aqui na Ilha das Caieiras foi quando veio tentar achar esse filho dela, e achou (D. Márcia, MIC).*

Muitos desses quilombolas vieram para a Ilha no fim do século XIX e início do século XX, quando a área era ainda caracterizada geograficamente como ilha, tendo em seu entorno um grande manguezal, como pode ser constatado no capítulo 3 e reforçado pelas falas de *Dona* Márcia.

> *Então... Essa minha bisavó foi escrava numa fazenda lá em Jacuí, né? É lá para os lados de Santa Leopoldina. Lá tinha um quilombo. Eles formaram uma espécie de quilombo, mas já depois da abolição, em Jacuí. Ali era muito longe, não tinha muita coisa, não. Ela contava que era uma batalha, mesmo depois da abolição. Eu vim morar aqui com 10 anos. Hoje tenho 80. Aqui tinha muito escravo fugido, muito negro. A gente era em muitos, aqui. Tinha também os italianos, que moravam no sobrado dos jesuítas, mas eles eram poucos (Dona Márcia, MIC).*

Nessa fala identificamos a presença dos imigrantes: a família italiana aparece aí como um *outro* que difere do grupo chamado pela entrevistada de *a gente*. Os italianos compõem um grupo grande de imigrantes no interior do estado do Espírito Santo e sua presença na Ilha

das Caieiras, naquele momento, antecipava um fato que mais tarde caracterizaria a ocupação da região: a vinda em massa de moradores do interior do estado e de estados vizinhos.

Assim como também identifica Pimentel (2004) em sua pesquisa com pescadores na Pedra da Guaratiba (RJ), a maior parte dos *moradores da Ilha das Caieiras* é descendente de migrantes nordestinos, que vieram para o Espírito Santo em diferentes momentos da história, como relata *Seu* Ricardo:

> *Família pouco numerosa, não era lá do norte. Mas eu tenho o sangue nordestino, né? Meus pais eram sergipanos, né? Minha mãe de Aracajú, e meu pai de uma cidadezinha na beira do rio São Francisco, que se chamava Própria. Então meu pai nasceu lá, e eles vieram se conhecer aqui, no interior do Espírito Santo (Seu. Ricardo, MIC).*

Os *moradores de São Pedro* são também, em grande parte, descendentes de famílias vindas do Nordeste, do Rio de Janeiro e de cidades do interior do Espírito Santo em busca de emprego. Essa informação não pareceu relevante em suas falas, e também não foi valorizada nas perguntas feitas pelas crianças; ao contrário dos *moradores da Ilha das Caieiras* que, ainda que não fossem perguntados, faziam questão de informar suas ascendências. Assim, alguns *moradores da Ilha das Caieiras* são descendentes de ex-escravos vindos de quilombos do interior do estado, outros descendem de migrantes do

interior do Espírito Santo ou vêm do Nordeste. Entre os *moradores de São Pedro* a ascendência coincide com as do primeiro grupo.

Elias (2000) identifica situação semelhante em seu campo de pesquisa, no qual o grupo de *estabelecidos* se orgulhava ao contar a história da origem do bairro, fundado por um londrino, e tinha, em sua maioria, trabalhadores de indústria. Da mesma forma, muitos dos novos moradores — *os outsiders* — tinham vindo de Londres, atraídos pela melhor oferta de emprego na região. Entretanto, durante a Guerra, quando começaram os bombardeios da Inglaterra, chegaram novos moradores, desta vez desabrigados. E é essa parte da história que os *estabelecidos* enfatizam, ao falarem dos *outsiders*. Elias (2000) reflete que "é bem possível que essas lembranças fossem seletivas. A primeira leva de londrinos e a maioria dos outros imigrantes iniciais compunham-se, tal como a maioria dos residentes da 'aldeia', de operários especializados ou semi-especializados" (ELIAS, 2000, p. 63).

Por outro lado, as noções de ascendência assumiam um outro lugar na diferenciação entre *estabelecidos e outsiders*: havia um papel decisivo que a dimensão temporal ou, em outras palavras, o desenvolvimento de um grupo desempenhava como determinante de suas estruturas e suas características.

> O grupo estabelecido de antigos moradores residentes compunha-se de famílias que haviam

> morado naquela região por duas ou três gerações. Elas haviam atravessado juntas um processo grupal — do passado para o futuro através do presente — que lhes dera um estoque de lembranças, apegos e aversões comuns. Sem levar em conta essa dimensão grupal diacrônica, é impossível compreender a lógica e o sentido do pronome pessoal "nós" que elas usavam para se referir umas às outras (ELIAS, 2000, p. 38).

Na comunidade participante da presente pesquisa, a diferenciação entre os dois grupos também se dá mais pela relação temporal com o espaço coletivo do que pelas ascendências.

A diferença aqui está mais no valor que a informação sobre a ascendência parece ter para um grupo e para o outro. Os *moradores da Ilha* frisam esta informação como algo relevante, denotando mais uma diferenciação de costumes do que uma diferenciação de ascendência.

Outra diferença clara entre os dois grupos refere-se ao número de membros de uma família. Os *moradores de São Pedro* falam da necessidade de se controlar o número de filhos porque as condições financeiras não permitem famílias numerosas, e lembram que há cerca de 30 anos as famílias tinham mais filhos — mas lembram desse detalhe como uma característica negativa.

> *Naquele tempo a gente não tinha muita informação, muita orientação como tem hoje, né? Era aquele mundo de filho... Quantos Deus mandava e não deixava morrer, a gente criava. Fazer o quê, né? A gente achava ruim, às vezes, mas... Fazer o quê, né?*

> *Não tinha essas informação que hoje tem (Dona Eleonora, MSP).*

Já os moradores *da Ilha das Caieiras*, além de valorizarem as informações sobre ascendência, também comentaram com orgulho sobre o número de membros existentes em uma família.

> *Então, minha mulher teve os filhos em casa. Às vezes ela tava lavando roupa no quintal, aí eu chamava a parteira, aí quando chegava já tava na hora de ganhar a criança. Foram 11 filhos. Família nordestina, né? É a raça nordestina. Naquela época, quem tinha 3 era família pequena, 5 tá começando. Tem uma família aqui que ela tá viva aí, ela tem 15 filhos. Edith. Inclusive é até a minha comadre. Ela teve 15 filhos, uns 10 filhos homens, e mulheres eram umas cinco ou seis. Pode ter sido mais por que naquele meio tempo, às vezes um não vinga, né?Minha mulher teve 11. Foram seis mulheres e cinco homens. Só o primeiro filho meu, ele morreu com um mês e dezoito dias (Seu Ricardo, MIC).*

Surge na fala de *Seu* Ricardo uma outra forma de parentesco, bastante comum entre os *moradores da Ilha*: o apadrinhamento. A cada criança nascida os laços se fortalecem, pois ela é oferecida a um casal conhecido (quase sempre também *moradores da Ilha das Caieiras* ou seus descendentes), que a batiza. Esse batizado transforma o casal em padrinho/madrinha da criança, e compadre/comadre dos pais da criança. A criança passa a ser afilhada do casal, devendo-lhe obediência e respeito e pedindo-lhe bênçãos. Também em Acari, no Rio de Janeiro, Souza (2001) identifica essa forma de relação como uma nova produção

de parentesco, concretizando-se na figura emblemática dos *compadres* e *comadres* no grupo.

Neste sentido, a compreensão das relações de *compadre, comadre, padrinho, madrinha* e *afilhados* como laços de parentesco reforça os elos das redes locais. Lembrando Silva et al (2006), ao realizarmos estudos de comunidades de periferia urbana, é comum encontrarmos as chamadas *redes multi-relacionais,* que são aquelas nas quais existem mais de um tipo de laço, portanto mais de uma relação (por exemplo, 'ser parente de' e 'trabalhar junto com').

No grupo de *moradores de São Pedro* os laços de vizinhança são fortalecidos por outros movimentos, como reuniões de igreja, grupos de oração, organizações de cunho caritativo-assistencial e mobilizações civis (movimento comunitário, associação de moradores, cooperativas e associações ocupacionais). São laços de amizade, luta e convivência, mas não de parentesco.

Em seu campo de pesquisa, Elias (2000) também constatou que, entre os *estabelecidos,* "não só os laços de vizinhança, mas também os de parentesco eram visivelmente mais fortes do que no restante de Wiston Parva. Constatou-se que havia uma estreita ligação entre eles". A partir desses dados Elias (2000) propõe uma correção das informações que se pode extrair da bibliografia sociológica sobre família: a noção de

que a estrutura das famílias e a estrutura das comunidades em que elas vivem são totalmente desvinculadas.

> Na verdade, a natureza dos laços de família e a estrutura familiar não podem ser explicadas como se as famílias vivessem num vazio comunitário ou como se, por si só, sua estrutura determinasse a estrutura das comunidades onde vivem. O estudo em Wiston Parva proporcionou oportunidades de comparação entre bairros de tipos diferentes. Essas comparações indicaram o quanto a estrutura familiar encontrada num determinado bairro era dependente da estrutura do bairro em que as famílias moravam (ELIAS, 2000, p. 85-86).

Na Ilha das Caieiras esta diferença entre os dois grupos reflete em diferenças nas organizações internas de cada um deles. Ou seja: entre os *moradores da Ilha das Caieiras* os laços de vizinhança se estreitam pelo viés do parentesco; entre os *moradores de São Pedro* esses laços se estreitam pelas demandas comunitárias.

b) Trabalho, Emprego e Renda

A história da Ilha das Caieiras é toda envolvida com as atividades ocupacionais da região: inicialmente a pesca e a fábrica de cal, depois a desfiação de siri e a cata de caranguejo, passando pela cata e venda de lixo e chegando ao turismo culinário, mais recentemente. Além destas, uma outra ocupação que tem marcado a região é o tráfico de drogas.

Já no início do século passado, a região tinha uma Fábrica de Cal. Segundo informado pelos moradores, a cal era transportada para a

estação que hoje se chama Pedro Nolasco, e na época se chamava de Estação Diamantina. Os trens vinham de Belo Horizonte.

Figura 7: foto de uma fábrica de cal em 1900, em Caieiras — São Paulo[21].

Seu. Ricardo fala da fábrica de cal com muita emoção, deixando as lágrimas surgirem em seus olhos por várias vezes. As lembranças da fábrica parecem remeter seu pensamento a uma época de fartura e grandiosidade.

> *A fábrica de cal ficava atrás de onde chamava na época, Caborí. Era uma fábrica muito fabulosa! Ela produzia um tipo de cal tirado da maré, tirado do mar. Era uma concha. Aquela fábrica produzia aquele cal, em quantidade, mas não ficava aí não (Seu Ricardo, MIC).*

A fábrica tinha três canoas, que transportavam seus produtos até a estação. Na memória de *Seu* Ricardo os detalhes ganham destaque, parecendo reportá-lo à época da qual está falando. O trabalho na fábrica de cal se entrelaça com sua rememorações afetivas das pessoas e do lugar.

> *Tinha três canoas, a Janota que pegava 50 sacos de cal, né? A menor. A maior se chamava Baunilha, nome bonito, né? Pegava 180 sacos de cal, era pintada de azul e branco.Tinha uma faixa, assim, branca. Eta... Era muito bonita! A terceira se chamava Boa Esperança, que nome lindo, né!? Aí, aquela canoa era enorme! Essa canoa, ela levava o cal pra lá, com seis pessoas dentro (Seu Ricardo,* MIC*).*

Enquanto descrevia a canoa, *Seu* Ricardo demonstrava em seu próprio corpo como era a faixa branca, pintada na embarcação. Naquele momento, ele e a canoa pareciam ser um só.

As canoas levavam a cal e, quando voltavam, traziam carvão. O carvão era utilizado no forno que aquecia as conchas. Os homens que mergulhavam e catavam as conchas para transformar em cal eram chamados de "concheiros". Às vezes, os próprios pescadores se ofereciam para trabalhar na fábrica, como concheiro ou alimentando a fornalha.

> *Aí tinha uma área que ficava um motorzinho em cima assim, era à eletricidade, chamava "bizorim". Ele ia lá, levava uma caçamba e a outra ficava aqui enchendo. Quando a de cá enchia e chegava lá dentro do forno, aí rebatia a de cá, entendeu? Quando ela enchia, ela tornava pra lá... Quando ela voltava de cá ela tava cheia. Precisava de umas 10 pessoas para encher aquelas caçambas ali, e aí ia misturando o tal carvão que ele vinha de volta* [nas canoas]. *Quando eles levavam o cal, eles traziam o carvão (Seu Ricardo, MIC).*

---

[21] Foto disponibilizada no site www.dcomercio.com.br, setembro de 2007.

As conchas entravam no forno em uma caçamba, e quando saíam ficavam amontoadas em um canto. Depois eram molhadas com uma mangueira e se transformavam em pó. Este pó era a cal.

Assim, por volta dos anos 1920 e 1930, os *moradores da Ilha das Caieiras* eram trabalhadores da fábrica de cal e pescadores.

> *Naquela época... Meu pai não podia me oferecer nada. Não porque que ele não quisesse, nem minha mãe. Mas eles não tinham condições de oferecer nada para mim. Só educação. Eu abracei a educação dele. Isso pra mim foi a melhor coisa do mundo. Ele era carpinteiro naval. Então o que eu fazia? Fazia minhas canoinhas, meus negocinhos... Colocava aqueles enfeitezinhos para dizer que era um naviozinho, um barcozinho. Aí um dia meu irmão disse: você não quer mais estudar não... né? Então você vai pescar comigo. Ele era pescador. Aí fui pescar. Tava com 13 pra 14 anos. Aí, ele disse: meu irmão, então vamos na capitania. Não podia colocar o dedo na embarcação e ir pescar... não. Tinha que ir na capitania, tinha que ter indicação. Mas eu já sabia nadar muito bem (Sr Ricardo, MIC).*

Da mesma forma como constatado por Thiesen, Barros e Santana (2005) entre portuários do Rio de Janeiro, os pescadores de Caieiras, entre as décadas de 1950 e 1970, começavam cedo nessa ocupação e precisavam ter indicação de alguém para conseguir trabalho mais facilmente.

> *Aqui era assim: fulano sabe nadar direitinho... Aí já indicava pra ser concheiro da fábrica e pra capitania, pra pescar. Se a pessoa se dedicava, o outro que*

> *indicou ficava todo prosa. Mas se a pessoa fazia coisa errada, aí... O mesmo que indicou era o primeiro que pedia pra mandar ele embora, porque indicação era coisa importante, ninguém queria... Ninguém queria ficar ruim na praça, né? (Sr. Ricardo, MIC).*

O trabalho, tanto na pesca quanto na fábrica, era pesado. Mas ninguém se queixava, uma vez que o cansaço era acompanhado pelo risco iminente de não haver mais trabalho.

> Percebe-se uma visão de atividade pesada e sujeita aos mais diversos riscos do trabalho, ou à falta dele, já que isso era uma possibilidade constante. Não só o senso de atividade em equipe, que diminuiria as incertezas, é costurado no processo de trabalho propriamente dito, como as relações pessoais e de parentesco constroem uma rede importante de associação e manutenção dos trabalhadores em seu trabalho, além de dispositivo para seu controle. Porém, esse tipo de formato convivia com outras possibilidades, digamos, mais importantes de gestão. Os procedimentos de indicação e escolha daqueles que vão trabalhar, definindo esta ou aquela ocasião, segundo algumas visões, da forma como se desenvolveram, abriram espaços para todo tipo de prática (SANTANA e QUEIROZ, 2005, p. 26).

As indicações, tanto na experiência de Santana e Queiroz (2005) na região portuária do Rio quanto aqui, na Ilha das Caieiras, eram feitas entre parentes e amigos.

> *Meu pai veio trabalhar na tal fábrica de cal, porque... Olha como é o nordestino... Serviço ali adiante, então ele veio trabalhar, né? Aí ele veio parar aqui na Ilha, e morava lá atrás. Aí então ele foi trabalhar como carpinteiro, consertava as canoas, fazia remo, aquela coisa toda. Assim ele levou certo tempo da vida dele aqui. Aí ele foi pescar... Também sabia pescar. Ele indicava meus irmãos mais velhos, e meu irmão me indicava pra capitania. Pra fábrica e pra pesca foi*

> *assim. Nunca fiz vergonha pra ele, graças a Deus (Sr Ricardo, MIC).*

Depois, com a promessa de ser uma cidade com empregos e serviços sociais públicos, muitas pessoas vieram para a cidade, e se alojaram em sua periferia. Os manguezais foram invadidos, e surgiu uma nova modalidade de trabalho: os catadores de caranguejo.

Figura 8: foto de um Catador de caranguejo de Vitória.
Foto: André Alves[22].

Foi a época que os moradores *da Ilha das Caieiras* chamam de "época da invasão", durante a década de 1970, pois os novos moradores invadiram a região do manguezal e construíram ali casas em palafitas.

> *Acho que, com o tempo, Vitória foi virando numa cidade boa de morar. Tinha muitas fábricas, tinha muito emprego, tinha hospital, escola... Aí foi vindo gente... (Dona Eleonora, MSP).*

[22] Foto disponibilizada no site http://cienciaeideias.blogspot.com/2007/04/vida-na-lama.html

Neste período, segundo os entrevistados, a região passou a ter um volume enorme de moradores, que crescia numa grande velocidade. A invasão do manguezal começou na orla da ilha de Vitória e cresceu em direção à Ilha das Caieiras. A área invadida cresceu rápido, criando uma ligação direta entre a Ilha das Caieiras e a área de invasão, que passou a se chamar "São Pedro". Foram estes novos moradores que inauguraram a cata e venda de caranguejo.

> *Os pescadores não catavam caranguejo, não. Pescavam siri, às vezes. Mas caranguejo não. Os catadores de caranguejo só começou mesmo com a invasão. É um trabalho... Diferente, né? Mas agora eles já até participam da associação, aí. O IBAMA vem aí, conversa, avisa que não pode catar na 'andada', essas coisas, né? Mas o catador que é de bem não cata na andada não, porque ele sabe que o caranguejo vai faltar se catar. A não ser que esteja com muita necessidade... Aí a gente não pode condenar, né? Quem sou eu pra condenar... (Seu Beto, MIC).*

Concomitante a essa invasão, em finais dos anos 1970, a prefeitura de Vitória iniciou o processo de aterro com despejo de resíduos sólidos no manguezal, o que atraiu outros moradores e criou uma nova modalidade de trabalhador: os catadores de lixo.

> *Moro aqui há 27 anos. Eu vim morar no lixão. Era muito bicho mesmo, monte de bicho 'avoando'. Era muito mau cheiro, era coisa difícil mesmo. Eu passei a maior dificuldade, aqui (D. Inês, MSP).*

Mas apesar dos problemas ocasionados pelo lixo, era também o lixo que garantia a sobrevivência da maior parte das pessoas que se mudou para o bairro nesse período.

> *Tinha muita gente que sobrevivia do lixo. Eu mesma catei muito, e não deixei faltar comida nunca pras minhas crianças, graças a Deus. Mas passamos aperto... Muita dificuldade mesmo... Só que aqui todo mundo acudia todo mundo, sabe? Então ninguém ficava desamparado na hora da precisão (Dona Sandra, MSP).*

Ainda em finais da década de 1970 e durante as duas décadas seguintes, grandes embarcações do sul da Bahia passaram a vir pescar na encosta de Vitória, com grandes equipamentos. Faziam pesca predatória, o que contribuiu muito para a diminuição do pescado na área em que os pescadores da Ilha das Caieiras costumavam trabalhar.

Os pescadores, em sua maioria, não chegaram a catar lixo, mas tiveram também seus períodos de escassez. O pescado começou a diminuir, em parte por causa da poluição no local pelo lixo, em parte devido à legislação ambiental, que passou a regulamentar sobre a área e a época permitida para pesca em todo o Brasil, e em parte devido à pesca predatória de grande porte que passou a haver na região. De forma semelhante, Pimentel (2004) identificou que na Pedra da Guaratiba, na cidade do Rio de Janeiro, os pescadores também sentiram a diminuição do pescado devido à poluição e à pesca predatória.

Com o tempo, os *moradores da Ilha das Caieiras* sentiram que a mudança na quantidade e na qualidade do pescado da região não era passageira, como suspeitaram no início.

> *Isso aí caiu 98%. A população aumentou. Antes não era só a tainha, nem o virote... Não... Aqui tinha outras qualidades de peixe... Muito "enxovo", muita sarda... Era fundo! Agora, em alguns lugares... Tem lugares, aí... Com, um braço de fundura, ali onde eu falei, na pedra grande! Hoje, ali ta prejudicado... Com os aterros... Então ali, já tem lugar que tá baixo...Quer dizer que... O Melro que dava ali, a Caranha... (Seu Ricardo, MIC).*

Os moradores da Ilha das Caieiras e de São Pedro não identificam a mudança apenas no pescado, mas também nos pescadores. O bairro perde, dia a dia, sua característica tradicional: um bairro de pescadores artesanais. A competitividade entre os pescadores substituiu o antigo sentimento de solidariedade. A preocupação com os direitos trabalhistas da classe, após uma fase de grande crescimento (na década de 1970), voltou a diminuir. Alguns dos entrevistados chegam a mencionar que, atualmente, muitos pescadores passaram a trabalhar com o tráfico, atividade em ascensão na região.

> *Sem dúvida, o modo de pescar... Era diferente. O modo de pescar era uma profissão. Hoje em dia é um querendo furar o olho do outro. Não tem documento certo, não se estabelece... E amanhã ou depois se adoecer... Não tem a quem recorrer. Não desconta nada* [INSS]. *Se não desconta, não vai ter direito a nada. Peixe... Nem pensar... Tem uns que até*

> *participam aí... das coisas erradas... (Seu Ricardo, MIC).*

Os pescadores, ainda e cada vez mais, se afastam daquilo que é a sua profissão, seu conhecimento e sua história: a pesca artesanal. Com isso, por um lado temos o pescador que, após passar toda sua vida envolvido com as atividades da pesca, encontra-se hoje diante de três alternativas: participar das atividades do tráfico; migrar para outras atividades – em serviços autônomos e públicos – ou conseguir (de forma legal ou por meios dos mais variados artifícios) o benefício da aposentadoria.

Por outro lado, temos o problema da pesca que, sendo um conhecimento tradicional, era transmitido de uma geração à outra, de forma que a crise da profissão coloca em risco a própria tradição e seu valor no diálogo intergeracional. Assim, com a pesca, perde-se um viés deste diálogo e, conseqüentemente, uma ferramenta de valorização do idoso nesta comunidade.

Como comenta Pimentel (2004),

> Se o pescador é condenado a desaparecer, com ele desaparecerá toda uma tradição, todo um conhecimento sobe aquele ambiente natural. O desaparecimento destas fontes vivas expressa também o quanto que um modelo social pode influenciar no processo de construção e reconstrução da memória de um grupo (PIMENTEL, 2004, p. 119).

As mudanças nas características e nas relações com o trabalho transformam também as relações entre os moradores e a paisagem do bairro, que aos poucos passa a apresentar novos comércios locais e uma dinâmica de transeuntes marcada pela presença dos pescadores aposentados.

Halbwachs (2006) discute essas mudanças no trabalho que, com o passar do tempo, transformam a paisagem das ruas e dos bairros.

> ...não é necessário ir ao interior para descobrir que a fazenda é ao mesmo tempo moradia e o prédio no qual ou em volta e diante do qual se trabalha, e também não precisamos passear nas cidades antigas e ler os nomes de suas ruas — a rua dos Tanoeiros, a rua dos Ourives — para evocar um tempo em que as profissões se agrupavam em locais. Em nossas sociedades modernas, os lugares do trabalho se diferenciam nitidamente das casas de moradia — como a oficina, o escritório e a loja abrigam diariamente as equipes ou conjuntos de homens que neles realizam seu trabalho. É realmente sobre um fundo espacial que se esboçam esses pequenos grupos econômicos. Da mesma forma, nas cidades grandes os bairros se diferenciam conforme a predominância dessa ou daquela espécie de profissão ou industria, desse ou daquele grau de pobreza ou de riqueza. Assim se revelam aos olhos do passeante todas as nuanças das condições e não há nenhuma paisagem urbana na qual essa ou aquela classe social não tenha deixado sua marca (HALBWACHS, 2006, p. 169).

As mudanças ocorridas tanto na quantidade e qualidade do pescado quanto na relação dos pescadores com o trabalho modificou expressivamente a característica ocupacional da região.

> *Antigamente eram muito mais, porque os pescadores viviam da pesca, hoje em dia, são menos pescadores, porque muita gente é empregado. Aquela época, os pescadores pegavam peixes fresquinhos, caranguejos, siris... (Dona Eleonora, MSP).*

A Ilha, tradicionalmente de pescadores, passou a abrigar, cada vez mais, outras formas de trabalho e de trabalhadores, como constatou *Dona* Eleonora (acima) ao falar que, hoje em dia, "muita gente é empregada".

Nesse período, *Dona* Márcia conta que a renda das famílias não era suficiente nem para as necessidades básicas, muitas vezes. Vários pescadores iam para o mar e só traziam siri, mas não conseguiam vender.

> *O siri desfiado a gente começou a vender porque não tava mais dando peixe, aí os homens traziam siri. Os meninos iam vender siri no mercado e não vendiam. Aí começamos a desfiar. E muita gente começou a querer. Hoje tem até a cooperativa das desfiadeiras de siri, né?(Dona Márcia, MIC).*

Assim como na Ilha de Itaoca, como descrito por Martins (2005), também na Ilha das Caieiras a venda do siri desfiado apresentou-se como uma alternativa para a renda familiar.

O siri desfiado teve uma boa aceitação no mercado, passando a ser encomendado por hotéis e restaurantes de Vitória. Muitas mulheres de pescadores passaram a vender siri desfiado, passando a contribuir

fortemente para a renda familiar. Um grupo dessas mulheres se organizou em forma de cooperativa, à qual *Dona* Márcia se refere em sua fala.

O trabalho feminino, historicamente marginal, passou a ser identificado como principal renda em muitas famílias. A participação das mulheres na manutenção da vida doméstica sempre esteve presente, mas a partir deste momento sua contribuição com a renda familiar ganhou maior visibilidade.

Fato semelhante pôde ser constatado por Santana e Queiroz (1998), na zona portuária do Rio de Janeiro, onde a participação das mulheres sempre cumpriu um papel central na economia e na previdência do lar.

> Antes da Previdência Social e legislação trabalhista, foram as mulheres que deram, pelo menos por ali, mas suponho que por esse Brasil afora, a proteção social ao trabalho masculino. Não fosse o trabalho delas "pra fora" e muitos daqueles homens teriam sido levados à ruína ainda jovens. Volta e meia eles ficavam sem trabalho, desempregados. Mesmo depois da legislação de proteção social ao trabalho que veio com o Estado Novo, a coisa não parou. Sei que meu pai teve uns três ou quatro tempos de desemprego e que minha mãe trabalhou duro como costureira para sustentar a ela, ao marido e ao filho. [fala de um entrevistado] (SANTANA e QUEIROZ, 1998, p. 28).

Eram elas que, nas casas, estavam trabalhando, entre outras coisas, como lavadeiras, cozinheiras, babás e costureiras mantendo uma continuidade nos "tempos" instáveis do trabalho masculino.

c) Solidariedade

Cerca de 60 anos atrás, as características geográficas de ilha eram ainda bem definidas, o que conferia à região um caráter de "distante" da cidade apesar de distar apenas 4 km do centro da capital. Esta distância somada à uma dificuldade de deslocamento causava uma série de transtornos à população local. A memória destas dificuldades compartilhadas parece dar hoje à população da Ilha uma coesão e uma cumplicidade de grupo. É nesse sentido que ficam mais claras as relações de rede, no interior desta comunidade. Uma rede, nesse caso, é constituída por subgrupos da colônia (COSTA, 1998b), ou grupos da comunidade. E aqui os laços de solidariedade se constituíam basicamente em função das redes às quais os moradores pertenciam, diferenciando-se entre si as redes de *moradores da Ilha das Caieiras* das redes de *moradores de São Pedro.*

> *Passamos fome, frio, passamos tudo aqui. Era tudo maré e mato. A gente, pra ir para a cidade, tinha que passar por uma pontezinha de pau. Aqui os homens ou eram pescadores, ou trabalhavam na fábrica de cal ou eram lenhadores, que tiravam pau e vendiam pra fábrica fazer carvão (Dona Márcia, MIC).*

Nas narrativas dos moradores impera o sentimento de união e organização de grupo, principalmente quando se trata de caracterizar o passado em contraste com o presente. Entretanto, essas organizações aconteciam de forma diferente nos dois grupos, embora, em alguns momentos, eles se juntassem.

> *Era tudo em comunidade, tudo que a gente fazia em São Pedro* [área da invasão] *era em comunidade. A gente sempre se reunia. Aquele tempo a comunidade mandava muito, hoje em dia a comunidade está mais difícil pra poder resolver os problemas (Dona Eleonora,MSP).*

O grupo de *moradores de São Pedro* mantinha uma organização de grupo voltada para reivindicações do bairro, tendo iniciado as negociações com a administração municipal, conquistando serviços e expondo demandas.

De forma semelhante, no porto do Rio de Janeiro as lutas marcaram a história do lugar.

> Se persiste a idéia das intervenções estatais no porto, no bairro e no trabalho, persiste igualmente as lembranças das práticas de socialização, das trocas, da solidariedade, da luta. A memória das mudanças no bairro, pela via oficial local ou nacional, serve de ponto de referência para resistências e passos futuros. A memória das mudanças no trabalho, pela via local ou global, deixa estampada a honra, a dor e o orgulho das práticas pretéritas de trabalho e sociabilidade, mas indica que tudo poderia (ou pode) ter sido de outra forma (SANTANA e QUEIROZ, 2005, p. 35).

Na região da Ilha das Caieiras os *moradores de São Pedro* citam, entre suas conquistas, a construção da escola, o FLA (Francisco Lacerda de Aguiar), que foi resultado de uma luta comunitária pelo direito de ter um estabelecimento de ensino público na região.

> *Depois a gente foi querer fundar uma escola. Aí, quando nós fomos fundar a escola, começamos a cuidar das crianças lá no campinho. Era um barraco de tábua. Aqui não tinha lugar pras crianças, quando a gente começou a fundar o "Grito do Povo"* [nome "de guerra" da escola, como era e é ainda chamada pelos moradores] *era um barracão. A gente inventava brincadeiras, pegava livro... A gente lia historinhas pras crianças, contava história (D. Gláucia, MSP).*

As organizações em grupo dos *moradores da Ilha das Caieiras* eram muito mais "para dentro de casa", intra-muros. Organizavam-se em família, conseguiam emprego uns para os outros, organizavam casamentos e funerais, apoiavam-se uns aos outros nos momentos difíceis. Essa postura mostra como, no decorrer dos tempos, esse grupo manteve as relações de parentesco e apadrinhamento como uma tradição que garantia a coesão e favorecia a sobrevivência do próprio grupo. Essa era uma prática que tinham aprendido com seus pais e avós, e continuam reproduzindo já que se mostra eficiente.

Assim como entre os moradores da Ilha das Caieiras, no complexo de Acari (SOUZA, 2001) as histórias pessoais e familiares marcaram mais a união entre as pessoas do que as lutas e conquistas políticas.

"Crescem e envelhecem juntos, compartilham os nascimentos e as mortes, as pequenas alegrias, as tragédias pessoais. Essa história de vida comum expressa-se na frase muito utilizada: 'fomos criados juntos'" (SOUZA, 2001, p. 67).

> A busca de uma comunidade perdida, constituída por laços fraternos e solidários, domina grande parte da literatura já produzida sobre o assunto, inclusive em nosso próprio programa interdisciplinar. Essa busca da utopia comunitária, agora retorna revestida de uma linguagem *pós-moderna*, como se nossas próprias incertezas e angústias contemporâneas pudessem ser amenizadas pela introdução da discussão do híbrido e suas metáforas. A fraternidade e a solidariedade são temas caros a muitos estudantes nossos, que, quase religiosamente, procuram essa (re) ligação com as fontes perdidas (D'ÁVILA NETO, 2002, p. 4).

Os *moradores de São Pedro*, diferentemente dos *moradores da Ilha das Caieiras*, traziam um movimento de luta — talvez por terem aprendido a se organizarem e reivindicarem desde "a época do lixão", talvez por já terem ido morar na região em condições ruins que requeriam reivindicações urgentes.

Em vários momentos esse grupo conseguiu a adesão e o apoio dos *moradores da Ilha das Caieiras* que, aos poucos, aprendiam sobre seus direitos e começavam a levantar bandeiras coletivas para além de seus laços familiares mais próximos.

5.2.2 Transformações do espaço

Com o passar do tempo, muitas transformações ocorreram na região, tanto no que se pode chamar de espaço privado (as moradias) quanto no espaço coletivo (a paisagem do bairro).

a) Moradias

Na relação entre *moradores da Ilha das Caieiras* e *moradores de São Pedro* uma característica forte é a forma de construção das casas. Neste aspecto, a diferenciação dos grupos fica acirrada, não no que se refere ao presente, posto que já haja uma espécie de uniformização na característica arquitetônica do bairro, mas nas memórias referentes às moradias.

Os moradores da Ilha das Caieiras, no início do século XX, construíam casas de estuque (palha trançada coberta com barro fresco e cal) na encosta da Ilha e aterravam apenas o necessário para conseguir os acessos de que precisavam, uma vez que era um grupo pequeno.

> *Então aí depois eu fui aterrando. Aí tinha dois pés de coqueiro: um lá, e outro cá. Pra mim plantar eles aí... Eu fui lá e arranjei um bocado de terra, cavocava, aí fazia aqueles monte de terra assim e plantei eles lá dentro. Aí o aterro veio né? Isso também é aterrar... Né? Foi aterrando devagarzinho, devagarzinho. Agora, por fora tinha uma praia que ela ia lá, mais*

> *adiante um pouco, e por terra tinha aquele manguezinho ralo, e tinha um caminhozinho que eu fiz pra chegar até a praia, né? Com os meus varais de pesca. As casas eram simples, mas a gente caprichava, porque tinha a fábrica de cal, né? Então a gente tinha cal de qualidade, né? E substituía o cimento... Daí quando rebocava uma casa aí, o reboco, não ficava saindo, não. Por causa da salina. Era reboco de qualidade mesmo (Seu Ricardo, morador da Ilha das Caieiras).*

O grupo de *moradores da Ilha das Caieiras* comenta, com ênfase e orgulho, que nunca morou em casas de "palafitas" (casebres de tábua sustentados por hastes de madeira sobre o manguezal).

> *Naquela época as casas eram de estuque. Fazia a armação com pau de mangue, botava o trançado de palha de coqueiro e depois batia o barro por cima e rebocava. As casas de pau e as palafitas só vieram depois, com a invasão (Dona Márcia, MIC).*

Esse elemento parece surgir como forte fator de diferenciação, colocando este primeiro grupo em vantagem em relação aos *moradores de São Pedro,* que moraram em casas de palafitas sobre o manguezal. Os *moradores da Ilha das Caieiras,* mesmo antes das construções de alvenaria, tinham suas casas construídas em terra firme, na Ilha, e "caiadas" (banhadas com cal), devido à presença da antiga fábrica de cal.

Figura 9: foto das Palafitas de São Pedro
Foto: Joel Guilherme Costa[23]

Os moradores de São Pedro faziam suas casas de palafita sobre o manguezal e aos poucos foram aterrando de forma irregular a área, devido à grande quantidade de pessoas que afluiu ao local. *Dona* Inês e *Dona* Gláucia contam como eram construídas as casas e as pontes que as interligavam sobre o manguezal (as "pinguelas").

> *A gente cortava os paus, colocava no mangue e batia. Aí vinha o assoalho. Aí com as outras tábuas levantavam as paredes (Dona Inês, MIC).*

> *Era tudo palafitas, né? E como se fosse umas pontezinhas de madeira, as pinguelinhas. Muito barro, muita lama, muito lixo espalhado (Dona Gláucia ,MSP).*

Embora os *moradores da Ilha das Caieiras* apresentem a moradia em palafitas como algo indesejado e que, portanto, desqualifica socialmente seus moradores, os *moradores de São Pedro* não percebem

[23] Foto disponibilizada pelo site www.photografos.com.br e acessada em julho de 2007.

da mesma forma. Lembram da confecção dos barracos em palafitas com certo *saudosismo*, falando com nostalgia da solidariedade e da união que havia durante os mutirões para a construção de novos barracos.

> *Tinha vez que a gente fazia o barraco à noite, fazia o banheiro... Todo mundo ajudava. Era... Como diz? Mutirão, né? Não tinha fossa, não tinha esgoto. Era só aquele banheiro de tábua igual o barraco da gente mesmo, então tinha muita união. Era demais (Dona Eleonora, MSP).*

É possível identificar também, na fala de *Dona* Eleonora (acima), que há um outro fator que, ao contrário do que pensa o grupo de *moradores da Ilha das Caieiras*, qualifica os moradores das palafitas: todas as casas tinham um mesmo *status*, no mutirão um ajudava a construir o barraco do outro que, no final, ficava igual ao seu próprio barraco. E parece que essa eqüidade era um forte fator de união entre esses moradores.

Embora nenhum dos dois grupos tenha falado explicitamente sobre isso, é possível inferir – a partir de várias falas semelhantes a esta da *Dona* Eleonora, citada acima – que a construção de palafitas sobre o manguezal e, posteriormente, sobre o lixo, assim como foi fator de convergência e união entre os *moradores de São Pedro*, por não ser bem-vista pelos *moradores da Ilha das Caieiras* pode ter sido também um forte fator de afastamento e diferenciação entre os dois grupos.

Em situação inversa, Ribeiro (2005) identificou entre os moradores da região portuária do Rio de Janeiro que a chegada de novos moradores na região foi um grande impacto para os moradores antigos principalmente porque, devido à mudança na administração, os recém-

chegados passavam a morar em apartamentos semelhantes aos seus, antes destinados exclusivamente a eles, trabalhadores do porto.

> Com base nos depoimentos recolhidos observamos os impactos dessa mudança — a abertura da Vila Portuária a famílias que não tinham, obrigatoriamente, ligações com as atividades do porto. A comunidade, segundo a percepção dos entrevistados, perde assim parte do referencial norteador de demarcação de suas características de identidade na condição de portuários (RIBEIRO, 2005, p. 141).

Naquela comunidade, parece que a identidade construída em torno das moradias — exclusivas dos portuários — perdeu sua base estrutural, provocando mudanças no antigo sentimento de pertencimento ao grupo de trabalhadores do porto do Rio de Janeiro. Ribeiro (2005) constata que a identidade coletiva garantida pelo vínculo portuário foi alterada e enfraquecida pela chegada de moradores não ligados ao porto. "À medida que o espaço físico, material, não se altera, perde-se aos poucos o sentido de identificação imediata com o outro, que a ligação direta com o trabalho no porto proporcionava, conforme as narrativas de antigos moradores" (RIBEIRO, 2005, ps. 141-142).

Na Ilha das Caieiras ocorreu o inverso: os novos moradores (*de São Pedro I e II*) trouxeram um novo modelo de moradia. Entretanto, em algumas narrativas os moradores da Ilha das Caieiras deixam entender que seus membros, principalmente seus filhos já adultos, também investiram em ocupar lotes da invasão.

> *Quando começou a invasão primeiro a gente achou que era bom ter mais terreno lá pros lados da estrada. Então os meus meninos que já eram grandes prepararam uns paus de mangue e eu fui com eles. Daí cercamos um pedaço assim de terra, passamos um arame nosso em volta e viemos pra casa. No outro dia o terreno já tinha outro dono! (Risos). A gente não sabia lidar com essas coisas, né? A gente pensava assim: 'agora é nosso', porque aqui na Ilha era assim, quando o terreno é de um o outro não mexe, então... A gente era meio bobo, eu acho. Eles eram muito espertos, esse pessoal da invasão. E a gente nem fazia questão, porque a gente já tinha a nossa terra, né? (Dona Márcia, MIC).*

Entretanto, este investimento resultou em fracasso, por terem uma relação diferente com a terra, já que até o momento lidavam com a noção de respeito à propriedade alheia, o que não podia ser uma premissa na invasão. E isso acirrou o sentimento de identidade e pertencimento ao grupo de moradores *da Ilha das Caieiras*, por alguns moradores que ali começavam a se diferenciar.

> *Aí teve uma época que deu a invasão. Vocês sabem, né? Então. Naquela época todo mundo da Ilha tentou pegar um lotezinho lá também. Mas aqui era todo mundo bobo, 'eles' eram muito espertos. A gente marcava o lote hoje, amanhã já tinha outro dono. Eles não: eles dormiam lá, embaixo da lona, até a casinha ficar pronta, pra ninguém pegar. Meus filhos mesmo que eram já grandinhos foram lá, marcaram uns lotes lá, mas depois teve que vir todo mundo pra cá. Estão tudo aqui na Ilha mesmo. Aqui no meu terreno, ali atrás onde era a casa de meu pai... Eles tão por aqui mesmo, quase todos (Dona Edith, MIC).*

Nas falas de *Dona* Márcia e de *Dona* Edith podemos perceber também um outro aspecto, pouco explorado nas narrativas, mas

facilmente identificado pela observação. Os *moradores da Ilha das Caieiras* organizam suas famílias em um mesmo terreno, reunindo aí uma diferenciação entre moradores *da Ilha das Caieiras* e *de São Pedro I e II* tanto na construção de grupo quanto na estrutura física.

Os terrenos na Ilha das Caieiras eram maiores e seus moradores entrevistados traziam mais arraigadas as noções de família grande. Daí a proposta de várias casas num mesmo terreno, contando com um quintal em comum que funciona como uma espécie de pátio interno, ser bastante comum entre esses moradores. Esse tipo de construção cria também uma proposta arquitetônica e relacional voltada para o espaço intra-muros.

b) Paisagem antrópica e não-antrópica

As transformações no espaço coletivo foram vivenciadas intensamente pelos moradores entrevistados. Essa intensidade da vivência aparece nas narrativas, reforçando a relação existente entre o espaço físico e a memória coletiva, como sugere Halbwachs (2006):

> ... não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar o passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda. É ao espaço, ao nosso espaço (...) que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembranças reapareça (HALBWACHS, 2006, p. 171).

Nas décadas anteriores à invasão, o primeiro aterro já havia acontecido na região. O lazer dos pescadores era o campinho de futebol, construído pelo proprietário da fábrica. O campinho de futebol foi o primeiro aterro que ligou a Ilha das Caieiras à ilha de Vitória.

> *Era uma Ilha, né? Foi acrescentando... Que era mangue do lado de lá e mangue do lado de cá... Então a ilha não existe mais... Tem passagem pra terra... Então... né!? A primeirinha passagem foi feita pelo próprio dono da fábrica. Era o campinho de futebol. Aquilo era nossa alegria! Ainda 'tá lá, você já viu?! (Seu Ricardo, MIC).*

Com a invasão, a partir dos anos de 1970, os moradores de São Pedro (os *da invasão*) passaram a solicitar serviços públicos na região.

Segundo Raimundo *et alii* (2006), o espaço se transforma e se retransforma, "... de acordo com a temporalidade em foco. A alteração da estrutura urbana para a apropriação de novas funções ganha materialidade com os fixos sociais. Construídos por agentes sociais que revelam a quem pertence o espaço" (RAIMUNDO *et alii*, 2006, p. 03).

Os *moradores da Ilha das Caieiras* se uniram aos moradores de São Pedro para fazer coro, diante de algumas reivindicações que representavam as demandas de todos. A primeira mobilização à qual o primeiro grupo aderiu foi ainda na década de 1970, quando a invasão teve um crescimento repentino.

Passaram a investir, em uníssono, num pedido permanente à administração municipal: urbanizar a região. Segundo a Prefeitura Municipal, isso só seria possível com o aterro do manguezal, invadido por palafitas. Desta forma, na década de 1980 a Prefeitura Municipal de Vitória apontou a região da Ilha das Caieiras e São Pedro para servir de receptáculo dos dejetos sólidos da cidade.

> *Na época que colocaram lixo era muito ruim. Morreu muito peixe, né, caranguejo, sururu, pra eles foi ruim, acabou com tudo... (Dona Inês, MSP).*

> *Quando eu 'vim' morar aqui era assim. O bairro antes de ser aterrado era um lixão. Era o São Pedro todo (Dona Gláucia, MSP).*

Creio que possamos aqui analisar de modo mais detido a questão destes acontecimentos, para a população da região. Para Halbwachs (2006), um acontecimento marcante pode trazer mudanças na própria relação do grupo com o lugar. As alterações radicais na paisagem provocam a percepção clara e inegável da mudança.

> A partir desse momento, este não será mais exatamente o mesmo grupo, o ambiente material também não será mais o mesmo. Os diversos bairros de uma cidade e as casas em uma quadra têm uma localização fixa e também estão presos ao solo, como as árvores, os rochedos, uma colina ou um planalto. Por isso o grupo urbano não tem a impressão de mudar enquanto a aparência das ruas e das construções permanece idêntica (HALBWACHS, 2006, p. 161).

O momento em que os bairros de São Pedro se transformaram em um grande "lixão", como dizem os moradores entrevistados, passou a ser referência na memória de todos esses moradores. Foi, para eles, o pior momento que a região viveu. Foi uma época marcante, em que o pescado diminuiu, o caranguejo sumiu e a população aumentou consideravelmente.

Figura 10: foto dos Catadores de lixo em São Pedro. Década de 1980.
Fonte: Marinato, 2003

Depois da constituição do lixão, já em fins dos anos 80 e início dos anos 90 do século XX, a prefeitura concluiu o projeto de aterro da região com terra e pavimentação, cobrindo o lixo. Quando perguntada sobre quem aterrou o lixo, *Dona* Inês diz que:

> *Foi a prefeitura, o povo... Vinha caminhão de terra toda semana, todo dia, bem dizer. Muita terra*

> *mesmo. Conseguiram pôr água, conseguiram pôr energia, que não tinha... Era tudo escuro. As coisas que não tinha construído a gente construída. Mas antigamente a gente usava madeira, a gente mesmo. Eles conseguiram fazer um banheirinho pra gente. Mas hoje nem tem esses banheiros mais. Foi desmanchando tudo. A gente já fez o da gente, mesmo. Desenvolveu bastante. Quando eu vim pra cá só era água mesmo, a gente morava em cima da água. Hoje tem tudo aqui: tem açougue, farmácia, tem supermercado, aqui tem médico, posto médico... Antigamente era pobrezinho mesmo (Dona Inês, MSP).*

As mudanças ganharam uma velocidade à qual os moradores *da Ilha das Caieiras* não estavam acostumados. Até mesmo os moradores de São Pedro se surpreenderam com a velocidade com que as transformações da região se instalavam, e com a quantidade de novos moradores a cada dia.

Figura 11: Vista aérea das ocupações sobre palafitas e aterro do manguezal. Década de 1980.
Fonte: Marinato, 2003

Souza (2001) descreve que, nas favelas do Rio de Janeiro, as transformações ocorridas em comunidades de periferia urbana povoam a memória coletiva.

> É uma memória plena de acontecimentos: o crescimento acelerado da favela, a chegada dos novos vizinhos, as modificações cotidianas da paisagem e do cenário em que se movem; a transformação dos antigos "barraquinhos feitos de caixote" na sólida casa de alvenaria onde hoje recebem o antropólogo; os aterros sucessivos que tornaram habitável uma região tão pantanosa onde havia jacarés; o desaparecimento do antigo campinho de futebol, que deu lugar a mais casas; a laje do vizinho, que eles ajudaram a levantar (SOUZA, 2001, p. 67).

A partir deste momento, alguns desses moradores consideram que a região começou a melhorar, pois a condição geográfica mudou deixando de existir um manguezal sob suas casas. Além disso, passou a se constituir um comércio local.

As narrativas sobre as transformações falam da região, mas contam também a história da cidade de Vitória, que para crescer aterrou quase todos os seus manguezais e destinou seu lixo como aterro, na periferia.

Alguns moradores lembram que, embora esteja melhorando, há uma especulação política com relação ao turismo no local que não corresponde à realidade vivida pelo bairro:

> *'Tá crescendo bastante, não como a história que contam os políticos de São Pedro, mas 'tá... P'rá gente que mora aqui 'tá sendo bom, a divulgação lá fora. Pros pescadores também 'tá sendo boa. E pra comunidade em geral está sendo boa (Dona Eleonora, MSP).*

Entretanto, apesar dessa leitura feita pelos *moradores de São Pedro,* que percebem as mudanças como melhorias feitas no bairro, os *moradores da Ilha* falam com nostalgia da Ilha das Caieiras de antigamente, demonstrando receio e algumas críticas com relação às transformações ocorridas.

> *A população cresceu demais... Os homens da lei derrubam muito a educação, a saúde pública... Já chegaram ao caos. Tem uma coisa pior ainda. Qual é? Vou mexer com a idéia de vocês* [Dirigindo-se às crianças]. *O quê que é mais necessário, hoje em dia... Depois dessas duas coisas que eu falei...? Sabe o que é que eu estou faltando, em primeiro plano... Para tudo dar certo... A segurança. Como que as coisas vão dar certo? Isso aqui está cada vez mais perigoso, tem muita gente fazendo coisa errada, aqui... A Ilha era só gente de bem, agora... (Seu Ricardo, MIC).*

Seu Ricardo se refere, nessa fala, às mudanças ocorridas na população da Região da Grande São Pedro, que hoje já abrange outros bairros além da Ilha das Caieiras, São Pedro I, São Pedro II: São Pedro III, São Pedro IV, Nova Palestina, Resistência, Comdusa, Santo André e Conquista. Essa região hoje apresenta problemas comuns às periferias de capitais brasileiras, como o tráfico de drogas, a prostituição infantil e o crime organizado.

Figura 12: foto de um dos morros vizinhos à região pesquisada. Disponibilizada pela Prefeitura Municipal de Vitória (www.vitoria.es.gov.br/diario/2007/0515/diario.asp).

Além dessas mudanças na população, ocorreram também transformações na paisagem que interferiram nas características do manguezal e, conseqüentemente, no ciclo do caranguejo, como explica o Sr Ricardo:

> *O caranguejo onde existir sujeira, ali ele não fica. O caranguejo é muito limpo, apesar de viver na lama, né? Apesar de que a lama não fede, não a lama... Fora de série, poderia levar vocês. Você chega à beira do mangue, encontra só aquela lixeira, aquele mau cheiro. Porque lama não fede. Lama não fede! O que fede é lama de esgoto. Eu poderia até, caso a minha lanchinha tivesse boa (...). Lama não fede, ela tem aquele aroma, aí você chega lá e vê os caranguejos correndo... "Xexeuzinho" subindo na árvores, ali eles se criam, quer dizer... é limpa, a lama não tem nenhuma poluição, agora... o manguezal do lado de cá... Você chega na beira do mangue, e faz até nojo. O caranguejo, sem dúvida nenhuma, o caranguejo foi o que mais sofreu, com o aumento da população, né? (Seu Ricardo, MIC).*

As transformações ocorreram entre os diferentes atores que compõem as relações do bairro: as pessoas, o trabalho, o manguezal, o espaço físico.

Figura 13: foto de um dos restaurante na Ilha das Caieiras
Foto: Kadidja Fernandes[24]

Na Ilha das Caieiras também a transformação da área seguia a critérios de afirmação urbana, tal como identificou Costa (1998), guardando as devidas diferenças e proporções, com relação ao bairro carioca da Urca: "Ao mesmo tempo em que o bairro se alterava paisagisticamente, ocorria também uma transformação nos usos dos espaços" (COSTA, 1998a, p. 62).

[12] Foto disponibilizada pelo site da Prefeitura Municipal de Vitória e acessada em novembro de 2006 (sistemas.vitoria.es.gov.br).

A urbanização obedecia, como em todo o Brasil, a um padrão de modernização e europeização que uniformizava os bairros e pretendia dar à cidade uma aparência *civilizada,* o que ocasionou uma perda — ou distanciamento e alteração — da identidade da comunidade com relação ao espaço físico.

5.3 REFLETINDO...

Becker (1999) nos lembra que o estudo de comunidades muitas vezes tem um duplo propósito. Por um lado, busca compreender de forma abrangente o grupo estudado: "quem são seus membros? Quais suas modalidades de atividade e interação recorrentes e estáveis? Como se relacionam umas com as outras e como o grupo está relacionado com o resto do mundo?" (BECKER, 1999, p. 118). Por outro lado, busca também "desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e estrutura sociais" (BECKER, 1999, p. 118).

A partir da análise das narrativas dos moradores sobre o bairro foram identificadas as categorias anteriormente apresentadas. Nessas categorias se destacam nódulos de tensões e pontos de convergência. Estas podem ser consideradas características particulares daquela comunidade, que informam sobre as relações, as atividades e as percepções de seus membros a respeito do próprio grupo.

Parece, entretanto, que alguns temas são transversais às narrativas, não aparecendo de forma explícita, mas permeando as falas em diferentes momentos, de diversas formas e por vários dos entrevistados, de ambos os grupos. Entre eles, destacam-se a questão da *diversidade cultural,* do *planejamento para o futuro* e do *desenvolvimento* da região — como foi esse desenvolvimento, como poderia ter sido, como desejam que seja daqui para frente.

Esses temas atravessam não só os discursos, mas o imaginário dos moradores da região estudada. São temas que atualmente compõem como pano de fundo as discussões sobre estudos de comunidade no Brasil. A análise da presença destes temas nas narrativas dos moradores dos bairros estudados podem nos conduzir a uma identificação com realidades e discursos mais globais, não necessariamente levando à generalização dos dados, mas favorecendo sua compreensão em um contexto mais amplo.

UNIDADE 3. RELAÇÕES DA COMUNIDADE ESTUDADA E ALGUNS TEMAS GERAIS EM ESTUDOS DE COMUNIDADE

As reflexões encontradas nos bairros estudados correspondem a alguns dos dilemas da sociedade contemporânea.

Podemos encontrar estas questões em nosso cotidiano, e constantemente nos vemos diante de nossos próprios limites, diante de questões complexas: identificamos demandas — entre necessidades e aspirações — e não sabemos conduzi-las; criamos ações e organizações que suprem mais o vazio e a culpa das classes abastadas do que as carências (ânsias, desejos) daqueles a quem as ações se destinam.

Apostamos no Desenvolvimento e na Conservação de forma insustentavelmente simultânea, e não conseguimos ainda chegar a uma boa resposta para essa equação. Falamos de Igualdade e de Diversidade como direitos humanos, embora não identifiquemos ainda uma trajetória que dê conta desses paradoxos. Falamos de *multiculturalismo* como resposta à difícil tarefa de respeitar e manter os valores do *outro*.

É em direção a esses dilemas de nossa sociedade que proponho guiar as discussões nos tópicos a seguir.

CAPÍTULO 6. INFERÊNCIAS SOBRE AS MEMÓRIAS FALADAS E NÃO-FALADAS

Para Halbwachs (2006), as memórias relacionadas a um número muito pequeno e às vezes a um único de seus membros, apesar de estarem compreendidas na memória coletiva, passam para o segundo plano. “No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos” (HALBWACHS, 2006, p. 51).

Os moradores entrevistados apresentaram vários elementos que caracterizaram a diferenciação já exposta desde a primeira entrevista, denominada *ponto zero*: a existência de dois grupos naquela comunidade — os antigos moradores da Ilha, aqui chamados de *moradores da Ilha das Caieiras,* e os antigos moradores de São Pedro, ou *invasores*. Estas denominações foram pinçadas das falas dos próprios entrevistados.

A relação que se estabelece entre esses dois grupos, como já foi discutido, é semelhante àquela observada por Elias (2000) em seu estudo sobre os *estabelecidos* e os *outsiders*. Entretanto, na Ilha das Caieiras esta relação reserva algumas observações que lhes são particulares.

6.1 OS *ANTIGOS* E OS *MAIS ANTIGOS:* O BAIRRO CINDIDO

Na descrição de uma comunidade de periferia urbana apresentada em seus estudos, Elias (2000) mostra que há uma divisão explícita entre um grupo estabelecido desde longa data e um grupo mais novo de residentes, cujos moradores eram tratados pelo primeiro como *outsiders.* Ao primeiro grupo o autor chamou de *estabelecidos*. Este grupo estigmatizava o segundo de maneira geral, como pessoas de menor valor humano. "Considerava-se que lhes faltava a virtude humana superior — o carisma grupal distintivo — que o grupo de estabelecidos atribuía a si mesmo" (ELIAS, 2000, p 19).

Assim, o autor encontrou ali, naquela pequena comunidade de Winston Parva [nome fictício] um tema humano universal.

Elias comenta que, nesta comunidade, o grupo *estabelecido* tendia a atribuir ao conjunto do grupo *outsider* as características "ruins" de sua porção "pior", ou de sua minoria fora das normas. "Em contraste, a auto-imagem do grupo estabelecido tende a se modelar em seu setor exemplar, mais 'nômico' ou normativo — na minoria de seus "melhores membros" ELIAS, 2000, p. 19-20).

Este autor identificou que, naquela comunidade, os mais antigos mantinham certos padrões de vida e se orgulhavam disso. Por isso o

afluxo de recém-chegados a seu bairro era sentido como uma ameaça ao estilo de vida já estabelecido. Para o autor, o *status* de cada um e a inclusão na coletividade estavam ligados à vida e às tradições comunitárias. Não havia outra diferença entre os grupos: renda familiar, condição cultural, etnia. Sendo assim, o quê induzia as pessoas que formavam o primeiro grupo a se colocar como "melhor"?

> Que recursos de poder lhes permitiam afirmar sua superioridade e lançar um estigma sobre os outros, como pessoas de estirpe inferior? Em geral, depara-se com esse tipo de figuração no contexto e diferenças grupais étnicas, nacionais e outras mencionadas, e, nesse caso, alguns de seus aspectos mais destacados tendem a passar despercebidos. Em Wiston Parva, entretanto, todo o arsenal de superioridade grupal e desprezo grupal era mobilizado entre dois grupos que só diferiam no tocante a seu tempo de residência no lugar (ELIAS, 2000, p. 21).

Na presente pesquisa também foi possível identificar em certa medida esta relação entre os moradores da Ilha das Caieiras, que se apresentam como *moradores tradicionais* do lugar, e os moradores de São Pedro, chegados durante as décadas de 1970 e 1980. Assim como Elias identificou na comunidade que estudou, na Ilha das Caieiras estabeleceram-se normas coletivas e, principalmente, memórias coletivas, nas quais o segundo grupo não se encaixava. Desta forma, a memória deste grupo passou a ser considerada por muitos desses moradores antigos como uma forma de enfrentamento e resistência à chegada de novos moradores. Em outras palavras, essa memória coletiva passou a ser utilizada como ferramenta de diferenciação entre os dois

grupos, garantindo maior prestígio ao primeiro, por ser tradicional. Aqui, a palavra "tradicional" ganha status de "verdadeiro", "original". Assim, ser um morador tradicional do lugar é hoje, na Ilha das Caieiras, ser um *verdadeiro morador da Ilha*.

É importante aqui deixar claro que tais elaborações só se explicitam e se efetivam nos quadros de um processo mais inclusivo em que se percebem as relações sociais em suas dimensões culturais, econômicas e políticas, tanto em sua sincronia quanto em sua diacronia. "Tais operações se efetuam mediante filiações a tradições normativas e axiológicas que se concretizam numa experiência compartilhada, numa palavra: na existência de uma memória coletiva, incluindo seus mecanismos seletivos de preservação e de esquecimento" (MENEZES, 2000, p. 02).

Esse uso da memória como fator identitário e, portanto, também como fator de diferenciação entre os grupos ficou particularmente explícito ao analisarmos o *espaço* e o *tempo*, nas falas dos entrevistados. Para os *moradores da Ilha das Caieiras,* o espaço coletivo e seus atributos mais "nobres" (solidariedade, respeito, pessoas trabalhadoras, idoneidade, famílias reconhecidas) começaram a se perder com o início da invasão. Usam assim sua memória de grupo para diferenciá-los do segundo grupo, responsável pelas mazelas que vieram a povoar a região.

> *Naquela época era uma colônia de pesca, aí na Ilha, então era uma coisa mais organizada. Só que tinha menos gente, não existia tanta gente como tem hoje, né? O bairro foi crescendo... E a gente teve que se acostumar. Foi desorganizando um pouco aquela convivência, aquela união, agora pra gente organizar um negocio fica mais difícil, muita gente diferente, uns pensam de um jeito, outros pensam de outro, são os pensamentos... E por isso fica aquela desunião toda, que vocês tão vendo aí. (Seu Ricardo, MIC).*

As palavras *establishment* e *established* são utilizadas, em inglês, para designar grupos e indivíduos que ocupam posições de prestígio e poder. Servem para designar a "minoria dos melhores" nos mundos sociais mais diversos. Como afirma Neiburg (2000),

> Um *establishment* é um grupo que se autopercebe e que é reconhecido como uma "boa sociedade", mais poderosa e melhor, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência: os established fundam o seu poder no fato de serem um modelo moral para os outros. Na língua inglesa, o termo que completa a relação é *outsiders*, os não membros da "boa sociedade", os que estão fora dela (Neiburg, *apud* ELIAS, 2000, p. 07).

Entretanto, na fala dos moradores de São Pedro I e II, aqueles atributos considerados "nobres", apresentados pelo primeiro grupo como característica sua, aparecem aqui ligados aos processos diretamente relacionados com a própria invasão.

> *Era tudo em comunidade, tudo que a gente fazia em São Pedro era em comunidade. A gente sempre se reunia (...) tinha muita união. Era demais (D. Eleonora, MSP).*

Nos bairros estudados, o segundo grupo ("*de São Pedro I e II*") parece não assimilar as características negativas que o primeiro grupo ("*da Ilha das Caieiras*") a ele imputa. Essa diferenciação aparece nas entrelinhas, no não-dito e, vez ou outra, em frases curtas e cortadas. Mas essas falas surgem mais como percepção de uma diferença do que de assimilação de adjetivações pejorativas. Sendo assim, a própria relação *estabelecidos-outsiders* tal como Elias (2000) reconhece e descreve parece não ganhar forma concreta na comunidade da Ilha das Caieiras. Pelo menos não de forma tão presente, nem tão explícita quanto fazem parecer os estudos daquele autor.

> *Essa parte da Ilha... quando São Pedro foi formado, a Ilha das Caieiras já existia. Então a Ilha das Caieiras é mais velha que o bairro de São Pedro, né? Na época que colocaram lixo era muito ruim, foi ruim, mas depois melhorou. Morreu muito peixe, né, caranguejo, sururu... Pra eles [referindo-se aos pescadores, moradores da Ilha] foi ruim, acabou com tudo... (Dona Gláucia, MSP).*

Nesta fala, a moradora de São Pedro I e II indica um reconhecimento — talvez com alguma "culpa" — com relação à diminuição do pescado devido à invasão, o que atingiu diretamente a pesca, principal atividade dos moradores da Ilha.

Esse encontro entre grupos antigos e novos e a pressão que os obrigou a conviverem como membros de uma mesma comunidade não ocorreram ao acaso. São episódios pequenos, mas característicos dos

processos de longo prazo e em larga escala a que temos assistido. Sem perceber a inserção desses episódios nesses processos, dificilmente poderíamos fazer-lhes justiça.

> Processos dessa natureza ocorreram e continuam a ocorrer em muitas comunidades do mundo inteiro. Vez após outra, no contexto do desenvolvimento cada vez mais rápido dos países e das tensões, sublevações e conflitos suscitados por ele, grupos de pessoas abandonam semivoluntariamente sua terra natal em busca do ganha-pão, impelidas por decisões governamentais ou, quem sabe, pela força das armas, e vão instalar-se noutros lugares, amiúde à porta de grupos mais antigos ou no seio deles (ELIAS, 2000, p. 68).

Elias (2000) adverte que, tanto as pessoas que se descobrem nessa situação quanto as que tentam lidar, no plano administrativo, com os problemas surgidos do encontro entre grupos antigos e novos, tendem a pensar em cada um desses encontros como se ele fosse único, refletindo sobre o fenômeno como se estivesse acontecendo aqui-e-agora e em nenhum outro lugar. Nessa difícil tarefa, encontram-se sós e deixam de perceber e indicar o "caráter paradigmático" de seu caso particular.

Os próprios estudos sociológicos não destacam os problemas que sua comunidade específica tem em comum com outras envolvidas em processos similares e os aspectos em que se diferencia delas. Nesse sentido, Elias (2000) apresenta a comunidade que pesquisou como um paradigma — como um modelo que indica a impotência com que as

pessoas podem cair na cilada de situações de conflito por força de desenvolvimentos específicos. Por esse motivo comenta que:

> Pareceu útil permitir que o microcosmo de uma pequena comunidade esclarecesse o macrocosmo das sociedades em larga escala e vice-versa. É essa a linha de raciocínio que está por trás do emprego de um pequeno cenário como paradigma empírico de relações estabelecidos-outsiders que, muitas vezes, existem em outros lugares em escala diferente. Nesse cenário é possível focalizar melhor alguns detalhes do que nos estudos sobre essas relações em cenários mais amplos. Outros se destacam aqui com mais clareza. Juntos, eles podem contribuir para uma compreensão melhor da sociodinâmica das relações estabelecidos-outsiders (ELIAS, 2000, p. 49).

Mas essa relação entre o antigo e o novo (ou o *antigo* e o *mais antigo*) não é imutável, estática. Ao contrário, ainda que haja uma força em nome da tradição que busque a manutenção da ordem como está, o desenvolvimento é sempre dinâmico, o que interfere nas relações e transforma-as também em alvo de mudanças, ainda que de forma lenta. Mesmo os grupos que detêm algo de que o outro jamais poderá se apossar — como é o caso da Ilha das Caieiras, no qual o grupo detém a "antigüidade" da relação com o lugar — podem perder, não necessariamente o *status*, mas a moeda de poder.

A própria "antigüidade" é uma invenção que ganha vida a partir da chegada dos *novos moradores.*

Ao contrário do que dizem os defensores das fronteiras construídas em torno dessas *novas comunidades*, tais fronteiras não foram traçadas para defender a singularidade das identidades já existentes: as identidades "comunitárias" são conseqüências do processo de estabelecimento de fronteiras.

> Só depois que os marcos de fronteira estão cravados e as armas estão apontadas contra os intrusos é que os mitos sobre a antiqüidade das fronteiras são inventados e as recentes origens culturais e políticas da identidade são cuidadosamente encobertas por "narrativas de gênese" (BAUMAN, 2003, p.21).

As diferenças entre o "antigo" e o "novo" ainda não são costumeiramente reconhecidas como propriedades referentes a diferenças estruturais dos grupos. Para Elias (2000) isso se deve ao fato de que "o conceito vigente de estrutura social tem uma forte tendência a fazer as pessoas perceberem as estruturas como 'planos fixos', como 'estruturas situacionais permanentes'" (ELIAS, 2000, p. 59).

As tensões e conflitos de grupo inerentes a essa forma de relação podem manter-se latentes ou aparecer abertamente, em forma de conflitos contínuos (ELIAS, 2000).

O caráter auto-engrandecedor de um grupo lisonjeia o amor-próprio coletivo, que é também a recompensa pela submissão às normas e aos padrões impostos pelo coletivo. Daí o fato de grupos antes

poderosos, exacerbarem os padrões tradicionais e as normas de conduta que o distinguem de outros grupos, quando diante do declínio de sua grande superioridade de poder. Também nesse caso, porém, tal processo leva tempo. A esse respeito, Elias (2000) comenta que

> ... o choque da realidade pode demorar muito a se impor. Durante gerações, a crença reconfortante na virtude, na graça e na missão especiais de um grupo estabelecido pode proteger seus membros do pleno reconhecimento emotivo de sua mudança de situação, da consciência de que os deuses falharam, de que o grupo se manteve fiel a eles. Eles podem *saber* da mudança como um fato, mas a crença no carisma especial de seu grupo e nas atitudes e estratégias comportamentais que o acompanham mantém-se inalterada, como um escudo imaginário que as impede de *sentir* essa mudança e, por conseguinte, de conseguir ajustar-se às novas condições de sua imagem e sua estratégia grupais (ELIAS, 2000, p. 44-45).

Na Ilha das Caieiras as diferenças e as diferenciações aparecem nas falas de ambos os grupos, mas não necessariamente têm o mesmo peso para os dois lados. Estas relações vêm se diluindo e criando uma atmosfera mais diplomática entre os grupos desde que se iniciaram as mobilizações para melhorias do bairro.

Embora as narrativas demonstrem uma cisão entre os moradores desta comunidade na forma de construir as memórias do bairro, os grupos se entrelaçam e elaboram novas propostas de rede entre eles em vários aspectos. Constata-se que existem dois grupos de moradores nesta comunidade que se diferenciam entre si, e o crescimento desordenado parece ter sido o responsável por essa constituição do bairro.

Apesar dessas cisões explícitas nas falas — e largamente exemplificadas nas relações cotidianas observadas — o bairro não permanece assim, cindido, a maior parte do tempo. Nas palavras de Halbwachs,

> Normalmente um grupo mantém relações com outros grupos. Muitos acontecimentos e também muitas idéias resultam de semelhantes contatos. Às vezes essas relações ou esses contatos são permanentes ou, em todo caso, se repetem com muita freqüência, prosseguem durante muito tempo (HALBWACHS, 2006, p. 52).

Na Ilha das Caieiras as divisões entre esses grupos parecem ser mais um elemento da memória e, como tal, ganham mais força quando o que está em questão é a memória do bairro, como no caso dos relatos orais destinados à presente pesquisa. Nas relações cotidianas entre os grupos, entretanto, o bairro não parece separado por um abismo, como pode parecer a uma primeira leitura, mas sim cindido, com pequenas rachaduras quase invisíveis, presentes nas relações diárias entre os grupos e o uso que fazem das memórias que tecem um sobre o outro e sobre si mesmos.

Paradoxalmente, é na relação entre esses dois grupos, oficialmente três bairros, que a *região* assume a condição de *bairro* e parece passar a existir de forma organizada, inclusive para o poder público. O relevante da constatação de relações complexas como essas, está no fato de se considerar que talvez expliquem os argumentos ligados às convergências

sobre vários pontos da vida do bairro. Assim como constatou Costa (1998a, p. 52) em seus estudos sobre o bairro da Urca, também na Ilha das Caieiras "questões cruciais, de limites, de luta pela proteção ambiental, de uso de espaços e de distinção de tipos sociais compõem-se como ingredientes que integram os discursos dos moradores".

A conjunção dos dois grupos, às vezes involuntariamente circunstancial às vezes por opção, parece conferir forças e identidades locais que englobam estes e outros grupos da região. As relações entre eles são mais uma espécie de *rede*, que entrelaça dois ou mais grupos de uma comunidade, do que um aspecto de uniformização. É aí, nessas convergências, quando os grupos tecem redes entre as redes já formadas, que o bairro, embora não perca a característica da cisão, ganha um aspecto *cerzido*.

6.2 DESENVOLVIMENTO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA: O BAIRRO CERZIDO

As redes sociais da região, embora em vários momentos destaquem suas fronteiras, não se sobrepõem à existência ali de uma colônia, ou comunidade, caracterizada pela relação entre os bairros Ilha das Caieiras, São Pedro I e São Pedro II. Esses três bairros são assim chamados por seus moradores e pela administração local, mas sua união transforma a região em algo que poderia também ser chamado de

"bairro", uma vez que este conceito não se constitui apenas por sua circunscrição geográfica, mas principalmente por aqueles que constroem este espaço enquanto bairro.

A transformação aparentemente desordenada que vem ocorrendo no bairro estudado, em seu interior apresenta uma ordenação de discursos e de ações, baseada principalmente na identidade local que se constrói tanto pela memória do bairro quanto pelas percepções e apropriações locais das transformações globais.

"Solidariedade", "Segurança" e "União" são valores mostrados, de forma invariável, como fatores positivos e até como forma de exaltação de um passado perdido. E, nessa exaltação, *moradores da Ilha das Caieiras* e *moradores de São Pedro* parecem se tornar um grupo único, agora fazendo frente a novos grupos que não param de chegar à região, os novos o*utsiders.*

O bairro, com o tempo, veio passando por várias modificações e hoje apresenta uma série de problemas comuns às capitais brasileiras, principalmente às suas periferias: tráfico de drogas, prostituição, uso de armas de fogo em locais públicos. Apesar de serem problemas de ordem nacional, muitos dos antigos moradores (tanto da Ilha das Caieiras quanto de São Pedro I e II) os atribuem à chegada do "pessoal novo" ou "da nova invasão". Essa invasão ocorreu durante o processo de aterro e

urbanização, que atraiu novos moradores para a região. Os moradores entrevistados diferenciam bem a população que foi morar na região na época do manguezal e do "lixão", primeira invasão, e aqueles que chegaram depois, após o aterramento e urbanização da área, que favoreceu um aumento considerável da população no local.

> *No lixão não tinha isso, não. Começou já aparecer as coisas erradas quando começou a aterrar, né? Por que começou a vir aqueles caras estranhos morar aqui, sabe como é que é, né?* ***Gente que não é da comunidade***[25]***,*** *tá me entendendo? E assim por diante, aí o bairro foi mudando as características boas para ruins, tá entendendo? (Sr. Ricardo, MIC).*

A noção de *comunidade* é outro aspecto que permeia as narrativas afetivas desses moradores, principalmente na tentativa de dar ao espaço coletivo um caráter de bairro unido, caracterizando estes novos moradores como *outros,* e minimizando as diferenças entre os dois primeiros grupos (moradores da Ilha das Caieiras e de São Pedro I e II). A respeito dessa noção de "comunidade" que investe em minimizar diferenças, Costa (1998) comenta que:

> Sobremaneira interessa entender o que quer dizer o uso da palavra comunidade para esses moradores. Se, por certo, é lógico que "comunidade" significa uma rede de relações estabelecidas com propósitos comuns, no caso a fluidez dos vínculos está ligada a alguns elementos que colam os pressupostos que harmonizam a vida dos moradores (COSTA, 1998b, p. 50).

[25] Grifo meu.

Também o sentimento de perda de certa característica do bairro e a nostalgia advinda deste sentimento povoam as narrativas que fazem alguns moradores. A solidez do discurso daqueles moradores parece surgir de uma tentativa coletiva de proteger de qualquer situação perturbadora a paz local.

A insistência no aspecto solidário e comunitário — principalmente referindo-se ao bairro no passado — não está presente apenas na fala dos moradores *da Ilha das Caieiras;* são falas também dos moradores que vieram depois, com a invasão. E isso "não deixa de ser uma expressão de saudosismo afetivo", como afirma Costa (1998b, p. 51).

O que acaba por ocorrer é a construção de um discurso que ao fim se mostra, não unívoco, mas convergente, constituído por diferentes falas e trajetórias.

6.3 FALAR AOS NETOS

Narrar, contar oralmente as memórias de um tempo, de um lugar e de um grupo, foi uma tarefa que teve como enredo o bairro, e como protagonistas os narradores e ouvintes, com seus diferentes personagens, que davam o tom e a ênfase de acordo com suas lembranças e suas escolhas. "A arte de narrar envolve a coordenação da alma, da voz, do olhar e das mãos. É como que uma performance em que a palavra,

associada à ação, permite ao homem mostrar quem ele é" (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 09).

A noção de *gerações* é uma noção moderna, assim como os conceitos de *infância* e de *velhice* como os conhecemos hoje (MIRANDA, 2003):

> Podemos falar de uma invenção social da infância a partir do século XVIII, em que há uma fundação de um estatuto para essa faixa etária, assim como a invenção da adolescência no fim do século XIX. A aposentadoria também surge nessa mesma época. A criação da crise da meia-idade ou a crise dos 40, 50 anos vem na esteira da invenção da velhice a partir dos meados do século XX (MIRANDA, 2003, p. 01).

O encontro entre as gerações de avós e netos em uma situação ao mesmo tempo familiar (por ser em suas próprias casas, entre familiares) e estranha (por haver uma proposta externa à família – a construção da memória entre as gerações) ocorreu de forma planejada, mais pelos idosos do que pelas crianças.

As narrativas se teciam com roteiros próprios e apresentavam recortes escolhidos como relevantes para se dizer às novas gerações. São fatos registrados ora na oficialidade histórica ora na memória afetiva e singular de uma família ou grupo. A respeito desta *seleção* sobre *o quê contar* Costa (1998b, p. 52) comenta que "das leituras eventuais é extraído unicamente o quinhão interessante, apurado por um gosto

determinado pela condição de moradores e, portanto, de detentores da verdade que lhes convém".

Um dos entrevistados, *Seu* Ricardo, se apresentou como um *contador de histórias*, tanto verídicas quanto contos. Ele se ofereceu para ir à escola do bairro, dizendo que preferia contar as histórias da região para um grupo grande de crianças. Assim o fez, em um sábado de manhã, durante o programa municipal Escola Aberta (que, durante os finais de semana, promove o acesso à escola para utilização do espaço pela comunidade).

Figura 14: foto de *Seu* Ricardo contando a história da Ilha das Caieiras na escola. Foto: Rodrigo Cipriano[26].

Em sua fala, *Seu* Ricardo diz gostar das lembranças da infância, e se ressente da memória que, ultimamente, parece falhar. Mas não falha para os fatos do passado remoto, só para acontecimentos recentes.

[26] Jornal Teia Universitária – Publicação do programa de Comunicação Ambiental da CST Arcelor Brasil – Instituições de Ensino Superior. Dez/2006. Nº 9, p. 07.

> *... de quatro pra cinco anos, eu me lembro quase de tudo que eu fazia aqui nessa Ilha. O que passou nesse tempo todo eu lembro. Já no presente, se passar uns três ou quatro dias que vocês tiveram aqui, aí fica mais difícil pra 'mim' lembrar daquilo que eu falei pra vocês, a não ser que eu guarde bem, né?(Seu Ricardo – morador da Ilha das Caieiras da Ilha).*

Halbwachs (2006) comenta que a criança registra suas lembranças de acordo com o contexto em que os fatos ocorreram e, mais tarde, sua memória se apoiará mais nessas experiências vividas do que naquilo que apreendeu de outras formas, durante a vida.

> A vida da criança mergulha mais do que se imagina nos meios sociais, pelos quais ela entra em contato com um passado mais ou menos distanciado, que é como o contexto em que são guardadas suas lembranças mais pessoais. É nesse passado vivido, bem mais do que no passado apreendido pela história escrita, em que se apoiará mais tarde sua memória. Se antes ela não fazia distinção entre esse contexto e os estados de consciência que nele ocorriam, é verdade que, pouco a pouco, a separação entre seu pequeno mundo interno e a sociedade que o circunda acontecerá em seu espírito (HALBWACHS, 2006, p. 90).

Desta forma, assim como para *Seu* Ricardo os fatos vividos na infância aprecem lucidamente em sua memória, também as crianças participantes das entrevistas vivenciaram ali, no momento das narrativas, a oportunidade de ter essa memória dos avós como constituinte de suas próprias memórias, narradas em situações que podem contribuir para um registro e uma elaboração desta memória como fato familiar – se não o fato narrado, ao menos o fato de assistir às narrativas.

Penso que a dinâmica de entrevista conduzida pelas crianças pode contribuir par o resgate do velho como elemento valorizado socialmente em seu grupo, além de entender que a presença da criança pode conduzir a lembrança do entrevistado no sentido daquilo que acredita ser importante explicitar para as novas gerações. Lembrando Bosi (2004), uma memória se desenvolve a partir de laços de convivência.

Halbwachs (2006) reflete que, embora não tenha uma percepção clara disso, a criança sente confusamente que, ao entrar na casa dos avós ela penetra em uma região diferente, mas que lhe é familiar, já que refletem a imagem e o modo de ser dos membros mais idosos de sua família. Ele comenta que há uma grande aproximação entre avós e netos, pois nenhum dos dois está "preso" ao tempo presente, como ocorre com os pais das crianças, a "geração perdida" nessa relação com o passado.

É preciso considerar, entretanto, que Halbwachs, ao descrever essa relação entre avós e netos em 1968, provavelmente referia-se a uma família nuclear patriarcal européia. Sendo assim, suas considerações acerca desta relação precisam ser lidas com restrições de contexto.

Nas famílias brasileiras, como podemos constatar nos estudos de El-Katib (2001) é comum a presença de crianças que vivem sob os cuidados dos avós, seja porque seus pais são muito jovens (alguns são ainda adolescentes); seja porque seus pais precisam trabalhar fora de

casa (situação comumente encontrada entre os moradores de São Pedro); seja porque seus pais moram juntos com seus avós (situação encontrada comumente entre os moradores da Ilha das Caieiras), seja porque, por diferentes motivos, a guarda legal destas crianças foram transferidas aos avós – ou ainda pela sobreposição de mais de um destes motivos.

Desta forma, a casa dos avós nem sempre simboliza uma "região diferente", como propõe Halbwachs (2006).

Além disso, dada a realidade econômica de grande parte das famílias brasileiras, muitos idosos e crianças contribuem com a renda familiar (EL-KATIB, 2001), não podendo portanto se distanciar do "tempo presente" como sugere Halbwachs, uns por amadurecerem rápido demais, outros por não poderem tomar o distanciamento que as preocupações do mundo adulto jovem implicam, apesar de já terem envelhecido. Isto ocorre porque o trabalho produtivo implica uma visão de mundo permanentemente nesta fase adulta jovem.

Na fala de um *morador da Ilha das Caieiras*, surge um tom de melancolia ao pensar nas relações que estabelece com os netos, que não se aproxima daquela sugerida por Halbwachs (2006), e que desejaria ele mesmo poder estabelecer.

> *Sabe como é que é, né? Eles agora parecem que aprendem tudo, mas eles não aprendem nada. Esse*

> *netinho* [apontando para uma das crianças presentes] *estava falando um negócio errado. 'Meu filho fala dessa forma assim que é melhor... É o vovô que tá falando', mas aí eu viro as costas e ele tá falando mais errado ainda. Quer dizer, não presta atenção, tá entendendo? Mas a gente fica na dúvida, sabe? Acho que não estão prestando atenção, só querem ouvir televisão. Sinceridade: eu gosto de ver televisão, mas aquelas coisas boas, né? Mas tem mais coisas ruins na televisão do que coisas boas, certo? Não é verdade? (Seu Ricardo, MIC),*

Ao final da entrevista, quando já não havia mais netos na sala, *Seu* Ricardo voltou-se para mim e falou um pouco sobre sua percepção acerca das novas relações entre pais e filhos.

> *Atrapalha muito pra eles que agora não têm o carinho dos pais. Infelizmente, é o que tá faltando, é o carinho dos pais. O carinho dos pais por quê? Então o que acontece, eles não tem aquele carinho dos pais, por que os pais hoje em dia ficam um pro lado e outro pra outro. O quê que faz? Eles vão pra creche, aí os pais falam 'ó meu filho quando chegar lá você obedece à professora lá', aí aquela recomendação. Mas é recomendação, não é carinho. Ela é obrigada a fazer aquilo, assim mesmo às pressas, por que está quase na hora de entrar pro serviço. O pai sempre é mais afastado um pouco. Aí a criança, vai embora pra creche. Então que carinho essas crianças recebem? Só recebem recomendações. O que acontece? Quando ele chega lá na escola, a criança fica toda tímida, chega lá encontra aqueles rebeldes, eles entram no meio, fazem o esquema né? Aí... já viu, né? Não tem mãe nem pai, não escuta os avós... (Seu Ricardo, MIC).*

Nesta fala, ele completa seus comentários anteriores sobre a televisão enfatizando a "ausência" dos pais na vida doméstica das

crianças e o quanto, a partir de seu ponto de vista, esta "ausência" influencia negativamente a educação das crianças.

Ao contrário do que sugeria Halbwachs (2006), a fala de *Seu* Ricardo vai ao encontro daquilo que comenta Sarlo (2007), ao afirmar que o que tornava o mundo mais familiar já desapareceu, uma vez que o passado e as experiências dos idosos já não sevem de referência às novas gerações. "Quebrou-se a continuidade da experiência" (SARLO, 2007, p. 29).

O que essa autora discute como sendo a destruição da continuidade entre gerações vem das experiências que são mutuamente incompreensíveis: os jovens pertencem a uma dimensão do tempo na qual os conhecimentos e crenças de seus pais são inúteis. Essa autora assinala um tipo diferente de incomunicabilidade da experiência:

> Trata-se da crise, também moderna, da autoridade do passado sobre o presente. O novo se impõe ao velho por sua qualidade libertadora intrínseca. Tudo isso é bem conhecido desde as vanguardas estéticas do século XX: o que elas sustentam para a arte transbordou para a vida nas décadas seguintes (SARLO, 2007, p. 29-30).

Talvez devido ao sentimento de impotência diante dos problemas educacionais com as crianças, descrito por *Seu* Ricardo, o momento das entrevistas tenha se transformado em espaço eleito para a transmissão de conteúdos selecionados como importantes para a formação desta

geração; conteúdos que, até então, não encontraram espaço nem condições, em suas relações cotidianas. Nas falas dos moradores, as memórias apresentam-se de forma quase linear do ponto de vista cronológico, numa tentativa explícita de tornar o momento de "passagem" da memória a outras gerações um ritual pedagógico, muitas vezes com teores de moral e tons didáticos como, por exemplo, naquela fala de *Seu* Ricardo a respeito das "coisas ruins" que a televisão oferece, ou na fala de uma *moradora de São Pedro* ao comentar sobre o período em que viveu da cata e venda de lixo:

> *Ainda hoje tem muita gente que sobrevive do lixo. Não diretamente do lixo, hoje em dia a gente chama de reciclagem, é papelão, latinha... Inclusive a gente também no lixo de casa a gente tem que fazer isso, não colocar comida junto com plástico, com garrafa de vidro... (Dona Sandra, MSP).*

É interessante constatar que para alguns autores, como Lévy (1995), a história de uma pessoa não tem finalidade pedagógica: "Os contos são histórias que têm sempre uma finalidade moral, pedagógica. E a história de uma pessoa não tem essa finalidade, pois que finalidade tem sua vida e que finalidade tem a vida de um povo? Sua finalidade está em si mesmo" (LÉVY, 1995, p.19).

Entretanto, para os moradores da Ilha das Caieiras, as memórias parecem em alguns momentos ganhar o *status* de conto, no conceito apresentado por Lévy (1995).

As falas conjugam a história recontada com nostálgicas recordações e, muitas vezes, projetam um futuro planejado a partir dos *aprendizados* que as vivências passadas propiciaram, a partir de narrativas cuidadosamente selecionadas, com teor moral e finalidade pedagógica.

CAPÍTULO 7. UM OLHAR PARA O FUTURO: DEMANDAS LOCAIS E PLANEJAMENTO.

Ao falarem das transformações dos bairros, os moradores apontam para uma diferença na percepção do passado e nas expectativas dos dois grupos: moradores da Ilha das Caieiras e Moradores de São Pedro I e II.

Em São Pedro, atualmente, os moradores consideram que a região está muito melhor para se viver.

> *Aqui hoje tem muita coisa, está muito melhor. Vem todo tipo de gente. Tem dia que fica cheio, isso aqui! (Dona Sandra, MSP).*

> *Hoje aqui não é mais o lugar de toda pobreza. Isso aqui está uma beleza! (Dona Inês, MSP).*

Os moradores de São Pedro foram morar no bairro em condições precárias (como já descrito anteriormente) e em um momento em que todo o país passava pelo fortalecimento dos movimentos sociais, favorecendo o discurso pelo exercício da cidadania (décadas de 1970 e 1980).

Sendo assim, a percepção que estes moradores têm do passado se identifica com a precariedade, com a baixa qualidade de vida, com as dificuldades vividas e, ao mesmo tempo, com a união em torno de uma luta comunitária pela melhoria destas condições.

A expectativa deste grupo com relação às transformações da região ia ao encontro dos discursos de urbanização da paisagem e cidadanização dos serviços. Assim, cada uma destas transformações, ao serem alcançadas, é considerada uma melhoria conquistada.

Já os moradores da Ilha das Caieiras falam das melhorias com ressalvas.

> *Pensando bem direitinho, o progresso fez que as coisas ficassem... Diferentes... Não quer dizer que ficaram boas. A gente não pode exigir muito demais, né? Só que eu acho que poderia melhorar (Seu Ricardo, MIC).*

Esses moradores vivem na região há mais tempo, e descrevem o bairro, em suas memórias remotas, como um lugar bonito, limpo e tranqüilo, onde todos eram parentes e amigos. As organizações do grupo poucas vezes ganhavam característica de *luta* uma vez que, como afirmam os entrevistados, eles não sabiam o que lhes faltava, não conheciam seus direitos (ANDREATTA, 1987).

Assim, suas expectativas diziam respeito a uma manutenção das relações como eram, e uma possível melhoria pontual (como transporte coletivo, distribuição de água e oferta de emprego, por exemplo).

Mas os discursos dos moradores da Ilha das Caieiras e dos moradores de São Pedro I e II mudam ao falarem sobre a região ***enquanto lugar onde vivem,*** convergindo em direção à valorização dos bairros. Todos grifaram a idéia de que é um ótimo lugar para se viver, e deixaram registrada a insatisfação com que viam o nome da região ser veiculado na mídia, com freqüência com ênfase nas características negativas.

A história contada pelos moradores antigos às crianças com as quais convivem, foi marcada pelo percurso de dificuldades que enfrentaram. É bastante presente nas falas dos narradores a fome, a tristeza, o desemprego, a miséria.

> *Faltava tudo: médico, escola, transporte... Era tudo longe... E a maré? A maré, quando tava alta, era perigosa demais, pra todo mundo. Pras criança, então, nem se fala. Faltava casa, segurança... (Dona Eleonora, MSP).*

Nesse sentido, as falas sobre o momento presente são cheias de alívio e satisfação. Em contraste com esses mesmos bairros antigamente, o lugar atualmente está muito bom, para a maioria dos moradores. Parece ser este o principal motivo para muitos dos moradores entrevistados não manifestarem, nem mesmo quando explicitamente perguntados, nem necessidade nem expectativa de mudança para o bairro, ainda que falassem de algumas insatisfações, em outros

momentos das narrativas. O desenvolvimento, para muitos deles, já aconteceu.

Figura 15: foto da Orla e do Píer, na Ilha das Caieiras.
Foto: Elizabeth Nader[27]

Por outro lado, na fala dos jovens presentes às entrevistas — netos, bisnetos e vizinhos — as necessidades do bairro são muitas. Durante as narrativas dos mais velhos, alguns jovens presentes não se continham:

> *Como 'hoje tá bom', vó? E a violência? Antes era pior? Porque hoje tá muita... Tem coisa pra melhorar sim, e muita... (Mário, neto de Dona Eleonora, MSP).*

> *Existia muita gente que roubava, que nem hoje?(Janaína, criança que entrevistou Dona Sandra na escola, MSP).*

[27] Foto disponibilizada pelo site da Prefeitura Municipal de Vitória e acessada em julho de 2007 (www.sistemas.vitoria.es.gov.br).

Freqüentemente surgiam questões como essa, ilustrando a inconformidade dos mais jovens perante as manifestações de satisfação feitas pelos mais velhos.

Souza (2001) comenta que, em Acari, no Rio de Janeiro, os moradores mais antigos se lembram de usar um par de sapatos e levar outro par para trocar quando estivessem 'lá fora', indo para o trabalho, pois havia muita lama; lembram das valas que serviam de banheiro e da água que era buscada do outro lado da Avenida Brasil. Essas lembranças de situações de grande dificuldade vividas coletivamente dão ao bairro, hoje, uma avaliação "positiva" posto que, comparativamente, a estrutura melhorou.

Porém, esse argumento comparativo não tem significado para o jovem. "Os adolescentes já não se lembram disso. Talvez a favela [hoje] também lhes pareça *carente*" (SOUZA, 2001, p. 68), reflete o autor.

Da mesma forma, na Ilha das Caieiras e em São Pedro o fato de não terem vivido situações *piores* no bairro contribui para que esses jovens não elaborem com facilidade a noção de que, hoje, o bairro *está bom,* como fazem os mais velhos.

Apesar disso, os jovens pareciam na maioria das vezes como que *encantados* pela narrativa, descobrindo uma história que muitos já

haviam ouvido, mas que — talvez pela própria situação de entrevista, que configura um processo de valorização daquele saber — "magicamente" passava a trazer novos sentidos para conhecimentos já adquiridos, fosse na escola ou mesmo através da televisão.

> *Mas tirar pau do mangue é desmatamento, também, não é? Eu tô estudando isso, mas pensava que o problema era mais com a Amazônia... (Jussara, neta de Dona Márcia, MIC).*

Vemos aqui um exercício de significação local de um saber generalizado. Assim como a questão do desmatamento, também os temas da extinção de espécies animais, do trabalho infantil e da saúde coletiva, entre outros, ganham significado na vida das crianças na medida em que se localizam em seu universo mais próximo, se identificando com situações familiares ao cotidiano da comunidade.

Desta forma, as demandas dos moradores da região apareciam ora na fala dos entrevistados, ora na fala das crianças, e em torno dessas falas surgiam, algumas vezes, esboços de um planejamento para o futuro.

A demanda de uma população é uma característica dinâmica, modificada permanentemente pelo contexto em que se constitui, de forma que o processo de projetar o futuro, ou *planejar*, precisa assumir também essa característica dinâmica.

Segundo Worcman (2007), o trabalho com histórias de vida favorece a percepção acerca da responsabilidade de cada um na construção da história coletiva. “Ao mobilizar nossos pares para que eles também transformem sua relação com a história, essa percepção deixa de ser individual, podendo resultar em ações coletivas” (WORCMAN, 2007, p. 02). Aqui, estas ações coletivas aparecerem principalmente nas intenções de um planejamento coletivo para o desenvolvimento do bairro.

Historicamente, o termo *planejamento* surgiu com a função de sistematizar propostas, vinculado à economia de mercado — tanto no modelo capitalista, que se propunha hegemônico, quanto o socialista, que se apresentava como alternativa ao primeiro. Porém, Rivera (2001) considera que o planejamento “fracassa na sua tentativa original de obtenção de uma regulação global, imperativa, da sociedade” (RIVERA, 2001, p. 18).

Ao assistir a esse “fracasso de origem” surge (inicialmente na saúde e posteriormente em outras áreas) o planejamento estratégico, em meados da década de 70, como tentativa de reconhecer a complexidade, introduzindo a noção de “superioridade do político sobre o econômico e da diversidade de atores-sujeitos no ato de planejar” (RIVERA, 2001, p.

18)[28].

Não tenho como proposta, entretanto, aprofundar as questões referentes aos conceitos de planejamento. Ele foi aqui sucintamente abordado com o objetivo de ilustrar de que forma, neste estudo, essa noção de planejamento estratégico se aproxima da perspectiva de planejamento coletivo de ações, o que vai ao encontro daquilo que os moradores apresentaram em suas falas como projeções de um futuro comum: não um futuro apenas *almejado,* mas um futuro cuidadosamente *planejado*. Um futuro que se dê a partir de uma perspectiva de *Desenvolvimento Planejado.*

Esse planejamento corresponde à possibilidade de uma problematização coletiva, capaz de articular sujeitos sociais. Em suas reflexões sobre a pesquisa na região portuária do Rio de Janeiro, Ocampo, Priosti e Telles (2005) comentam que, para empreender mudanças progressivas,

> …é necessário ouvir principalmente os habitantes da região, membros ativos das referidas comunidades, na interpretação do próprio espaço. Ao ouvir personagens dessa história, procurou-se trazer ao debate a questão dos sentidos que deram àqueles bairros de definidas características portuárias; mais ainda, mostrar a história presente na versão dos moradores e dos grupos mais populares que o freqüentam (OCAMPO, PRIOSTI E TELLES, 2005 p. 149-150).

[28] A esse respeito, cf. RIVERA, Francisco Javier Uribe. **Análise estratégica em saúde e gestão pela escuta.** Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ, 2003.

Apesar dos muitos elogios, os moradores da Ilha das Caieiras evidenciavam seus desejos de que a região não mantenha o ritmo acelerado de transformações pelo qual vem passando nos últimos 30 anos. Esse desejo de *conservar* requer uma resistência, que como discute Halbwachs (2006), deve emanar de um grupo.

> Para se manifestar, essa resistência deve emanar de um grupo. Sim, é inevitável que as transformações de uma cidade e a simples demolição de uma casa incomodem, perturbem e desconcertem alguns indivíduos em seus hábitos. (...) Esses pesares ou essas inquietações individuais não têm conseqüências porque não tocam a coletividade. Ao contrario, um grupo não se contenta em manifestar o que sofre, em se indignar e protestar na hora. Ele resiste com toda a força de suas tradições e essa resistência tem suas conseqüências (HALBWACHS, 2006, p. 164-165).

A percepção de que as transformações podem ocorrer de forma menos impactante e mais discutida coletivamente e que para tanto é necessário um movimento de resistência, por um lado, e uma organização das demandas e planejamento futuro, por outro, faz parte de uma noção recente entre os *moradores da Ilha das Caieiras*, que se unem cada vez mais aos *moradores de São Pedro I e II* em torno desse propósito. Nesse sentido, cabe aqui apresentar um breve debate sobre as possibilidades de organização das demandas e sobre planejamento coletivo.

7.1 DEMANDAS DA REGIÃO, TERCEIRO SETOR E POLÍTICAS PÚBLICAS.

O termo “demanda” está sendo usado aqui com o sentido que vem ganhando em saúde coletiva, significando as necessidades, as aspirações e as expectativas, individuais e coletivas de um determinado grupo, em um determinado momento.

Como foi discutido no capítulo sobre a história oficial do bairro estudado, a região conta com um número considerável de Organizações Não-Governamentais (ONGs) que, entre suas principais propostas, apresentam a idéia de atender a essas demandas.

O Terceiro Setor constitui um emaranhado de ONGs de diferentes características e fundamentações. Existem aquelas que COBREM (no sentido de dar cobertura) as lacunas deixadas pelo poder público, e aquelas que COBRAM do poder público atitudes diante dessas mesmas lacunas.

Assim, essas ONGs são às vezes compostas por moradores da região — chamadas ONGs endógenas — às vezes propostas por grupos “de fora”, que se *solidarizam* com situações recorrentes de carência — são as chamadas ONGs exógenas. Essa carência, entretanto, nem sempre

é caracterizada a partir de elaborações participativas, junto com a comunidade assistida.

Existem ainda, em todo o Brasil e em grande número, ONGs mistas, que contam com atores endógenos e exógenos. Em todos esses casos é possível — e recorrente — a existência de ONGs que se apropriam de discursos filantrópicos mas utilizam os recursos que alcançam de maneira obscura e escusa.

Como constatam Santana e Queiroz (2005, p. 35) na região portuária do Rio de Janeiro, "a mudança ali não se dá de forma puramente endógena. A percepção dos atores sociais deixa clara a idéia de que, como todo porto o fez historicamente, está ligada, muitas vezes, a processos distantes". Enquanto no porto do Rio de Janeiro esses processos distantes diziam respeito a políticas e mudanças nacionais e internacionais — pela própria característica funcional do porto —, na Ilha das Caieiras a história está ligada, às vezes, a processos mundiais, como as Campanhas da Fraternidade e as visitas do Papa às regiões mais pobres do mundo, às vezes a processos não tão distantes assim, como a implantação de ONGs em bairros nobres da cidade voltadas para a população carente das periferias da cidade.

As organizações exógenas são freqüentemente criticadas por seus investimentos pouco transparentes, ou por interesses de capital, ou ainda

por ações clientelistas e assistencialistas. Entretanto considero essa análise um tanto o quanto generalista e pouco esclarecedora, uma vez que essas ONGs possuem diferentes histórias, objetivos, experiências e demandas. Muitas ONGs internacionais fazem hoje a ponte entre o financiamento de países de Primeiro Mundo e ONGs que realizam diferentes trabalhos voltados para grupos desfavorecidos de países de Terceiro Mundo.

Apesar de toda a discussão envolvendo ONGs internacionais, nacionais e locais — e, portanto, endógenas e exógenas — a questão, no caso da Ilha das Caieiras, é que, ao haver um número grande de ONGs — ainda que com motivações divergentes entre si — se mobilizando para atender uma determinada população, isso pode caracterizar esta comunidade como *super-atendida* o que não implica, necessariamente, uma população integralmente atendida e, menos ainda, uma população atuante nas decisões referentes aos serviços que lhe serão oferecidos, sejam eles do primeiro, do segundo ou do terceiro setor. É o que ocorre na Ilha das Caieiras.

> *Ah, aqui tem muita gente que vem pra ajudar, sabe? Tem gente de igreja, tem o pessoal da Fundação Batista... Tem o Joana D'Arc, o Projeto Terra... Tem... Como chama esse que vem na escola, no sábado*? [Congo mirim — resposta de uma criança]. *É, tem o Congo Mirim... Tem o pessoal da FAESA* [faculdade particular que se localiza nas imediações da Ilha das Caieiras]. *A FAESA não faz tanto assim como os outros, não. Mas lá trata dos dentes, essas*

> *coisas, né? E tem as pessoas daqui mesmo, que se uniram pra resolver um problema e acabaram ficando assim. Que nem as desfiadeiras* [cooperativa de desfiadeiras de siri], *os pescadores* [associação de pescadores]... *Tem o movimento comunitário, né? Tem um bocado de coisa acontecendo aqui. E tem também os políticos, né? Que esses só aparecem no tempo certo* [risos]. *Aí resolvem coisa de emprego pra quem está sem, ajuda quem tá na fila pra fazer exame, passa na frente... Não sei o quê que eles arrumam lá, mas conseguem resolver (Dona Edith, MIC).*

Devido ao olhar "de fora" que algumas ONGs exógenas têm sobre o local, muitas vezes os bairros de periferia (sócio-econômica e cultural) apresentam demandas que são erroneamente divididas em dois grandes quadros de demandas que, conceitualmente, podem ser contraditórios, assim como também podem ser complementares entre si: o Ambiental e o Social. É o que ocorre na Ilha das Caieiras. Na fala de Dona Edith, acima, só figuram as ações voltadas para as demandas *sociais.*

As ações do Projeto Caranguejo (organizado pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e do Instituto Estadual de Meio Ambiente – IEMA, por exemplo, não foram citadas por ela. São ações propostas por um outro grupo de organizações, com preocupações voltadas prioritariamente para as demandas *ambientais*, embora já abarque uma série de proposições (ainda isoladas) referentes à questão social.

Esta separação em dois quadros distintos de demandas tem gerado

políticas públicas nem sempre satisfatórias, uma vez que partem de uma base teórica frágil, separando veementemente essas duas esferas.

Por comumente terem um enfoque social voltado para o assistencialismo e um enfoque ambiental de caráter ecológico-preservacionista, as atuais políticas e serviços — governamentais ou não — não tecem, em sua maioria, propostas efetivas de aproximação destas esferas, mantendo, desta forma, a discussão em um espaço inexistente: aquele que idealiza o ser humano e o ambiente enquanto lugares cujas inter-relações se caracterizam apenas pelo tangenciamento de um pelo outro.

Os bairros em questão apresentam, por vezes, um acúmulo de *carências* sócio-econômicas, identificando-se aí uma grande demanda de políticas públicas. Tais políticas encontram-se circunscritas na esfera chamada "políticas sociais", que por sua vez respondem a processos macro-políticos de distribuição/concentração de renda, poder e conhecimento.

Ao pensar em políticas sociais, torna-se imprescindível buscar compreender o contexto político vigente, uma vez que pensar em aspectos sociais é situar seu processo de realização em cada momento histórico da sociedade (SAVIANI, 2000; MINAYO, 2004). Há, pois, que se compreender a política pública brasileira, para se falar em política

social no Brasil. Como afirma Saviani (2000), no organograma governamental a "área social" é constituída pelas políticas de saúde, de educação e de assistência social. Este mesmo autor questiona a legitimidade do termo *política social* uma vez que, sendo a política, dentre os muitos conteúdos que a preenchem, "a arte de administrar um bem comum", em tese a expressão "políticas sociais" seria redundante (SAVIANI, 2000; LOUREIRO e COSTA, 2004).

Entretanto, ao levantar tal questionamento, Saviani nos convida a compreender o termo como uma necessidade histórico-política, uma vez que, ao vivermos em um sistema capitalista, no qual a forma econômica se centra na propriedade privada dos meios de produção, a palavra "política" não implica, necessariamente, uma ação social.

> Na medida em que esse tipo de sociedade constitui, com o seu elemento regulador, um Estado conseqüentemente capitalista, a "política econômica" impulsionada por esse Estado, tendo em vista o desenvolvimento e a consolidação da ordem capitalista favorecerá os interesses privados sobre os interesses da coletividade. Configura-se, assim, o caráter anti-social da "política econômica" (...) Para contrabalançar seus efeitos é que se produz, no âmbito do Estado, a "política social", abrangendo ações na área da saúde, previdência e assistência social, cultura, comunicações e educação (SAVIANI, 2000, p. 1-2).

Para este autor, portanto, a política social acaba sendo considerada um paliativo aos efeitos anti-sociais da economia. Assim, os investimentos nas políticas sociais ocorrem, muitas vezes, de forma atrelada aos interesses dos grupos econômicos dominantes, atrofiando-as

e subordinando-as à lógica mercadológica da política econômica. Essa luta é extremamente árdua, uma vez que a própria situação de carência reitera e respalda o quadro político resumidamente apresentado (SAVIANI, 2000).

Com relação à demanda social, ao se identificar um quadro de carência de oferta de serviços básicos, torna-se difícil para o profissional/pesquisador/organismo que pretende desenvolver junto com a comunidade uma ação estruturadora que seja duradoura e cujos resultados possam ser observados a médio e longo prazos, uma vez que as principais demandas têm, em princípio, um caráter básico e, por vezes, imediatista — o que é característico de paises de Terceiro Mundo. Na fala de *Dona* Edith essas políticas assistencialistas ganham corpo:

> *Aqui tem muita... Como que fala? Fundação, né? Instituto, essa coisas. Tem o Joana D'Arc, tem a Fundação Batista... Eles são muito bons pras criançada, porque aqui antes era um tal de só ficar na rua que não tinha mãe que dava conta. Só que não tinha essas coisas erradas de hoje, né? Quem tinha que trabalhar, deixava os meninos em casa ou na rua, mesmo. Um olhava o do outro. Quando começou a ter esses problemas aqui, aí, minha filha... Foi um Deus-nos-acuda... Correram pra fazer escola, pra pedir ajuda do prefeito... Mas graças a Deus teve muito ajutório, veio essas pessoas de igreja, né? Eles são gente de bem. Cuida das criança, marca médico pra gente, consegue vaga... Essas coisas (Dona Edith, MIC).*

Devido à freqüência e à urgência dessas "demandas" e partindo de uma leitura limitada do termo, nosso sistema econômico tende a

interferir nas propostas de políticas públicas no sentido de oferecer serviços voltados para as necessidades básicas da população, de caráter assistencialista — ou ações compensatórias —, que em nada contribuem para a autonomia da população frente a estas demandas.

Por outro lado, a partir da constatação de que o crescimento urbano tem se realizado de forma indiscriminada, desordenada e usando *técnicas predatórias*, são criadas leis federais específicas "para minimizar problemas ambientais", através do órgão responsável pela preservação ambiental: o IBAMA. Entretanto, tais políticas são referentes a macro-regiões, respondendo apenas parcialmente às demandas das localidades.

As leis criadas até o momento, muitas vezes, dualistas (Social *X* Ambiental), prevêem intervenções duras e altas multas em situações de impacto ambiental. Entretanto, a meu ver, há que se diferenciar o impacto ambiental causado por grandes empresas daquele causado por comunidades e populações locais, não apenas no que se refere às perdas ambientais propriamente ditas, mas também, e principalmente, no que se refere às motivações que levam ao impacto — aqui certamente estariam relacionadas para estudo as categorias referentes à cultura local e às necessidades básico-imediatas já mencionadas.

Entretanto, nossas leis, embora bastante detalhadas, não captam a complexidade da relação entre moradores e seus espaços, nem alcançam as necessidades cotidianas construídas nessa relação. No que diz respeito à demanda ambiental, as leis até agora criadas têm um caráter ecológico-preservacionista tão imediatista quanto as políticas sociais. A violência da fiscalização nas pequenas comunidades extrativistas afasta a possibilidade de diálogo com essas comunidades, que são cada vez mais marginalizadas em suas atividades não havendo, entretanto, ganhos consistentes na proteção das espécies animais e vegetais e, muito menos, na melhoria da qualidade de vida dos moradores.

Na comunidade estudada este conflito é bastante claro e presente. Nele, as ações de proteção ambiental caracterizam-se pela imposição de leis que "defendem" o manguezal e os caranguejos, deixando subentendido que os moradores manteriam uma relação de agressão a este meio e devem, portanto, ser fiscalizados e punidos com relação a tais atos. Esta questão está apresentada de forma mais detalhada no capítulo referente à história oficial do bairro.

> *Tem pescador aí que sofreu por demais com essas histórias do IBAMA, sabe? Eu mesmo não vou dizer que foi fácil não. Tem que cuidar do mangue, da maré, dos peixes? Tem. Isso a gente sabe. Aqui, quem é pescador de verdade mesmo não precisa de ordem de ninguém, porque a gente mesmo sabe quando que o peixe 'tá rareando, quando que 'tá com ova... Mas o IBAMA chegou mandando, tirando rede, dando*

multa... (Seu Beto, MIC).

Essa imposição de leis de proteção ambiental é recebida entre os moradores com resistência, quase que invariavelmente. Isso ocorre tanto pela forma vertical que ocorre, ignorando as relações da comunidade com o meio que a lei protege, quanto pela *insinuação* que a lei traz em si, no que se refere à falta de consciência da necessidade de preservação por parte dos moradores.

Por outro lado, as ações sociais, ao levarem em conta a necessidade das populações, tendem a ignorar a necessidade de preservação ambiental tão claramente defendida pelas ações de proteção ambiental. Por essas razões, muitas vezes as ações de proteção social parecem se opor às de proteção ambiental. A história deste bairro permite identificar que, em muitos momentos, as demandas sociais e as ambientais parecem criar movimentos divergentes.

Criam-se, assim, políticas públicas *para* a comunidade, mas não propostas *pela* comunidade. Oferece-se o que se costuma chamar de *referências* ou *referenciais* a serem seguidos pelos profissionais atuantes na região, ou pelos líderes comunitários. Entretanto, em nenhum momento se pensa nas questões que envolvem o universo desta comunidade, as *referências* que seus integrantes têm de meio ambiente, de cidadania, de multiculturalismo... É preciso lembrar que a palavra 'referência' vem do latim *Réfere,* 'trazer de volta'. Assim, o referente

não é aquilo para o que se aponta, fora do discurso, mas o que se traz de volta para o interior do discurso. Neste sentido, as referências da comunidade, construídas e transformadas ao longo de sua história, são subjetivações que, muitas vezes, vão de encontro às políticas públicas propostas — e impostas — por órgãos governamentais e não governamentais.

E nesse contexto dualista, as leituras sobre as necessidades de determinada comunidade podem conduzir o pesquisador a um discurso de garantia de direito à diversidade que, muitas vezes, esconde processos de manutenção de desigualdades locais.

7.2 A DIVERSIDADE E AS ARMADILHAS DO MULTICULTURALISMO

A partir das características que dão ao bairro estudado um tom particular e ao mesmo tempo representativo dos bairros de periferia urbana, especificamente daqueles da cidade de Vitória-ES, parece se tornar relevante a discussão sobre como vem sendo tratada a questão da diversidade e da desigualdade.

Já em meados do século XX a invenção da igualdade como categoria de qualidade de relações entre povos e comunidades foi substituída pela noção de eqüidade. Isso ocorreu devido ao fracasso na tentativa de se alcançar, na prática, as expectativas iniciais das

Organizações Mundiais para os países do Sul, que envolviam uma proposta de Igualdade. Diante da constatação de que essa expectativa era inalcançável, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe — CEPAL propôs uma mudança nos objetivos, como informa D'Ávila Neto:

> A CEPAL, diante do fracasso das políticas para uma melhor distribuição de renda adotadas na América Latina, propõe a "transformação produtiva com eqüidade", onde se pretende substituir Igualdade por Eqüidade, cujo conceito pretende ser Igualdade com Diversidade. Nos pressupostos da proposta está a questão de um desenvolvimento que nasce com caracterizações regionais, de dentro para fora, fundado no "progresso técnico", e cuja principal forma de obter é pela educação (D'ÁVILA NETO, 1998, p 02).

A proposta de Igualdade com Diversidade dá origem às discussões sobre o multiculturalismo. A respeito deste novo conceito, Bauman (2003) comenta que se trata de uma proposição na qual se transfere às minorias culturais a responsabilidade de conquistar seu próprio espaço na cultura global, se afirmando enquanto cultura local. Este autor aponta a seguinte concepção para a idéia de multiculturalismo:

> (...) a resposta mais comum dada em nossos dias pelas classes ilustradas e formadoras de opinião para a incerteza do mundo sobre os tipos de valores que merecem ser apreciados e cultivados, e sobre as direções que devem ser seguidas com férrea determinação. (...) Numa palavra, a invocação do "multiculturalismo", enquanto parte das classes ilustradas, essa encarnação contemporânea dos intelectuais modernos, quer dizer: *Perdão, mas não podemos resgatá-lo da confusão em que você se meteu.* Sim, há confusão sobre valores, sobre o sentido de "ser humano", sobre as maneiras certas da vida em comum; mas depende de você encontrar seu próprio caminho e arcar com as conseqüências caso não goste dos resultados (BAUMAN, 2003, p. 112).

Desta forma, a sociedade contemporânea teria criado o conceito de multiculturalismo como solução para a difícil tarefa de garantir a igualdade com direito à diversidade sem, no entanto, comprometer as classes que o autor chama de “ilustradas” e seu poder hegemônico.

Gonçalves e Silva (1998, p. 14) afirmam que “o multiculturalismo enquanto movimento de idéias resulta de um tipo de consciência coletiva, para a qual as orientações do agir humano se oporiam a toda forma de ‘centrismos’ culturais, ou seja, de etnocentrismos”. Porém, estes mesmos autores admitem, mais à frente, que as posições com relação ao multiculturalismo estão divididas. “Para alguns, o multiculturalismo é considerado uma proposta política ingênua e leviana porque parte de uma falsa consciência acerca dos reais problemas culturais” (D’Souza, *apud* GONÇALVES e SILVA, 1998, p. 14).

Entendo que, embora o multiculturalismo possa realmente servir de ponto de partida para o fortalecimento de alguns movimentos de descentralização cultural, pode sim acabar por constituir uma forma ingênua de considerar as diferenças, uma vez que deixamos de questionar os problemas em torno do conceito.

Corremos então o risco de pregar a igualdade de direitos, com diversidade de demandas, sem considerar as perguntas que estão por trás destas considerações apriorísticas. Quais são as demandas da nossa

população? Como são identificadas tais demandas? Quem define o que a população de cada local precisa? São as características particulares de cada local que definem a diversidade da população.

E como esta diversidade é identificada? Com base na cultura local, garantindo o direito a diferenças culturais? Também. Mas muitas vezes baseadas nas distintas características, aspirações e necessidades das populações determinadas por diferentes condições e oportunidades.

Há um estado de manutenção da miséria e da desigualdade que em alguns momentos esconde-se atrás do título de multiculturalismo, incentivando este processo que não é — como faz parecer — de garantia de direito à diferença, mas sim de exclusão.

A desigualdade corre o risco de passar a ser mantida sob a justificativa de ser uma cultura regional que deve ser preservada, como se a miséria e a falta de oportunidades pudessem ser consideradas "patrimônio cultural".

> Com o advento da era industrial, o papel de assimilação da pobreza passou a ser exercido pelas práticas higienistas e de "surveillance" dos estados-nações, que estão na origem das políticas atuais do bem estar social (*welfare state*). Mas essas políticas não respondem mais às necessidades que agora passaram a ser globais: o número de despossuídos aumenta cada vez mais, sem nenhuma "justificativa" que possa assimilá-los, como outrora, e o que é pior, num mundo onde seria considerado um totalitarismo inaceitável pregar a "não igualdade" (D'ÁVILA NETO, 1998, p. 02).

Vemo-nos então diante de uma armadilha do conceito de multiculturalismo: se por um lado as culturas minoritárias podem lançar mão dele para se afirmarem e se manterem enquanto categoria social com uma cultura própria – fazendo uso aí da perspectiva da diversidade com eqüidade – por outro lado esta noção pode também ser utilizada para a manutenção de condições precárias de vida, compreendidas (não necessariamente pela população em questão) como "características locais".

> Ao se defender o diverso não se pode cair num pluralismo indiferenciado, em que as vivências pessoais e as lutas sociais se dêem numa história diluída e desconexa, na qual a negação, a confrontação de teorias e argumentos e a superação transformadora tornam-se impossíveis de se realizarem. Isso seria recair num relativismo absoluto e no atomismo de iniciativas que passam a ser vistas como válidas em si mesmas, posturas que em nada favorecem a consolidação da educação como atividade cidadã (LOUREIRO, 2004, p. 22).

O multiculturalismo — ao se apresentar como forma de defender os direitos de grupos discriminados — interfere no modo de sentir, pensar, perceber e agir das pessoas. As desigualdades, ao serem erroneamente compreendidas como "diferenças regionais", muitas vezes acabam por determinar uma prática que naturaliza a própria desigualdade. Mesmo as tradições de um povo mudam, e não é o movimento de evitar a mudança que garante a manutenção da tradição, mas sim o direito à tradição e à sua inevitável mudança. Não se trata,

portanto, de defender o direito às tradições imutáveis. Bauman (2003) discute que,

> O que a visão "culturalista" do mundo não menciona é que a desigualdade é sua própria causa mais poderosa, e que apresentar as divisões que ela gera como um aspecto inalienável da liberdade de escolha, e não como um dos maiores obstáculos a essa liberdade de escolha, é um dos principais fatores de sua perpetuação. (BAUMAN, 2003, p. 99).

A este movimento de manutenção das características regionais a todo custo Dembicz chamou de *Revolución Regional*, "nombre com que designa aquí a la tendencia y moda omnipresente de 'regionalizar' y aplicar el 'paradigma regional' a todo, independientemente de las necessidades objetivas" (DEMBICZ, 2000, p. 19). É importante lembrar que essa tendência descrita por este autor encontra solo fértil nas políticas de globalização, uma vez que, como lembra Ianni (1999),

> As ressurgências de localismos, provincianismos, nacionalismos, etnicismos, racismos, fundamentalismos e outras manifestações multiplicam-se no âmbito da globalização em curso no final do século XX. Quando o Estado-Nação se debilita, simultaneamente ao declínio do princípio da soberania e à transformação da sociedade nacional em província da sociedade global, ressurgem uma ou várias daquelas manifestações (IANNI, 1999, p. 38).

Para Magnani (1998) a preocupação dos estudiosos que se ocupam de práticas tradicionais, os chamados "folcloristas", tem sido "descobrir" e "preservar" práticas culturais antigas. Para este pesquisador, nos estudos dos folcloristas toda transformação é vista

como deturpação da forma e pureza original. “Apresentam-se como defensores de uma cultura popular, mas paradoxalmente são os que mais passam atestados de óbito a essa mesma cultura, por recusar-se a assimilar suas transformações” (MAGNANI, 1996, p. 26).

Mais relevante do que constatar as supostas perdas de autenticidade, porém, seria analisar os costumes e valores na forma como se apresentam na atualidade, pois a cultura é mais um processo do que uma condição estática no tempo e no espaço. As transformações sociais são inerentes ao desenvolvimento que, como já vimos, acontece a todo momento.

A participação nos mecanismos de controle social e a organização comunitária para a identificação e defesa daquilo que considera essencial à sua tradição são construções em torno da noção de cidadania, que não é uma noção *tradicional,* mas recente, na história da humanidade. E estas novas noções são necessárias, inclusive, para que os grupos e movimentos possam defender suas características e práticas culturais.

Se a luta por eqüidade ocorre a partir de uma nova concepção do ser humano no mundo, através da noção de *exercício da cidadania,* a própria tradição ganha a possibilidade de permanência a partir da transformação do discurso de seus membros, que passam a defendê-la

como tal. Assim, adoto aqui a proposta de Benjamin (1999) que nos convida a desviar nosso olhar daquilo que é invariável para aquilo que muda, e ainda assim continua a tradição. Assim, não é possível limitar a compreensão do que é "necessário" a uma determinada população a partir de diferenças culturais, apenas. É importante que se pense a partir do que tem valor para aquela população e de quais são os direitos de cada comunidade, ainda que não os conheça.

Caso contrário, o próprio Benjamin (1999) nos alerta para o surgimento de uma nova concepção de multiculturalismo, na qual a cultura tradicional é, para a mídia, um "*adereço exótico*". É o que parece ocorrer, em alguns aspectos, na região estudada. A relação do município de Vitória com a Ilha das Caieiras é de "visita ao patrimônio *exótico*" no conceito original do termo: outro, de fora. Um "diferente" a ser visitado, uma curiosidade a ser conhecida. Como isso pode ser um aspecto positivo e gerador de renda, os moradores têm investido nessa possibilidade, se transformando eles mesmos nesses *outros* diante daqueles *da cidade.*

Um outro aspecto que cabe aqui ressaltar é que, na cidade de Vitória, a Região da Grande São Pedro é vista como *exótica* de uma forma paradoxal, misto de desejo e horror: ora é o lugar da violência e do crime organizado, devido à presença de tráfico na região; ora é o lugar da beleza paisagística e do prazer culinário, graças principalmente

ao bairro Ilha das Caieiras, por sua origem atrelada à pesca artesanal e sua recente oferta de restaurantes *típicos*.

Tanto por um quanto por outro movimento, há nesta região um processo de exclusão social ocorrido nas relações entre o bairro e a cidade. E como pode ser constatada nas memórias dos moradores, esta relação de exclusão se reproduz de diferentes maneiras também nas relações entre os grupos de moradores.

> *Aqui hoje tem muita coisa, está muito melhor. Vem todo tipo de gente. O turista gosta de ver o jeito que a gente vive aqui, porque é diferente da cidade, né? E teve a história do lixão, dos pescadores e tudo mais. Eles acham a gente... Diferente deles, sabe? Tem dia que fica cheio, isso aqui! (Dona Sandra, MSP).*

> *Tem gente que chega aqui e fica com medo de tudo, de todo mundo. Olha pra gente como se fosse gente estranha, não sei. Não entendo, não. Aqui não tem só violência, tem coisa boa também. Mas acho que isso é assim mesmo, né? Porque quando a gente vai num lugar que não conhece... Acho que é assim mesmo, né? Pelos menos é bom que eles entram com receio, então entram respeitando (Dona Inês, NIC).*

Quando as desigualdades e a injustiça deixam de ser percebidas pela própria população, o que ocorre é o que William Burrougs chama de sociedade de controle, na qual "o intolerável guarda uma intensidade que nos escapa ou na maioria das vezes permanece anestesiada sob nossas tolerâncias (...). É necessário um estremecer ótico e sonoro que nos arranque do torpor das situações sensório-motoras suportáveis e

tolerantes e nos faça ver e ouvir diferentemente" (*apud* MACHADO, 2001, p. 71).

As histórias da região parecem, aos poucos, se transformarem em patrimônio cultural, e os saberes tradicionais vão sistematicamente sendo "resgatados" e valorizados também como patrimônio local. Entretanto, se por um lado as memórias aqui contadas e as novas estratégias dos moradores da região para a geração de renda mostram uma forte tendência a dar a seus saberes um *status* de patrimônio histórico-cultural (em resposta a um movimento internacional de valorização de culturas locais), por outro lado a mobilização desses moradores não nos deixa esquecer as reivindicações e as lutas que apóiam, que vão muito além dessa aparência superficialmente bela e bucólica (tipicamente associada a comunidades tradicionais), mostrando demandas e carências reais.

Ainda que haja ali uma proposta de valorização pela diferenciação daquilo que é reconhecidamente *local,* não se trata de um pedido de estagnação que venha a mergulhar a região e sua população em um patrimônio intocável, uma vez que assim como quaisquer outros bairros e moradores do município, estes também anseiam por melhorias sempre. Por um lado, vemos a demanda por igualdade de direitos cidadãos. Por outro, a demanda por direito a ser diferente, e ter sua diferença

respeitada. Este é um quadro que ilustra o dilema entre as noções de Igualdade e de Diversidade.

7.3 DESENVOLVIMENTO PLANEJADO: UMA PROPOSTA TEÓRICA PARA UM SONHO?

A imagem de cidade depende de sua forma de crescimento, "... que pode ser caótico ou ordenado, e isso se reflete também de modo extraordinário no modo de vida das pessoas, que precisam reconhecer-se naquilo que vêem" (FREITAG-ROUANET, 2002, p. 23).

O crescimento das cidades brasileiras aconteceu, nos últimos 50 anos, de forma desordenada e acelerada, em sua maioria. O crescimento das cidades e suas implicações sociológicas têm sido estudados principalmente pela Sociologia do Desenvolvimento que, segundo o Dicionário de Sociologia de Oxford (1994) é:

> É a aplicação da teoria social para analisar sociedades (geralmente no terceiro mundo) que se estão submetendo a uma transição tardia para a industrialização capitalista. Foi particularmente concebido para analisar os efeitos sociais do desenvolvimento em relações da classe e em grupos sociais tais como os pobres urbanos (MARSHALL, 1994, p. 436).

E o que é o desenvolvimento? Na Sociologia, os estudos sobre o desenvolvimento podem ser compreendidos como "estudos comparativos de todos os formulários da expansão econômica, política e cultural, em

suas dimensões e conseqüências sociais" (AKOUN E ANSART, 1992, p. 32) No Dicionário da Língua Portuguesa, Desenvolvimento está assim descrito: "Do latim "volvo" (rodar); em português, "volver" (girar, voltar), "envolver" (ficar girando). Desenvolver é "sair da volta"; progredir; crescer" (FERREIRA, 1988, p. 132).

Partindo desses conceitos, teríamos que uma sociedade na qual nada mude no correr do tempo estaria, portanto, em "envolvimento". Por outro lado, qualquer mudança levaria ao "desenvolvimento".

O processo de globalização vem ocorrendo desde tempos remotos, a partir do reconhecimento entre os dois mundos (o antigo e o novo), ou até mesmo antes disso. Entretanto, atualmente este processo encontra-se em sua fase de maior expansão, de forma que muitas questões relacionadas às políticas públicas — saúde, pobreza, migrações, acesso à água, energia, ambiente — devem ser compreendidas em sua relação mútua, buscando assim respostas coordenadas.

Citando D'Ávila Neto (1997, p. 15) o desenvolvimento deve pretender "... uma sociedade com melhor distribuição de renda, oportunidades de educação e emprego, através do compartilhamento dos poderes econômico, social e político". Ainda segundo D'Ávila Neto (1998),

> A Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente, apelidada de ECO 92, realizada no Rio, vulgarizou alguns conceitos (ou receitas?) preconizados pelo Clube de Roma para os anos 70, e desenvolvidos no relatório Nosso Futuro Comum, na década de 80. Os conceitos de desenvolvimento sustentável, pressupondo critérios globais de desenvolvimento transferem para uma sociedade global (tão idealizada quanto inexistente em seu universalismo cultural) os supostos benefícios e prejuízos do desenvolvimento (D'ÁVILA NETO, 1998, p. 01).

Atualmente o Desenvolvimento Sustentável tornou-se palavra-chave — quando não palavra de ordem — em discursos e políticas globais e locais, ganhando o *status* de temática geral referente a toda noção de desenvolvimento que considere, de alguma forma, a questão ambiental e a questão social, ainda que de diferentes formas e com diferentes intensidades.

> A program for sustainability is a program for political change. For this reason, it would be trivial to state that sustainable development is only one more fashinable term of politica discourse. On the countrary, it reminds us of a profound human to prevail (...) The realization that we live in a world with finite natural resources opens up a new era[29] (ARIZPE E PAZ, 1992, p. 95).

No século passado, diante do aparecimento e da constatação de inúmeros problemas sócio-ambientais surgiram, a partir dos anos 1970, várias propostas alternativas à idéia inicial de Desenvolvimento centrada no desenvolvimento econômico.

---

[29] Um programa para a sustentabilidade é um programa para a mudança política. Por esta razão, seria simplório dizer que o desenvolvimento sustentável é somente mais um termo fascinante do discurso político. Ao contrário, ele nos lembra de um ser humano profundo, que deve prevalecer. (…) A realização de que nós vivemos em um mundo com os recursos naturais finitos abre uma nova era.

A primeira corrente a questionar o desenvolvimento foi o Ecodesenvolvimento, que debate a dinâmica mercado-sociedade e sugere a harmonização do crescimento econômico em relação ao uso racional dos recursos ambientais.

Essa corrente exalta a valorização e o aproveitamento de recursos e tecnologias locais, bem como o potencial transformador dos valores comunitários (SACHS, 1996).

O conceito de Desenvolvimento Sustentável inspirou-se no Ecodesenvolvimento, mantendo seu discurso centrado na questão ecológica. D'Ávila Neto (2005) questiona a forma como esse conceito foi concebido e disseminado:

> Na ótica do desenvolvimento sustentável, preconizada pelos países mais ricos, algumas das importantes reservas dos países mais pobres devem permanecer intocadas como "reservas da humanidade", o que levará, certamente, a aumentar as estatísticas de desigualdades. São os próprios organismos internacionais que constatam uma "globalização fragmentada", que se evidencia hoje, cada vez mais, tanto em regiões menos desenvolvidas como em países mais desenvolvidos (D'ÁVILA NETO, 1998, p. 02).

O Relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente, "O Nosso Futuro Comum", divulgou amplamente o conceito, apontando mudanças nos valores e nas estruturas políticas, porém com poucos questionamentos à dinâmica econômica, muito embora as conseqüências sociais e ambientais sejam parcialmente produtos das relações Norte-

Sul. Além disso, a Saúde, a Qualidade de Vida, o Lazer e a Educação não foram indicados como aspectos prioritários e necessários, apesar de sua evidente relevância nos países em vias de desenvolvimento.

No início da década de 1980 a vertente cultural ganhou importância nos debates sobre Desenvolvimento, sendo então elaborada a noção de Desenvolvimento Endógeno, na qual o Desenvolvimento "deve partir dos contextos reais das sociedades e das necessidades e aspirações das mesmas, bem como considerar os recursos humanos, materiais, naturais e financeiros" (CAO TRI, 1984, p. 14). Assim, o ser humano e sua cultura devem estar na base do processo de desenvolvimento, para que cada país ou região encontre o seu estilo próprio de desenvolvimento (CAO TRÍ, 1984; NHU HÔ, 1988).

Atualmente é discutida a necessidade de uma perspectiva de Desenvolvimento advinda dos países de terceiro mundo. Neste sentido, sobressaem os princípios do Desenvolvimento Endógeno, no qual a cultura local é a base para o desenvolvimento e os contextos reais. A valorização cultural possibilita que recursos e tradições sejam mantidos e aproveitados. O conceito de Desenvolvimento Local retoma a perspectiva cultural, acrescentando a importância da participação da comunidade no planejamento e ações de desenvolvimento.

Maciel (2003) destaca que a concepção de Desenvolvimento Local

tem como uma de suas questões principais a participação da população no processo de desenvolvimento, tanto no nível do planejamento quanto no nível da ação. Com isso, são valorizados os saberes, as memórias e as aspirações dos moradores locais. A cultura e os recursos locais direcionam que caminho deverá seguir o desenvolvimento de cada comunidade.

Contudo, nada do que ocorre ou é decidido na esfera global deve ser ignorado nesse processo. Este movimento intelectual característico das relações entre o global e o local é, para Geertz (1997),

> (...) um bordejar dialético contínuo, entre o menor detalhe nos locais menores e a mais global das estruturas globais, de forma que ambos possam ser observados simultaneamente (...). Saltando continuamente de uma visão da totalidade através das várias partes que a compõem, para uma visão das partes através da totalidade que é a causa de sua existência, e vice-versa, (...) buscamos fazer que uma seja explicação para a outra (GEERTZ, 1997, p. 105).

Desta forma, o Desenvolvimento Local seria o desenvolvimento planejado a partir de demandas e características regionais em constante diálogo com as transformações globais.

A realidade observada no presente estudo acomoda os conceitos tanto do global quanto do local, às vezes de forma contraditória e, freqüentemente, de forma complementar, o que leva à percepção maior

de um ou de outro, variando de forma circunstancial e ajudando a compreender ambos.

Assim, torna-se cada vez mais clara a necessidade de se discutir amplamente os globalismos e regionalismos existentes, e as relações das comunidades locais com estas questões.

Ao contrário do que possa parecer à primeira vista, como anunciado na declaração de Sherbrooke (1998, *apud* HOUÉE, 2001), o Desenvolvimento Local constitui uma nova referência para abordar a globalização. Houée define Desenvolvimento Local como sendo:

> (...) une démarche globale de mise en mouvement et synergie des acteurs locaux pour la mise en valeur des ressources humaines et matérielles d'un territorie donné, en relation négociée avec les centres de décision des ensembles économiques, sociaux, culturels et politiques dans lesquels ils s'inscrivent[30] (HOUÉE, 2001, p. 108).

É nesta perspectiva que abordo a noção de Desenvolvimento Local que, ao acrescentar às concepções sobre Desenvolvimento a perspectiva cultural, dá um salto qualitativo, investindo em uma produção teórica e prática que respalde a valorização da comunidade nas ações de desenvolvimento.

---

[30] *(...)* um investimento global no movimento e na sinergia dos atores locais para a valorização de recursos humanos e materiais de um dado território, na relação negociada com os centros de tomada de decisão dos jogos econômicos, sociais, culturais e políticos nos quais se inscrevem (Tradução Livre da Autora).

Por isso mesmo o Desenvolvimento Local encontra na Pesquisa Social um instrumento adequado aos seus fundamentos, uma vez que esta opera no sentido de viabilizar o fortalecimento dos laços sociais de forma a utilizar as crenças, os valores e a cultura local, subsidiando a comunidade em seu próprio desenvolvimento (BECKER, 1999).

Entretanto, a perspectiva do Desenvolvimento Local enquanto Desenvolvimento pensado, planejado, proposto com e pela comunidade que o deseja, e da forma como o deseja, não é a realidade vivida até o momento, na Ilha das Caieiras e entorno. O que se tem vivido naquela região é uma relação de transformações indesejadas *versus* transformações desejadas, onde a maior parte das conquistas consideradas como positivas pela população são resultado de um enfrentamento com relação às mudanças impostas, ora pelo poder público ora pelo mercado globalizado, que levam a mudanças nem sempre desejadas, nem sempre indesejadas.

Eis que se constitui, assim, a memória das transformações do bairro: as lutas, as conquistas, as perdas e ganhos vividos pelos moradores, seja como grupos diferentes, seja como grupo unificado em torno de um mesmo desejo: o desenvolvimento da região, conforme desejado.

7.4 UMA FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Mediante a escolha dos narradores das memórias dos bairros estudados de assumir uma postura pedagógica diante de seus ouvintes, foi possível identificar o eixo central das preocupações daquele grupo: a preocupação com o futuro implicava, necessária e reiteradamente, a preocupação com as relações sociais e as condições ambientais da região. Essa preocupação ganhou espaço substancial nas narrativas, reportando-nos ao cenário em que se desenrolam suas memórias e suas projeções de futuro: uma área de manguezal cuja população vive os conflitos sócio-ambientais inerentes à ocupação de áreas protegidas legalmente.

Desta forma, trazer à reflexão esses conflitos nessa região implica discutir desenvolvimento local e sustentável, e discuti-los em diálogo com os referenciais que apontem para políticas participativas. Respeitando as tendências dos narradores em pensar a Educação como ferramenta para planejar coletivamente o futuro do bairro, entendo que a Educação Ambiental seja um desses referenciais possíveis e, aqui, aquele que mais se aproxima das reflexões até então conduzidas, dentro da ótica da ecologia social e do estudo de comunidades.

Dentre as preocupações de uma ecologia social que se pretenda

inteira, integrando o ser humano e o meio ambiente, é preciso investir em uma educação igualmente por inteiro, respeitando os processos de desenvolvimento endógeno e a cultura local. Esses aspectos devem ser percebidos como processos continuamente em mudança, característica da própria dinâmica cultural (MACIEL, 1998b).

Mas, assim como a ecologia social, também a educação, frente ao quadro político que vivemos hoje, precisa ser adjetivada. Daí o surgimento da Educação Ambiental que, segundo Layrargues (2004, p. 07), corresponde à "reação do sistema educativo frente à crise ambiental, contra um sistema educativo convencional, que não coaduna com o aspecto ambiental".

7.4.1 Educação ambiental: uma opção política

O termo Educação Ambiental vem sendo utilizado por várias categorias profissionais, ainda que com conceitos diversos do que ela seja e implique, e a preocupação com suas formas de aplicação vem se apresentando de forma crescente (para uma breve historiografia da *educação ambiental*, ver APÊNDICE II). Os problemas sócio-ambientais como ameaça à vida são um fenômeno relativamente novo para a humanidade. A Educação Ambiental surgiu como uma nova forma de encarar o papel do ser humano no mundo, propondo "novos modelos de relacionamentos mais harmônicos com a natureza, novos paradigmas e

novos valores éticos" (SP/ SeMA, 1997, p.8).

Em 1991 a comissão responsável pela organização da Rio92 — Comissão Interministerial para a preparação da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente — compôs um documento segundo o qual a Educação Ambiental se caracteriza:

> ... por incorporar as dimensões sócio-econômica, política, cultural e histórica, não podendo basear-se em pautas rígidas e de aplicação universal, devendo considerar as condições e estágio de cada país, região e comunidade sob uma perspectiva histórica. Assim sendo, a Educação Ambiental deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente, com vistas a utilizar racionalmente os recursos do meio na satisfação material e espiritual da sociedade no presente e no futuro. Para fazê-lo, a educação ambiental deve capacitar ao pleno exercício da cidadania, através da formação de uma base conceitual abrangente, técnica e culturalmente capaz de permitir a superação dos obstáculos à utilização sustentada do meio. O direito à informação e o acesso às tecnologias capazes de viabilizar o desenvolvimento sustentável constituem, assim, um dos pilares do processo de formação de uma nova consciência em nível planetário, sem perder a ótica local, regional e nacional. O desafio da educação, neste particular, é o de criar as bases para a compreensão holística da realidade" (versão julho/1991. In DIAS, 1994, p.27).

Proponho adotá-lo como ponto de partida para uma visão crítica. Minha proposta conceitual é encaminhá-lo em direção a um outro ponto de vista, que considero mais abrangente e segundo o qual pretendo direcionar este trabalho: a lógica da Participação Social e do Desenvolvimento Local e Sustentável.

Nesta perspectiva, "as bases para a compreensão holística da

realidade" devem ir além da capacitação ao exercício da cidadania, buscando uma visão integradora na qual a própria população participa ativamente da construção do que vem a ser cidadania e, portanto, como pensa o seu exercício. Além disso, a "informação e o acesso às tecnologias" é, sim, um direito básico que deve ser garantido às comunidades, mas também é preciso discutir o direito à valorização de seus próprios saberes, informações e tecnologias.

Assim sendo, esta "compreensão da natureza complexa do meio ambiente" que o documento sugere, compreendo que seja a natureza sócio-ambiental, apresentada mais adiante, e defendida por Loureiro (2004).

Também com relação à afirmação da necessidade de identificar formas de "superação dos obstáculos à utilização sustentada do meio" é preciso refletir. À época do documento, significava a utilização comedida dos recursos naturais, consciente de sua finitude. Entretanto, pensar em finitude dos recursos naturais não significa, necessariamente, que o problema se resolve com a simples criação de políticas de proteção ambiental, como muitas vezes vemos acontecer.

A proposta de proteção integral desses recursos respalda a noção da chamada Educação Ambiental Ecológica, voltada para uma educação em função da proteção ambiental e que, portanto, por definição, não se

pode chamar de sustentável. É caracterizada por Loureiro (2004) como um ambientalismo que compatibiliza com o capitalismo verde, pregando mudanças superficiais e não de lógica societária. Esse posicionamento, ao se pretender apolítico em nome de uma *verdade científica* e de um *ambiente reificado*, assume aí um posicionamento político de manter o aspecto social à margem das questões ambientais.

Fazendo frente a essa noção de ambiente isolado e reificado, Maciel (1998) sugere uma outra, na qual a esfera ambiental se configura no cotidiano social, indo além de questões referentes a recursos naturais isolados e se constituindo em um direito e um dever de cada população. Ambiente aqui é o lugar onde vivemos com suas características sócio-econômicas e suas inserções em conjunturas macro e micropolíticas.

Segundo Loureiro (2004), esta é a chamada Educação Ambiental sócio-ambiental. A partir desse conceito de Educação Ambiental, apenas a criação de políticas de proteção ambiental não dá conta das demandas sociais e, portanto, não pode ser considerada sustentável. Daí a necessidade de pensarmos em políticas de proteção e promoção sócio-ambiental.

Nesta pesquisa adoto esta segunda visão da Educação Ambiental, pois acredito que esta seja realmente uma proposta de formação para o Desenvolvimento Sustentável.

Assim, é através da leitura crítica do mundo e da compreensão dialógica de ambientes sociais e naturais que os moradores das regiões periféricas poderão tomar consciência de seu papel, transformando-se em verdadeiros atores sociais do desenvolvimento local e sustentável, voltado para suas demandas locais e compreendendo as conjunturas globais (MACIEL, 1998; LOUREIRO, 2004).

É preciso destacar aqui que, embora no Brasil o movimento para a sustentabilidade tenha se caracterizado quase que necessariamente por ações que centralizam o ambiente natural, no âmbito internacional a esfera social aparece com mais intensidade. Em acordo com o conceito de sustentabilidade aqui assumido, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, diz textualmente:

> A Educação Ambiental para uma sustentabilidade eqüitativa é um processo de aprendizado permanente (...). Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas (Fórum Internacional das ONGs e Movimentos Sociais/Fórum Nacional de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento/ Rio92, 1992. *Apud* LOUREIRO, 2004, p. 30-31).

Por este motivo, em muitos lugares do Brasil podemos encontrar material de divulgação de informações que, embora sejam cunhados de *material de educação ambiental,* são recursos e práticas que tanto podem ser educativos como podem também não ser. O que caracteriza a ação

educativa é sua vinculação a um planejamento pedagógico, que tem como meta a sensibilização para o aprendizado.

Entendo que a melhor forma de se pensar em proteção ambiental enquanto ganho social seja a partir de uma Educação Ambiental pensada aos moldes freireanos, compreendendo a função da educação e discutindo a tão falada — infelizmente já banalizada e, portanto, muitas vezes esvaziada de seu sentido primeiro — Conscientização, ou como preferia Freire (1979) em seus primeiros escritos, Conscienciação. Partindo deste princípio, torna-se limitada a idéia de que um órgão gestor ou uma instituição sem representação popular possa definir que saberes devem prevalecer na relação do catador com o caranguejo e com o manguezal.

A construção de uma proposta de Educação Ambiental que não se limite à reprodução do modelo vigente de economia e desenvolvimento, implica a necessidade de se compreender a insustentabilidade do modelo que temos, e partir em busca de uma educação que signifique, necessariamente, politização e valorização de saberes populares. Paulo Freire (1979) considerava impossível superar as contradições nas relações sociais vigentes por meio da educação reprodutora da sociedade capitalista, que chamava de “educação bancária”. A este respeito, Loureiro (2004) comenta que, mesmo sendo Paulo Freire uma referência extremamente utilizada em Educação Ambiental,

> (...) paradoxalmente, ainda é comum se observarem em programas de Educação Ambiental objetivos como: "tornar consciente", "levar conhecimento a" e "ensinar a cuidar do ambiente" os grupos sociais que não se adequam aos padrões "ecologicamente corretos" idealizados pelas classes dominantes, num uso da educação como meio de universalização de tais visões sociais que reforçam a exclusão e a desigualdade no acesso aos bens naturais LOUREIRO, 2004, p. 34).

Para superarmos este modelo, seria bastante interessante que pesquisadores e militantes da resistência de ambos os campos — social e ambiental — pudessem unir forças em torno de um discurso e de uma prática que lhes é comum: o de promoção social e eqüidade.

Na esfera pública brasileira isso representaria uma parceria entre Ministério de Meio Ambiente e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Porém, neste momento, no Brasil, o MMA não se associa a este, mas ao MEC, criando Programas de Educação Ambiental que fazem não raras vezes propostas pontuais e ingênuas, pautadas em uma releitura completamente questionável da pedagogia freiriana — marco teórico representante da educação dialética crítica — a partir da noção de empoderamento — marco teórico representante da lógica neoliberal de responsabilidade social (SOARES, 2005). Esta utilização incoerente de duas teorias incompatíveis em seus fundamentos sugere uma noção superficial e, portanto, perigosa das diferenças entre a lógica de responsabilização social neoliberal e a de conscientização política popular, da pedagogia libertária.

Esta aproximação errônea ocorre por um motivo simples: o projeto neoliberal não se limita a criar proposições, mas se expande principalmente a partir da cooptação de movimentos alheios. Assim, ao encontrar terreno fértil em propostas já bastante discutidas e bem aceitas, a política neoliberal investe não necessariamente no desmonte, mas em releituras destas propostas, refazendo o discurso e adequando-o àquela que é a sua base: a mercantilização. No Brasil constata-se este investimento principalmente na chamada área social, revertendo a lógica das políticas de proteção trabalhista — como já apresentado, desviando as políticas de saúde — amplamente discutidas entre as décadas de 1970 e 1980 e garantidas nos fundamentos do SUS, na Constituição Federal, e desqualificando os avanços no processo de politização da educação — criando espaços de aproximação entre teorias divergentes, como a teoria do Empoderamento e a teoria da Pedagogia Libertária.

A este respeito, cabe aqui um breve comentário. Paulo Freire (1979), em seus escritos e em sua prática pedagógica, falava de um movimento de valorização de saberes e culturas locais enquanto ferramenta para a compreensão de um Brasil que se constituía em muitas realidades diferentes. Compreendia também que a educação era um recurso de politização necessário a uma população que deveria ter visão crítica de sua realidade e condições informativas e comunicacionais de se manifestar frente ao poder público e privado. É precisamente neste

sentido que as primeiras experiências de educação ambiental no Brasil propõem a idéia de “Desenvolvimento Local”.

Num processo de ressignificação, a noção de Empoderamento, trazida pela lógica neoliberal, sugere também um “desenvolvimento local”, uma valorização de saberes e a garantia de condições informativas. Entretanto, sua prática em muito se diferencia daquela proposta por Freire (1979), uma vez que o que propõe é pautado na política americana do *“Small is Beautifull”,* na qual a valorização de saberes e o desenvolvimento local são ferramentas para se promover um distanciamento das populações com relação ao Governo, através de uma “independência” regional. Nesta ótica, a garantia de condições informativas refere-se à passagem de informações básicas sobre a lógica dominante — a ser adotada de forma homogênea — e não ao direito de conhecimento de direitos, como propunha Freire (1979). Além disso, a noção de empoderamento também sugere uma cobertura, pela comunidade, das lacunas deixadas pelo Estado.

É preciso explicitar que assim como as produções neoliberais se apropriam de movimentos e saberes que lhe oferecem oposição, também estes outros saberes e os próprios movimentos de resistência ao neoliberalismo, em muitos momentos, se apropriam e ressignificam os espaços propostos pelo neoliberalismo, numa dinâmica dialética de produzir e ser produzido, de forma consciente, pelo mundo que nos

cerca. Assim, é possível pensar em uma individualidade que não seja "individuocêntrica", ou de uma consciência coletiva que não seja homogeneizante.

7.4.2 Formação para o Desenvolvimento Sustentável

A Educação Ambiental apresenta-se como um ato político, baseado em valores para a transformação social. Essa transformação social é principalmente caracterizada por um repensar do desenvolvimento, localmente abordado, globalmente refletido, e vice-versa. Assim, é, em sua base, uma proposta de formação para o pleno exercício da cidadania. Esse exercício se constitui em sua prática reflexiva, e tem valor concreto na medida em que possui significado no cotidiano daquele que o reivindica. Assim, não penso que falar de cidadania implique necessariamente em iniciar a conversa pelos direitos e deveres do cidadão, mas pela significação do termo para a população.

Neste sentido, o cidadão é aquele que se pensa, pensa seu mundo e sua práxis no mundo, buscando as transformações coletivamente identificadas e propondo caminhos coletivamente construídos, pelos quais se responsabiliza. Neste estudo, tomo como agente disparador destes processos de responsabilização noção de "conhecer para cuidar", proposta pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA, elaborada sobre a lógica do cuidado. A Educação Ambiental pode assumir esse lugar,

favorecendo situações de reflexão comunitária e de conhecimento, reconhecimento e significação das próprias histórias, investindo na participação social e proposições coletivas para o cuidado.

Por este motivo, ganha especial importância o trabalho com memória, uma vez que coloca as histórias locais em um espaço central das reflexões. Conhecer os espaços (não somente físicos) e suas histórias é um primeiro e importante passo para despertar o desejo e/ou mobilizar os grupos em torno do cuidado com esse lugar.

CAPÍTULO 8. RELAÇÕES DA COMUNIDADE ESTUDADA COM A PESQUISA.

As comunidades da Ilha das Caieiras e São Pedro vêm já há muito tempo sendo objeto de estudo de várias pesquisas acadêmicas, desde visitas e estágios de alunos de graduação à Unidade Básica de Saúde (como as que eram feitas em minha disciplina de saúde coletiva), até coleta de *espécimes* da flora e da fauna do ecossistema manguezal, devido à proximidade do bairro com a FAESA, citada por alguns entrevistados.

Porém, com a grande visibilidade que as denúncias sobre a miséria da região atraíram para aquele local, também há muito tempo, a presença de outras Instituições de Ensino Superior, com diferentes propósitos. Tornou-se objeto de estudo ou mesmo um *grande laboratório* acadêmico para os cursos da Saúde, da Educação, de Serviço Social e de Ciências Naturais.

Essa relação prévia do bairro com as Instituições de Ensino Superior gerou uma concepção do que significa "ser colaborador" ou "participar" de uma pesquisa. Como diz Graça Andreatta, moradora da invasão, em seu livro "da Lama prometida à Redenção" (ANDREATTA, 1987), ali todo mundo era *craque* em dar entrevista. Isso, à primeira vista, pode parecer que contribui com a abertura da comunidade à

participação em novas pesquisas. Entretanto, essa *invasão sistemática e auto-autorizada* da região por grupos de pesquisadores levou à tomada de posturas também *sistemáticas e auto-autorizadas* por parte dos moradores.

Sendo assim, durante os quatro anos em que visitei o bairro com meus alunos, pude observar essas posturas e, na medida do possível propor uma desconstrução e co-construção de novas propostas. As atitudes iniciais dos moradores – que duraram muito tempo, cerca de 2 anos – eram de ceticismo e resistência. Afirmavam que de nada adiantava a presença de uma faculdade nas proximidades do bairro se, quando precisavam, os alunos iam o bairro "colher" informações, mas não ofereciam nenhum retorno dos levantamentos que faziam.

Além disso, a faculdade não absorvia as demandas em saúde dos moradores da região. Em alguns casos, essa realidade pôde aos poucos ser modificada, em outros não. Mas meu propósito de aproximação com a comunidade era mais de compreender sua dinâmica, podendo participar de seus movimentos e solidarizar com suas queixas, do que promover ações assistencialistas de marcação de consulta, embora tenha muitas vezes concordado em mediar as conversações entre comunidade e faculdade.

Os moradores, inicialmente mais afastados e arredios à presença dos alunos universitários, cobravam em dinheiro pelas entrevistas e faziam perguntas do tipo: “por que vocês se fantasiam de pobre para vir ao nosso bairro?”, fazendo explícita referência aos alunos que, costumeiramente, se vestiam de uma forma para ir à faculdade e de outra para ir às *visitas de campo*.

Com o tempo, alguns grupos passaram a investir em se aproximar de mim. Foi assim que, depois de dois anos de convivência, identifiquei uma demanda das Agentes Comunitárias de Saúde: pediram-me que, como terapeuta ocupacional, desenvolvesse com elas um trabalho de cuidados com o corpo. Passei a desenvolver oficinas semanais de consciência corporal, que duraram um ano e meio.

A partir deste trabalho, outras oportunidades começaram a se abrir no bairro, para mim: em uma conversa informal a pedagoga da escola se interessou pela possibilidade de usar a consciência corporal como facilitador na educação ambiental (como descrevo em minha dissertação); fui convidada a participar de uma reunião de entidades da Região da Grande São Pedro chamada “Ações Integradas São Pedro”, onde conheci representantes do movimento comunitário que também se interessaram pelo trabalho com as crianças e professores; conheci o Centro Cultural da Ilha das Caieiras, ONG responsável por atividades

artístico-culturais aos sábados na escola do bairro, que se interessou pela possibilidade de criar um Centro de Memórias da região.

Atualmente todos esses projetos estão em andamento, e as crianças da escola que participaram da pesquisa de Iniciação Científica já escreveram e lançaram um livrinho documentário infantil, intitulado *Ilha das Caieiras e São Pedro, Lugar de Toda Magia*, como já oportunamente comentado.

Além da publicação desse livro, outros movimentos ocorridos nesses bairros foram disparados, mas não capitaneados, pelas pesquisas que coordenei. O Movimento Comunitário da Ilha das Caieiras, em parceria com o Centro Cultural da Ilha das Caieiras, está organizando com as crianças uma proposta de "Movimento Comunitário Mirim" e conta como agentes aglutinadores os moradores antigos da região e seus relatos de memória do bairro. Além disso, a escola inseriu em seu planejamento a possibilidade de convidar esses moradores a contarem partes da história do bairro em sala de aula, como contribuição ao conteúdo trabalhado.

Estes resultados posteriores à pesquisa alcançam um espaço e uma forma próprios, já não fazendo parte mais do espectro do estudo, remetendo-nos à hipótese de que trabalhar com a construção coletiva de memórias de bairro a partir da aproximação entre gerações de idosos e

crianças e adolescentes poderia favorecer a valorização dos saberes da pessoa idosa e a constituição de um *lugar* da infância e da adolescência nos discursos e práticas comunitárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> "De todas as necessidades da alma humana não há outra mais vital que o passado".
>
> Simone Weil, 1943.

Neste estudo propus identificar e caracterizar como os moradores mais antigos dos bairros Ilha das Caieiras, São Pedro I e São Pedro II (na periferia de Vitória, Espírito Santo) vivenciam, constroem e narram suas memórias sobre as transformações ocorridas na região nas últimas décadas. Ao descrever tais construções, busquei identificar de que forma estas memórias contribuem para as configurações relacionais entre os moradores da região, caracterizado também como se reconstroem, no diálogo entre essa geração de narradores e as crianças de sua convivência, as memórias do bairro.

As análises apontam para a caracterização das formas como se constroem as relações entre esses moradores e seus grupos, bem como entre um grupo e outro, caracterizando assim as *redes sociais locais*. As demandas dos moradores da região apareceram tanto na fala dos entrevistados quanto na das crianças, e em torno dessas falas surgiam, algumas vezes, esboços de um planejamento para o futuro.

As perguntas das crianças foram agrupadas nas categorias: comparações entre o passado e o presente; marcos históricos e pontos de tensão; o *lugar* da infância, no passado; hábitos e modos de vida; a visão do narrador; violência.

Ao ouvirem os relatos dos idosos, as crianças que participaram desta pesquisa apresentaram expressões que flutuavam, ora com espanto e interesse, ora com ar de enfado, ora com intervenções que colocavam em questão os depoimentos dos narradores. Quanto mais antigas eram as etapas da memória que estavam em cena, mais distantes as crianças se apresentavam.

Muitas vezes os narradores ilustravam suas memórias remotas com exemplos contemporâneos. Outras vezes, faziam pontes longínquas entre o momento narrado e pessoas ou situações do cotidiano vivido pelas crianças. Em vários outros momentos eram as crianças que utilizavam deste mesmo mecanismo, perguntando sobre pessoas, lugares e fatos que conhecem, buscando referências entre suas próprias memórias e as memórias dos idosos. Este uso da referência próxima para legitimar fatos distantes é uma ferramenta identificada por Guedes (1998), que comenta que, ao contar um caso, este ganha maior idoneidade quanto mais consiga reunir a distância temporal (fatos antigos) à condição de proximidade relacional.

Além destas, outras aproximações intergeracionais ocorreram durante as narrativas, como quando as falas dos moradores entrevistados eram identificadas com temas globais da atualidade pelas crianças, criando um exercício de significação local de um saber generalizado. Assim, questões como o desmatamento, a extinção de espécies animais, o trabalho infantil e a saúde coletiva, entre outros, ganharam novo significado na vida das crianças na medida em que se localizam em seu universo mais próximo, se identificando com situações familiares ao cotidiano da comunidade.

Um nódulo de tensão no diálogo entre as gerações refere-se à percepção do bairro na atualidade. Embora muitos narradores tenham afirmado que atualmente os bairros estão melhores para se viver, o fato dessas crianças não terem vivido situações *piores* no bairro contribui para que não elaborem com facilidade a noção de que, *hoje, o bairro está bom,* como sustentam os mais velhos. Por este motivo, a reivindicação de um presente melhor e as queixas com relação aos problemas da comunidade estiveram presentes, às vezes de forma explícita, às vezes de forma implícita, nas questões apresentadas pelas crianças. Entretanto, as crianças de uma forma geral apresentaram falas convergentes com as dos narradores quando, durante a discussão do tema "*lugar* da infância no passado", estes comentaram que atualmente as crianças "são mais felizes". Todas elas manifestaram solidariedade com

aquela que consideraram ter sido uma “triste infância” das crianças que viveram sobre as palafitas e entre as pinguelas.

Através das narrativas dos moradores também foram identificadas percepções e construções coletivas da memória do bairro, bem como foi possível identificar as relações de diferenciação entre grupos dentro da mesma comunidade. Em princípio a relação entre diferentes grupos de moradores em uma mesma localidade não se constituiu em objetivo da presente pesquisa, mas surgiu desde a coleta de dados preliminares de campo, mostrando-se relevante o suficiente para ser discutida em particular, neste estudo. Os grupos identificados foram os moradores da Ilha das Caieiras e os moradores de São Pedro I e II.

Na década de 1970, o grupo de “famílias antigas” da Ilha das Caieiras tinha um passado comum; os então “recém-chegados”, não. Essa era uma diferença de grande peso, tanto para a constituição interna de cada grupo quanto para a relação entre eles. Com o passar do tempo, uma outra história, um outro passado comum foi se constituindo, o que não desfez aquela memória que pertencia apenas a um dos grupos: os *moradores* da Ilha das Caieiras.

As Memórias dos moradores da Ilha das Caieiras, hoje, ao se voltarem para uma análise das transformações ocorridas nas relações e no espaço físico do bairro, apresentam certo tom saudoso e ao mesmo

tempo insatisfeito com o excesso de mudanças ocorridas, principalmente no que diz respeito às transformações no manguezal. O primeiro grupo traz um saudosismo nostálgico de uma comunidade outrora existente e atualmente quase perdida devido à proximidade com a cidade e às mazelas advindas desta proximidade, enquanto que os moradores de São Pedro tendem a considerar positiva a maior parte das transformações ocorridas, falando de *saudade* no que se refere mais às relações de grupo do que às condições do espaço do bairro.

A partir da análise das narrativas dos moradores sobre o bairro foram identificadas algumas categorias para análise, agrupadas em "relações de grupo" e "transformações do espaço".

O grupo de *moradores de São Pedro,* quando veio morar na região, apresentava uma organização de grupo envolvida com as reivindicações do bairro, realizando negociações com a administração municipal, conquistando serviços e expondo demandas.

Já as organizações em grupo dos *moradores da Ilha das Caieiras* eram voltadas "para dentro de casa", intra-muros. Organizavam-se em família, conseguiam emprego uns para os outros, gerenciavam casamentos e funerais, apoiavam-se mutuamente nos momentos difíceis. Essa postura mostra como, no decorrer dos tempos, esse grupo manteve as relações de parentesco e apadrinhamento como uma tradição que

garantia a coesão e favorecia a sobrevivência do próprio grupo. Essa era uma prática que tinham aprendido com seus pais e avós, e continuam reproduzindo, já que se mostra eficiente.

Apesar das diferenças na forma como os grupos percebem e elaboram suas noções de organização social, com o tempo os moradores da Ilha das Caieiras passaram a apoiar os movimentos propostos pelos moradores de São Pedro, pois, aos poucos, aprendiam sobre seus direitos e começavam a participar de reivindicações coletivas para além de seus laços familiares mais próximos. Ao mesmo tempo, a permanente chegada de novos moradores passou a incomodar também os moradores de São Pedro, que se uniu ao discurso dos moradores d Ilha das Caieiras em torno da idéia de "proteção" do bairro da chegada desses novos moradores que, na fala dos dois grupos, "são diferentes" e "trazem a violência" para a região.

Uma outra diferença marcada nas narrativas dos moradores é com relação à moradia. Os *moradores da Ilha das Caieiras,* mesmo antes das construções de alvenaria, tinham suas casas construídas em terra firme, na Ilha, e "caiadas" (banhadas com cal), devido à presença da antiga fábrica de cal, enquanto que os *moradores de São Pedro* inicialmente moraram em casas de palafitas sobre o manguezal. Esse elemento parece surgir como forte fator de diferenciação, colocando este segundo grupo em desvantagem em relação ao primeiro, na fala dos *moradores da Ilha*

das Caieiras. Entretanto, embora os *moradores da Ilha das Caieiras* apresentem a moradia em palafitas como algo indesejado e que, portanto, desqualifica socialmente seus moradores, os *moradores de São Pedro* não percebem da mesma forma. Lembram da confecção dos barracos em palafitas com certo *saudosismo*, falando com nostalgia da solidariedade e da união que havia durante os mutirões para a construção de novos barracos. Assim, os *moradores de São Pedro* não reconhecem e não legitimam o lugar que os *moradores da Ilha das Caieiras* lhes reservam, em suas memórias.

A transformação paisagística dos bairros, porém, transferiu essas diferenças de moradia para um aspecto do passado, uma vez que atualmente a grande maioria das casas é construída em alvenaria, pintada com diferentes cores e decorada de forma semelhante, oferecendo aos bairros um aspecto de uniformidade que não permite ao visitante sequer identificar a divisão entre eles.

Além destas, outras diferenças marcaram as fronteiras entre as memórias dos dois grupos, como as noções de ascendência, família e parentesco; trabalho, emprego e renda; solidariedade; paisagem urbana e não-urbana. Em todas as categorias identificadas, as diferenças entre *moradores da Ilha das Caieiras* e *moradores de São Pedro* estiveram presentes. Paradoxalmente, é na relação de vizinhança entre esses dois grupos, oficialmente três bairros, que a *região* assume a condição de

bairro e parece passar a existir de forma organizada, inclusive nas relações com o poder público. O relevante da constatação de relações complexas como esta está no fato de se considerar que talvez expliquem os argumentos ligados às convergências sobre vários pontos da vida do bairro.

A conjunção dos dois grupos confere forças e identidades locais que englobam estes e outros grupos da região. As relações entre eles são mais uma espécie de *rede*, que entrelaça dois ou mais grupos de uma comunidade, do que um aspecto de uniformização. É aí, nessas convergências, quando os grupos tecem redes entre as redes já formadas, que o bairro, embora não perca a característica da cisão, ganha um aspecto *cerzido*. O que acaba por ocorrer é a construção de um discurso que ao fim se mostra, não unívoco, mas convergente, constituído por diferentes falas e trajetórias.

Nas categorias descritas acima se destacam nódulos de tensões e pontos de convergência. Estas podem ser consideradas características particulares daquela comunidade, que informam sobre as relações, as atividades e as percepções de seus membros a respeito do próprio grupo. Entretanto, os grupos apresentaram também preocupações com o futuro, com o desenvolvimento planejado e com a complexa relação entre direito à diversidade e, ao mesmo tempo, à igualdade. Essas configurações sociais também que se encontram em outros grupos,

tempos e lugares, de forma que algumas das discussões traçadas neste estudo apresentam o que Becker (1999) descreveu como “declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e estrutura sociais” (BECKER, q999, p. 118).

Para essa análise mais geral das características desta comunidade, é preciso lembrar que, embora as narrativas em vários momentos apresentem certo saudosismo nostálgico, a história dessa comunidade não passou por um isolamento inicial, como ocorre em muitas comunidades tradicionais. Ao contrário, a comunidade de pescadores da Ilha das Caieiras pode ser considerada uma Comunidade Tradicional Urbana, uma vez que se estabeleceu ali exatamente devido à proximidade com a cidade. Sendo assim, o saudosismo aí se constitui não como “um desejo de manutenção da condição intocada” observado em algumas comunidades tradicionais não-urbanas (GEERTZ, 1997; SAHLINS, 1990), mas como um olhar dourado para aquilo que já passou.

Halbwachs (2006) sugere que, quando em um determinado tempo-espaço ocorrem momentos que deixam boas lembranças, a tendência dos grupos envolvidos é de manter um vínculo saudosista com estas lembranças.

Esse vínculo saudosista com o passado favorece a construção de

uma lembrança modificada pelo desejo de que a situação, que foi uma experiência boa, seja perfeita. Na medida em que novos acontecimentos ocorrem e as situações se alteram, surge nesses grupos uma "saudade" daquele passado que atua como fator de resistência ao novo, ao contemporâneo. O desenvolvimento da cidade e o papel outorgado às suas periferias não correspondem às expectativas daqueles primeiros moradores da região, por haver nesta expectativa uma visão romântica de um crescimento que não alterasse as relações do grupo com o espaço.

Já o grupo de moradores que chegou a partir da invasão e passou a viver sobre e entorno do lixo parece ter uma leitura diferente dos acontecimentos. Muitos desses moradores ao se deslocarem para a região, já identificavam o local como periférico geográfica e politicamente, sendo, portanto, um espaço de luta. Foi esse segundo grupo que identificou as carências da região como um conjunto de necessidades, e percebeu como *direito de cidadania* seu suprimento. Assim, foi também este grupo que passou a se organizar e solicitar à administração municipal a urbanização, uma escola, linhas de transporte coletivo e outros serviços.

Nesse contexto, a presença local de aparelhos *supralocais* (conceito proposto por LEEDS & LEEDS, 1978) dá ao bairro sua característica urbana, promovendo um diálogo permanente entre o *essencialmente* local e o *circunstancialmente* local. São postos policiais,

escolas municipais e estaduais, unidades de saúde, prefeitura local, bancos, correios, casas comerciais de grandes redes e igrejas, ao lado de pequenos pontos comerciais locais, associação de pescadores, movimento comunitário, cooperativa das desfiadeiras de siri, grupos de oração, praças e *píer*. Além desses, há ainda as associações que ligam o grupo a outros grupos semelhantes, como a associação de catadores de caranguejo de Vitória.

O entrelaçamento daquilo que é local com o *supralocal* oferece a estes serviços uma plasticidade com relação a seus órgãos oficiais de origem. Assumem características peculiares, construídas a partir da fusão que promovem entre o protocolo que devem seguir de forma rígida, independente do bairro em que estejam, e as características locais, assimiladas em função da presença de funcionários e clientela da região.

Essa condição de Comunidade Urbana dá ao bairro uma característica de mescla entre o *tradicional* que, para sobreviver, anseia por algum isolamento, alguma proteção, e o *novo*, que não apenas traz as transformações, mas evidencia as necessidades e carências de sua população. Os moradores também transitam por essa mescla, ora diferindo-se entre si como grupos *tradicionais* (ou antigos) e grupos *novos* (ou invasores), ora mudando de discurso e de prática (*tradicional* ou *nova)* em função da situação, dentro de um mesmo grupo.

Essa mescla se apresenta às vezes mais como um nódulo de tensão, outras vezes mais como um somatório pacífico de concepções diferentes.

Ao longo dos anos, os novos acontecimentos se transformam em antigos, também. E, em comparação com os novos, os antigos acontecimentos podem ganhar um aspecto *dourado, nostálgico,* principalmente porque os acontecimentos contemporâneos explicitam cada vez mais a distância que há entre o presente e o passado, trazendo novos valores e modificando perspectivas tidas até então como certas.

Foi nesse movimento que a comunidade da Ilha das Caieiras pesquisada acabou se fechando para os novos moradores. Nessa comunidade, as resistências criadas falavam mais ao grupo que resistia do que ao grupo para o qual oferecia resistência. Era uma forma de criar coesão entre esses moradores, tendo como fator que os unia o tempo que residiam naquele mesmo espaço.

Com o passar do tempo, os novos moradores, ou *moradores de São Pedro I e II,* deixaram de ser novos. O bairro continuou crescendo, e certos aspectos desse crescimento (como algumas conquistas sociais) agradaram a muitos. Há, entretanto, fatores do crescimento que incomodaram à maioria, como o tráfico, a prostituição infantil e a violência. A partir de certo momento, o grupo de *novos moradores* — de

São Pedro I e II — passou a se unir aos *moradores antigos* — da Ilha das Caieiras — em seu discurso contra esse "novo" que chegava e incomodava.

As relações entre tempo, espaço e poder permanecem, mas mudam as pessoas, mudam os grupos. Esse é um pressuposto do tempo: o que foi novo um dia, um dia será velho. Assim, os moradores de São Pedro I e II que um dia foram vistos como *outros,* hoje já não se distinguem tão facilmente. As fronteiras entre os dois grupos se tornam mais tênues quanto mais se explicitam as fronteiras entre esses e um terceiro grupo, mais novo na região e, portanto, mais *outro*.

Uma série de acontecimentos une os dois primeiros grupos numa rede cada vez mais cerzida, já quase um "tecido". Não chega a ser uma fusão, posto que a memória das diferenças ainda aflore, mas há hoje uma espécie de termo de concessões entre os *moradores da Ilha das Caieiras* e os *moradores de São Pedro*, que transforma suas relações em um grande acordo coletivo. Esse acordo surge de casamentos, lutas, problemas, conquistas... Enfim, surge de uma memória em comum que se construiu ao longo do tempo vivido junto.

Ao criar-se como *tradicional* e olhar para o novo grupo como *invasores* o primeiro grupo tinha como ferramenta de coesão e força a memória coletiva do local, com histórias e relações que antecediam a

chegada do segundo grupo. Isso dava a eles a percepção de diferenciação e até superioridade com relação aos "outros"*, moradores de São Pedro I e II*. Mas com a permanente chegada de novos moradores e com as mudanças cada vez mais velozes nos costumes e na paisagem da região, aos poucos aquele segundo grupo passou a fazer parte de uma *época* que também traz lembranças nostálgicas aos *moradores da Ilha das Caieiras*. Ao mesmo tempo, também esse segundo grupo, após esses quarenta anos da invasão, passou a ter uma relação de saudosismo com períodos passados vividos por eles ali na região. E essa memória de um tempo em que o bairro parecia menos violento e mais solidário constrói entre esses dois grupos uma relação de cumplicidade e uma "nova" memória coletiva, agora com histórias e saudades em comum.

Embora no momento de iniciar o contato com moradores da região eu tenha identificado que estes dois grupos pareciam não criar redes entre si — de forma que ao indicarem possíveis novos entrevistados, citavam sempre pessoas de seu próprio grupo — no decorrer da pesquisa pude perceber que essas redes existem sim, menos explícitas e mais complexas do que eu esperava. Tanto os moradores da Ilha das Caieiras apresentavam aproximações com os discursos de lutas comunitárias dos moradores de São Pedro I e II, quanto estes últimos aproximavam-se dos discursos daquele primeiro no que diz respeito ao planejamento das transformações na região, visando garantir um crescimento com qualidade.

Essas divisões e aproximações entre os dois grupos foram observadas a partir da comparação entre as falas dos moradores de um e de outro grupo, mas não foram identificadas nas colocações das crianças. Após participarem como ouvintes e entrevistadoras das narrativas de seus idosos sobre as memórias do bairro, as crianças foram reunidas com intuito de reelaborarem as memórias a partir de suas próprias leituras. Neste momento, as crianças que entrevistaram moradores da Ilha das Caieiras se encontram com as que entrevistaram os moradores de São Pedro I e II. Este encontro não provocou um confronto. Ao contrário, no momento em que propunham formas de revistar as memórias ouvidas e registrar seus olhares para estas memórias, as crianças sustentaram suas falas e garantiram espaço para as histórias tanto da Ilha das Caieiras quanto de São Pedro, não como divergentes, mas como complementares.

O registro de comunicações intergeracionais dessa memória se mostrou um recurso bastante interessante. Por um lado, possibilitou que os narradores assumissem posturas de avós-educadores diante dos netos, selecionando falas e histórias a serem contadas às novas gerações e enfatizando *lições* a serem apreendidas por elas, o que se diferencia da narrativa da memória feita diretamente ao pesquisador.

Por outro lado, favoreceu a valorização do idoso e da memória local e a instituição paulatina de um *lugar* da criança tanto na produção desta memória quanto na dinâmica da comunidade, o que pôde ser constatado não especificamente durante as narrativas, mas em outros momentos, quando fui informada de alguns movimentos novos que se criaram na Ilha, após o momento de coleta de dados desta pesquisa, quais sejam: a criação de um Movimento Comunitário Mirim na Ilha das Caieiras mediado pelos líderes do Movimento Comunitário do Bairro, sendo norteado pelas narrativas das memórias dos idosos sobre o passado e conduzido por oficinas de planejamento futuro; a utilização oficial de narrativas da memória do bairro na escola, feitas por moradores antigos que serão convidados a colaborar com as professoras em suas disciplinas; a produção de um livro feito pelas crianças sobre a Ilha das Caieiras e São Pedro a partir das narrativas de memória – resultado de um projeto de Iniciação Científica[31] que coordenei, como docente, em parceria com a escola do bairro; a criação de um Cento de Memórias da Ilha das Caieiras proposta por uma ONG que trabalha na região.

Junto com as narrativas da memória, que embora se constituam no presente refere-se sempre a um tempo passado, veio também um olhar para um outro tempo: o futuro, o que foi particularmente facilitado pela

[31] Esta pesquisa, em março de 2007, no concurso de Iniciação Científica promovido pela empresa Arcelor Brasil que propunha o tema "O Meio Ambiente e as Profissões", foi premiada por envolver

presença das crianças durante as narrativas. Surgiram então discursos sobre Desenvolvimento que analisavam as transformações já ocorridas e incentivavam uma organização coletiva para um planejamento das próximas mudanças, a serem implementadas na região.

As falas conjugam a história recontada com nostálgicas recordações e, muitas vezes, projetam um futuro planejado a partir dos *aprendizados* que as vivências passadas propiciaram, a partir de narrativas cuidadosamente selecionadas, com teor moral e finalidade pedagógica.

Ao longo deste trabalho discutiu-se a respeito da memória social e da História de Bairro buscando vincular este método de pesquisa social com os objetivos das ações e teorizações sobre Estudo de Comunidades e valorização de saberes. Embora os estudos de bairros urbanos já venham sendo desenvolvidos em sociologia há algumas décadas, parece haver uma lacuna entre o conhecimento gerado e a população estudada, que talvez se deva à freqüente utilização destes estudos como experiência analítica, apenas, e ao pouco envolvimento da população pesquisada com a realização das pesquisas e principalmente com seus resultados. Essa grande lacuna dificulta a construção de uma ponte entre as teorias construídas e a efetiva contribuição para o desenvolvimento dos bairros estudados.

---

alunos de várias áreas de conhecimento e atores sociais locais.

A este respeito, MACIEL et al (2003), nos perguntam: como "essas comunidades podem caminhar em direção a um desenvolvimento? É possível reconstruí-las sobre novos pressupostos? Há lugar para a fraternidade, solidariedade, respeito, auto-ajuda?" (MACIEL et al, 2003, p. 162). E, em consonância com o que entendem ser a base de sustentação da pesquisa social, essas autoras nos apresentam a seguinte resposta:

> Talvez possa ser possível, desde que sejam colocados em cena novos atores sociais: mulheres, crianças, camponeses, parcelas da população que historicamente foram alijadas dos processos decisórios. De que maneira esses atores podem contribuir para um enredo diferente no processo civilizatório? Esta é uma das grandes questões que se colocam neste momento para discussão. É preciso deixar de lado os conceitos oficiais, ou, no dizer de D'ÁVILA NETO (1992), receitas oficiais, e partir em busca de "receitas caseiras" (MACIEL et al, 2003, p. 162).

Neste estudo, A partir deste trabalho, outras oportunidades começaram a se abrir no bairro para mim, tendo facilitado cada vez mais minha aproximação com as famílias entrevistadas. Além disso, muitos projetos foram disparados a partir da pesquisa de Iniciação Científica que acompanhou o presente estudo, apresentando resultados posteriores à pesquisa que denotam uma revisão dos lugares da infância e da velhice, naquela comunidade.

Estes resultados posteriores à pesquisa alcançam um espaço e uma forma próprios, já não fazendo parte mais do espectro do estudo,

remetendo-nos à hipótese de que trabalhar com a construção coletiva de memórias de bairro a partir da aproximação entre gerações de idosos e crianças poderia favorecer a valorização dos saberes da pessoa idosa e a constituição de um *lugar* da infância e da adolescência nos discursos e práticas comunitárias.

E é a partir da participação destes novos atores sociais que se justifica o desenvolvimento de pesquisas psicossociológicas sobre memória social e geração de projetos de desenvolvimento, resgatando a idéia de construção de propostas em conjunto com a comunidade, levando em conta as demandas por ela apresentadas e os caminhos por ela assinalados, em busca das acima mencionadas “receitas caseiras”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOUN, A. e ANSART, P. **Dicionary of Sociology.** ROBERT/THRESHOLD: Paris, 1992. 590 p.

ALMEIDA, A. **Lugar de toda pobreza**: documentário. Vitória, 1983. VHS 60 min, sonoro, colorido.

ALVES, H. C. Conta outra vez... Apostila do curso **Contadores de História.** São Carlos, Biblioteca Central da UFSCar. 2003. 18p. (mimeo).

ANDREATTA, G. **Na lama prometida a redenção**. São Paulo: O RECADO, 1987. 190 p.

ARIZPE, L.e PAZ, F. Culture and sustainability. In: BENACHENHOU, A. T. B. **Environment and development:** problems and prospects for susteainable development. Paris: UNESCO, 1992. P. 92-103.

BARRENECHEA, M. A. O espaço da memória em Proust. In: GONDAR, J. e BARRENECHEA, M. A. (orgs) **Memória e espaço:** trilhas do contemporâneo. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. P. 24-31.

BAUMAN, Z. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003. 144p.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 4ª Ed – São Paulo: HUCITEC, 1999.

BENJAMIN, R. Culturas regionais: permanências e mudanças em tempo de globalização. In: BOLAÑO, C. R. S. (org.) **Globalização e regionalização das comunicações.** São Paulo: EDUC; Universidade Federal de Sergipe. 1999. P. 129-136.

BOSI, E. **Memória e Sociedade:** lembranças dos velhos. São Paulo: Companhia das Letras 2004.

BERGSON, Henri **Matéria e memória:** ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

BERNABÉ, V. L.; SERRÃO, M. A. (orgs) **Educação, ambiente e sociedade:** idéias e práticas em debate. Vitória: CST, 2004.

BOLAÑO, C. R. S. (org.) **Globalização e regionalização das comunicações.** São Paulo: EDUC; Universidade Federal de Sergipe. 1999.

CAMPOS, R. H. F. (org) **Psicologia social comunitária:** da solidariedade à autonomia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CAO TRÍ, H. (Org.) **Développement Endogène:** aspects qualitatifs et facteurs stratégiques. Paris: UNESCO, 1988.

CARRETEIRO, T. C. e FREIRE, L. L. De mãe para filha: a transmissão familiar em questão. In: **Psicol. clin.** vol.18 no.1 Rio de Janeiro, 2006.

CHRISTO, M. V. C. **Lugar de toda pobreza:** 20 anos depois. Vitória, 2003. VHS 60 min, sonoro, colorido.

COIMBRA, C. M. B. Ética, direitos humanos e psicologia. In NOVO, H. A., SOUZA, L. e ANDRADE, A. N. (org): **Ética, cidadania e participação:** debates no campo da psicologia. Vitória – ES: EDUFES - CCHN, 2001. P. 23-42.

COSTA, I. T. M. **Fragmentos discursivos de bairros do Rio de Janeiro:** entrevistas. Rio de Janeiro, RJ: UNI-RIO, Curso de Mestrado em Memória Social e Documento, 1998a.

COSTA, I. T. M. **Fragmentos discursivos de bairros do Rio de Janeiro:** comentários. Rio de Janeiro, RJ: UNI-RIO, Curso de Mestrado em Memória Social e Documento, 1998b.

COSTA, S. L. **Corpo, ambiente e afetividade na reconstrução da prática docente.** São Carlos, SP: PPGE / UFSCar. Dissertação de Mestrado. 2001.

COSTA, S. L.; ALVARENGA, L.; GUEDES, G. T.; AGUAIR, F., BARBOSA, L. B.; FIOROTTI, R.; CIPRIANO, R. S.; CARLETTI, A. N. P. A memória dos bairros Ilha das Caieiras e São Pedro como ferramenta

para educação sócio-ambiental e agenda de desenvolvimento comunitário. Vitória: FAESA, 2006. **Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica** (Mimeo).

COSTA, S. L.; ALVARENGA, L.; GUEDES, G. T.; AGUAIR, F., BARBOSA, L. B.; FIOROTTI, R.; CIPRIANO, R. S.; CARLETTI, A. N. P. A memória dos bairros Ilha das Caieiras e São Pedro como ferramenta para educação socioambiental. In: RODRIGUES, S. C. C.; SANTANA, V. N. e BERNABÉ, V. L. (Orgs) **Educação, ambiente e sociedade:** novas idéias e práticas em debate. Vitória: CST, 2006. P. 99-129.

COSTA, S. L.; ALVARENGA, L. (Orgs). **Ilha das Caieiras e São Pedro: Lugar de Toda Magia!** Vitória, ES: JEP. 2006a. 26p.

COSTA, S. L.; ALVARENGA, L. **Ilha das Caieiras e São Pedro: Lugar de toda magia!**: documentário/infantil. Vitória, 2006b. DVD 32 min, sonoro, colorido.

COULON, A. **A escola de Chicago.** Campinas, SP: Papirus, 1995. 136p.

D'ÁVILA NETO, M. I. A porta, a ponte e a rede. In: **Revista Documenta.** Ano VIII nº 8. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UNESCO Chair Publishing/EICOS/UFRJ. 2002. P. 13-26.

D'ÁVILA NETO, M. I. Ecofeminismos: horizontes contemporâneos. In: **Revista Documenta.** Ano VI, nº 08. Programa de Mestrado e Doutorado em psicossociologia de comunidades e Ecologia Social – EICOS/ UFRJ. 1997. P. 09-26.

D'ÁVILA NETO, M. I. Os novos pobres e o contrato social. In: **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, nº especial Sociedade e Ecologia. Rio de Janeiro: Imago Ed., vol. 50, nº 4, 1998.

D'ÁVILA NETO, M. I. e PEDRO, R. **Tecendo o desenvolvimento:** saberes, gênero, ecologia social. Rio de Janeiro: Mauad-Bapera Editora, 2003.

DEMBICZ, A. El espacio entre lo local y lo global. In: LEMOS, M. T. T. B; MORAES, N. A. (orgs). **Memória e identidade**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000. P. 09-14.

DIAS, G. F. **Educação ambiental:** princípios e práticas. São Paulo, Gaia, 1994.

EL-KATIB, U. Os direitos da criança e do adolescente e a situação dita de risco pessoal e social. In: FELICIDADE, N. (org). **Caminhos da cidadania – um percurso universitário em prol dos discursos humanos.** São Carlos: EDUFSCAR, 2001. p. 89-104.

ELIAS, N. **Introdução à sociologia.** Rio de Janeiro: Ed.70, 1980.

ELIAS, N. **Os estabelecidos e os outsiders.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000. 226p.

ENRIQUEZ, E. Eloge de la Psychosociologie. **Connexious** (EPI), n. 42, Paris.

FELICIDADE, N. (org). **Caminhos da cidadania – um percurso universitário em prol dos discursos humanos.** São Carlos: EDUFSCAR, 2001.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Folha de São Paulo/Nova Fronteira, 1988.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREITAG- ROUANET, B. Vida urbana e cultura. In PALLAMIN, V. M. (org) **Cidade e cultura:** esfera pública e transformação urbana. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. P 27-36.

FROCHTENGARTEN, F. A memória oral no mundo contemporâneo. **Estud. Av.,** São Paulo, v. 19, n. 55, 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo

GAZETA, Jornal. Integração entre a população e policiais começa em novembro. Vitória: **Jornal A Gazeta.** 2007. http://gazetaonline.globo.com/noticias/minutoaminuto/local/local_materia.php?cd_matia=231128&cd_site=843. 2007

GEERTZ, C. **O saber local:** novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, RJ: Vozes. 1997.

GIULIANI, G. M. **Sociologia e Ecologia:** Um Diálogo Reconstruído. Rio de Janeiro: Revista Dados. v. 41, n. 1, 1998. (Disponível em: www.scielo.br).

GONDAR, J.; BARRENECHEA, M. A. (orgs) **Memória e espaço:** trilhas do contemporâneo. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

GONÇALVES, L. A O; SILVA, P. B. G. **O jogo das diferenças:** o multiculturalismo e seus contextos. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

GOOGLEEARTH, Imagens de Satélite: **Ilha das Caieiras e São Pedro.** Disponível em http://earth.google.com Acessado em novembro de 2006.

GUEDES, S. L. Os casos de cura divina e a construção da diferença. **Horiz. antropol.** Porto Alegre, v. 4, n. 9. 1998. P 47 – 62.

GUIMARÃES, A. P. As favelas do Distrito Federal. **Revista Brasileira de Estatística** v 14, n0. 51, julho/setembro, 1953. P. 250-278.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro. 2006. 223p.

HOUÉE, P. **Le développement local au défi de la mondialisation.** Paris: L'Harmattan, 2001.

IANNI, O. Nacionalismo, regionalismo e globalismo. In: BOLAÑO, C. R. S. (org.) **Globalização e regionalização das comunicações.** São Paulo: EDUC; Universidade Federal de Sergipe. 1999. P. 29-50.

KADUSHIN, C. **Introduction to Social Network Theory:** Basic Network Concepts. Copy by Charles Kadushin, 2004.

LAKATOS, E.M. **Sociologia Geral**. São Paulo: Atlas, 1995.

LAYRARGUES, P. Educação Ambiental e Cidadania. In: **Jornal Teia Universitária**. Vitória, ES: CST. 2004. P. 07.

LEEDS, A; LEEDS, E. **A Sociologia do Brasil Urbano.** Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

LEMOS, M. T. T. B; MORAES, N. A. (orgs). **Memória e identidade**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

LÉVY, A. O vínculo entre história individual e história coletiva. In **Revista Documenta.** Ano III nº 6. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UNESCO Chair Publishing/EICOS/UFRJ, 1995. P 07-20.

LOPES, R. E.; BARROS, D. D.; MALFITANO, A. P. S.; GALVANI, D. O espaço do brincante na experiência do Projeto Casarão. In: **Ver. Ter. Ocup. Univ. São Paulo.** V.12, n. 1/3, p. 48-51, jan/dez, 2001.

LOUREIRO, C. F. B. e COSTA, S. L. Corpo, Ambiente e Educação em uma sociedade em transformação. In BERNABÉ e SERRÃO V. L. M. A. (orgs) **Educação, ambiente e sociedade:** idéias e práticas em debate. Vitória: CST, 2004. P. 147-156.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental.** São Paulo: Cortez, 2004.

LYNCH, K. **A imagem da cidade.** Lisboa: Edições 70, 1982.

MACHADO, L. D. Ética: exercícios de resistência. In NOVO, H. A., SOUZA, L. e ANDRADE, A. N. (org). **Ética, cidadania e participação: debates no campo da psicologia**. Vitória – ES: EDUFES - CCHN, 2001. P. 71-80.

MACIEL, T. M. F. B. Contribuições da Ecologia Humana para a Psicologia Social Moderna: Perspectivas para uma Ecologia Social. **Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada**, v. 50, n. 4, 1998a.

MACIEL, T. M. F. B. Da sustentabilidade à sustentabilidade do ser: por um desenvolvimento humano durável. In: D'ÁVILA NETO, M. I. e

PEDRO, R. **Tecendo o desenvolvimento:** saberes, gênero, ecologia social. Rio de Janeiro: Mauad-Bapera Editora, 2003. P. 49 – 64.

MACIEL, T. M. F. B. Ecologia social. In: **Programa EICOS de Mestrado e Doutorado**. 1998. Disponível em http://www.psycho.eicos.ufrj.br. Acesso em 10 de outubro de 2005.

MACIEL, T. M. F. B.; MOREIRA, G. M. P.; BRASIL, A. B.V. e L. Desenvolvimento e des-envolvimento: o desejado e o desejável. In: D'ÁVILA, M. I. e PEDRO, R (orgs). **Tecendo o desenvolvimento:** saberes, gênero, ecologia social. Rio de Janeiro: Mauad-Bapera Editora, 2003. P. 157 – 166.

MAGNANI, J. G. C. **Festa no pedaço:** cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: HUCITEC / UNESP, 1998. 166p.

MÂNGIA, E. O estudo de redes sociais: apontamentos teóricos e contribuições para o campo da saúde In: **Ver. Terap. Ocup. Univ. São Paulo.** V. 16, n. 1. São Paulo: USP, 2005.

MARINATO, C. F. **Aterros em Vitória:** uma história para ser lembrada. (monografia de Graduação). Vitória: UFES. 2003.

MARSHALL Dictionary, G. **The Concise Oxford dictionary of sociology.** New York - USA, Oxford University Press. 1994. 574 p.

MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, 2001.

MARTINS, M. C. **Partilhando saberes na Ilha de Itaoca: a roda de siri – entre o mundo do trabalho e as memórias da infância.** Niterói, RJ: PPGE-UFF. 2005. (tese de doutorado). 263 fls.

MENEZES, E. D. B. Subjetividade, identidade e brasilidade. In: **XXII Reunião Brasileira de Antropologia**. Brasília: Anais. 2000.

MINAYO, M. C. S. **Desafios do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo, SP: Hucitec, 2004. 8a Edição.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes. 1994. 21ª Edição.

MIRANDA, Danilo Santos de. O encontro de gerações no SESC São Paulo: a história de um processo de inclusão social. **Anais do Congresso Internacional sobre Co-Educação de Gerações.** SESC São Paulo, outubro 2003. Disponível em http://www.sescsp.org.br/sesc/images/upload/conferencias/8.rtf. Acessado em 22 de julho de 2007.

MOSCOVICI, S.; HEWSTONE, A. (1985). De la ciência al sentido comum. Em S. MOSCOVICI (Org.), **Psicologia Social** (Vol. I, pp.679-710). Barcelona, Espanha: Paidós.

NASCIUTTI, J. C. R. Reflexões sobre o espaço da psicossociologia. In: **Revista Documenta.** Ano IV, nº 07. Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – Programa EICOS/UFRJ. 1996. P. 51-58.

NEGT, O. Espaço público e experiência. In PALLAMIN, V. M. (org) **Cidade e cultura:** esfera pública e transformação urbana. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. P 17-26.

NHU HÔ, P. Le développement endogène comme alternative. Potentialités et obstacles a son délploiement. In: **Développement endogène:** aspects qualitatifs et facteurs stratégiques. Paris: UNESCO, 1988, pp. 35-69.

NOVO, H. A., SOUZA, L. e ANDRADE, A. N. (org): **Ética, cidadania e participação:** debates no campo da psicologia. Vitória – ES: EDUFES - CCHN, 2001.

OCAMPO, L.; PRIOSTI, O. M.; TELLES, A. M. C. Escolas públicas nos bairros portuários cariocas: espaço de construção de identidade e inclusão social. In: THIESEN, I.; BARROS, L. O. C.; SANTANA, M. A (orgs). **Vozes do Porto:** memória e história oral. Rio de Janeiro: DP&A Ed / UniRio Ed. 2005. P 147-164.

OLIOSA, D. M. S. **Municipalização da saúde em Vitória-ES: uma experiência participativa**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública. 1999. (Dissertação de Mestrado). 139 p.

ORTIZ, F. **Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar.** Havana: Editorial de Ciencias Sociales. 1983.

PALLARIN, V. M. **Cidade e cultura:** esfera pública e transformação urbana. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. 120p.

PEDRO, R. M. L. R. As redes na atualidade: refletindo sobre a produção de conhecimento, In: D'ÁVILA NETO, M. I. e PEDRO, R (orgs). **Tecendo o desenvolvimento:** saberes, gênero, ecologia social. Rio de Janeiro: Mauad-Bapera Editora, 2003. P. 29 – 38.

PEGN, Programa Pequenas Empresas Grandes Negócios/ TV Globo, veiculado em 17/04/2005. **Pesca e cultura na Ilha das Caieiras.** Disponível em http://pegntv.globo.com/Pegn/0,6993,LIR160509-5027,00.html, acessado em abril de 2007.

PIMENTEL, M. D. M. **Memórias e narrativas de pescadores da pedra da Guaratiba:** urbanização e espaço social (1973-2003). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Documento/UniRio. Dissertação de Mestrado. 2004. 145 fls.

PMV – Prefeitura Municipal de Vitória. **História dos bairros.** Vitória: PMV. Disponível em http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias/sedec/histbairro.htm, acessado em julho de 2005a.

PMV – Prefeitura Municipal de Vitória. **Unidades básicas de saúde.** Vitória: PMV. Disponível em http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias/saude/bmunidades.htm#caieiras, acessado em março de 2005b.

PMV – Prefeitura Municipal de Vitória. **Orçamento Participativo.** Vitória: PMV. Apostila. 2007. (mimeo)

PRADO, R. M. As espécies exóticas somos nós: reflexão a propósito do ecoturismo na Ilha Grande. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 9, n. 20, 2003. P 205-224.

PRATT, M. L. **Imperial Eyes.** London; New York: Routledge. 1992.

QUEIROZ, J. T. M. Água de consumo humano distribuída à população e ocorrência de diarréia: um estudo ecológico no município de Vitória-ES. **UFMG, Programa de Pós-Graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos**. Belo Horizonte, MG: PPGSMARH/UFMG. 2006. (dissertação de mestrado). 133 p.

RAIMUNDO, A. O. et alii. Transformações e retransformações no bairro Maracanã. **XI ENAPET – Encontro Nacional dos PET**. Florianópolis, SC: Anais - UFSC. 2006.

RIBEIRO, A. C. S. Vila portuária Presidente Dutra: memórias e narrativas orais sobre habitação portuária no Rio de Janeiro. In: THIESEN, I.; BARROS, L. O. C.; SANTANA, M. A (orgs). **Vozes do Porto:** memória e história oral. Rio de Janeiro: DP&A Ed / UniRio Ed. 2005. P 135-146.

RIVERA, F. J. U. **Análise estratégica em saúde e gestão pela escuta**. Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ, 2003.

RODRIGUES, S. C. C.; SANTANA, V. N. e BERNABÉ, V. L. (Orgs) **Educação, ambiente e sociedade:** novas idéias e práticas em debate. Vitória: CST, 2006. 368 p.

SACHS, I. **Desenvolvimento: includente,** sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamound, 2004.

SACHS, I. Ecodesenvolvimento: **Crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice, 1986.

SAHLINS, M. **Ilhas de Memória.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.1990. P 218.

SANTANA, M. A.; QUEIROZ, C. P. trabalho e sociabilidade no Rio de Janeiro: história e memórias de um porto em movimento. In: THIESEN, I.; BARROS, L. O. C.; SANTANA, M. A (orgs). **Vozes do Porto:** memória e história oral. Rio de Janeiro: DP&A Ed / UniRio Ed. 2005. P 15-36.

SÃO PAULO (ESTADO)/ SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. **Conceitos para se fazer educação ambiental.** Cadernos de Educação

Ambiental. São Paulo, A Secretaria, 1997. 116p.

SARLO, B. **Tempos passados.** São Paulo: EdUSP. 2007.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação:** por uma outra política educacional. Campinas: Papirus, 2000.

SAWAIA, B. B. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, R. H. F. (org) **Psicologia social comunitária:** da solidariedade à autonomia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. P. 35-53.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa. **Ilha das Caieiras: histórico.** Disponível em www.sebraees.com.br/caieiras/g_texto.htm - 3k, acessado em 22 de outubro de 2007.

SEYFERTH, G. Usos e abusos da comunidade. Simpósio da **XXII Reunião Brasileira de Antropologia.** Brasília: Anais, 2000.

SCHWARCZ, L. M. **História da vida privada no Brasil.** V. 4. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

SILVA, A. B. O. et al - Estudo da rede de co-autoria e da interdisciplinaridade na produção científica com base nos métodos de análise de redes sociais: avaliação do caso do programa de pós-graduação em ciência da informação**. Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.,** Florianópolis, n. esp., 1º sem. 2006. PPGCI / UFMG. 2006. p. 182.

SILVA, S. J. Etnoturismo: meio ambiente, tradição e sustentabilidade. **Núcleo de Pesquisa e Extensão da Faculdade de Saúde e Meio Ambiente de Vitória - FAESA**: Vitória, 2004 (Projeto de Pesquisa).

SMITH, W. Barão Geraldo: história e identidade local. **Revista de História Regional** - Vol. 7 - nº 2 - Inverno 2002 (Publicado em 2004) p. 207-231.

SOARES L. T. R. Reforma do estado no Brasil. Disciplina de Políticas

Públicas. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ.** 2005 (mimeo).

SOARES, L. T. R. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SOARES, L. T. R. **O desastre social.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOUZA, M. A. P. **As Cores de Acari:** uma favela carioca. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. 310p.

TESTA, A. Q. Os nós dos outros: educação escolar indígena e relações interétnicas. **XXVIII Enc. Anual da ANPed**. Caxambu, MG: Anais. 2005.

THIESEN, I.; BARROS, L. O. C.; SANTANA, M. A (orgs). **Vozes do Porto:** memória e história oral. Rio de Janeiro: DP&A Ed / UniRio Ed. 2005.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortex, 2002.

TÖNNIES, F. **Community and Society:** Gemeinschaft und Gesellschaft. Michigan: The Michigan State University Press, 1957.

VICENTIN, L. A. **Formação continuada em Educação Ambiental. Piracicaba,** UNIMEP: PPGE, 1998 (dissertação de mestrado).

WORCMAN, K. História pessoal e história social. In: **Museu e Virtualidade.** Disponível em www.museudapessoa.net/ummilhao/biblioteca/historiapessoalehistoriasocial.pdf. Acessado em agosto de 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE I

CONSENTIMENTO INFORMADO para **ENTREVISTA** pertencente à pesquisa *A MEMÓRIA DA ILHA DAS CAIEIRAS* [título provisório]— realizada sob coordenação de **SAMIRA LIMA DA COSTA,** aluna do curso de doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social do Programa EICOS-IP da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

A presente pesquisa está sendo realizada com pessoas que moram há mais de vinte e cinco anos no Bairro Ilha das Caieiras, em Vitória, e/ou nos bairros em seu entorno.
O objetivo deste estudo é compreender as diferentes histórias sobre o bairro, acumuladas e vividas nos últimos 30 anos.
A investigação utiliza como procedimentos de pesquisa: pesquisa bibliográfica, análise de documentos e publicações em geral, **entrevistas feitas por crianças a antigos moradores da região.**
As entrevistas serão realizadas em local e horário previamente estabelecidos, respeitando a maior comodidade do entrevistado. Serão gravadas, fotografadas e filmadas pelas crianças, sempre que permitido e acordado entre as partes.
A participação do entrevistado é voluntária, estando o mesmo livre para se retirar da entrevista, assim como para recusar a responder perguntas ou falar de algum assunto quando assim o desejar.
Desde que solicitado pelo entrevistado, o pesquisador se compromete com a preservação do anonimato das informações concedidas ao longo da entrevista (ou de parte destas informações), quando da divulgação de sua pesquisa.
O entrevistado permite ao pesquisador utilizar as informações e imagens concedidas na entrevista em outras pesquisas e publicações futuras de sua autoria, respeitando-se os termos acima estabelecidos.
O presente termo de consentimento deve ser apresentado ao entrevistado na presença do pesquisador, que deve se colocar à disposição para quaisquer esclarecimentos que visem a melhor compreensão de seus termos.
A entrevista realizada coordenação da pesquisadora **Samira Lima da Costa** ocorreu mediante a compreensão por parte do participante _____, dos termos acima apresentados.

*Observações:*_____
_____
_____

_____ _____

Samira Lima da Costa
(pesquisadora)

.....
(morador entrevistado/
responsável por criança entrevistadora)

_____, _____ de _____de_____

APÊNDICE II

Breve historiografia da Educação Ambiental

As relações dicotômicas entre ser humano e ambiente natural vêm acontecendo desde datas remotas, tendo gerado diversas tentativas de proteção ambiental em todo o mundo. No Brasil, já em 1850, o imperador D. Pedro II editou a primeira lei que proibia a exploração florestal. Em 1863, nos EUA, Huxley lançava seu livro Evidências sobre o Lugar do Homem na Natureza, que tratava da interdependência entre os seres humanos e os demais seres vivos. Seis anos mais tarde, o biólogo alemão Haeckel propôs o termo "ecologia" para o estudo das relações entre os seres vivos e seu ambiente. (DIAS, 1994).

A Educação Ambiental, assim como a idéia de proteção ambiental, também não é recente. Já em 1889, o escocês Patrick Geddes, considerado o pai da Educação Ambiental, afirmava que "uma criança em contato com a realidade do seu ambiente, não só aprenderia melhor, mas também desenvolveria atitudes criativas em relação ao mundo em sua volta". Em 1934 acontece, no Museu Nacional, a 1ª Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. Vinte e quatro anos mais tarde foi criada a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (DIAS, 1994).

Apesar de tais esforços, até então realizados de forma isolada, entre

as décadas de 50 e 60 o mundo começou a vivenciar problemas ambientais reais e urgentes. O mundo começou a apresentar a formação de desertos cada dia maiores, o aumento da temperatura gerado pela amplificação do efeito estufa e o comprometimento da saúde dos moradores das cidades pela poluição. Esses problemas vinham sempre seguidos de conseqüências que atingiam diretamente a vida, saúde e o bem estar da humanidade. Tais ligações entre problemas ambientais e condições de vida dos seres humanos ilustravam o fato de que a vida humana depende de processos naturais complexos, interconectados e de larga escala, que não são estudados em sua totalidade por nenhuma disciplina isolada.

Na década de 60 uma série de estudos ambientais apontou para a ação do ser humano como causa desses problemas, assim como também identificaram possíveis conexões entre questões menores e resultados de larga escala, de forma que todo o planeta poderia sofrer as conseqüências de tais ações, inclusive o próprio ser humano. Os resultados alarmistas desses estudos levaram alguns estudiosos a entender a natureza como sendo objeto de ações destrutivas da humanidade, num ritmo de difícil assimilação pelo meio ambiente.

Devido a essa mudança de visão em relação à natureza e ao papel do ser humano, já no final desta mesma década voltou-se a falar em Educação Ambiental (E.A). Nos anos seguintes, países de todo o mundo se reuniram para discutir questões ambientais e ampliar as resoluções para o nível

global. Embora a Educação Ambiental já tivesse sido mencionada cerca de quase um século antes por Geddes, foi só em 1965, na Conferência Sobre Educação na Universidade de Keele, na Grã- Bretanha, que a Educação Ambiental foi considerada parte essencial da educação de todos os cidadãos. Quatro anos mais tarde, neste mesmo país, é criada a Sociedade para a Educação Ambiental (DIAS, 1994).

Em 1972, Mellowes definiu Educação Ambiental como sendo "... um processo no qual deveria ocorrer um desenvolvimento progressivo de um senso de preocupação com o meio ambiente, baseado em um completo e sensível entendimento das relações do homem com o ambiente à sua volta" (in DIAS, 1994, p.25).

Em 1975, Carta de Belgrado que declarou como sendo a meta da Educação Ambiental: "Desenvolver um cidadão consciente do ambiente total, preocupado com os problemas associados a esse ambiente e que tenha o conhecimento, as atitudes, as motivações, o envolvimento e as habilidades para trabalhar individual e coletivamente em busca de soluções para resolver os problemas atuais e prevenir os futuros" (in SP/ SeMA, 1997, p.22).

Em 1977 foi criada a Associação Norte Americana de Educação Ambiental, nos EUA. Neste mesmo ano, na Conferência de Tbilisi a E.A. foi definida como "uma dimensão dada ao conteúdo e à pratica da

educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade" (DIAS, 1994, p. 26).

Estas definições, embora proponham um completo entendimento do meio ambiente, ainda não chegam ao cerne da questão: a necessidade (e a possibilidade) de se manter o desenvolvimento econômico de forma compatível com a conservação do meio-ambiente, ou seja, ainda não se havia chegado à idéia conhecida como desenvolvimento sustentável, definido por Grün como sendo "o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem às suas próprias necessidades" (In VICENTIN, p. 10). Este conceito só começou a ser discutido mais tarde, em 1984, na I Conferência sobre Meio Ambiente da Câmara de Comércio Internacional, em Versalhes (DIAS, 1994).

Em 1987, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente publica o relatório Brundtland, cujas considerações sublinham a importância da formação de professores para o desenvolvimento e a prática de Educação Ambiental (Idem, ibidem).

Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (ou Rio/92), no Rio de Janeiro, através do Cap. 4, Seção IV da Agenda 21,

corroborou as definições e recomendações de Tbilisi para a E. A. (DIAS, 1994), deixando a desejar com relação às emergentes expectativas com relação a novas propostas, que respaldassem estudos e ações voltados para características locais que envolvessem, entre outras coisas, questões de saúde, de educação, de alimentação e de pobreza. Entretanto, como diz D'Ávila Neto (2005, p. 01)

A Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente, apelidada de ECO 92, realizada no Rio, vulgarizou alguns conceitos (ou receitas?) preconizados pelo Clube de Roma para os anos 70, e desenvolvidos no relatório Nosso Futuro Comum, na década de 80. Os conceitos de desenvolvimento sustentável, pressupondo critérios globais de desenvolvimento transferem para uma sociedade global (tão idealizada quanto inexistente em seu universalismo cultural) os supostos benefícios e prejuízos do desenvolvimento.

Em 1997 aconteceu no Brasil a I Conferência Nacional de Educação Ambiental. Neste mesmo ano foram lançados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino fundamental, que propõem que o Meio Ambiente seja um tema transversal, a ser tratado por todas as disciplinas do currículo.

Em 1999 foi instituída no Brasil a Política Nacional de Educação Ambiental, por meio da Lei 9795 (27/04/99), regulamentando o Artigo 25

— Inciso 6 da Constituição Brasileira de 1988, onde se define como incumbência do Poder Público a promoção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, bem como a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.